

O R G A N I Z A Ç Õ E S
RURAIIS
 &
AGROINDUSTRIAIS

**Departamento de Administração e Economia
Universidade Federal de Lavras**

Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v. 17, n. 2, p. 149-268, abr/jun. 2015



Organizações Rurais & Agroindustriais, a revista de Administração da UFLA, tem como missão divulgar trabalhos científicos e ensaios desenvolvidos nas áreas de “gestão de cadeias agroindustriais”, “gestão social, ambiente e desenvolvimento”, “organizações/associativismo”, “mudança e gestão estratégica”, “economia, extensão e sociologia rural”.

**Ficha Catalográfica Elaborada pela Coordenadoria de Produtos e
Serviços da Biblioteca Universitária da UFLA**

Organizações rurais & agroindustriais. – Vol. 17, n.2, (abr./jun.
2015)- . – Lavras: UFLA, Departamento de Administração e
Economia, 2015- .
v. : il.

Semestral: 1998-2004. Quadrimestral: 2005-2014. Trimestral 2015-
Continuação de: Cadernos de administração rural, ISSN 0103-412X.
ISSN 1517-3879

1. Administração. 2. Agronegócio. 3. Economia rural. 4. Gestão social, ambiente e
desenvolvimento. I. Universidade Federal de Lavras. *Departamento de Administração e
Economia.*

CDD – 630.68

Indexada nas seguintes bases de dados:



Reitor da UFLA

José Roberto Soares Scolforo

Vice-Reitora

Édila Vilela de Resende Von Pinho

Pró-Reitoria de Pesquisa

José Maria de Lima

Chefe do DAE/UFLA

Francisval de Melo Carvalho

Coordenador do PPGA

Luiz Marcelo Antonialli

Editora UFLA – Conselho Editorial

Renato Paiva (Presidente)

Brígida de Souza, Carlos Alberto Silva,

Flávio Meira Borém, Joelma Pereira,

Luiz Antônio Augusto Gomes

Capa

Helder Tobias

Circulação

Biblioteca Universitária da UFLA/Setor de Intercâmbio: <cecilia@ufla.br>

Edição Eletrônica

<http://revista.dae.ufla.br>

<http://www.editora.ufla.br>

EXPEDIENTE

Secretária

Gicelda Aparecida de Souza

Editoração Eletrônica

Heider Alvarenga de Jesus

Patrícia Carvalho de Moraes

Renata de Lima Rezende

Suporte de Sistema

Polaris - Inovações em Soluções Web

Revisão de Português

FN Monografias - Formatação e Revisões

Revisão de Inglês

FN Monografias - Formatação e Revisões

Revisão de Referências Bibliográficas

Márcio Barbosa de Assis

Organizações Rurais & Agroindustriais

Departamento de Administração e Economia

Universidade Federal de Lavras

Caixa Postal 3037 – CEP 37200-000

Lavras, MG – Brasil

Fone: +55 35 3829-1762

Fax: +55 35 3829-1772

Contato: revistadae@dae.ufla.br

Acesso Eletrônico: <http://revista.dae.ufla.br>

CONSELHO EDITORIAL

Daniel Carvalho de Rezende - UFLA - Presidente/Editor
Adalberto Américo Fischmann - USP
Bruno Lanfranco - INIA - Instituto de Investigación Agropecuária - Uruguai
Cristina Lelis Leal Calegario - UFLA
Décio Zylbersztjan - USP
Edgard Alencar - UFLA
Ellen F. Woortmann - UNB
Fábio Ribas Chaddad - University of Missouri
Jaime Evaldo Fensterseifer - UFRGS
José Edson Lara - UFMG
Luis Araujo - Lancaster University
Marcelo José Braga - UFV
Mozart José Brito - UFLA
Paulo Furquim Azevedo - FGV/SP
Peter J.P. Zuurbier - WUR - Wageningen University – Holanda
Rosa Teresa Moreira Machado - UFLA
Tales Wanderley Vital - UFRPE
Terry Terrence - UGA - University of Georgia - EUA

EDITORES DE SEÇÃO

André Luis Ribeiro Lima - UFLA
Cristina Lelis Leal Calegario - UFLA
Daniel Anido - CIAAL (ULA, Venezuela) / GEI (DECS-ETSIA, UPV, Espanha)
Dany Flávio Tonelli - UFLA
Luiz Henrique de Barros Vilas Boas - UFLA
Sabrina Soares da Silva - UFLA

EDITORIAL

Prezados leitores,

É com prazer que apresentamos a segunda edição de 2015 da revista Organizações Rurais e Agroindustriais. Uma notícia importante é que, visando o processo de internacionalização da revista, estaremos realizando a tradução para o inglês de parte dos artigos aprovados para as edições remanescentes desse ano (números 3 e 4) e para as duas primeiras edições de 2016, utilizando recursos da Fapemig. Com isso, esperamos aumentar o impacto da revista, permitindo a entrada em novos sistemas de indexação e atraindo um maior número de submissões de autores nacionais e internacionais. Os artigos do v.17, 2, 2015 tratam de temas como economia solidária, cadeia de suprimentos, inovação em agroindústrias familiares, associativismo, pluriatividade e indicadores de desempenho, com os seguintes títulos:

- REFLEXOS DO SETOR CANAVIEIRO PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE DOURADOS EM MATO GROSSO DO SUL
- ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM UM SISTEMA DE AGRICULTURA FAMILIAR
- CONHECIMENTOS, PRODUÇÃO DE NOVIDADES E TRANSIÇÕES SOCIOTÉCNICAS NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES
- O PAPEL DA COLABORAÇÃO NO DESEMPENHO DA GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS: UM ESTUDO SOBRE O CAFÉ ORGÂNICO
- PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA BOVINOCULTURA DE CORTE ORGÂNICA EM MATO GROSSO DO SUL: O CASO DA ABPO
- ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO NO ASSENTAMENTO RURAL LAGOA GRANDE, EM DOURADOS (MS), BRASIL
- VARIÁVEIS QUE MAIS INFLUENCIAM NA PLURIATIVIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ITAPEJARA D'OESTE – PR
- *RANKING* DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS: UM ESTUDO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO E A RELAÇÃO COM ATRIBUTOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Boa leitura!

Daniel Carvalho de Rezende

Editor

ERRATA

Os autores Patrícia Ferraz do Nascimento, Ana Louise de Carvalho Fiúza, Marco Aurélio Marques Ferreira e Neide Maria de Almeida Pinto agradecem à FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) pelo apoio financeiro concedido às atividades de pesquisa que resultaram, entre outras, na publicação do artigo “O TURISMO RURAL E AS RECONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS EM QUESTÃO: A FORÇA DA IDENTIDADE CULTURAL PARA O DESENVOLVIMENTO NAS MONTANHAS CAPIXABAS”, na edição de maio-agosto de 2014, v. 16, n 2, p. 178-191, na Revista Organizações Rurais e Agroindustriais.



SUMÁRIO/CONTENTS

REFLEXOS DO SETOR CANAVIEIRO PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE DOURADOS EM MATO GROSSO DO SUL

Impacts of the Sugarcane Sector for the Economic Growth in Dourados, State of Mato Grosso do Sul

Márcio Rogério Rosales do Nascimento, Wesley Osvaldo Pradella Rodrigues, Madalena Maria Schlindwein..... 149

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM UM SISTEMA DE AGRICULTURA FAMILIAR

Solidarity Economy and Local Sustainable Development: A Case Study in a Family Farming System

Adriana Silva Oliveira Arruda, Fátima Regina Ney Matos, Diego de Queiroz Machado, Christian Darlio Brito Arruda 163

CONHECIMENTOS, PRODUÇÃO DE NOVIDADES E TRANSIÇÕES SOCIOTÉCNICAS NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

Knowledge, Production of Novelties and the Socio-Technical Transition in Family Agroindustries

Marcio Gazolla, Sérgio Schneider..... 179

O PAPEL DA COLABORAÇÃO NO DESEMPENHO DA GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS: UM ESTUDO SOBRE O CAFÉ ORGÂNICO

The Role of Collaboration in the Performance of Supply Chain Management: a Study in Organic Coffee

Paolo Edoardo Coti-Zelati, Roberto Giro Moori..... 195

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA BOVINOCULTURA DE CORTE ORGÂNICA EM MATO GROSSO DO SUL: O CASO DA ABPO

Sustainable Practices in the Organic Beef Cattle Bred in Mato Grosso Do Sul: The ABPO Case

Marcos José de Almeida Matias, Denise Barros de Azevedo, Rogério Cerávolo Calia, Guilherme Cunha Malafaia..... 209

ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO NO ASSENTAMENTO RURAL LAGOA GRANDE, EM DOURADOS (MS), BRASIL

Knowledge, Production Of Newness And The Socio-Technical Transition In Family Agroindustries

Adriana Rita Sangalli, Heloiza Cristina Holgado da Silva, Ivânia Freire da Silva, Madalena Maria Schlindwein..... 225

VARIÁVEIS QUE MAIS INFLUENCIAM NA PLURIATIVIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Variables that influence the most on the family farmers pluriactivity in Itapejara d'Oeste, State of Paraná

Ana Paula Schervinski Villwock, Gilson Ditzel Santos, Miguel Angelo Perondi..... 239

RANKING DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS: UM ESTUDO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO E A RELAÇÃO COM ATRIBUTOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Ranking of Agricultural Cooperatives: A Study of Performance Indicators and Relations Corporate Governance Attributes

Cristian Baú Dal Magro, Marcello Christiano Gorla, Adriana Kroenke, Nelson Hein..... 253

REFLEXOS DO SETOR CANAVIEIRO PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DE DOURADOS EM MATO GROSSO DO SUL

Impacts of the Sugarcane Sector for the Economic Growth in Dourados, State of Mato Grosso do Sul

RESUMO

A agroindústria de transformação canavieira se apresenta como grande propulsora do agronegócio brasileiro, estimulando o crescimento e o desenvolvimento das regiões que recebem a instalação e incentivam o setor. Objetivou-se neste artigo analisar os impactos do setor canavieiro sobre a geração de emprego na microrregião de Dourados, em Mato Grosso do Sul, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico local. Para a realização deste estudo, foram utilizados dados secundários compilados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), da Associação dos Produtores de Bionergia de Mato Grosso do Sul (BioSul MS) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Indústria e Comércio (SEPROTUR), identificando a importância e a distribuição do emprego gerado pelo setor canavieiro a partir dos indicadores apresentados pelos índices de Participação Relativa de Emprego (PRE) e Quociente Locacional (QL). Os resultados mostram que o setor canavieiro correspondendo a 15,33% do total dos empregos da população economicamente ativa da microrregião de Dourados em Mato Grosso do Sul e se caracteriza como um *vetor avançado* para o crescimento da região, porém a microrregião possui pouca dependência econômica do setor sucroalcooleiro no seu desenvolvimento econômico local.

Márcio Rogério Rosales do Nascimento
Universidade Federal da Grande Dourados
mrnascimento@yahoo.com.br

Wesley Osvaldo Pradella Rodrigues
Universidade Federal da Grande Dourados
wesley174@uol.com.br

Madalena Maria Schlindwein
Universidade Federal da Grande Dourados
madalenaschlindwein@ufgd.edu.br

Recebido em 23/04/2013. Aprovado em 16/04/2015.
Avaliado pelo sistema *double blind review*
Avaliador científico: Cristina Ielisi Leal Calegario

ABSTRACT

The sugarcane processing agroindustry is found to be the major propelling of the Brazilian agribusiness, stimulating the growth and development of regions on which factories were established and, the sector is stimulated. In this study, we aimed to analyze the impact of sugarcane sector in the employment generation in Dourados, State of Mato Grosso do Sul, Brazil, seeking to contribute to the local economic development. Data obtained from the Brazilian Institute of Geography and Statistics, the Annual Relation of Social Information, the Association of Bioenergy Producers of Mato Grosso do Sul, as well as those from the Secretary of the State of Agrarian Development, Industry and Trade were used. The importance and distribution of employment generated by the sugarcane sector was identified from indicators showed by means of the indices of Relative Participation of Employment and Location Quotient. According to results, the sugarcane sector corresponds to 15.33% of all employments of the economically active population of Dourados and, is characterized as an advanced vector for the local growth, although this micro-region is less economically dependent on the sugarcane sector for its economic development.

Palavras-chave: Crescimento Econômico; Setor Canavieiro; Geração de Emprego; Participação Relativa de Emprego (PRE); Quociente Locacional (QL).

Keywords: Economic growth; Sugarcane sector; Employment generation; Relative participation of employment; Location quotient.

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio brasileiro, caracterizado por um processo de modernização e industrialização, tem sido fonte de vários debates e estudos no sentido de aprimorar o setor dentro de uma perspectiva importante para o

desenvolvimento econômico das regiões do país. Neste cenário, a agroindústria de transformação sucroalcooleira se apresenta como grande propulsora do agronegócio brasileiro.

O plantio de cana-de-açúcar, fonte de matéria prima para o setor, ocupa em torno de 7 milhões de hectares ou

cerca de 2% de toda a terra arável do Brasil, tornando-se o maior produtor mundial, seguido pela Índia, Tailândia e Austrália. As regiões de cultivo no Brasil são Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste, permitindo duas safras por ano (UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇÚCAR - UNICA, 2012).

A atuação livre do mercado pela não regulamentação governamental faz com que a iniciativa privada passe a criar instrumentos e novas oportunidades para o investimento na produção de açúcar e etanol, como também a queda das barreiras protecionistas e o empenho em transformar o etanol numa ‘commodity’ ambiental (UNICA, 2012).

Dados da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (2012) - mostram que a previsão do total de produção de cana moída na safra 2012/13 é de 602,2 milhões de toneladas, com um aumento de 5,4% em relação à safra 2011/12. Há a previsão, ainda, de esmagamento de cana para a produção de açúcar de 299,9 milhões de toneladas, correspondendo a 49,83% da previsão de moagem total, com uma produção total de açúcar estimada em 38,85 milhões de toneladas. Para a produção de etanol serão esmagadas 302,2 milhões de toneladas de cana para a obtenção de 23,96 bilhões de litros de etanol.

Na região Centro-Oeste, com a chegada dos empreendimentos canavieiros, seja pelo plantio da cana – de - açúcar ou pela instalação das indústrias canavieiras, tem-se observado impactos positivos na economia de diversos municípios, ou seja, uma elevação nos indicadores econômicos de forma progressiva (CLIVONEI, 2012).

No estado de Mato Grosso do Sul, em específico, o setor canavieiro recebe grande apoio do governo em razão do interesse em fortalecer os grupos empresariais, no seu território, uma vez que a expansão da cana-de-açúcar, acredita-se ser uma forma de “modernizar” a mudança das culturas de produção do estado, ou seja, uma base mais diversificada e não apenas o binômio boi-soja. Além do que, as cidades receptoras das agroindústrias canavieiras apostam na geração de emprego pelas atividades industriais como fator relevante de desenvolvimento socioeconômico (AZEVEDO, 2008).

No que se refere à geração de empregos, o setor canavieiro no estado de Mato Grosso do Sul possui uma expectativa para a safra 2012/2013 de que as usinas de açúcar e etanol devem gerar 3 mil novos empregos. Além da perspectiva de que até o fim da safra atual, o montante do setor chegue a 128 mil empregos diretos e indiretos (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

A geração de emprego, na atividade agropecuária e na indústria, tem sido um dos pontos positivos que podem

ser observados com o ingresso das usinas de cana-de-açúcar nas localidades receptoras. O que ajuda a tolher a migração para a área urbana e melhorar a qualidade de vida onde essas empresas estão sendo instaladas, favorecendo, assim, o crescimento econômico local (MACEDO, 2006 apud SHIKIDA; SOUZA, 2009).

Assim, em virtude da grande importância da agroindústria canavieira na economia local, a questão que se coloca é: dentro das bases teóricas do crescimento econômico local, qual o reflexo do setor agroindustrial canavieiro sobre a geração de emprego na microrregião da cidade de Dourados no estado de Mato Grosso do Sul?

Neste contexto, este trabalho foi realizado com o objetivo de analisar os impactos do setor canavieiro sobre a geração de empregos na microrregião de Dourados, em Mato Grosso do Sul, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico local.

O trabalho está dividido em mais quatro seções além desta. Na seção seguinte, será apresentada uma revisão bibliográfica, com base nos conceitos teóricos sobre o crescimento econômico local, com a finalidade de dar suporte conceitual à proposta de estudo. A terceira seção relata os procedimentos metodológicos utilizados para identificar a distribuição regional e setorial do emprego e a qualificação do setor canavieiro na região. Na quarta seção, será apresentada uma breve caracterização do setor canavieiro no estado de Mato Grosso do Sul e na microrregião de Dourados em Mato Grosso do Sul, e a apresentação e discussão dos resultados. Por fim, as considerações finais e as referências utilizadas que encerram o trabalho.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção estão expostas as principais contribuições teóricas e de literatura para o entendimento e o desenvolvimento das próximas seções deste trabalho de pesquisa.

2.1 Desenvolvimento Regional

O estudo sobre o desenvolvimento e o crescimento econômico de determinada região deve ser compreendido dentro de um contexto teórico como forma de agregar conhecimento num processo de constantes inovações mercadológicas. Para Souza (2009, p. 3), o tema crescimento econômico emerge com vigor com Adam Smith:

O autor procura identificar os fatores da formação da riqueza nacional; explica como o mercado

opera e qual a importância do aumento do tamanho dos mercados para reduzir os custos médios (efeito escala) e permitir a produção com lucros. Expandindo-se os mercados, aumenta a renda e o emprego. O desenvolvimento ocorre com o aumento da proporção dos trabalhadores produtivos em relação aos improdutivos; pela redução do desemprego e a elevação da renda média do conjunto da população. Mais tarde Shumpeter diferenciou crescimento de desenvolvimento, sendo este provocado pelas inovações adotadas pelo empresário, com a ajuda do crédito.

O tema desenvolvimento econômico vem sendo discutido ao longo do tempo. Não havia para os pensadores da escola clássica e neoclássica, por exemplo, uma definição universal aceita para desenvolvimento. Uma corrente de economistas considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento; e outra corrente menos teórica e voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é indispensável, mas não condição suficiente para o desenvolvimento (SOUZA, 2009).

No entanto, Oliveira (2002, p. 40), encara desenvolvimento como um processo complexo de mudanças e transformações na ordem econômica, política, humana e social. De acordo com o autor:

Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformados para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Atualmente, podemos mencionar que existe um consenso sobre os aspectos teóricos referentes ao desenvolvimento e crescimento econômico. Além disso, o que pode ser observado é que o propósito do desenvolvimento econômico local é construir a capacidade econômica de uma determinada área para melhorar sua perspectiva econômica e a qualidade de vida de todos. Este é um processo pelo qual os parceiros públicos, o setor empresarial e os departamentos não governamentais trabalham coletivamente para criar condições melhores ao crescimento econômico e à geração de emprego (SWINBURN; GOGA; MURPHY, 2012).

Portanto, pode-se afirmar, dentro deste contexto, que desenvolvimento local é

[...] um processo que reativa a economia e dinamiza a sociedade local que, por meio do aproveitamento

eficiente dos recursos endógenos disponíveis em uma determinada zona, é capaz de estimular seu crescimento econômico, criar empregos e melhorar a qualidade de vida da comunidade (DEL CASTILLO, 1998 apud SHIKIDA; SOUZA, 2009).

Anhesini (2011) menciona que, apesar de ser densa a discussão em torno do crescimento econômico local e o termo desenvolvimento econômico, ainda são grandes os subsídios para sua compreensão. Desta forma, “[...] a partir da década de 1950 começaram a ser elaboradas teorias de desenvolvimento regional que enfatizavam algum tipo de mecanismo dinâmico de auto- reforço resultante de externalidades associadas à aglomeração industrial” (MONASTERIO; CAVALCANTE, 2011, p. 63).

Tal teoria do crescimento polarizado foi introduzida pelo economista francês François Perroux, na década de 1960 e este o crescimento não acontece em todos os lugares e ao mesmo tempo, mas se manifesta isoladamente em pontos ou polos de crescimento, com intensidades diferentes, afetando a economia como um todo (GANTSHO, 2008; RIPPEL; LIMA, 2009). Vanneste (1971 apud GANTSHO, 2008, p. 3), afirma que:

[...] Perroux refinou seu conceito de polo de crescimento como uma unidade dinâmica em ambiente definido. A unidade é simples ou complexa: (a) uma empresa, ou (b) grupo de empresas não institucionalizadas, ou (c) o grupo de empresas institucionalizadas, tais como empresas privadas e semipúblicas.

Centenaro (2011) e Lima e Simões (2009) descrevem que a indústria motriz ocupa um espaço onde se situam seus meios materiais e pessoais, podendo se destacar três espaços econômicos: (1) primeiramente a indústria motriz se localiza próxima de seus fornecedores de *input*, como matéria-prima, mão – de – obra e capital, e os compradores de *output*, como atacadistas, varejistas e consumidores finais; (2) no segundo espaço econômico, a indústria motriz se define como campo de forças, constituído por centros ou polos de atração, atraindo excedentes de mão – de – obra e capital; (3) no terceiro espaço econômico, a indústria motriz ocupa um espaço homogêneo, caracterizando-se como parte do meio.

Para Anhesini (2011, p. 14): “Uma teoria complementar à teoria do crescimento polarizado na explicação do desenvolvimento regional é a da base exportação”. Segundo North (1977, apud MONTAGNHANI; FAGUNDES; SILVA, 2012, p. 28):

[...] a Teoria da Base de Exportação considera as exportações como a principal força desencadeadora do processo de desenvolvimento à medida que as atividades básicas incentivam o desenvolvimento de atividades complementares. A força motriz da economia são as atividades básicas que vendem seus produtos em outras regiões, e as atividades complementares dão suporte às atividades básicas.

Na teoria da base exportadora, as atividades econômicas se dividem entre aquelas que são produzidas para o mercado exportador, consideradas como básicas e aquelas que são produzidas para o mercado interno, ditas como não básicas ou residenciais. O crescimento de uma região, segundo essa teoria, está vinculado à expansão de sua base de exportação, enquanto a indústria não básica exerce um papel passivo no processo de crescimento (OLIVEIRA; NÓBREGA; MEDEIROS, 2012).

Lemos (2006) afirma que, para delimitar o estudo de desenvolvimento em determinada região, o conceito de polarização econômica de Perroux (1961 apud LEMOS, 2006), como mencionado acima, complementa o de base exportadora:

A polarização econômica é o poder de dominação no espaço, inicialmente concebido por Perroux sob a forma de indústria motriz e empresa motriz, capaz de estabelecer encadeamentos de compras e vendas em um espaço geograficamente delimitado. A constituição de um polo irradiador de demanda produzido em um espaço, suficiente para estabelecer forte complementaridade vias trocas inter-regionais de insumo-produto. Desta forma, as interdependências setoriais são territorializadas, através da complementaridade produtiva intra-regional, que possibilita endogenizar os efeitos de encadeamento no espaço localizado regional (LEMOS, 2006, p. 179).

Assim, as aglomerações industriais ou conjunto de empresas coordenadas ou não por uma empresa âncora ou motriz, constituiria um ambiente regional organizado por aglomerações produtivas, geradoras de economias externas de escala, via interdependências setoriais e complementaridades da rede urbana regional. Neste ambiente que se cria um mecanismo de retroalimentação de sua base exportadora, o crescimento regional e as atividades residenciais (CENTENARO, 2011; LEMOS, 2006).

Juntamente com essas teorias, devem-se considerar as aglomerações de empresas e instituições em *cluster* ou sistemas locais de produção. Suzigan, Garcia e Furtado (2005, p. 289) caracteriza *cluster* ou SLP como “[...] uma aglomeração geográfica de grande número de empresas de portes variados, [...], fabricantes de um mesmo tipo de produto e seus fornecedores e prestadores de serviços”. Ainda Suzigan, Garcia e Furtado (2005) destaca que em aglomerações de empresa, predomina-se alguma forma de liderança ou governança local, como empresas dominantes operando redes de pequenas empresas terceirizadas, redes autônomas de pequenas empresas, estruturas dominantes por grandes empresas, sendo a proximidade local geográfica entre os agentes, partes essenciais para a coordenação.

2.2 O Setor Canavieiro e o Desenvolvimento Regional

Segundo dados da CONAB (2012), o estado de Mato Grosso do Sul ocupa a 5º lugar no ranking de produção de cana, com uma área produtiva de 480,86 mil hectares. Estes indicadores proporcionam um crescente interesse das empresas investidoras do setor canavieiro no estado para a instalação de usinas para produção de etanol e açúcar, impulsionando o desenvolvimento econômico local a partir do plantio da cana de açúcar.

A instalação de indústrias, com base em uma nova atividade em determinada região, tende a desenvolver os encadeamentos produtivos locais. Este fator pode ocorrer tanto pela necessidade de insumos, podendo ser produzido na região onde a indústria se instalou (encadeamentos para trás), quanto os produtos da nova atividade produtiva, podendo, também, servir de insumos para atividades da região ou, ainda, estimular a instalação de atividades que deles necessitem (encadeamentos para frente) (SHIKIDA; SOUZA, 2009). Ainda, segundo Shikida e Souza (2009, p. 576):

[...] os impactos sobre o desenvolvimento da região, em função da instalação de uma nova atividade econômica, são sentidos sobre o mercado de trabalho regional, sobre o nível de produção regional, sobre o nível de renda regional e sobre o nível de arrecadação tributária da região.

A oferta de emprego no mercado regional de trabalho, gerada pela instalação de usinas do setor canavieiro no Brasil, possui indicadores extremamente relevantes que enfatizam a importância do setor no

desenvolvimento econômico do país. Neves, Trombin e Consoli (2009, p. 11) destacam que:

Em 2008, o setor sucroenergético empregou 1,28 milhão de pessoas com carteira assinada, o equivalente a 2,15% dos postos de trabalho no Brasil. Nessa conta se incluem empregos gerados no cultivo da cana-de-açúcar, fábricas de açúcar em bruto, no refino e moagem de açúcar e na produção de etanol. A maior parte dos empregos foi gerada pelo cultivo da cana (481.662 funcionários), fixos e sazonais, e nas fábricas de açúcar (561.292). A produção de etanol envolveu 226.513 empregados. E o refino e moagem de açúcar, 13.791 empregos. Considerando-se que para cada emprego direto são gerados dois indiretos, estima-se haver 4,29 milhões de pessoas trabalhando na cadeia da cana-de-açúcar.

Para Montagnhani, Fagundes e Silva (2012), o papel da indústria canavieira na geração de emprego e desenvolvimento regional, identifica-se, a partir da teoria de North, que considera as exportações como as principais forças desencadeadoras do processo de desenvolvimento à medida que as atividades básicas incentivam o desenvolvimento de atividades complementares. Ainda, segundo os autores, a geração de emprego é um multiplicador básico para demonstrar o impacto de uma atividade exportadora no restante de uma determinada economia, utilizando-se, para tanto, a medição da concentração de um setor ou atividade de uma região por meio de dados elaborados por indicadores, entre eles o quociente locacional (QL).

Shikida, Souza e Dahmer (2009) discutem os impactos no crescimento econômico de uma determinada localidade baseados na agroindústria canavieira. O estudo realizado pelos autores utilizou-se das abordagens do desenvolvimento regional referentes à teoria da base exportadora de North. Quanto ao estudo dos empregos gerados pelo setor canavieiro, por meio da desagregação de dados de determinados setores, com estimativas mais realistas do emprego básico e seu efeito multiplicador, optando-se pelo uso dos dados de emprego da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cuja desagregação é de 25 setores.

Anhesini (2011) menciona que as indústrias canavieiras, tendo como base a teoria dos polos de Perroux, destacam-se como indústrias motrizes em determinadas regiões, contribuindo com o conceito de crescimento econômico local a partir do processo de concentração

espacial da agroindústria. E que a geração de emprego é fator preponderante para o estudo do desenvolvimento local, podendo ser observado por meio de indicadores que proporcionam a visualização econômica dos municípios especializados na produção de cana-de-açúcar pelo Quociente Locacional (QL), utilizando-se como variável o indicador emprego.

Apesar dos problemas relativos à informalidade no setor, os resultados permitem verificar uma especialização municipal, podendo ser observada a participação da variável emprego na contribuição, de forma positiva ou negativa, para o resultado da influência econômica da indústria canavieira no crescimento econômico local.

Desta forma, de acordo com as teorias das políticas de desenvolvimento regional, o crescimento não obedece a um mesmo padrão de distribuição espacial. Ele ocorre de modo bastante concentrado e com variação em intensidade, sendo maior nas áreas favorecidas pela localização de atividades industriais (TEIXEIRA; SOUSA, 2001).

3 METODOLOGIA

A pesquisa objeto de estudo, de caráter descritivo, tem abordagem quali-quantitativa, pois em determinados momentos apresenta características qualitativas, sendo possível descrever situações e, em outros momentos, apresenta características de pesquisa quantitativa, procurando mensurar os resultados conforme dados coletados (GIL, 2006). Neste tipo de pesquisa, os dados são coletados pela pesquisa bibliográfica, sendo utilizados dados de fontes secundárias (TRALDI; DIAS, 2011).

3.1 Área do Estudo

A área de estudo é a microrregião da cidade de Dourados, no estado de Mato Grosso do Sul, formada por 15 municípios, sendo eles: Amambaí, Antônio João, Aral Moreira, Caarapó, Douradina, Dourados, Fátima do Sul, Itaporã, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Nova Alvorada do Sul, Ponta Porã, Rio Brillante e Vicentina. Esta microrregião corresponde a uma área de 37.359,114 km² e uma população de 500.955 habitantes, possui uma população economicamente ativa de 82.131 pessoas (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2012b).

3.2 Fonte de Dados

Neste trabalho foram utilizados dados do mercado de trabalho obtidos pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), analisando-se o comportamento da

geração de emprego nos municípios pertencentes à microrregião de Dourados/MS, no período entre 2006 a 2010, compreendendo um período de intensa atividade econômica do setor na microrregião. Foram analisados os dados específicos da participação do setor na economia local, disponibilizados pela Associação dos Produtores de Bioenergia de Mato Grosso do Sul (BioSul MS) e dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (SEPROTUR).

O setor canavieiro na microrregião de Dourados/MS foi caracterizado por classes da Classificação Nacional de Atividade Econômica – CNAE (BRASIL, 2012) na versão 2.0, conforme descrito na Tabela 1, a seguir.

3.3 Modelo Empírico

Para identificar a distribuição dos empregos gerados na microrregião de Dourados/MS, a partir da evolução do setor canavieiro; indicar a importância da atividade na geração de emprego na microrregião em relação à geração de emprego da atividade em todo o estado; bem como indicar a concentração de uma determinada atividade econômica em uma microrregião comparada com a sua participação no estado, utilizou-se o índice de Participação Relativa de Emprego (PRE) e o índice de especialização Quociente Locacional (QL).

O índice de Participação Relativa do Emprego (PRE)¹ pode ser apresentado como:

$$PRE = \frac{NrE_{ij}}{NrE_{iMS}}$$

Onde:

PRE = índice de Participação Relativa do Emprego

NrE_{ij} = número de empregado do setor i da microrregião j ;

NrE_{iMS} = números de empregados do setor i em Mato Grosso do Sul.

E, o índice de Especialização, tradicionalmente conhecido na literatura, como Quociente Locacional (QL)², e utilizado em estudos de economia e desenvolvimento regional é didaticamente apresentado como:

$$QL = \frac{\frac{E_{ij}}{E_{i..}}}{\frac{E_{.j}}{E_{..}}} = \text{Quociente Locacional do setor na região } j$$

Onde:

QL = Quociente Locacional do setor na região

E_{ij} = emprego no setor i da região j ;

$E_{.j} = \sum_i E_{ij}$ = emprego em todos os setores da região j ;

$E_{i.} = \sum_j E_{ij}$ = emprego no setor i de todas as regiões;

$E_{..} = \sum_i \sum_j E_{ij}$ = emprego em todos os setores das regiões.

Com base em Teixeira e Souza (2011), utilizam-se as seguintes categorias como forma de mensurar e qualificar o setor canavieiro na microrregião de Dourados/MS:

- Núcleos de Desenvolvimento Setorial-Regional ($5,3 \leq QL < 1000$; $0,13 \leq PRE < 1$);
- Vetores Avançados ($1,4 \leq QL < 5,3$; $0,13 \leq PRE < 1$);
- Vetor de Desenvolvimento Local ($5,3 \leq QL < 1000$; $0 \leq PRE < 0,13$);
- Embrião de Sistema Local de Produção ($1,4 \leq QL < 5,3$; $0 \leq PRE < 0,13$).

Assim, por meio dos cálculos aplicados para a elaboração dos indicadores apresentados acima, serão mensurados os empregos gerados pelo setor canavieiro, buscando-se identificar os impactos de sua participação para o desenvolvimento regional local.

¹Suzigan et al. (2004 apud TEIXEIRA; SOUZA, 2011, p. 813).

²Haddad (1989 apud SUZIGAN; GARCIA; FURTADO, 2005, p. 294).

TABELA 1 – Classes da atividade econômica

Código CNAE	Classe da atividade econômica
01130	Cultivo de cana-de-açúcar
01423	Produção de toletes certificados de cana-de-açúcar, inclusive modificadas geneticamente
01610	Serviços de preparação de terreno, cultivo e corte da cana realizados sob contrato
10716	Produção de açúcar em bruto (Usinas de açúcar)
10724	Fabricação, refino e moagem de açúcar de cana
19314	Produção de álcool de cana (Usinas de álcool)

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de emprego da CNAE 2.0 (IBGE, 2012a)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção será descrito o setor canavieiro do estado de Mato Grosso do Sul e da microrregião de Dourados, em Mato Grosso do Sul, além da análise dos índices de Participação Relativa do Emprego e do Quociente Locacional do setor canavieiro.

4.1 O Setor Canavieiro no Estado de Mato Grosso do Sul

O estado de Mato Grosso do Sul atualmente ocupa um lugar de destaque no ranking de produção de cana-de-açúcar, o que proporciona um crescente interesse do estado para a instalação de usinas para a produção industrial do etanol e açúcar para consumo direto.

A Tabela 2 mostra a evolução da colheita da cana-de-açúcar, em toneladas, em Mato Grosso do Sul, e a evolução da produção de açúcar e etanol, e suas respectivas variações. Os dados apresentam uma evolução de todo o setor produtivo a partir da safra de 2005/06 à safra de 2011/12 no estado.

Com relação aos dados apresentados na Tabela 2, pode-se destacar o crescimento significativo do setor no Estado, a produção de açúcar apresentou a maior TGC, evoluindo 24,81%, seguida pela produção de cana-de-açúcar, 24,62% e pela produção de etanol, com a TGC de 21,96% no período analisado. Dados estes que confirmam a crescente evolução do setor canavieiro no cenário econômico estadual.

Pode-se observar, ainda, com os dados da Tabela 2, que a variação da produção de cana, bem como dos

produtos derivados (açúcar e etanol), no decorrer das safras sofrem variações de percentuais de produção dentro de uma escala irregular. Em determinados anos, as safras alcançam altos níveis de produção e em outros há redução destes valores, fatores que podem estar relacionados às variáveis clima e solo, impactando no volume de produção do setor canavieiro.

Segundo dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo (MATO GROSSO DO SUL, 2012) referente à Balança Comercial de Mato Grosso do Sul, o produto açúcar ocupou o quarto lugar na Balança de Exportação do estado, gerando receita de US\$ 377.716.476, representando 911.624.711kg, valor esse que corresponde a 12,75% de todas as exportações do estado no ano de 2010.

Já no ano de 2011, o produto açúcar ocupou o segundo lugar na Balança de Exportação do estado, gerando uma receita de US\$ 677.957.632 e representando 1.281.089.198kg de açúcar exportados, correspondendo a 17,32% de todos os produtos exportados pelo estado em 2011, o que representa um aumento considerável de 40,53% no volume de exportações no período de um ano.

Em 2011, em relação à Balança de Exportação do estado, o açúcar ficou atrás apenas do produto grãos de soja, que gerou uma receita de US\$ 695.525.011, correspondendo a 17,76% de todos os exportados pelo estado em 2011 (MATO GROSSO DO SUL, 2012).

A Tabela 3 apresenta dados referentes à evolução da geração de empregos no setor canavieiro no estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2006 a 2010.

TABELA 2 – Evolução da produção do setor canavieiro no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2005 a 2012

Safra	Cana-de-açúcar (t)	Variação (%)	Açúcar (t)	Variação (%)	Etanol (m³)	Variação (%)
2005/06	9.037.918	-	420.009	-	495.591	-
2006/07	11.628.805	28,67	575.536	37,03	640.843	29,31
2007/08	14.869.066	27,86	616.170	7,06	876.774	36,82
2008/09	18.090.388	21,66	640.523	3,95	1.071.446	22,20
2009/10	23.111.237	27,75	746.861	16,60	1.262.435	17,83
2010/11	33.519.668	45,04	1.328.546	77,88	1.848.777	46,45
2011/12	33.849.950	0,99	1.587.751	19,51	1.630.986	-11,78
TGC (%)	24,62		24,81		21,96	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pelo BioSul/MS (2012)

TABELA 3 – Evolução da geração de emprego no setor canavieiro no estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2006-2010

Código CNAE	Classe da atividade econômica	2006	2007	2008	2009	2010
1130	Cultivo de cana-de-açúcar	4.778	7.380	6.616	8.564	7.028
1423	Produção de toletes certificados de cana-de-açúcar, inclusive, modificadas geneticamente	23	22	28	25	21
1610	Serviços de preparação de terreno, cultivo e corte da cana realizados sob contrato	1.584	1.486	1.307	1.230	1.545
10716	Produção de açúcar em bruto (Usinas de açúcar)	1.255	5.497	4.165	7.110	6.724
10724	Fabricação, refino e moagem de açúcar de cana	164		10		8
19314	Produção de álcool de cana (Usinas de álcool)	2.077	3.408	6.023	8.106	9.700
Total		9.881	17.793	18.149	25.035	25.026

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pelo MTE – PDET (MTE, 2012)

Conforme os dados da Tabela 3, verifica-se uma evolução considerável na geração de emprego nas atividades econômicas desde o ano de 2006. Destaca-se, por exemplo, o caso da produção de álcool de cana (usinas de álcool), com um aumento de 367,02%, representando a geração de 7.623 novos postos de trabalho entre o período de 2006 a 2010. Na produção de açúcar em estado bruto (usinas de açúcar), com um aumento de 435,78%, representando a geração de 5.469 novos postos de trabalho.

O setor canavieiro, no estado de Mato Grosso do Sul, apresentou um aumento real, conforme dados coletados, de 153,27%, representando a geração de 15.145 novos postos de trabalho entre os anos de 2006 a 2010. Fato que comprova a importância do setor para o desenvolvimento do estado.

4.2 O Setor Canavieiro na Microrregião de Dourados/MS

A Tabela 4 apresenta os municípios e a quantidade de usinas canavieiras dos 15 municípios da microrregião de Dourados em Mato Grosso do Sul. Destaque para o município de Rio Brilhante com 3 unidades e Dourados, Maracaju e Nova Alvorada do Sul com 2 unidades.

Tem-se, a partir dos dados da Tabela 4, que dos 15 municípios da microrregião de Dourados, em Mato Grosso do Sul, 9 municípios possuem usinas canavieiras. Estes dados demonstram a importância do setor canavieiro para a microrregião.

TABELA 4 – Relação de usinas canavieiras nos municípios da microrregião de Dourados em Mato Grosso do Sul, no ano de 2010

Município	Usinas
Amambaí	1
Caarapó	1
Dourados	2
Fátima do Sul	1
Maracaju	2
Nova Alvorada do Sul	2
Ponta Porã	1
Rio Brilhante	3
Vicentina	1
Total	14

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pelo MTE – PDET (MTE, 2012)

A Tabela 5 apresenta a evolução do setor canavieiro em relação à evolução da população economicamente ativa da microrregião de Dourados, em Mato Grosso do Sul, entre 2006 a 2010. Verifica-se que o setor foi responsável por 12.591 postos de trabalhos no ano de 2010, representando 15,33% do total de postos de trabalhos ocupados na microrregião neste ano.

TABELA 5 – Relação de empregos no setor canavieiro e a população economicamente ativa da microrregião de Dourados em Mato Grosso do Sul

Ano	População empregada no setor canavieiro	Variação (%)	PEA microrregião de Dourados	Participação PEA (%)	Variação (%)
2006	5.133	-	58.339	8,80	
2007	6.893	34,29	62.306	11,06	6,80
2008	6.247	-9,37	66.646	9,37	6,97
2009	11.405	82,57	76.423	14,92	14,67
2010	12.591	10,40	82.131	15,33	7,47
TGC (%)	25,15		8,93		

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pelo MTE – PDET (MTE, 2012)

De acordo com os dados da Tabela 5, pode-se verificar a evolução na geração de empregos no setor canavieiro da microrregião de Dourados em Mato Grosso do Sul. Destaca-se que, no ano de 2009, este setor empregava 11.405 trabalhadores, ou seja, 5.158 novos postos de emprego, em relação ao ano anterior, representando uma variação de 82,57%.

Em 2010 o setor canavieiro foi responsável pela geração de 1.186 novos postos de trabalho, representando um aumento de 10,40%, em relação ao ano de 2009, sendo um aumento maior que o do total da população economicamente ativa, que foi de apenas 7,46% no mesmo período.

A Tabela 6 destaca a evolução do emprego nos municípios que compõem a microrregião de Dourados em Mato Grosso do Sul.

A partir do ano de 2006, houve um considerável aumento na geração de emprego no setor canavieiro na microrregião de Dourados, em Mato Grosso do Sul, justificando-se pela criação de novas usinas e incentivos para o desenvolvimento do setor canavieiro.

De acordo com dados da Tabela 6, pode-se destacar o município de Dourados, com a geração de 2.919 novos postos de trabalhos, o município de Nova Alvorada do Sul com a geração de 1.552 novos postos de trabalho, o município de Caarapó com a geração de 1.219 novos postos de trabalho e o município de Rio Brilhante com a geração de 746 novos postos de trabalho entre os anos de 2006 a 2010.

A Tabela 7 destaca a evolução do emprego no setor canavieiro na microrregião de Dourados/MS, as atividades econômicas de produção de toletes certificados de cana-de-açúcar, inclusive, modificadas geneticamente e fabricação, refino e moagem de açúcar de cana não são executadas nesta microrregião, porém constitui parte do setor canavieiro e são encontrados no estado de Mato Grosso do Sul.

Conforme os dados da Tabela 7, pode-se destacar uma evolução considerável na geração de emprego nas atividades econômica desde o ano de 2006. Destaca-se a Produção de álcool de cana (Usinas de álcool), com um aumento de 2.134,65%, e a Produção de açúcar em bruto (Usinas de açúcar), com um aumento de 237,69% entre 2006 e 2010. O setor canavieiro na microrregião de Dourados em Mato Grosso do Sul, concentra um aumento de 145,30% na geração de empregos entre os anos de 2006 a 2010.

4.3 Participação Relativa do Emprego (PRE) e Quociente Locacional (QL)

A Participação Relativa do Emprego (PRE) é um índice que indica a importância de uma determinada atividade econômica na microrregião em relação à atividade em todo o estado. O Quociente Locacional (QL), por sua vez, indica a concentração de uma determinada atividade econômica em uma microrregião comparada com a sua participação em todo o estado.

TABELA 6 – Evolução do emprego no setor canavieiro nos municípios da microrregião de Dourados em Mato Grosso do Sul

Municípios	2006	2007	2008	2009	2010	Variação (%)
Amambaí	4	3	6	2	1	-75,00
Antônio João	0	1	1	1	0	0,00
Aral Moreira	4	0	0	1	1	-75,00
Caarapo	25	139	247	1.005	1.244	4876,00
Douradina	5	1	3	4	5	0,00
Dourados	72	133	1.266	2.128	2.991	4054,17
Fátima do Sul	3	8	85	149	128	4166,67
Itaporã	1	0	2	0	4	300,00
Juti	1	1	2	3	2	100,00
Laguna Carapã	5	4	5	5	4	-20,00
Maracaju	1.659	1.696	658	2.097	1.747	5,30
Nova Alvorada do Sul	217	966	743	1.520	1.769	715,21
Ponta Por	16	4	6	670	707	4318,75
Rio Brilhante	3.120	3.930	3.027	3.620	3.866	23,91
Vicentina	1	3	196	200	122	12100,00
Total	5.133	6.893	6.247	11.405	12.591	145,30

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pelo MTE – PDET (MTE, 2012)

TABELA 7 – Evolução do emprego no setor canavieiro conforme a atividade econômica na microrregião de Dourados em Mato Grosso do Sul

Código CNAE	Classe da atividade econômica	2006	2007	2008	2009	2010
1130	Cultivo de cana-de-açúcar	3.324	928	658	1.091	1.222
1423	Produção de toletes certificados de cana-de-açúcar, inclusive, modificadas geneticamente	1	1			
1610	Serviços de preparação de terreno, cultivo e corte da cana realizados sob contrato	250	256	241	311	360
10716	Produção de açúcar em bruto (Usinas de açúcar)	1.255	4.435	2.192	4.813	4.238
10724	Fabricação, refino e moagem de açúcar de cana					
19314	Produção de álcool de cana (Usinas de álcool)	303	1.273	3.156	5.190	6.771
Total		5.133	6.893	6.247	11.405	12.591

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pelo MTE – PDET (MTE, 2012)

A Tabela 8 apresenta os índices de PRE e QL em todas as atividades econômicas relacionadas ao setor canavieiro na microrregião de Dourados/MS.

De acordo com os dados da Tabela 8, podem-se destacar as atividades econômicas de produção de açúcar em estado bruto (usinas de açúcar), com o índice de PRE igual

a 0,63 e o índice QL igual a 3,270, e a atividade econômica de produção de álcool de cana (usinas de álcool), com um índice de PRE igual a 0,698 e o índice de QL igual a 3,622 como atividades econômicas características de um *vetor avançado*, isto é, essas atividades econômicas possuem grande importância para o setor canavieiro da região, mas por estarem diluídas em tecidos econômicos maiores e mais diversificados, possuem pouca relevância para o desenvolvimento econômico da microrregião de Dourados em Mato Grosso do Sul.

Analisando as atividades econômicas de cultivo de cana-de-açúcar, com o índice de PRE igual a 0,174 e o índice QL igual a 0,902 e a atividade econômica de serviços de preparação de terreno, cultivo e corte da cana, realizado sob contrato com o índice de PRE igual a 0,233 e o índice QL igual a 1,209, pode-se considerá-las como atividades econômicas características de um *vetor de desenvolvimento local*, isto é, essas atividades econômicas influenciam no desenvolvimento da microrregião, porém não possuem uma contribuição decisiva para o setor principal a que estão vinculadas, neste caso o setor canavieiro.

A Tabela 9 demonstra a evolução da PRE e QL no setor canavieiro na microrregião de Dourados em Mato Grosso do Sul no período de 2006 a 2010.

Analisando a Tabela 9, pode-se destacar a evolução expressiva da geração de postos de trabalho pelo setor canavieiro no estado de Mato Grosso do Sul e na microrregião de Dourados em Mato Grosso do Sul, partindo de 5.133 postos de trabalho em 2006 para a geração de 12.591 postos de trabalho em 2010 no setor na microrregião de Dourados em Mato Grosso do Sul. Observando a Participação Relativa do Emprego em 2010, a qual foi igual a 0,503, pode-se ressaltar que 50,30% de todos os postos de trabalho empregados pelo setor canavieiro no estado estão alocados apenas na microrregião de Dourados/MS.

O índice de concentração do setor canavieiro, na microrregião de Dourados em Mato Grosso do Sul, determinado pelo Quociente Locacional (QL), apresenta um valor igual a 2,610 no ano de 2010, caracterizando o setor canavieiro como um *vetor avançado* para o desenvolvimento do setor na microrregião de Dourados e no estado de Mato Grosso do Sul. Quanto ao desenvolvimento econômico da microrregião de Dourados, o setor canavieiro possui participação para a produção e geração de postos de trabalho, porém expressa pouca relevância para o desenvolvimento econômico da microrregião, ou seja, a microrregião possui pouca dependência econômica do setor canavieiro ao seu desenvolvimento.

TABELA 8 – Indicadores do setor canavieiro conforme a atividade econômica na microrregião de Dourados em Mato Grosso do Sul – 2010

Código CNAE	Classe da atividade econômica	Volume de emprego na microrregião de Dourados/MS	Volume de emprego em Mato Grosso do Sul	PRE	QL
01130	Cultivo de cana-de-açúcar	1.222	7.028	0,174	0,902
01423	Produção de toletes certificados de cana-de-açúcar, inclusive, modificadas geneticamente	0	21	0,000	0,000
01610	Serviços de preparação de terreno, cultivo e corte da cana realizados sob contrato	360	1545	0,233	1,209
10716	Produção de açúcar em bruto (Usinas de açúcar)	4.238	6.724	0,630	3,270
10724	Fabricação, refino e moagem de açúcar de cana	0	8	0,000	0,000
19314	Produção de álcool de cana (Usinas de álcool)	6.771	9.700	0,698	3,622
Média do setor canavieiro		12.591	25.026	0,503	2,610

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pelo MTE – PDET (MTE, 2012). Nota: Vetor Avançado ($1,4 \leq QL < 5,3$; $0,13 \leq PRE < 1$).

TABELA 9 – Quociente Locacional, Participação Relativa do Emprego e outros indicadores do setor canavieiro na microrregião de Dourados/MS no período de 2006-2010

Ano	2006	2007	2008	2009	2010
Volume de emprego do setor canavieiro em Mato Grosso do Sul	9.883	17.797	18.152	25.038	25.047
Volume de emprego no setor canavieiro na microrregião de Dourados/MS	5.133	6.893	6.247	11.405	12.591
PRE	0,519	0,387	0,344	0,456	0,503
Quociente locacional (QL)	2,847	2,178	1,917	2,337	2,610

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos resultados da pesquisa. Dados disponibilizados pelo MTE – PDET (MTE, 2012). Nota: Vetores Avançados($1,4 \leq QL < 5,3$; $0,13 \leq PRE < 1$)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como base a expectativa do desenvolvimento e crescimento local a partir da geração de emprego, este artigo se propôs a analisar as atividades econômicas relacionadas à cultura agrícola da cana-de-açúcar, definindo um conjunto de atividades como setor canavieiro, e analisou-se a importância da geração de emprego proporcionada por esse setor para a economia local da microrregião de Dourados/MS.

Pode-se observar que o setor canavieiro se mostrou um *vetor avançado* na geração de empregos para a região, gerando um total de 7.458 novos postos de trabalho entre o período de 2006 a 2010. De acordo com a Participação Relativa do Emprego (PRE), pode-se observar que, no ano de 2010, a microrregião de Dourados/MS concentrou de 50,3% do total de mão – de – obra empregada no estado de Mato Grosso do Sul pelo setor canavieiro, representa um total de 12.591 postos de trabalhos na microrregião, empregando 15,33% da população economicamente ativa da microrregião de Dourados/MS.

O Quociente Locacional (QL), que determina o índice de concentração de uma determinada atividade econômica em uma microrregião comparada com a sua participação em todo o estado, mostrou um valor de 2,610 no ano de 2010, caracterizando o setor canavieiro na microrregião de Dourados, em Mato Grosso do Sul, como um *vetor avançado*.

Isto é, o setor canavieiro da microrregião de Dourados possui grande importância para todo o setor no estado de Mato Grosso do Sul em virtude de sua participação na produção e na geração de postos de trabalho, mas, por estarem diluídos em tecidos econômicos maiores e diversificados, o setor canavieiro, unicamente, possui pouca relevância para o desenvolvimento

econômico da microrregião, ou seja, a microrregião possui pouca dependência econômica do setor canavieiro para o seu crescimento e desenvolvimento.

Com base nos valores encontrados pela Participação Relativa do Emprego e no Quociente Locacional, pode-se concluir que o setor canavieiro possui um papel importante na geração de novos postos de trabalho para a microrregião de Dourados, em Mato Grosso do Sul, contribuindo e proporcionando o desenvolvimento e crescimento econômico da microrregião. Caracteriza, assim, a microrregião de Dourados como um polo canavieiro dentro do estado de Mato Grosso do Sul.

6 REFERÊNCIAS

ANHESINI, J. A. R. **Influência econômica da agroindústria canavieira sobre os municípios produtores paranaenses**. 2001. 90 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.

AZEVEDO, J. R. N. **Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul: relação capital x trabalho e reconfiguração espacial**. 2008. 234 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.

BIOSUL-MS. **Associação dos produtores de bioenergia de Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <<http://www.biosulms.com.br/mapas.php>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Classificação nacional de atividade econômica**. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br/index.asp>>. Acesso em: 10 maio 2012.

CENTENARO, M. Análise da evolução da indústria sucroenergética do Estado de Mato Grosso do Sul. In: ENCONTRO CIENTÍFICO DE ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA E CONTABILIDADE, 1., 2011, Dourados. **Anais...** Dourados: UEMS, 2011. 1 CD-ROM.

CLIVONEI, R. **Especial: cana leva progresso e esperança ao centro-oeste.** Disponível em: <<http://www.diretodausina.com.br/conteudo/especial-cana-leva-progresso-e-esperanca-ao-centro-oeste-144215>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Safrinha cana Mato Grosso do Sul: período de 2005-2012.** Brasília, 2012.

GANTSHO, S. V. Cities as growth poles implications for rural development. In: ANNUAL MEETINGS SEMINAR HELPIN MAPUTO, MOZAMBIQUE, 43., 2008, Maputo. **Proceedings...** Maputo: African Development Bank, 2008. 1 CD-ROM.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Classificação nacional de atividade econômica.** Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br/index.asp>>. Acesso em: 10 maio 2012a.

_____. **População economicamente ativa microrregião de Dourados/MS: período de 2006-2010.** Brasília, 2012b.

LEMOS, M. B. Desenvolvimento econômico e a regionalização do território. In: DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. (Org.). **Economia regional e urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 173-194.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós-guerra: o caso do Brasil.** Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009. 33 p. (Texto para Discussão, 358).

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, da Produção, da Indústria, do Comércio e do Turismo. **Safrinha cana Mato Grosso do Sul: período de 2005-2012.** Disponível em: <<http://www.unisite.ms.gov.br/unisite/sites/seprotur/index.php?inside=1&tp=3&show=960>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

MONASTERIO, L.; CAVALCANTE, L. R. Fundamentos do pensamento econômico regional. In: _____. **Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil.** Brasília: IPEA, 2011. p. 43-77.

MONTAGNHANI, B. A.; FAGUNDES, M. B. B.; SILVA, J. F. **O papel da agroindústria canavieira na geração de empregos e no desenvolvimento local: o caso da usina mundial no município de Mirandópolis, estado de São Paulo.** Disponível em: <[ftp://ftp.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/IE/2009/tec3-1209.pdf](http://ftp.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/IE/2009/tec3-1209.pdf)> Acesso em: 10 jun. 2012.

NEVES, F.; TROMBIN, V. G.; CONSOLI, M. **PIB do setor sucroenergético, de US\$ 28 bi, é quase 2% da riqueza nacional.** Disponível em: <http://www.unica.com.br/Downloads/estudosmatrizenergetica/pdf/MATRenerget_FINAL_WEB.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2012.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, N. M.; NÓBREGA, A. M.; MEDEIROS, M. R. Desenvolvimento econômico e regional segundo a teoria da base de exportação. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, v. 1, n. 1, p. 51-65, jul./dez. 2012.

RELAÇÃO anual de informações sociais. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

RIPPEL, R.; LIMA, J. F. Polos de crescimento: notas sobre o caso do estado do Paraná. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 14, n. 1, p. 136-149, jan./abr. 2009.

SHIKIDA, P. F. A.; SOUZA, E. C. Agroindústria canavieira e crescimento econômico local. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 47, n. 3, p. 569-600, jul./set. 2009.

SHIKIDA, P. F. A.; SOUZA, E. C.; DAHMER, V. S. Agroindústria canavieira e desenvolvimento local: o caso da usina Usaciga no município de cidade Gaúcha-PR. **Revista de Economia e Agronegócios**, Viçosa, v. 6, n. 1, p. 135-155, jan./abr. 2008.

- SOUZA, N. J. **Desenvolvimento econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- SUZIGAN, W.; GARCIA, R.; FURTADO, J. Sistemas locais de produção/ inovação: metodologia para a identificação, estudos de casos e sugestões de políticas. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.). **Economia e território**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 287-320.
- SWINBURN, G.; GOGA, S.; MURPHY, F. **Desenvolvimento econômico local: um manual para a implementação de estratégias para o desenvolvimento econômico local e planos de ação**. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTLED/552648-1107469268231/20925549/Portuguese_Primer.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2012.
- TEIXEIRA, F. L. C.; SOUZA, S. V. A. Desenvolvimento regional e aglomerações na Bahia: uma visão a partir do emprego e dos territórios de identidade. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 42, n. 4, p. 806-826, out./dez. 2011.
- TRALDI, M. C.; DIAS, R. **Monografia passo a passo**. Campinas: Alínea, 2011.
- UNIÃO DA INDÚSTRIA DE CANA-DE-AÇUCAR . **União da indústria de cana-de-açúcar**. Disponível em: <<http://www.unica.com.br>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM UM SISTEMA DE AGRICULTURA FAMILIAR

Solidarity Economy and Local Sustainable Development: A Case Study in a Family Farming System

RESUMO

Com o intuito de explorar as relações existentes entre os sistemas de agricultura familiar e os empreendimentos de economia solidária, principalmente no âmbito dos princípios de desenvolvimento sustentável, esta pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar a dinâmica das dimensões características de um empreendimento de economia solidária em um sistema de agricultura familiar, sendo eles: autogestão; democracia direta; participação efetiva; ações de cunho educativo; cooperação no trabalho; e distribuição igualitária dos resultados e benefícios. Quanto à metodologia da pesquisa, optou-se pela realização de um estudo de caso qualitativo na Associação de Aquicultores e Pescadores Artesanais de Guassussê, localizada no interior do estado do Ceará. Desse modo, foi possível perceber não apenas a presença das dimensões analisadas, mas também as suas relações e efeitos. Por fim, ressalta-se que a Associação em questão se configura em um empreendimento digno de reconhecimento, tendo encontrado soluções objetivas e criativas para problemas que assolam o nordeste cearense, de maneira autogestionária, autônoma e pioneira.

Adriana Silva Oliveira Arruda
Universidade de Fortaleza UNIFOR
adrianasoarruda@gmail.com

Fátima Regina Ney Matos
Universidade de Fortaleza UNIFOR
fneymatos@unifor.br

Diego de Queiroz Machado
Universidade de Fortaleza UNIFOR
diegoqueiroz@yahoo.com.br

Christian Darlío Brito Arruda
Universidade de Fortaleza UNIFOR
christiandarlío@gmail.com

Recebido em 18/07/2013. Aprovado em 23/04/2015.
Avaliado pelo sistema *double blind review*
Avaliador científico: Sabrina Silva

ABSTRACT

The purpose of this study was to analyze the dynamic of dimensions that characterize an undertaking of solidarity economy in a family farming system, especially in the ambit of principles of sustainable development, namely, self-management, direct democracy, effective participation, educational actions, cooperation at work, and equalitarian distribution of results and benefits. A qualitative case study was performed at the Association of Aquaculture and Artisanal Fishermen of Guassussê in the countryside of the State of Ceará, Brazil. According to results, it was possible to reveal the existence of the analyzed dimensions, as well as their relationships and effects. Therefore, we emphasize that this association configures as a reliable undertaking which has found objective and creative solutions for issues which affect the northeast of the State of Ceará in a self-managed, autonomous and pioneer way.

Palavras-chave: Economia solidária; Desenvolvimento sustentável; Desenvolvimento local; Agricultura familiar; Estudo de caso.

Keywords: Solidarity economy; Sustainable development; Local development; Family farming; Case study.

1 INTRODUÇÃO

O setor econômico primário, formado também pela agricultura, é o maior reservatório de emprego e autoemprego, principalmente nos países com vastas reservas de terras cultiváveis (ROMEIRO, 1998). De acordo com Guanzirolí et al. (2001), os países que apresentam os melhores indicadores de desenvolvimento humano têm um traço comum: a forte presença da agricultura familiar. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Agrário

(BRASIL, 2000), a agricultura familiar, constituída por pequenos e médios produtores, representa a imensa maioria de produtores rurais no Brasil. São cerca de 4,5 milhões de estabelecimentos, dos quais 50% encontram-se na região Nordeste do país. O segmento detém 20% das terras produtivas e responde por 30% da produção nacional. Em alguns produtos básicos da dieta do brasileiro, como o feijão, o arroz, o milho, as hortaliças, a mandioca e pequenos animais, chegam a ser responsáveis por 60% da produção (KUSTER; MARTÍ; FICKERT, 2004).

De acordo com Kuster, Martí e Fickert (2004), no Nordeste está mais da metade do universo de agricultores brasileiros, respondendo por 20% da produção familiar do país e sofrendo problemas de infraestrutura, de assistência técnica, da convivência com o semiárido e uma parcela muito grande desses agricultores familiares é a que menos dispõe de recursos produtivos. Na agricultura familiar, observa-se uma pirâmide em que quase 50% do segmento estão abaixo da linha de pobreza ou em uma trajetória mais próxima da pobreza do que da capitalização. No estado do Ceará, a área inserida no polígono das secas é de 90% do território, não há rios perenes e o índice de probabilidade de secas está na faixa de 80 a 100% (MAGALHÃES; REBOUÇAS, 1987). Como alternativa viável de aproveitamento da água de seus açudes, foram criadas condições para o desenvolvimento da piscicultura pelos agricultores, visando desenvolver uma base produtiva e organizacional que impulse o desenvolvimento territorial e solidário (BRASIL, 2011).

Dessa forma, ao se pensar em políticas de apoio à agricultura familiar, deve-se levar em conta a integração e otimização das políticas existentes, dentre elas: as que fortaleçam a organização e gestão colegiada; as que deem suporte à assessoria técnica; as que facilitem acesso a crédito. Assim, as questões relacionadas com a comercialização dos produtos e serviços advindos da agricultura familiar e economia solidária detêm grande importância em toda e qualquer proposta que vise ao desenvolvimento produtivo rural sustentável (KUSTER; MARTÍ; FICKERT, 2004).

Com o intuito de explorar as relações existentes entre os sistemas de agricultura familiar e os empreendimentos de economia solidária, principalmente no âmbito dos princípios de desenvolvimento sustentável, esta pesquisa foi realizada com o objetivo de analisar a dinâmica das dimensões características de um empreendimento de economia solidária em um sistema de agricultura familiar. Para tanto, foi escolhido como alicerce conceitual deste estudo o trabalho de Oliveira (2004), que define seis dimensões para conceituar um empreendimento de economia solidária: autogestão; democracia direta; participação efetiva; ações de cunho educativo; cooperação no trabalho; e distribuição igualitária dos resultados e benefícios. Quanto ao campo empírico da pesquisa, optou-se pela sua realização na Associação de Aquicultores e Pescadores Artesanais de Guassussê, localizada no interior do estado do Ceará.

Desse modo, ressalta-se que esta pesquisa vem a contribuir para o conhecimento de agricultores e

agricultoras da associação, bem como apoiar em seu melhor funcionamento e apontar elementos para o melhor desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Além disso, remete-se ao fortalecimento de políticas públicas de desenvolvimento produtivo rural, com foco na agricultura familiar e aquicultura, com base na identificação, por meio da análise de um caso de empreendimento econômico solidário, que pode servir de exemplo para empreitadas semelhantes tanto em nível municipal como estadual.

2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As atuais discussões em torno do modelo de desenvolvimento econômico estão contemplando áreas de estudos no campo da economia, da geografia, da sociologia e da ecologia, deixando de focar exclusivamente os aspectos econômicos. Bandeira (2000), Benko e Pecqueur (2001), Boiser (2000), Galvão e Cocco (1999), Llorens (2001) e Vázquez-Barqueiro (2002) ressaltam a dimensão local como um meio de integração da atividade econômica, social, política e cultural que, agregadas, tornam-se condicionantes para se alcançar o desenvolvimento. Esses autores admitem que, para uma avaliação ideal de desenvolvimento, o progresso deve ser medido pelos avanços humanos e ambientais, e não somente por meio dos indicadores intermediários, tal como o Produto Interno Bruto (PIB).

Dessa forma, a ideia central de desenvolvimento deve envolver uma rede de conceitos “associados à evolução, inclusão, participação, solidariedade, produção e competitividade que se reforçam mutuamente ou se opõem frontalmente aos movimentos de concentração, competição, exclusão, pobreza, desequilíbrio, entre outros” (CUNHA; CUNHA, 2005, p. 104). Assim, as tendências do debate contemporâneo apontam para uma definição de modelo de desenvolvimento que passa a ser estruturado baseando-se em atores locais (VEIGA, 2006). O crescimento econômico, apesar de condição necessária, não é suficiente para reduzir a pobreza e a desigualdade social, sendo fundamentais a qualidade e estrutura do crescimento, pelos impactos que causam sobre o nível de emprego, meio ambiente, qualidade de vida e distribuição da renda (KLIKSBURG, 1997).

Milani (2005) afirma que o desenvolvimento local pode ser considerado como o conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais vistas sob óticas intersetoriais e transescalar que participam de um projeto de transformação consciente da realidade

local. Segundo o autor, neste projeto de transformação social, há significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global).

Para Fischer (2002), o desenvolvimento local remete à combinação entre estabilidade e transformação, inovação e permanência, competição e solidariedade, sentidos esses, contraditórios, que são manejados simultaneamente por interesses coletivos representados por gestores de processos em diversas escalas. Partindo-se da premissa da valorização dos atores locais, a complexidade na definição do termo desenvolvimento é ampliada quando se insere no contexto local o desenvolvimento sustentável com o intuito de acrescentar as dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD, 1991). O conceito de desenvolvimento, de acordo com Foladori (2005), é interdisciplinar e já nasceu incorporando à sustentabilidade ambiental uma sustentabilidade econômica e social. A sustentabilidade é a expressão de uma sociedade mais justa e pressupõe o equilíbrio entre saúde, ambiente e desenvolvimento, dentro de um processo democrático, com ampla participação social e de exercício de cidadania (DUVAL, 1998).

De acordo com a Comissão Brundtland, como conceito, “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). Porém, para Buarque (2004), Souza (1999) e Willers, Lima e Staduto (2008), os postulados de sustentabilidade devem estar presentes em todos os esforços recentes de desenvolvimento. “O conceito de desenvolvimento sustentável surge como um termo que expressa os anseios coletivos, tais como a democracia e a liberdade, muitas vezes colocadas como utopia” (BARBOSA, 2008, p. 1).

O desenvolvimento sustentável deve proporcionar o empoderamento dos grupos e setores excluídos, fazendo com que todos se sintam participantes do poder. Cumpre com papel central o planejamento estratégico do território e a estruturação dos fóruns de monitoramento e acompanhamento do desenvolvimento, por meio dos quais a gestão social possa se processar. Dessa maneira, deve estimular uma visão estratégica, um raciocínio

sistêmico, um espírito empreendedor, uma capacidade de gerar parcerias, de orientar-se por resultados, de acompanhar e avaliar constante e participativamente o processo de desenvolvimento sustentável, dentro de fóruns onde se possa exercitar a gestão social. A vivência e reflexão desses processos poderão, gradativamente, incorporá-los às práticas cotidianas, num processo cumulativo de desenvolvimento social (DOWBOR; IANNI, EDGAR, 1999).

3 ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONCEITOS E DIMENSÕES

De acordo com Lima (2010), a economia solidária foi proposta por operários nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes da difusão das máquinas-ferramenta e do motor a vapor no início do século XIX. As cooperativas foram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas. Sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo.

As práticas de economia solidária enfatizam a participação coletiva, cooperação, autogestão, democracia, autosustentação, a promoção do desenvolvimento humano e da equidade de gênero, responsabilidade social e a preservação do equilíbrio dos ecossistemas, assegurando condições materiais satisfatórias para o exercício ético da liberdade (MANCINI, 1999). A diretriz básica para tal é que os espaços a serem construídos deverão conter novas formas de organização da produção, dentro de uma lógica de inclusão, cujo princípio seja a autogestão e a cooperação no trabalho, mais distantes da órbita de dominação do capital.

Assim, pode-se afirmar que a economia solidária é um projeto de economia com base no trabalho e não no capital, como no capitalismo. Seria, então, uma nova forma de organização da economia que visa ao homem como prioridade, deixando a forma de exploração do ser humano como se este fosse um material como força de trabalho. Em seu estudo, Oliveira (2004) define seis dimensões para conceituar um empreendimento de economia solidária: autogestão; democracia direta; participação efetiva; ações de cunho educativo; cooperação no trabalho; e distribuição igualitária dos resultados e benefícios.

3.1 Autogestão

De acordo com Venosa (1987), autogestão significa uma revolução social integral e profunda, um processo

histórico de longa duração. Porém, a partir dos anos 60, a palavra autogestão cobre um conjunto de práticas, teorias e processos heterogêneos. Para Oliveira (2004), a autogestão também favorece o despertar para a cidadania, uma vez que as pessoas se transformam em sujeitos da situação em busca por soluções qualitativas. Motta (1981, p. 33) afirma ser a autogestão “um conjunto social de grupos autônomos associados tanto nas suas funções econômicas de produção quanto nas suas funções políticas”. Em complemento, Albuquerque (2003) define autogestão como uma gestão dos meios de produção e organização social em que todas as entidades de base (indivíduos, grupos, movimentos populares) têm direitos e participação.

Neste contexto, Souza (2003) retrata a autogestão sob a perspectiva da economia solidária, afirmando ser um processo educativo, transformador de mentalidades, que resgata outros ganhos, além do econômico em si, como autoestima, identificação com o trabalho e com o grupo produtivo, companheirismo, além da noção crescente de autonomia e dos direitos cidadãos. Portanto, é modelo que busca prover a todos sem explorar o trabalho de seus membros, necessitando, para tanto, da participação e do envolvimento de todos nas decisões necessárias ao empreendimento e dividindo os resultados desse trabalho de forma justa entre seus sócios (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO - ANTEAG, 2005).

3.2 Democracia Direta

Em relação à democracia direta, segunda dimensão proposta por Oliveira (2004), na Idade Clássica, o termo era utilizado para designar uma forma de governo, onde o poder político era exercido pelo povo (BOBBIO, 1992). Democracia direta se pratica em local onde os indivíduos podem falar por si mesmos em pequenos espaços coletivos locais. Este espaço fomenta laços afetivos entre seus integrantes e a construção de histórias individuais e grupais, possibilita a reflexão crítica das experiências coletivas, constituindo sujeitos sociais autônomos que se relacionam com outros sujeitos sociais, com autoridades instituídas e com outros segmentos da sociedade.

Nas comunidades humanas, parceria significa democracia e poder pessoal, pois cada membro da comunidade desempenha um papel importante. Combinando o princípio da parceria com a dinâmica da mudança e do desenvolvimento, pode-se utilizar o tempo da coevolução, de maneira metafórica, nas comunidades humanas. Portanto, à medida que uma parceria se processa,

cada parceiro passa a entender melhor as necessidades dos outros, pois, em uma parceria verdadeira, confiante, ambos os parceiros aprendem e mudam, eles coevoluem (CAPRA, 1997).

Contudo, Almond e Verba (1992) afirmam que a cultura política se refere às orientações especificamente políticas, às atitudes relativas ao sistema político, às suas diversas partes e ao papel dos cidadãos na vida pública. Neste sentido, a cultura política é uma peça valiosa para a legitimidade da democracia, uma vez que diz respeito a um conjunto de valores que são importantes para a manutenção da estabilidade democrática. O arranjo político-institucional garante o funcionamento da democracia, mas não é capaz de criar *per se* uma cultura política democrática.

3.3 Participação Efetiva

No que diz respeito à terceira dimensão proposta por Oliveira (2004), de acordo com Bobbio (1992), o conceito de participação efetiva representa um conjunto de regras ou procedimentos para a tomada de decisões coletivas, nas quais são criadas oportunidades para o envolvimento mais amplo possível dos interessados. O autor relata que a participação costuma ser entendida como uma alternativa para o alcance de vantagens competitivas, em contrapartida aos modos tradicionais de gestão. A participação efetiva tem papel fundamental na redução de custos, no melhor serviço prestado aos clientes, no aumento da criatividade e na redução do absenteísmo e rotatividade de pessoal.

McLagan (2000) afirma que uma organização participativa valoriza a delegação de poderes, as responsabilidades pessoais e o acesso aberto à informação, pois sua estrutura é definida para refletir e reforçar a transparência, tornar mais fácil o acesso entre níveis e funções, organizar o trabalho voltado para o cliente, encurtar as distâncias até os fornecedores e ajudar as pessoas a operarem em uma diversidade de equipes autogerenciáveis. Kliksberg (1999) destaca que as organizações que adotam práticas de trabalho com perfil democrático têm a capacidade de atrair pessoas mais qualificadas e capazes para atividades que agregam valor ao produto ou ao serviço. Já Zajac e Bruhn (1999) deixam claro que a participação mobiliza a inteligência da empresa, valoriza o potencial das pessoas e permite que expressem suas ideias e emoções e que desenvolvam relações pessoais e organizacionais. Portanto, a participação pode se transformar em um instrumento que reforça a habilidade política do dirigente

para influenciar pessoas e garantir um direcionamento favorável à organização.

3.4 Ações de Cunho Educativo

No que diz respeito à quarta dimensão proposta por Oliveira (2004), de acordo com Mizukami (1986), ações de cunho educativo estão intimamente ligadas à transmissão cultural. Porém, a educação deverá transmitir conhecimentos, assim como comportamentos éticos, práticas sociais, habilidades consideradas básicas para a manipulação e controle do mundo/ambiente. De acordo com Malerba (1992), na literatura econômica, o conceito de aprendizado, elaborado conforme o trabalho seminal de Arrow (1962), está associado a um processo cumulativo, por meio do qual as organizações ampliam seus estoques de conhecimento, aperfeiçoam seus procedimentos de busca e refinam suas habilidades em desenvolver ou manufaturar produtos.

O processo de aprendizado organizacional pode ser descrito a partir de algumas analogias com o processo de aprendizado individual. Crossan, Lane e White (1999) sugerem que o aprendizado organizacional pode ser correlacionado a quatro processos, os quais, por sua vez, estariam associados a três níveis distintos. Portanto, os dois primeiros processos relacionados, respectivamente, à intuição (*intuiting*) que induz o aprendizado e à interpretação (*interpreting*) de fenômenos a partir da qual o mesmo é iniciado, estariam associados basicamente ao plano individual. O terceiro processo relacionado à integração (*integrating*) de conhecimentos estaria associado à consolidação de grupos de agentes que interagem entre si. Por fim, o quarto processo de institucionalização (*institutionalizing*) do aprendizado estaria eminentemente relacionado ao plano organizacional, envolvendo assim a consolidação de rotinas e procedimentos de ação indutores do processo no interior das organizações.

De acordo com Malerba (1992), o intercâmbio de informações no interior da organização gera alguns ganhos importantes. Em primeiro lugar, ele possibilita a equalização dos patamares de eficiência técnica dos agentes integrados à organização, em virtude da compatibilização das diversas tecnologias utilizadas e de procedimentos gerais no tocante à formação de recursos humanos. Assim, outro aspecto relevante se refere à contribuição desse intercâmbio de informações para a definição de padrões de controle de qualidade e de normalização técnica que orientem o comportamento dos agentes integrados à organização, reduzindo a incerteza tecnológica gerada pela indefinição dos mesmos.

3.5 Cooperação no Trabalho

Em relação à quinta dimensão, proposta por Oliveira (2004), Montagu (1993) assevera que a cooperação no trabalho só pode ocorrer entre seres que se percebem e se aceitam presentes mutuamente, estabelecendo relação autêntica e genuína com a alteridade do outro. Assim, a cooperação no trabalho exige se voltar para o outro e para haver essa cooperação no trabalho é necessária a experiência da relação dialógica entre as pessoas na vida concreta e imediata dos homens.

De acordo com os estudos de Pinho (1966), a cooperação, no sentido de ação conjugada entre duas ou mais pessoas, em razão de um fim comum, é tão antiga quanto a própria vida humana. Em todos os tempos os homens têm se auxiliado mutuamente para remover um obstáculo ou se defender das intempéries. Segundo Rios (1989), a cooperação compreende algumas características. A primeira característica significa que estamos diante de uma associação de pessoas e não de capital. Isto é, a propriedade é atribuída aos associados, independentemente das contribuições financeiras individuais à constituição da sociedade. A segunda característica, gestão cooperativa, significa que o poder de decisão último é competência da assembleia dos associados. Finalmente, a terceira característica, a repartição cooperativa, indica que a distribuição das sobras financeiras, ao final de um ano de trabalho, deve ser feita de uma maneira diversa da que ocorre numa empresa capitalista.

3.6 Distribuição Igualitária dos Resultados e Benefícios

A distribuição igualitária dos resultados e benefícios, sexta e última dimensão proposta por Oliveira (2004), segundo Dworkin (2005), é a igualdade de recursos e bens que se apresenta a partir de dois princípios básicos que permeiam toda a sua teoria da justiça, são elas: escolha, definida como um princípio norteador fundamental, que tem o papel de esclarecer o que, de fato, deve ser distribuído na organização com a finalidade de refletir as escolhas das partes envolvidas; e responsabilidade, retratado como um fator que implica a responsabilidade individual que cada qual tem sobre o sucesso de sua própria vida.

Gawlak (2007) afirma que os sócios contribuem equitativamente e controlam democraticamente o capital de sua cooperativa. Portanto, pelo menos parte desse capital deve ser propriedade comum da cooperativa, onde os sócios, usualmente, recebem uma compensação limitada, se houver alguma, sobre o capital subscrito, como uma condição da sociedade. As prováveis sobras são

alocadas para os seguintes propósitos: desenvolvimento da cooperativa, possibilitando o estabelecimento de reservas (parte dessas podendo ser indivisíveis); benefícios aos sócios na proporção de suas transações com as cooperativas; e, apoio a outras atividades aprovadas pelos sócios.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Tendo como objetivo analisar a dinâmica das dimensões características de um empreendimento de economia solidária em um sistema de agricultura familiar, esta pesquisa se desenvolveu mediante análise das dimensões de economia solidária propostas por Oliveira (2004) na Associação de Aquicultores e Pescadores Artesanais do Distrito de Guassussê/CE. Assim, a abordagem metodológica foi o estudo de caso qualitativo, como definido por Merriam (1998).

Em pesquisas qualitativas, busca-se o “aprofundamento, a abrangência e a diversidade no processo de compreensão, seja de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma política ou de uma representação” (MINAYO, 2007, p. 197). Como o intuito é o aprofundamento, não havendo necessidade de generalização dos resultados, a escolha dos sujeitos foi por intencionalidade e por acessibilidade, segundo os critérios de relevância focados no objetivo geral do estudo. Desta forma foram entrevistados, prioritariamente, os líderes da associação, seguidos por todo e qualquer integrante do grupo detentor de conhecimento da realidade local e inserido no contexto produtivo/comercial do empreendimento. A inserção dos sujeitos ocorreu inicialmente por acessibilidade e continuou com a estratégia “bola-de-neve”, na qual um sujeito apontava outros que possuíam conhecimentos que ajudassem na resposta ao problema de pesquisa (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Para a construção do *corpus* da pesquisa, foi observado o critério da exaustão ou saturação, que ocorre quando as informações obtidas nas entrevistas se esgotam e se tornam repetitivas (MINAYO, 2007). Assim, foram entrevistados 29 dos 71 associados e todos permitiram a gravação. Cada entrevista durou, em média, 20 minutos, sendo realizadas no mês de julho de 2012, no distrito de Guassussê, em diferentes locais, como à beira do açude, na Associação e no sindicato.

Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados os três meios tradicionais indicados por Patton (2002): a entrevista, a observação sistemática e análise de documentos. Para a elaboração do protocolo de

entrevista foram observadas categorias teóricas, ou seja, as seis dimensões propostas por Oliveira (2004) para caracterizar um empreendimento de economia solidária. Os documentos analisados foram a Ata de Fundação, o Estatuto da Associação e a relação de todos os associados, com endereço e CPF. Foi utilizado, ainda, um diário de campo para registro e anotação de observações feitas no decorrer das entrevistas, nos caminhos percorridos e nas visitas realizadas aos empreendimentos.

Quanto ao tratamento dos dados, foi utilizado o *software* Atlas/ti (versão 6.0). Depois de ordenados os dados, foi observada a estratégia de análise sugerida por Silva (2005), ou seja, as respostas foram descritas, classificadas e conectadas. A descrição permitiu a compreensão sobre o contexto e a classificação possibilitou o agrupamento dos dados captados na narrativa de cada entrevista em temas recorrentes e alinhados às dimensões de empreendimentos de agricultura familiar e economia solidária, procurando-se regularidades, aproximações, padrões e significações.

Ainda neste processo de tratamento de dados, é importante destacar que este se deu não apenas tendo em vista a identificação das dimensões apresentadas, mas, principalmente, as relações entre essas dimensões, ou seja, a dinâmica de influência que cada uma dessas dimensões, bem como os elementos que as compõem, exerce sobre as demais.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

5.1 *Locus* da Pesquisa: Associação de Aquicultores e Piscicultores Artesanais de Guassussê

Guassussê é o maior distrito do município de Orós, situado acerca de 18 km da sede do município, localizado no Sertão Central do Ceará e distante 400 km de Fortaleza, capital do estado. Fruto da articulação de quatro grupos que têm como foco o desenvolvimento produtivo de Tilápia *Chitralada* ou Tailandesa, variação melhorada da Tilápia Nilótica (*Oreochromis niloticus*), criadas em taques rede, a Associação de Aquicultores e Piscicultores Artesanais de Guassussê nasceu, oficialmente, em 23 de março de 2010. De acordo com seu estatuto, seu objetivo principal consiste na promoção de ações que proporcionem melhores condições profissionais e socioeconômicas aos seus associados, por meio da implementação de projetos associativos e agropecuários, priorizando projetos de piscicultura, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento sustentável da região do açude Orós.

Contando com pequeno suporte técnico, advindo da unidade local do Centro de Ensino Tecnológico (CENTEC), do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), de uma ONG denominada Instituto Empreender e do Sindicato de Trabalhadores Rurais, bem como com aporte financeiro advindo de empréstimo junto a instituições financeiras, os empreendedores associados em grupos se lançaram à sorte do desenvolvimento produtivo rural sustentável pautado na piscicultura em tanques rede.

Conforme dados do estatuto de fundação da Associação, sua estrutura organizacional é composta da seguinte maneira:

a) Assembleia Geral – Tida como maior instância deliberativa da organização produtiva, podendo ocorrer de maneira ordinária ou extraordinária, e versar sobre questões como: eleição e destituição de diretores e conselheiros; propostas e atuação institucional; discutir e aprovar questões financeiras apresentadas pelo conselho fiscal ou diretoria; propor e aprovar modificações estatutárias; dentre outras.

b) Diretoria – Instância administrativa da organização, composta por presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretários e primeiro e segundo tesoureiros. A ela compete: representar a Associação; cumprir e fazer cumprir as determinações estatutárias; executar as determinações da Assembleia Geral; convocar e presidir reuniões; e autorizar despesas.

c) Conselho Fiscal – Composto por três membros e responsável por questões tais como: examinar livros contábeis e balanços; emitir pareceres financeiros; comunicar à diretoria possíveis erros e dificuldades identificadas; e convocar reuniões quando da existência de irregularidades detectadas.

d) Grupos Produtivos – Constituídos por quatro unidades organizacionais, tendo como elo organizativo um coordenador, responsável pelo bom andamento da divisão social do trabalho, deliberada via Assembleia Geral. Os grupos produtivos são responsáveis em última instância por questões relacionadas a: compra de insumos; alimentação dos peixes; despesa e evisceração; comercialização *in loco*; desenvolvimento da tecnologia de produção; e vigilância.

Ressalta-se, por fim, que a associação surgiu como forma de minimizar os impactos negativos inerentes ao processo produtivo, causados em parte pela falta de formação, capacitação, assessoria técnica, apoio comercial, mercadológico, gerencial e administrativo. Constitui-se, portanto, como uma forma de ajuntamento de esforços e conhecimentos no exercício da educação pelo trabalho.

5.2 Dimensões de Empreendimentos de Economia Solidária na Associação Estudada

5.2.1 Autogestão

De acordo com o mapeamento realizado, foram identificadas diversas atitudes coletivas que apresentam o exercício de autogestão desenvolvido pela Associação. Na criação da Associação se apresenta bastante latente a dimensão autogestão, a partir do momento em que os próprios integrantes do grupo são os detentores da ideia bem como os protagonistas do processo de legalização institucional, aspecto este destacado por Mance (1999), Motta (1981) e Oliveira (2004), e presente nos relatos dos entrevistados.

A ideia foi assim. Aí eu sei que a gente fundou esse grupo com vinte pessoas. Aí houve uma mortalidade de peixe muito grande, ficamos sem nada, isso foi em 2010. Aí, a gente, saiu umas pessoas, na hora do aperreio mesmo, aqueles que eram mais fracos saíram e a gente ficou com quinze pessoas. A ideia assim foi nossa mesmo (P39: Entrevista 10. doc – 39:2).

O funcionamento organizacional da associação e a presença de reuniões periódicas, também, sugerem indícios autogestionários executados coletivamente. Nestas reuniões são tomadas decisões relativas ao planejamento e gestão de questões organizacionais, produtivas e comerciais, bem como são desenvolvidos momentos avaliativos.

A gente se reúne uma vez por semana pra discutir isso, toda segunda feira tem reunião. (P49: Entrevista 20. doc – 49:21)

Rapaz pelo menos nessa parte pra gente saber o que é um associativismo é interessante, pelo menos a gente se reúne. (P38: Entrevista 9.doc – 38:16)

Na associação o pessoal tem uma noção melhor de companheirismo, pra poder ver o que é preciso e poder sentar e dizer olha tá acontecendo isso, de poder conhecer o que realmente é preciso e o que não é, o que tá errado. (P39: Entrevista 10. doc – 39:14).

Nas tomadas de decisão ocorridas coletivamente, aspecto ressaltado por Albuquerque (2003), também são identificados elementos que apontam a existência da autogestão. Estas se estendem a questões de cunho organizacional e produtivo, perpassando por questões comerciais, sejam estas de compra ou venda, complementadas pelo exercício da gestão financeira do empreendimento.

Através da associação, do trabalho da gente, nós procuramos uma coisa mais barata, hoje nós estamos vendo que não pode ficar só sofrendo não, procurar a coisa mais barata pra poder ganhar um pouquinho. (P41: Entrevista 12. doc – 41:2).

O dinheiro é depositado no Banco. A gente fica sempre movimentando, vai pagando ração e o que tá sobrando vai deixando lá. (P38: Entrevista 9. doc – 38:12).

Entretanto, dado o processo organizacional produtivo historicamente novo para estes empreendedores, alguns fatores apresentam-se como dificultadores do desenvolvimento e fortalecimento da autogestão, mostrando-se com necessidade de melhorias em alguns aspectos. Um dos mais apontados é a centralização administrativo gerencial.

Quem escolhe é o coordenador. (P34: Entrevista 5. doc – 34:18)

Foi o coordenador mesmo, conversando. (P47: Entrevista 18. doc – 47:19)

Na realidade quem escolheu tudo foi o coordenador em reunião. (P36: Entrevista 7. doc – 36:17).

Este fator tem dificultado o surgimento de novas lideranças neste setor, o que também distancia grande parte dos associados de reflexões de cunho mais estratégico e holístico com foco na sustentabilidade, o que não nega os indícios autogestionários identificados, mas apenas aponta a necessidade de avanços neste sentido.

5.2.2 Democracia direta

Relativo às questões voltadas à tomada de decisão e escolha de pessoas para o desenvolvimento de atividades produtivas, é notório o exercício da democracia direta por parte dos integrantes da Associação, nos moldes da visão de comunidade proposta por Capra (1997). Esta dimensão é exercida com maior ênfase pelo grupo, sendo perceptível sua frequência.

Numa reunião a gente decidiu num sorteio e cada um tirou seu parceiro e graças a Deus meu parceiro é muito bom pra mim. (P41: Entrevista 12. doc – 41:17).

Fizemos uma reuniãozinha lá e perguntou se topava do jeito que nós tava separando, todo mundo combinou e a gente separou. (P58: Entrevista 29. doc – 58:18).

Algumas distorções, porém, são encontradas no exercício da democracia direta vivenciada pelos membros

do grupo, como questões relativas ao direcionamento em processos de tomada de decisão, artifício utilizado sob a justificativa da in experiência associativa e organizacional do grupo.

Assim, em todos os grupos têm alguns que são trabalhosos, então esses a gente deixa a conversa por último, eu preferi conversar com aquelas pessoas que eu sei que têm consciência que é preciso melhorar, passei a conversar com eles, rapaz vamos fazer assim, porque se o pessoal topar aí a gente aplica essa regra. Aí no dia da reunião decidi, aqueles que não concordar a gente dizia pera aí, é decidido em reunião, como eu já tinha conseguido a maioria antes da reunião, aí quando foi dada a martelada final, aí foi aprovado. (P39: Entrevista 10. doc – 39:19).

Outro indício que advoga negativamente a favor do desempenho da democracia direta no cerne do grupo é o fato da pouca alternância e renovação dos quadros de liderança, fator que, em parte, dá-se sob pretexto de prematuro desenvolvimento destes elementos democráticos, perante considerável número de integrantes do colegiado organizacional que constitui a associação.

5.2.3 Participação efetiva

A participação efetiva é a dimensão que apresenta maior frequência, indicando a força deste elemento na formação e manutenção do tecido social e produtivo do grupo, vista como uma alternativa de produção, da mesma forma como foi proposta por Bobbio (1992) e Zajac e Bruhn (1999). O desenvolvimento produtivo depende fundamentalmente da sinergia desta dimensão, o que vem se dando de maneira significativa.

A gente dividiu em subgrupos pra realizar os trabalhos, a cada 24 horas são dois pra arraoar e pra dormir, aí tem os dois subgrupos que vai pros outros serviços. Se você vai fazer uma repicagem vai um grupo, no dia seguinte vai o outro. Depende da programação da semana. (P38: Entrevista 9. doc – 38:20).

As tarefas aqui é assim o seguinte ... esse arraoador o serviço dele é só raçar, não vai tirar peixe, não vai fazer mais nada. Pra despesca é outra turma, porque tem duas turma. A despesca é com eles, nós não tem nada a ver com isso. Só pra despesca, fazer a repicagem, só pra isso, ração eles não dá. (P31: Entrevista 2. doc – 31:17).

Essa participação efetiva dos integrantes da Associação ocorre em diversos momentos, dentre estes os relativos à comercialização detêm considerável importância, dada a necessidade de conhecimento e fortalecimento deste elo da cadeia produtiva. Além disso, seus resultados impactam diretamente na geração de renda dos integrantes da associação, fazendo real melhoria na soma da renda familiar, assim como apontado por Souza (2003).

Estamos ajudando a família e o que a gente ganha a maioria fica aqui mesmo no comércio aqui de Guassussê. (P41: Entrevista 12. doc – 41:12).

Espero que lá dure por muito tempo, lá é o ganha pão e é bem mais sossegado, você trabalha menos. (P43: Entrevista 14. doc – 43:16).

Hoje eu tô ganhando esse dinheiro daí, antes só ganhava da roça né. (P46: Entrevista 17. doc – 46:12). Rapaz eu acho que intê eu brinco que gosto de jogar na mega sena, aí eu digo que se eu ganhar na mega sena eu não saía do peixe. (P39: Entrevista 10. doc – 39:17).

Contudo, a participação efetiva exercida traz consigo alguns problemas, que dada sua importância, necessitam ser citados. Um dos mais impactantes é a dependência do processo de comercialização por parte da Associação. Mesmo com os integrantes próximos do que ocorre no processo comercial e tendo certa compreensão de seu funcionamento, há carência de uma estratégia mais bem definida e agressiva para fomentar o desenvolvimento comercial, posto que este tem sido um dos maiores pontos de estrangulamento observados pela pesquisa.

Rapaz ultimamente a venda tá meia fraca, seis meses é o tempo de vender, mais as vezes a gente passa até quarenta dias pra frente com esse peixe sem vender, por culpa do mercado. (P42: Entrevista 13. doc – 42:7).

A comercialização é um problema da época, todos anos têm isso daí. A dificuldade mais é isso aí, a concorrência. (P52: Entrevista 23. doc – 52:13).

Outro elemento a ser considerado é a dificuldade de padronização de produto, mesmo com a presença forte da participação efetiva dos integrantes. A participação efetiva existente também não tem encontrado resposta para suprir a carência de beneficiamento de produto, elo da cadeia produtiva que certamente deverá ser fortalecido

O peixe grande que eles fazem na montante, a gente não consegue fazer na mesma quantidade, agora peixe médio, pequeno e outra categoria chamada pp a gente tem, mas o grande eu tô pegando com eles ali. (P56: Entrevista 27. doc – 56:11).

Eles levam pra Jurema fazer o filé porque lá tem uma máquina de processamento, pra cada quilo de filé a gente vende 3,5kg de peixe inatura para a prefeitura, ela manda pra Jurema fazer o filé e a Jurema manda de volta pra prefeitura. (P56: Entrevista 27. doc – 56:12).

5.2.4 Ações de cunho educativo

Esta dimensão, quando identificada na pesquisa, mostrou-se bastante carente de efetividade, o que demonstra a garra do grupo tendo que aprender o manejo produtivo da piscicultura intensiva em gaiolas praticamente sozinho e exercitando a educação pelo trabalho ao testar, aprender e repassar aos integrantes do grupo (MALERBA, 1992; MIZUKAMI, 1986). Poucas foram as instituições que realmente tiveram o interesse e a atitude de apoiar o grupo produtivo, com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Orós, Instituto Empreender e o SEBRAE.

Acompanhamento técnico aqui pra nós foi pouco. Quem ajudou nós foi o sindicato mermo (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Orós). (P2: Entrevista 1. doc – 2:3).

A gente teve ajuda do SEBRAE, depois que a gente formou o projeto, a colocar os alevinos na água, criar e produzir. (P39: Entrevista 10. doc – 39:4).

A gente foi orientado de um jeito e estamos trabalhando totalmente diferente, porque esse negócio de densidade a gente descobriu no dia a dia, a gente descobriu porque a água do Castanhão é um tipo, a do Rio São Francisco é outra e a do Orós é totalmente diferente. Não dá pra fazer comparação, essa aí a gente descobriu foi no dia a dia. (P45: Entrevista 16. doc – 45:6).

O baixo desempenho desta dimensão teve consequências impactantes para a Associação, não somente na perda de tempo para testar diversas sistemáticas de manejo produtivo, mas fundamentalmente impactos financeiros com o desperdício de diversos quilogramas de peixe, pela mortalidade em grande escala ocorrida, fato que, com o devido acompanhamento técnico e formação continuada, poderia ter sido sanado ou pelo menos mitigado.

Houve uma mortalidade de peixe muito grande, ficamos sem nada, isso foi em 2010. Aí, a gente, saiu umas pessoas, na hora do aperreio mesmo, aqueles que era mais fraco saíram. (P50: Entrevista 21. doc – 50:2).

Teve uma mortalidade aí que chegou quase a zero, a gente ficou sem nada. (P45: Entrevista 16. doc – 45:6).

5.2.5 Cooperação no trabalho

A cooperação no trabalho é uma dimensão bastante representativa em nível de sistematização da pesquisa, desta feita sendo identificado em vários elos da cadeia produtiva desenvolvida pela Associação. Entretanto, o elo relativo ao desenvolvimento da produção é notadamente o que mais indica a presença desta dimensão, assim como destacado por Pinho (1966) e Rios (1989).

Nos processos relativos à divisão social do trabalho, a cooperação se dá de maneira bastante contundente, levando os integrantes do grupo a compreender não somente a sistemática da divisão do trabalho, mas também suas implicações produtivas e comerciais. No que se refere às questões organizacionais, a cooperação também ocorre de maneira recorrente.

Nóis arraça, faz a despesca e faz todo o serviço. (P32: Entrevista 3. doc – 32:15).

Pra dá ração é de nove em nove dias, são dezoito pessoas, aí duas pessoas vem a cada nove dias. E um dia outro não a gente tá aí. Selecionar peixe, tirar gaiola, tirar peixe. (P33: Entrevista 4. doc – 33:16). Tamo conseguindo, em média seis meses a despesca. A média aqui é de 800g o peixe grande. 800g a gente já tá selecionando pra venda. (P33: Entrevista 4. doc – 33:5).

De toda feita algumas dificuldades são percebidas no item relativo à cooperação no trabalho. Uma delas é a compra de ração, que não tem conseguido desempenhar o mesmo nível de cooperação encontrado em diversas outras atividades realizadas pela Associação. Este fato tem acarretado, inclusive, em perdas financeiras significativas para o grupo produtivo. Outro elemento a ser considerado neste item é o nível de endividamento realizado pelo grupo, posto que, para iniciar o processo produtivo, todos os piscicultores adquiriram recursos em instituições financeiras, fato que pressiona o processo organizacional, produtivo e comercial da Associação.

O problema é a ração, a gente tem que trocar de ração direto por causa do preço. (P46: Entrevista 17. doc – 46:6).

A ração subiu muito, então tudo isso fez nossa cadeia entrar numa crise, não tá boa, nem só nós a bacia do açude inteira. (P57: Entrevista 28. doc – 57:6).

Aí no começo do ano a gente conversou, a gente já viu que começou a surgir boato, aí a gente conversou e o pessoal decidiu que não queria o ampliamiento pra não se individar mais no Banco. Aí só tinha um jeito pra gente não se individar mais, é trabalhar com menos alevino, botar menos gaiola pra puder a gente não tá apertado, aí depois dessa redução véi, aí nois tamos produzindo algo de 10 toneladas mês. (P38: Entrevista 9. doc – 38:14).

5.2.6 Distribuição igualitária dos resultados e benefícios

No tocante à distribuição igualitária dos resultados e benefícios, é notória a divisão equânime tanto do trabalho desenvolvido quanto das benesses adquiridas socialmente (DWORKIN, 2005; GAWLAK, 2007). A divisão financeira segue um ritual em que são separados os recursos de custeio referentes à compra de ração e alevinos, bem como os relativos à parcela a pagar junto à instituição financeira financiadora do processo produtivo. O restante do valor adquirido, por meio do processo comercial, é dividido entre os associados de maneira justa e equilibrada.

Tira o da ração, aí faz o pagamento nosso. Aí nós tamo recebendo, faz aquele total certo pra cada um, aí paga. É igual, do jeito que é um é o outro. (P31: Entrevista 2. doc – 31:7).

A gente paga a conta do Banco né que é por ano. A ração, vai colocando um pouco em caixa e o pagamento... o pagamento é igual pra todo mundo. (P33: Entrevista 4. doc – 33:7).

No tocante ao consumo de peixes, internamente pelo grupo, também é passível de observação a distribuição igualitária dos resultados e benefícios, posto que, para a alimentação durante o exercício das atividades referentes ao manejo produtivo, todos podem se alimentar normalmente sem efetivação de pagamentos, entretanto, ao levar peixe para consumo junto a suas famílias, o mesmo é devidamente pago por quaisquer dos associados.

Come. Come também. Se você traz pra casa paga, mas pra comer lá se você vai trabalhar lá aí a gente tira aquele peixe pro pessoal almoçar. (P38: Entrevista 9. doc – 38:17).

Assim, todo mundo come, mas todo mundo compra. (P50: Entrevista 21. doc – 50:15).

No que diz respeito à distribuição igualitária, há também de se observar que, em caso de faltas, os critérios também seguem princípios equânimes, posto que os valores pagos por falta são indistintamente aplicados.

Se faltar um, leva uma falta de R\$ 15,00, que pra não correr o risco de deixar o serviço por fazer. (P43: Entrevista 14. doc – 43:19).

5.3 Análise da Relação entre Dimensões

O mapeamento das dimensões que caracterizam um empreendimento de economia solidária no decorrer da pesquisa apresentou, de maneira resumida, as seguintes características apresentadas no Quadro 1, que segue, apontando também uma classificação da presença de cada uma das dimensões na Associação estudada, feita a partir da análise da frequência dessas dimensões na fala dos entrevistados.

Após o processo de sistematização dos dados coletados, pode-se observar a relação existente entre as dimensões que caracterizam um empreendimento de economia solidária, conforme afirma Oliveira (2004), apresentadas na Figura 1, a seguir.

Pode-se observar que a dimensão autogestão é favorecida pela dimensão exercício da democracia direta nas ações relativas à tomada de decisão, da escolha de pessoas para o desenvolvimento de atividades produtivas, bem como questões eletivas de quadros integrantes da diretoria da Associação. A dimensão autogestão também é favorecida pela dimensão participação efetiva, posto que esta se encontra diretamente ligada às questões que impactam na geração de renda dos integrantes da Associação, bem como de comercialização, atitudes que fomentam e fortalecem o desenvolvimento da autogestão.

QUADRO 1 – Características e classificação das dimensões de economia solidária na Associação

Autogestão (Média)	- Legalização institucional da associação - Funcionamento organizacional - Reuniões periódicas - Tomadas coletivas de decisão - Gestão financeira da associação
Democracia Direta (Média)	- Escolha dos dirigentes - Eleição de quadros da diretoria - Divisão social do trabalho - Tomadas coletivas de decisão
Participação Efetiva (Alta)	- Reuniões periódicas - Sinergia no desenvolvimento produtivo - Ações coletivas de comercialização - Divisão equitativa dos resultados financeiros
Ações de Cunho Educativo (Baixa)	- Aprender fazendo - Educação pelo trabalho - Formação e capacitação a partir de outras instituições formais - Cooperação técnica de entidades afins
Cooperação no Trabalho (Alta)	- Divisão social do trabalho - Reuniões periódicas - Sinergia no desenvolvimento produtivo - Ações coletivas de comercialização
Distribuição Igualitária dos Resultados e Benefícios (Alta)	- Divisão equitativa dos resultados financeiros - Pagamento coletivo de empréstimo bancário - Consumo coletivo da produção - Sanções relativas às faltas

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa

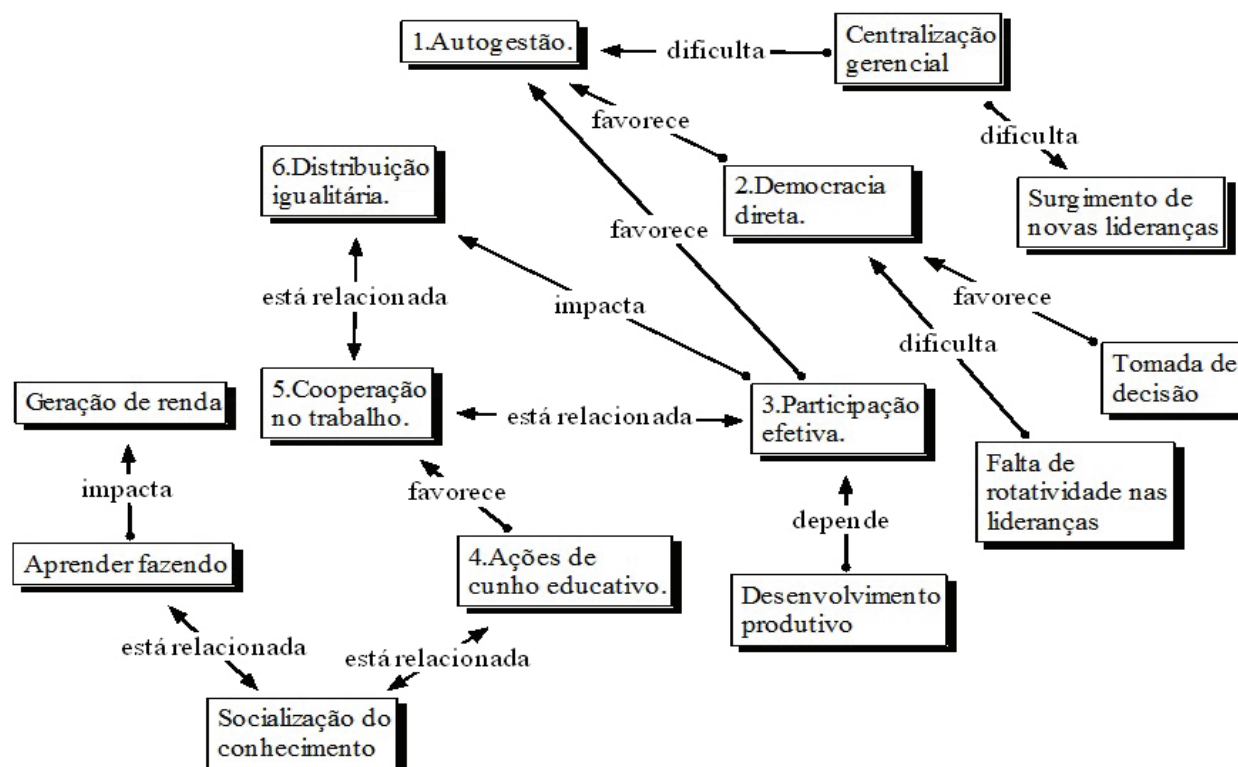


FIGURA 1 – Relações entre dimensões e outros elementos relativos ao empreendedorismo solidário

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa

Já esta dimensão participação efetiva, por motivos afins, impacta diretamente na dimensão distribuição igualitária, dada a sua interrelação, principalmente, no que se refere às questões de comercialização e renda. A dimensão participação efetiva ainda está relacionada com a dimensão cooperação no trabalho, na medida em que esta última exercita processos que dizem respeito à divisão social e cooperação no trabalho em seus processos produtivos e comerciais. De maneira semelhante, a dimensão cooperação no trabalho é favorecida pela dimensão ações de cunho educativo, principalmente no que diz respeito ao processo de aprender fazendo, possibilitando o melhor funcionamento de questões produtivas, comerciais e financeiras.

Os dados da pesquisa, também, apontam ainda outros aspectos que vão além da percepção das seis dimensões de Oliveira (2004). Pode-se observar que a dimensão autogestão é dificultada pela centralização gerencial, desenvolvida pela Associação. Esta centralização

também dificulta o surgimento de novas lideranças, o que dentre outras questões não possibilita a proximidade necessária de todos os integrantes do grupo junto às reflexões de cunho mais estratégicas e holísticas pautadas na sustentabilidade organizacional e sanidade financeira do empreendimento.

Outro ponto observado diz respeito à democracia direta posto que, de acordo com o resultado da pesquisa, esta favorece a autogestão, em ações como as que versam sobre a escolha de pessoas para atividades produtivas e eleição de quadro. Da mesma maneira, a autogestão é notoriamente favorecida por atitudes voltadas à tomada de decisão, tão quanto é desfavorecida pela falta de rotatividade nas lideranças.

A participação efetiva, apontada em ações de cunho comercial e geração de renda, também favorece a autogestão, bem como impacta na distribuição igualitária, principalmente no que tange à separação dos recursos de custeio à compra de insumos e nas ações relativas à questões financeiras.

A distribuição igualitária também relaciona-se de maneira dependente com o desenvolvimento produtivo, visto que o resultado deste é responsável pelo bom desempenho daquele. O desenvolvimento produtivo, por sua vez, se relacionada fortemente com a cooperação no trabalho, dado que sem o bom desempenho deste, no decorrer das atividades, aquele não detém os resultados estimados, podendo se tornar até, em última instância, inviável.

Ainda no que diz respeito à distribuição igualitária, ressalta-se que esta se encontra também relacionada com a cooperação no trabalho, pelos mesmos motivos supracitados. Já, a cooperação no trabalho é visivelmente favorecida por ações de cunho educativo, visto que esta traz consigo efeitos por demais benéficos para a cooperação dos membros, na medida em que melhora o *modus operandi* das suas atividades.

Vale salientar que as ações de cunho educativo se encontram relacionadas com a socialização do conhecimento, e esta, da mesma maneira, apresenta-se relacionada com o aprender fazendo, uma eficiente forma de ação educativa primária desenvolvida pelo empreendimento em questão, impactando fundamentalmente na geração de renda na medida em que possibilita melhorias tecnológicas tanto de cunho produtivo quanto gerenciais, comerciais e financeiros.

6 CONCLUSÕES

Tendo como objetivo principal analisar a dinâmica das dimensões características de um empreendimento de economia solidária em um sistema de agricultura familiar, a premente pesquisa necessitou: caracterizar a Associação de Aquicultores e Pescadores Artesanais do Distrito de Guassussê em termos de composição, organização e atividades; investigar as práticas e processos organizacionais da Associação; e mapear, a partir das práticas e processos organizacionais identificados na Associação, as dimensões características de um empreendimento de economia solidária.

Neste sentido, o mapeamento das dimensões que caracterizam um empreendimento de economia solidária se apresentou da seguinte maneira:

a) Autogestão – identificada fundamentalmente em ações de criação da Associação, funcionamento organizacional, presença de reuniões periódicas e tomadas decisão coletivas.

b) Democracia direta – observada em ações voltadas à tomada de decisão e escolha de pessoas para o desenvolvimento de atividades produtivas, bem como

nas questões eletivas de quadros integrantes da diretoria da Associação.

c) Participação efetiva – ocorre em diversos momentos, dentre estes os relativos à comercialização, impactando diretamente na geração de renda dos integrantes da Associação.

d) Ações de cunho educativo – encontra-se aqui a dimensão menos substancial encontrada ao sistematizar os dados. O desempenho desta dimensão tem consequências impactantes para a Associação, não somente na perda de tempo para testar diversas sistemáticas de manejo produtivo, mas fundamentalmente financeiras.

e) Cooperação no trabalho – especificado em processos relativos a divisão social trabalho. A cooperação no trabalho se dá de maneira bastante contundente, levando os integrantes do grupo a compreender não somente a sistemática da divisão do trabalho, mas também suas implicações produtivas e comerciais.

f) Distribuição igualitária dos resultados e benefícios – ocorre quando da separação dos recursos de custeio referentes à compra de ração e alevinos, bem como os relativos à parcela a pagar junto à instituição financeira financiadora do processo produtivo.

Sendo assim, o aspecto desafiante é fazer tudo isto em um ritmo compatível com o processo de transformação que ocorre no Brasil e no mundo caracterizado por um mercado globalizado, aberto e competitivo. A melhoria organizacional e econômica, bem como a autoestima destes produtores, tem sido fato notório, perceptível por toda a comunidade de Orós. Eles têm investido cada vez mais seu tempo e seus recursos na busca de sucesso por meio do fomento desta ideia.

Com o advento da legalização, os empreendedores conseguiram acessar mercados tais como Programa Aquisição de Alimentos (PAA), uma das ações do Programa Fome Zero, que promove o acesso a alimentos para populações em situação de insegurança alimentar e promove a inclusão social e econômica no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, também contribuindo para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos. Outro programa atingido por eles foi o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), programa de assistência financeira suplementar com vistas a garantir no mínimo uma refeição diária aos alunos beneficiários, tendo como gestor financeiro principal as prefeituras municipais, no caso em questão a de Orós.

O empreendimento associativo/produtivo da Associação de Aquicultores e Piscicultores Artesanais de Guassussê se apresenta, assim, como uma empreitada inovadora que, entretanto, deve ser observada sob a égide da sustentabilidade com a necessidade constante de assessoria técnica, gerencial e produtiva, de processos de capacitação e formação continuada, de melhoria de infraestrutura para aproveitamento e beneficiamento de produtos, de apoio às questões comerciais e de marketing, bem como do acesso a linhas de crédito mais baratas e quiçá subsidiadas. Assim, reconhece-se que a Associação em questão se configura como um empreendimento digno de reconhecimento, tendo encontrado soluções objetivas e criativas para problemas que assolam a região nordeste do Brasil, de maneira autogestionária, autônoma e pioneira.

7 REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Ed.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 21-26.
- ALMOND, A.; VERBA, S. **La cultura política**. Barcelona: Ariel, 1992. (Diez Textos Básicos de Ciência Política).
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO. **Autogestão e economia solidária**: uma nova metodologia. São Paulo: Altamira, 2005.
- ARROW, K. J. The economic implications of learning by doing. **Review of Economic Studies**, Stockholm, v. 29, p. 155-173, 1962.
- BANDEIRA, P. Participação, articulação de atores sociais desenvolvimento regional. In: BECKER, D.; BANDEIRA, P. (Org.). **Desenvolvimento local-regional**: determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNICS, 2000. p. 121-143.
- BARBOSA, G. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 6-11, jan./jun. 2008.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Os recursos de territórios e os territórios de recursos. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 31-50, jul./dez. 2001.
- BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade**: por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Ed. Porto, 1994.
- BOISER, S. Desarrollo (local): de que estamos hablando? In: BECKER, D.; BANDEIRA, P. (Org.). **Desenvolvimento local-regional**: determinantes e desafios contemporâneos. Santa Cruz do Sul: EDUNICS, 2000. p. 27-42.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, 2000.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável**: território Centro Sul Vale do Salgado. Fortaleza: Instituto Agropólos do Ceará, 2011.
- BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CAPRA, F. **A teia da vida**: uma nova compreensão dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1997.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. Relatório Brundtland.
- CROSSAN, M.; LANE, H. W.; WHITE, R. E. An organisational learning framework: from intuition to institution. **Academy of Management Review**, New York, v. 24, n. 3, p. 522-537, 1999.
- CUNHA, S.; CUNHA, J. Competitividade e sustentabilidade de um cluster de turismo: uma proposta de modelo sistêmico de medida do impacto do turismo no desenvolvimento local. **RAC**, Rio de Janeiro, v. 9, p. 101-123, 2005. Número especial.
- DOWBOR, L.; IANNI, O.; EDGAR, P. **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DUVAL, G. Saludy Ambiente en el proceso de desarolo. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 7-32, 1998.
- DWORKIN, R. **A virtude soberana**: a teoria e prática da igualdade. São Paulo: M. Fontes, 2005.

- FISCHER, T. **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.
- FOLADORI, G. **Por una sustentabilidad alternativa**. Montevideu: Casa Bertold Brecht UITA, 2005.
- GALVÃO, A.; COCCO, G. Desenvolvimento local e espaço público: questões para a realidade brasileira. **Revista RECITEC**, Vitória, v. 3, n. 1, p. 145-158, 1999.
- GAWLAK, A. **Cooperativismo: primeiras lições**. 3. ed. Brasília: SESCOOP, 2007.
- GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- KLIKSBERG, B. Repensando el Estado para el desarrollo social: más allá de convencionalismos. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, Caracas, v. 8, n. 2, p. 8-25, 1997.
- KLIKSBERG, B. Seis teses não convencionais sobre participação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 7-37, 1999.
- KUSTER, A.; MARTÍ, J.; FICKERT, U. **Agricultura familiar, agroecologia e mercado no norte e nordeste do Brasil**. 2. ed. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004.
- LIMA, M. **Projeto de economia solidária no BNB: subsídios para avaliar a aplicação do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR)**. 19. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
- LLORENS, F. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001.
- MAGALHÃES, A.; REBOUÇAS, O. Drought as a policy and planning issue in Northeast Brazil. In: _____. **The impact of climatic variations on agriculture: assessments in semi-arid regions**. Dordrecht: Reidel, 1987. v. 2, p. 13-28.
- MALERBA, F. Learning by firms and incremental technical change. **The Economic Journal**, Fife, v. 102, p. 45-59, 1992.
- MANCINI, E. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MCLAGAN, P. A. **A nova era da participação: o desafio de emocionar e envolver pessoas**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- MERRIAM, S. **Qualitative research and case study applications in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- MILANI, C. **Teoria do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas**. Bahia, Brasil. Bahia: UFBA, 2005.
- MINAYO, M. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2007.
- MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.
- MONTAGU, A. **O que é o homem**. Barcelona: Paidós, 1993.
- MOTTA, F. P. **Burocracia e autogestão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- OLIVEIRA, A. A. Significado e interferências sobre a economia solidária a partir do quadro empírico do Ceará. In: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. p. 323-370.
- PATTON, M. **Qualitative research and evaluation methods**. 3rd ed. Thousand Oaks: Sage, 2002.
- PINHO, D. B. **Que é cooperativismo?** São Paulo: DESA, 1966. 154 p.
- RIOS, G. S. L. **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989. 69 p.
- ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 1998.
- SILVA, A. **A vivência de conflitos entre a prática gerencial e as relações em família**. 2005. 272 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

- SOUZA, A. R. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Ed.). **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2003. p. 7-10.
- SOUZA, N. de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- VÁZQUEZ-BARQUEIRO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: UFRGS; Fundação de Economia e Estatística, 2002.
- VEIGA, J. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- VENOSA, R. A evolução da participação nas organizações autogeridas. In: VENOSA, R. (Ed.). **Participação e participações**: ensaios sobre autogestão. São Paulo: Babel Cultural, 1987. p. 37-62.
- WILLERS, E.; LIMA, J.; STADUTO, J. Desenvolvimento local, empreendedorismo e capital social: o caso de Terra Roxa no estado do Paraná. **Interações**, Campo Grande, v. 9, n. 1, p. 45-54, 2008.
- ZAJAC, G.; BRUHN, J. G. The moral context of participation in planned organizational change and learning. **Administration and Society**, Blacksburg, v. 30, n. 6, p. 707-733, Jan. 1999.

CONHECIMENTOS, PRODUÇÃO DE NOVIDADES E TRANSIÇÕES SOCIOTÉCNICAS NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

Knowledge, Production of Novelties and the Socio-Technical Transition in Family Agroindustries

RESUMO

Objetivou-se neste artigo evidenciar que as agroindústrias familiares são capazes de gerar novidades, em seus processos reprodutivos, que são de diferentes tipos e modificam o ambiente institucional em que estão inseridas. As novidades geram processos de transição e/ou incrementalismos no regime sociotécnico alimentar vigente e hegemônico. A metodologia utilizada baseou-se em dados primários (entrevistas semiestruturadas) e secundários (de agências de estatística e outros dois projetos de pesquisa). A investigação foi realizada com sete agroindústrias, na Região do Médio Alto Uruguai/RS. Os enfoques teóricos usados no trabalho são a Perspectiva Orientada aos Atores (POA) e a Perspectiva Multinível e Co-Evolucionária (PMN), que traz a noção de produção de novidades no desenvolvimento rural. Os resultados apontam que as novidades produzidas nas agroindústrias são de quatro tipos principais: novidades produtivas, tecnológicas, mercadológicas e organizacionais. Também se evidencia que algumas destas novidades possuem capacidade de gerar transições no regime sociotécnico alimentar instituído e, outras, apenas o incrementam em sua trajetória de desenvolvimento e evolução.

Marcio Gazolla
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
marciogazolla1@gmail.com

Sérgio Schneider
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
schneide@ufrgs.br

Recebido em 04/11/2013. Aprovado em 07/04/2015.
Avaliado pelo sistema *double blind review*
Avaliador científico: Dany Flávio Tonelli

ABSTRACT

The purpose of this study was to show that family agroindustries can generate newness in their productive processes, which is diversified and modifies the institutional environment in which it operates. The newness generates transition processes and / or incremental effect in the prevailing socio-technical food regime and hegemonic. Primary data was obtained by performing a semi-structured interview, and secondary data were related to statistical agencies and other two research projects. The study was performed in seven agroindustries in the Médio Alto Uruguai, State of Rio Grande do Sul. The theoretical focus was the Perspective Focused on Actors, and the Multi-level and Co-evolutionary Perspective, which brings the notion of producing newness in the rural development. According to results, there are four main types of newness produced in the agroindustries, namely, the productive, technological, related to the market, and organizational newness. We also find that some of these types of newness have the capacity of generating transitions in the instituted socio-technical food regime and, others, just cause increment on their development trajectory and evolution.

Palavras-chave: Tecnologia & inovação; Agroindústrias familiares; Novas práticas de desenvolvimento rural.

Keywords: Technology and innovation; Family agroindustry; New practices of rural development.

1 INTRODUÇÃO

No capitalismo agrário atual, quais são as iniciativas mais promissoras na geração de emprego e renda no meio rural? No Brasil há uma vertente de pensamento que se traduz em ação política de Estado, que preconiza a inserção dos agricultores nas economias de escala, na forma do agronegócio. No Rio Grande do Sul (RS), isto tem acontecido em alguns setores, como na produção integrada de fumo, suínos e aves. Mas as economias de escala geram severas restrições aos pequenos agricultores, sendo a mais destacada o fato de que acabam sendo produtores de matérias-primas baratas para as grandes agroindústrias e não se apropriam da fatia mais importante de valor

gerado. E, como meros produtores de matérias-primas, os pequenos agricultores perdem também a autonomia e sua capacidade de criação e inovação, que são elementos típicos destas unidades de produção.

Mas há outra questão importante e central, que liga as discussões sobre emprego e renda no rural ao debate sobre inovações e mudanças tecnológicas. Nesse sentido, o foco deste trabalho é vincular o tema da produção de valor, por meio da geração de formas de trabalho e ocupação em atividades de transformação das matérias-primas agrícolas à discussão e análise dos processos e estratégias de inovação. Entendem-se as agroindústrias familiares de pequeno porte como espaços de produção material de

mercadorias e produtos que surgem da transformação das matérias-primas dos agricultores. Mas a produção material também enseja novas formas de produção de conhecimentos, invenções e criatividade. Chama-se este processo de produção de novidades.

Neste sentido, o objetivo do trabalho é evidenciar que as agroindústrias familiares são capazes de gerar novidades em seus processos reprodutivos, de diferentes tipos (produtivas, tecnológicas, de canais de comercialização, mercados e organizacionais), que modificam o ambiente institucional em que estão inseridas, gerando processos de transição e/ou incrementalismos no regime sociotécnico alimentar vigente e hegemônico.

O artigo mostra que as agroindústrias são espaços de produção de novidades que podem ser analisadas por quatro conjuntos de práticas que acontecem nas experiências: (a) novidades produtivas – são as que os agricultores utilizam-se de seus conhecimentos para desenvolver novos processos e/ou produtos diferenciados e com qualidades específicas; (b) novidades tecnológicas – são as invenções e readequações em utensílios, máquinas e equipamentos agroindustriais que as famílias realizam utilizando-se da sua criatividade; (c) novidades mercadológicas – são os novos canais de comercialização e mercados construídos pelas agroindústrias para vender os seus alimentos e produtos. Destacam-se as cadeias curtas de comercialização, vendas em festas e eventos, comércio local e circuitos coletivos e em redes; (d) novidades organizacionais – é a criação de novas organizações sociais a partir das agroindústrias e seus grupos de agricultores, associações e cooperativas. O caso em investigação no trabalho foi o da Rede de Comercialização Solidária das Agroindústrias Familiares (RECOSOL), que é considerada como a principal novidade criada pelas agroindústrias.

A pesquisa foi conduzida na Região do Médio Alto Uruguai, porção Norte do Rio Grande do Sul. Foram investigadas sete agroindústrias familiares, de diferentes cadeias produtivas e dinâmicas socioeconômicas e institucionais. Quanto aos instrumentos de levantamento de dados primários, foram aplicadas 23 entrevistas semiestruturadas com 26 atores sociais, incluindo agricultores, atores de desenvolvimento rural, agências de regulação dos alimentos, serviços de inspeção de alimentos, formuladores de políticas públicas, organizações sociais e de representação política dos agricultores. Também foram utilizados dados secundários, como os do Instituto Brasileiro de Geografia

e Estatística (IBGE). Fez-se uso de informações de dois outros projetos de pesquisa anteriormente desenvolvidos, o Projeto CAAF: Caracterização e análise das agroindústrias familiares na Região do CODEMAU (PELEGRINI; GAZOLLA, 2006) e o Projeto IPODE: ‘Sementes e Brotos’ da Transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil (SCHNEIDER, 2007)¹.

Os enfoques teóricos, usados no trabalho, são a Perspectiva Orientada aos Atores (POA) e a Perspectiva Multinível e Co-Evolucionária (PMN), que traz a noção de produção de novidades no desenvolvimento rural. A noção de produção de novidades foi fundamental para poder definir as práticas inventivas e analisar a criatividade dos agricultores em suas agroindústrias. As novidades caracterizam-se por serem baseadas nos conhecimentos dos agricultores (especialmente os conhecimentos tácitos e contextualizados), possuírem um caráter de radicalidade, serem internas ao contexto institucional em que surgem e possuírem enraizamento socioespacial no território em que são geradas.

Além destas características das novidades, elas são capazes de gerar transições relevantes em práticas sociais já sedimentadas, adicionar maiores graus de autonomia e sustentabilidade nas atividades produtivas e econômicas dos atores que as geram. Como última característica das novidades, o seu surgimento, muitas vezes, ocorre fora das regras e normas instituídas formalmente no regime sociotécnico (BRUNORI et al., 2009; PLOEG et al., 2004; ROEP; WISKERKE, 2004; WISKERKE; PLOEG, 2004)².

A importância das agroindústrias familiares tem crescido nos últimos anos no país. Em nível nacional, as estimativas do Ministério do Desenvolvimento Agrário

¹A Pesquisa CAAF recebeu financiamento nos anos de 2006 e 2007 da Fundação Estadual de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelo Edital Pró-Coredes e o Projeto IPODE nos anos de 2008 e 2009, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo Edital Universal 2007. Às duas agências de fomento agradece os recursos disponibilizados.

²A distinção entre novidades e inovações inscreve-se em um debate teórico e possui uma finalidade heurística. Neste trabalho, alinha-se à diferenciação sugerida por Oostindie e Broekhuizen (2008) e Ploeg e Wiskerke (2004). Não obstante, a novidade é considerada um tipo de inovação. Entretanto, as novidades surgem e atingem resultados diferenciados, quando comparadas às inovações. Nos casos das experiências estudadas, as novidades surgem dos conhecimentos dos agricultores e do contexto local. Elas não são produzidas fora das propriedades rurais, por exemplo, por empresas privadas ou pelos mercados. Já os seus resultados são o de adicionar maiores níveis de autonomia às atividades sociotécnicas dos agricultores e diminuir suas dependências a mercados, empresas, Estado, etc. Estas são as duas diferenças fundamentais das noções que justificam o uso das novidades como enfoque do trabalho.

(MDA) apontam para a existência de aproximadamente 35 mil agroindústrias, em 2008. Já os dados do Censo Agropecuário (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2006) destacam que 16,7% dos estabelecimentos rurais no Brasil beneficiam e/ou transformam alguma matéria-prima. No Brasil, os valores totais da produção das agroindústrias rurais atingiram R\$ 2.988.124.000,00, no ano de 2006. Os dados do Programa da Agroindústria Familiar (PAF/RS), para o ano de 2011, apontam para 7.700 agroindústrias no RS. Segundo o IBGE (2006), as agroindústrias existentes no RS geraram R\$ 231.391.000,00 em valores da produção, em 2006. Na Microrregião de Frederico Westphalen, local do estudo, há uma grande presença destas iniciativas, totalizando 14,12% de todas as agroindústrias existentes no estado, ficando com o primeiro lugar, quando se analisam os números percentuais de experiências.

Quanto à estrutura do trabalho, o mesmo possui quatro seções, mais introdução e considerações finais. Na primeira, caracterizam-se, brevemente, as sete experiências estudadas na Região do Médio Alto Uruguai/RS. Na segunda, apresentam-se os enfoques e conceitos teóricos utilizados na pesquisa. Na terceira, são analisadas as novidades produtivas e tecnológicas desenvolvidas nas agroindústrias investigadas. Na quarta, são discutidas as novidades mercadológicas e organizacionais (caso da RECOSOL) surgidas a partir das agroindústrias no contexto institucional em que elas encontram-se imersas.

2 AS EXPERIÊNCIAS DE AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES INVESTIGADAS

As agroindústrias investigadas pertencem à Região do Médio Alto Uruguai/RS, porção Norte do território gaúcho. Esta região possui uma história de colonização europeia, sobretudo, por alemães, italianos, poloneses e outras etnias. Seu desbravamento e incorporação ao desenvolvimento da agricultura datam de meados dos anos 1920, em que os primeiros imigrantes foram introduzidos nas chamadas “colônias”, denominação dada à porção de terras que uma família recebia (em torno de 25 ha), para desenvolver a agricultura em regime de economia familiar.

De dentro dessa agricultura familiar que começam a surgir as agroindústrias familiares, por volta dos anos de 1990, como uma estratégia dos atores sociais de diversificação da economia rural regional. Alguns fatores

desencadearam o surgimento das agroindústrias na região de estudo, dentre os quais quatro são os principais. Primeiro, a crise do padrão moderno de agricultura regional, que mercantilizou excessivamente a agricultura familiar, especialmente em torno dos mercados de grãos e *commodities* agrícolas. Esse processo é compreendido pelo que autores como Ploeg (2008) têm denominado de *squeeze*. Segundo, os conhecimentos históricos dos agricultores sobre as práticas de transformação e conservação artesanal e diferenciada dos alimentos foram centrais à constituição das agroindústrias em bases familiares.

Terceiro, a busca de alternativas pelos agricultores, já que foram excluídos dos mercados habituais regionais e das cadeias longas de comercialização. A constituição das agroindústrias foi uma alternativa ao padrão produtivista de fazer agricultura. Quarto, a ação das políticas públicas e dos programas diferenciados de desenvolvimento rural, que apoiaram a criação de várias experiências regionais. São exemplos o Programa de Agroindústria Familiar (PAF) do RS e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), na modalidade Agroindústria. Mais de 33,0% das agroindústrias existentes contaram com o apoio de ações governamentais (PELEGRINI; GAZOLLA, 2008).

O Quadro 1 apresenta as agroindústrias investigadas, os municípios onde estão localizadas e produtos produzidos/processados. Fizeram parte da investigação as Agroindústrias Prevedello e Strack Alimentos Naturais, localizadas no Município de Caiçara; a Agroindústria Cooperativa Biorga, de Erval Seco; a Agroindústria Gehen, de Seberi; a Agroindústria Ludke e Jotti, de Constantina; e a Agroindústria Zonta, de Frederico Westphalen. As agroindústrias têm diversos alimentos elaborados, como as bebidas (cachaças), pequenos grãos e óleos diversificados orgânicos (trigo, feijão, gergelim, linhaça, amendoim), derivados da cana (melado, açúcar, rapadura), erva-mate ecológica de barbaquá, derivados animais (queijos, salames, banha, linguiças, carnes) e derivados de frutas (sucos, vinhos).

A próxima seção do trabalho é dedicada à apresentação dos enfoques teóricos, utilizados na investigação das novidades junto às agroindústrias, a Perspectiva Orientada aos Atores (POA) e a Perspectiva Multinível e Co-Evolucionária (PMN), esta última que traz consigo a noção de produção de novidades no desenvolvimento rural.

QUADRO 1 – As sete agroindústrias investigadas, ano de criação e principais produtos e alimentos elaborados

Nº	Experiência e local	Ano de constituição	Produtos produzidos e processados
1	Agroindústria Prevedello (Caiçara)	1986	Cachaça, cachaça envelhecida em barril de carvalho e álcool para consumo próprio (carro e moto)
2	Cooperativa Biorga – (Filial de Erval Seco)	2001	Linhaça, trigo, feijão, milho pipoca, amendoim, gergelim, óleos de gergelim e linhaça, canjica de milho, farinhas de milho, de gergelim, de linhaça e trigo
3	Strack Alimentos Naturais (Caiçara)	1994	Melado batido, melado fino (“cotovelo”), açúcar mascavo e rapadura colonial
4	Agroindústria Gehen (Seberi)	1973	Erva-mate ecológica de barbaquá
5	Agroindústria Ludke (Constantina)	2002	Queijos colonial, parmesão e temperados
6	Agroindústria Jotti (Constantina)	2009	Salame colonial, cracóvia e calabresa, salsichão, linguiça mista defumada, bacon e costela defumados, morcilhas, mortadela (em teste), torresmo prensado e pururuca (“casquinha”), codeguins, carne in natura, banha, ossinhos
7	Agroindústria Zonta (antiga Natufred) (Frederico Westphalen)	2002	Suco de uva, vinhos bordô, isabel e branco e graspa

Fonte: Gazolla (2012)

3 PERSPECTIVA ORIENTADA AOS ATORES (POA) E PERSPECTIVA MULTINÍVEL E CO-EVOLUCIONÁRIA (PMN): ENFOQUES TEÓRICOS PARA ESTUDAR AS NOVIDADES NAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

O trabalho embasou-se na POA e na PMN, da qual a noção de produção de novidades (inovações) faz parte. A POA é uma perspectiva que permite compreender a ação dos atores sociais, neste caso dos agricultores e famílias que constituíram agroindústrias familiares. Sua principal contribuição reside em compreender os atores sociais como dotados de uma ação proativa, por meio dos seus conhecimentos e poderes. Dentro desta abordagem, os agricultores são entendidos como atores sociais que agem ativamente na construção de suas estratégias como no caso das agroindústrias; os mesmos transformam seus alimentos, colocam-nos nos mercados, relacionam-se com instituições públicas e outros atores, produzem novidades, entre outras estratégias. Estas ações ativamente efetuadas pelos agricultores podem ser compreendidas e analisadas pelo conceito de agência (LONG, 2006).

Já, a PMN é uma abordagem utilizada para analisar as práticas inovativas dos atores sociais. É assim denominada por possuir três níveis de agregação das práticas sociotécnicas dos atores: o nicho, regime e paisagem. O nicho é o nível micro analítico. É onde as práticas criativas dos atores são incubadas e surgem em um contexto institucional específico, por exemplo, na agricultura. O regime é o conjunto de normas e regras que coordenam as práticas inovativas e as ações dos atores sociais, em um campo particular, por exemplo, o setor agroalimentar. A paisagem é conformada pelas tendências macroestruturais de desenvolvimento das sociedades e economias, que as regula e condiciona. Já, a ideia de evolução, presente na PMN, salienta que as práticas criativas dos atores sociais evoluem no tempo e espaço social, sofrendo transformações e/ou incrementalismos em suas trajetórias sociotécnicas (WISKERKE; PLOEG, 2004).

Dentro da PMN há a noção de produção de novidades, a qual é utilizada no trabalho para entender as práticas criativas dos agricultores que possuem

agroindústrias. Por esta noção é possível entender como os conhecimentos práticos dos agricultores e os provenientes dos processos de interação social (com outros atores e instituições) são utilizados para criar novidades (produtivas, tecnológicas, construir novos canais de comercialização, mercados e organizações sociais, entre outras). As novidades geradas são um tipo particular de inovação, mas possuem algumas características distintivas, entre as principais o modo como surgem (baseiam-se principalmente nos conhecimentos dos agricultores e suas práticas cotidianas de vida e trabalho) e nos resultados que são obtidos com as mesmas (aumentam os níveis de autonomia e sustentabilidade das atividades em que ocorrem, diminuindo múltiplas dependências dos atores, como no caso das agroindústrias familiares)³.

Dentre as principais características das novidades estão: surgem em um contexto particular e específico (são localizadas) e não podem ser reproduzidas da mesma forma fora deste contexto social que as criou; são territorializadas – estão imersas em um território em que atores e conhecimentos interagem e coevoluem no tempo e espaços sociais; possuem radicalidade – surgem com padrões diferentes das inovações, pois enquanto as novidades tentam modificar o regime sociotécnico estabelecido, as inovações objetivam incrementar suas trajetórias tecnológicas; novidades são internalizadas – é o processo pelo qual elas são criadas com recursos internos ao local ou até a unidade de produção agrícola, a chamada endogenidade das práticas. É o que acontece na chamada agricultura econômica, por exemplo, a agroecologia, que é desenvolvida com os recursos próprios dos agricultores e poucas tecnologias e insumos externos à propriedade (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008; PLOEG et al., 2004).

As novidades discutidas durante o trabalho também são confrontadas com a noção de regime sociotécnico, que neste caso específico é chamado de alimentar, analisando-se possíveis transições e/ou incrementalismos que as mesmas produzem quando confrontadas heurísticamente com a noção de regime. O regime sociotécnico alimentar é entendido como as normas e regras que regulam a produção, distribuição e comercialização dos alimentos. Suas características são a padronização dos produtos e alimentos, monopólio das grandes cadeias de distribuição e produção, fusões de grandes firmas, industrialização

crescente dos alimentos, dietas nutricionalmente desequilibradas, aumento do domínio dos mercados pelas grandes redes supermercadistas, centralização dos capitais agroindustriais e, rotineiramente, por graves crises e doenças agroalimentares como a bibliografia da área resalta (BRUNORI et al., 2009; ROEP; WISKERKE, 2004).

A Figura 1 apresenta um esquema geral explicativo das novidades desenvolvidas pelas agroindústrias familiares, sendo possível entender os principais fatores envolvidos na produção de novidades, sejam eles internos ou externos às unidades. Os fatores são entendidos como multidimensionais, multiatores e multi-institucionais em sua essência. Os fatores que desencadeiam as novidades são os tipos de conhecimentos que interagem historicamente nas experiências (contextual, científico, tácitos, outros), recursos disponíveis, agroecossistemas e práticas sociotécnicas de trabalho desenvolvidas pelos agricultores.

Também são importantes as interações que os agricultores desenvolvem com outros atores sociais e instituições, pois mesmo que, em muitas agroindústrias, os conhecimentos dos agricultores sejam à base do desenvolvimento das novidades, há grande potencialização da sua produção quando os agricultores desenvolvem recontextualizações de conhecimentos exógenos às suas atividades técnico-produtivas e ao contexto institucional em que estão imersos.

A Figura 1 evidencia ainda que a produção das novidades é influenciada pela atuação das instituições, políticas públicas, organizações privadas e atores sociais que têm interfaces com os agricultores e suas atividades de transformação alimentar. Em muitos casos, o ambiente institucional fortalece a produção de novidades, por exemplo, a existência de programas de crédito rural como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF Agroindústria). Ou pode inibir a geração de novidades, via aplicações de sanções às agroindústrias, por exemplo, aquelas informais frente às normatizações alimentares. Destes determinantes, contidos na Figura 1, resulta a produção de novidades das agroindústrias.

Neste trabalho, as novidades são agrupadas em quatro tipos principais: (a) novidades produtivas - novos produtos diferenciados, agroecológicos, com processos produtivos específicos; (b) novidades tecnológicas – são aquelas em que os agricultores inventam ou adaptam novas tecnologias para produzir suas matérias-primas ou alimentos elaborados, como novas máquinas, equipamentos,

³Para esclarecimentos adicionais sobre as distinções heurísticas entre novidades e inovações, consultar as obras de Oostindie e Broekhuizen (2008) e Wiskerke e Ploeg (2004).

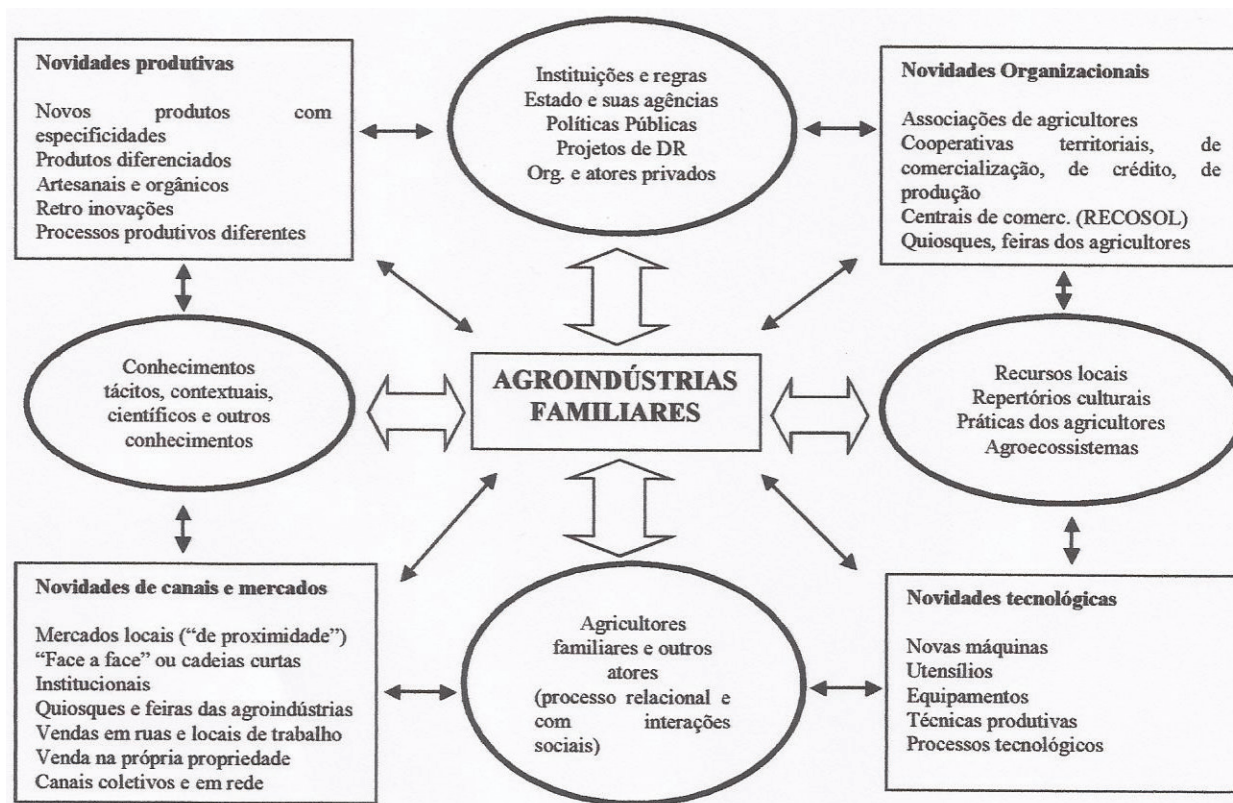


FIGURA 1 – Esquema explicativo multidimensional, multiator e multi-institucional de como surgem as novidades a partir das agroindústrias familiares

Fonte: Gazolla (2012)

utensílios; (c) novidades mercadológicas - são os novos circuitos de vendas construídos pelas agroindústrias, como a venda direta, quiosques de comercialização, vendas locais, canais em redes e coletivos, em eventos, entre outros; (d) novidades organizacionais - são as novas organizações sociais criadas a partir das agroindústrias como a Rede de Comercialização Solidária das Agroindústrias Familiares (RECOSOL) e suas organizações sociais parceiras e em redes (cooperativas, associações, grupos de agricultores, pontos de comercialização). Nas duas próximas seções, discutem-se estes quatro tipos de novidades geradas pelas agroindústrias.

4 NOVIDADES PRODUTIVAS E TECNOLÓGICAS

Essa seção discute as novidades produtivas e tecnológicas geradas em algumas das agroindústrias

investigadas, bem como os efeitos das mesmas na família. O Quadro 2 apresenta as novidades produtivas geradas pelas agroindústrias, bem como suas características fundamentais. As novidades produtivas são ligadas à invenção/modificação de um novo produto ou alimento pelos agricultores, resultando em um alimento diferenciado e com qualidades específicas. Os agricultores desenvolvem novidades em processos produtivos, quando fazem modificações pontuais nestes processos, como ocorre na produção dos queijos temperados da Agroindústria Ludke. Em outras situações, os agricultores usam de sua criatividade ao inventar novos produtos. É o que ocorre nas Agroindústrias Biorga (os óleos virgens orgânicos), Strack Alimentos Naturais (os derivados naturais de cana-de-açúcar), Gehen (erva-mate ecológica de barbaquá) e Jotti (torresmo pururuca).

QUADRO 2 – Tipos de novidades produtivas geradas pelas agroindústrias e suas características

TIPOS DE NOVIDADES	O QUE FOI FEITO?	CARACTERÍSTICAS DAS NOVIDADES
Óleos de gergelim e de linhaça	Novos produtos agroecológicos	Óleos orgânicos, virgens e artesanais; não possuem refino químico industrial; certificação participativa pela ECOVIDA; recontextualização de conhecimentos externos à agroindústria.
Açúcar mascavo, melado batido, melado cotovelo e rapadura	Novos produtos naturais	Derivados naturais da cana-de-açúcar; alimentos que mantêm a artesanidade produtiva; não têm conservantes e outros agentes químicos artificiais; uso de conhecimentos da família.
Erva-mate ecológica de barbaquá	Reintrodução da bebida artesanal (retro inovação)	Reutilização dos conhecimentos familiares de 4 gerações sobre produção de erva-mate; produto ecológico; processo de produção artesanal e diferenciador.
Queijos temperados com salame, orégano e pimentões doces	Modificação de uma fase do processo de processamento do queijo colonial	Novo processo de produção de queijos temperados; recontextualizações de conhecimentos de fora da agroindústria; produto confeccionado a partir de leite cru; produto inovador e diferenciado.
Casquinha (torresmo “pururuca”)	Um novo produto derivado animal	Novo produto derivado da pele de suínos; processos de produção criativos e artesanais; conhecimentos aprendidos em curso de formação foram recontextualizados.

Fonte: Gazolla (2012)

Quanto às características das novidades produtivas desenvolvidas, elas são provenientes dos conhecimentos dos agricultores, mas também de recontextualizações de conhecimentos dos outros atores sociais e instituições com os quais as famílias interagem, buscando novos saberes para a fabricação dos alimentos. As novidades produtivas surgem de processos agroecológicos de produção e elaboração dos alimentos. Outras são baseadas em processos artesanais, contrapondo-se aos industriais, que usam conservantes e outros aditivos químicos em alimentos. A criatividade dos agricultores também é um traço característico para geração dos produtos diferenciados e específicos (Quadro 2).

Já as novidades tecnológicas como são denominadas estas invenções técnicas dos agricultores, são adaptações e/ou fabricação de novas máquinas, equipamentos, utensílios rurais e agroindustriais. Estas invenções são criadas pelos próprios agricultores, com base nos seus conhecimentos e práticas históricas na atividade, mas também contam com a ajuda de algumas instituições, atores sociais públicos e privados e serviços de aprimoramento dos conhecimentos técnicos na agricultura, por exemplo, a extensão rural (Quadro 3).

No Quadro 3, são elencados os tipos de novidades tecnológicas e algumas das suas características chave. Há novidades tecnológicas como a invenção e/ou adequação de (novas) máquinas e equipamentos como ocorre nas Agroindústrias Prevedello e Strack. Em outras experiências como a Agroindústria Gehen, a família utilizou-se de sua criatividade e conhecimentos de quatro gerações para construir suas próprias tecnologias autóctones de processamento da erva-mate ecológica de barbaquá. Já, a Agroindústria Zonta chama a atenção para o fato de desenvolver um sistema de biodigestão de esterco suíno, do qual é gerado o biogás metano, utilizado como fonte de energia nas operações de processamento dos alimentos e higienização da agroindústria.

Como características principais das novidades tecnológicas geradas pelas agroindústrias familiares, destacam-se a recontextualização dos conhecimentos usados nas iniciativas, o aumento de autonomia dos agricultores frente ao contexto institucional, a existência de menores custos de produção em virtude da invenção de máquinas e equipamentos mais baratos, da produção de energia limpa (biogás de esterco suíno), aumento da sustentabilidade ambiental em algumas experiências e uso de tecnologias mais adequadas à realidade sociotécnica das agroindústrias (Quadro 3).

QUADRO 3 – Tipos de novidades tecnológicas desenvolvidas nas agroindústrias e suas características fundamentais

TIPOS DE NOVIDADES	O QUE FOI FEITO?	CARACTERÍSTICAS DAS NOVIDADES
Máquina agrícola (de sulcar, adubar, plantar e pulverizar); carretas de transporte de cana; moenda de cana; decantador por gravidade; elevador por correntes, tanque de armazenamento de caldo; dornas (abastecimento, garapa, com e sem frio, fermentação); dornas de aguardente e torres de destilação.	Invenção de novas máquinas, equipamentos e utensílios usados na propriedade rural e processamento da cana-de-açúcar.	Recontextualização dos conhecimentos tecnológicos; baixos custos de produção; aumento dos níveis de autonomia familiar na atividade; máquinas e equipamentos adequados à realidade sociotécnica; aumento da autonomia familiar.
Readaptação da moenda de cana; dos tachos a vapor para fazer açúcar mascavo e da caldeira de produção de vapor; fabricação de correia de transmissão entre engrenagens.	Readaptação de máquinas e equipamentos novos e usados.	Trocas e recontextualizações de conhecimentos; máquinas e equipamentos “ambientalmente corretos”; menores custos de produção.
Sapegador de rolete; secador tipo arapuca; cancheador e túnel de calor para secagem da erva-mate.	Criação de novas máquinas e equipamentos usados no processamento da erva-mate ecológica de barbaquá.	Uso dos próprios conhecimentos da família de quatro gerações; máquinas e equipamentos autóctones; menores custos de produção; baixo grau de dependência ao ambiente institucional.
Sistema de produção de energia pela queima do gás metano (biodigestor) produzido pelo esterco suíno.	Desenvolvimento de um novo sistema de produção de energia limpa para a agroindústria.	Sustentabilidade ambiental; energia limpa (biogás); recontextualizações de conhecimentos; economia nos custos de produção; aumento da autonomia familiar na atividade.

Fonte: Gazolla (2012)

A Figura 2 resume os principais efeitos/resultados das novidades produtivas e tecnológicas geradas pelas agroindústrias. Com a produção de novidades produtivas, os principais resultados auferidos pelas famílias foi o acesso a novos e diferentes canais de comercialização e mercados; melhoria da qualidade de vida do grupo familiar (melhorias na alimentação, nível educacional, possibilidade de tirar férias, etc.); aumento da renda familiar (melhor acesso a bens, serviços e produtos); fabricação de produtos e alimentos mais sustentáveis ambientalmente, como no caso da erva mate ecológica de barbaquá e dos derivados naturais de cana de açúcar (rapadura, melado, açúcar mascavo); também ocorreu aumento dos valores agregados dos alimentos perante os mercados, em razão do efeito da inovação (diferenciação) que os produtos sofreram.

Já, com as novidades tecnológicas, os efeitos sobre a agroindustrialização foram o aumento na autonomia

da família na atividade, como nos casos de fabricação própria de máquinas, equipamentos e utensílios agrícolas e agroindustriais usados; desenvolvimento de processos de transformação de alimentos mais econômicos, por causa, sobretudo, da produção própria de algumas das tecnologias usadas, que fizeram baixar os custos de produção das atividades, já que os agricultores não as compram externamente a unidade; ocorreu aumento das interações sociais das famílias com outros atores e instituições, em razão da necessidade de busca e recontextualizações de novos conhecimentos para as agroindústrias durante o seu percurso evolutivo na produção de novidades.

Importante notar que, tanto as novidades produtivas e tecnológicas, em algumas de suas características fundamentais, ajudam a realizar transições no regime sociotécnico alimentar existente. As transições geradas pelas novidades das agroindústrias serão discutidas nas considerações finais do trabalho.

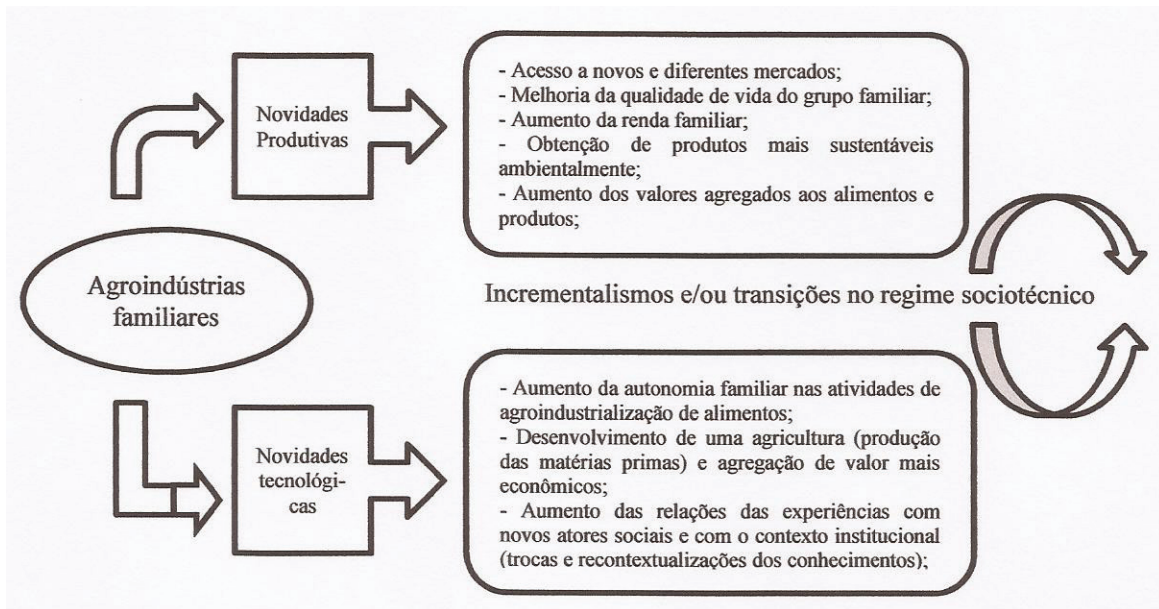


FIGURA 2 – Principais resultados obtidos com a produção das novidades produtivas e tecnológicas nas agroindústrias
Fonte: Gazolla (2012)

Na seção seguinte abordam-se outras novidades desenvolvidas pelas agroindústrias, como os novos canais de comercialização, mercados e organizações sociais coletivas criadas a partir das experiências estudadas, como é o caso da RECOSOL e suas associações, grupos de agricultores e cooperativas membros.

5 NOVOS CANAIS DE COMERCIALIZAÇÃO, MERCADOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: OUTRAS NOVIDADES DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES

O Quadro 4, apresenta de forma detalhada, os diferentes canais de comercialização construídos pelas sete agroindústrias pesquisadas e sua situação frente às legislações alimentares. Primeiro, observa-se que estes canais possuem diferentes tipos de inserções institucionais como as locais (Sistema de Inspeção Municipal - SIM, Alvará de Licença Municipal, Licença Ambiental Municipal), passando pelas Certificações Participativas da Rede Ecovida (Cooperativa Biorga) e regionais (Secretaria Regional da Saúde, venda com Notas Fiscais do Bloco do Produtor Rural – Modelo 15). Até situações que cumprem os requisitos em nível nacional, como no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Ministério da Saúde (MS) (por exemplo, os vinhos). Por outro lado, há agroindústrias que estão na informalidade, como as Agroindústrias Prevedello e Gehen.

O segundo aspecto é a enorme diversidade de formas de comercialização da produção, que, muitas vezes, depende do modo de vida da família, contexto local, tipo de produto processado, legislações alimentares, relações sociais estabelecidas pelos agricultores com os consumidores, entre outros aspectos (NIEDERLE et al., 2011). Isso mostra a heterogeneidade das agroindústrias em relação às vendas que elas realizam. Esta estratégia de diversificação de circuitos de vendas assegura aos agricultores a autonomia necessária nas transações, pois, se alguns mercados não funcionarem adequadamente, eles podem estabelecer transações com os demais, protegendo-se de crises, logro ou outros eventos inesperados. Por exemplo, é o que acontece com o comércio nas expo - feiras, feiras da agricultura familiar ou vendas diretas na própria agroindústria. Estas transações são sazonais, ocorrendo em alguns períodos do ano, visto que os agricultores não podem contar com apenas esses canais de comercialização para sobreviver, pois suas vendas são flutuantes e incertas.

Terceiro, alguns destes canais de comercialização e mercados são interpretados como novidades nas agroindústrias familiares. Historicamente, a microrregião estudada viabilizou-se em razão dos mercados de grãos, *commodities* agrícolas e integração das grandes empresas alimentares (empresas integradoras na área da fumicultura, carnes suínas e aves). Estes eram os mercados dominantes

e hegemônicos. Com o surgimento das agroindústrias, este cenário começa, em partes, a modificar-se. Os mercados construídos pelas agroindústrias passam a ser outros, como as cadeias curtas de comercialização, vendas em feiras, circuitos locais, vendas em eventos, canais em redes e coletivos, entre outros como evidencia

o Quadro 4. Isso começa a gerar uma nova gama de circuitos locais de produção-consumo, que, por serem diferentes dos mercados anteriormente existentes, podem ser chamados de novidades em termos de serem novos canais de comercialização e mercados, que não existiam regionalmente antes das agroindústrias constituírem-se.

QUADRO 4 – Os canais de comercialização construídos pelas sete agroindústrias e suas situações institucionais frente às legislações agroalimentares

Nº	Agroindústrias	Situação em relação às legislações alimentares	Tipos de canais de comercialização
1	Agroindústria Prevedello	Informal	Vendas na própria agroindústria, supermercados locais, bares e “bodegas”, COOPERÇARA.
2	Cooperativa Biorga – Filial de Erval Seco	Formal: Certificação Ecovida, CNPJ, Secretaria Regional da Saúde (MS) e FEPAM	Cadeias longas (supermercados de SP e RJ), quiosques da RECOSOL (Erval Seco e Frederico Westphalen), Supermercados locais, vendas na própria agroindústria, expo-feiras municipais locais e de SC, Feira do Produtor de Palmitos – SC, mercados institucionais (PAA), CORAC (PAA) e PAA formação de estoques (CONAB), Cooperativa Coolmeia, COOPERBIOGA.
3	Strack Alimentos Naturais	Formal: CNPJ, FEPAM Secretaria Regional da Saúde (MS)	Cadeias longas e atacadistas (Porto Alegre, SC, RJ, PR, MG), intermediários, Cooperativa Colônia, supermercados locais, vendas na própria agroindústria, expo-feiras locais, mercados institucionais (PNAE) 2 municípios, quiosques da RECOSOL, COOPERÇARA.
4	Agroindústria Gehen	Informal: apenas com Alvará de Licença de Municipal	Vendas na própria agroindústria, Associação dos Trabalhadores de Seberi (ATS), CORAC, “bodegas” locais, Ervateira Alto Uruguai, expo feira municipal
5	Agroindústria Ludke	Formal: Sistema de Inspeção Municipal (SIM)	Feiras da agricultura familiar (Porto Alegre, DF, RJ e regionais), vendas na própria agroindústria, quiosques da RECOSOL, supermercados municipais, nas casas e locais de trabalho dos consumidores, restaurantes e cantinas, expo-feiras locais, mercados institucionais (PAA), COOPERAC.
6	Agroindústria Jotti	Formal: Sistema de Inspeção Municipal (SIM)	Feiras da agricultura familiar (RS, RJ, DF e regionais), um supermercado em Porto Alegre, e supermercados locais e regionais (10 a 12 municípios), vendas nas ruas, casas e locais de trabalho, vendas na própria agroindústria, COOPERAC.
7	Agroindústria Zonta (antiga Natufred)	Formal: Registro no MAPA, Alvará de Licença Municipal, CNPJ, Licença Ambiental e Bloco de Produtor (“Sabor Gaúcho”)	Mercados institucionais de 7 municípios e escolas (PAA e PNAE), supermercados locais, COOPRAFF, quiosques da RECOSOL, vendas na própria agroindústria, expo-feiras locais e do RS, feiras da agricultura familiar (RS, RJ, DF), vendas nas casas e locais de trabalho, STR, Feira do Produtor de Frederico Westphalen

Fonte: Gazolla (2012)

Quarto, para a interpretação dos canais de comercialização e mercados, eles foram agrupados segundo características comuns entre si. Os fluxos comerciais formam seis conjuntos: (a) compras públicas (Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE); (b) cadeias curtas ou vendas diretas agricultor-consumidores (vendas nas ruas, trabalho, casas, propriedades rurais, na agroindústria); (c) vendas em eventos (feiras da agricultura familiar, festas e exposições); (d) cadeias longas de abastecimento e distribuição (vendas a supermercados, intermediários e atacadistas distantes); (e) pontos formais de vendas (supermercados, bares, “bodegões”, restaurantes, cantinas); (f) os novos canais de comercialização das organizações sociais coletivas e em redes (cooperativas, RECOSOL, quiosques, associações de agricultores).

A Figura 3 apresenta os canais de comercialização que as agroindústrias constroem de acordo com o agrupamento exposto acima. Também destaca os percentuais de participação relativa de cada fluxo de comércio das agroindústrias⁴. Salienta-se a relevância das cadeias curtas como principal forma de comercialização construída pelas agroindústrias, com mais da metade dos percentuais de vendas (50,9%). As cadeias curtas são canais de comercialização em que as transações são feitas de forma direta entre os agricultores e consumidores. Estas vendas são caracterizadas como cadeias curtas como as definem Renting, Marsden e Banks (2003), em virtude dos alimentos percorrerem poucos quilômetros entre o local de produção, venda e consumo.

No caso das agroindústrias, isso ocorre especialmente em função do tipo de produto/alimento vendido, da grande frequência das transações entre agricultores e consumidores, existência de fidelidade e confiança dos consumidores nos produtos e alimentos e por causa da situação institucional das agroindústrias (alto grau de informalidade) (WILKINSON, 2008). A informalidade institucional das agroindústrias parece ser o grande problema que este tipo de circuito de vendas possui para viabilizar-se, por exemplo, na região do Médio Alto Uruguai, 72,64% das iniciativas são informais perante

os requisitos sanitários estabelecidos pelas agências de regulação do Estado. Este é o caso, por exemplo, das agroindústrias Prevedello e Gehen (Quadro 4).

As compras públicas ou mercados institucionais representam 4,7% das vendas realizadas pelas agroindústrias (Figura 3). São circuitos em que os programas governamentais como PAA e PNAE adquirem os alimentos transformados das agroindústrias. Estes canais de vendas são importantes às agroindústrias por construírem mercados que eram inexistentes antes de 2003, viabilizando economicamente as mesmas. Além disso, estes circuitos fortalecem a produção das agroindústrias que sofrem diversificação e ampliação de escala; viabilizam economicamente as experiências em função da renda gerada com a comercialização dos alimentos transformados; incentiva a construção de novos mercados, já que as famílias passam a relacionar-se com uma gama maior de atores e instituições; fortalece os circuitos locais de produção-consumo, incentivando a compra de alimentos locais, voltados à culinária e hábitos de consumo presentes na região em que as iniciativas estão imersas. No caso dos programas institucionais, a principal dificuldade de inserção nos mesmos é a exigência de formalidade institucional pelo Estado, que tem barrado muitas iniciativas de participar das vendas públicas de alimentos.

As vendas em feiras e eventos perfazem 9,4% dos canais construídos pelas agroindústrias. Caracterizam-se pelo contato direto e relações de proximidade social entre agricultores e consumidores, como ocorre nas cadeias curtas. Estes canais são compostos pelas vendas em feiras, eventos, festas e exposições. Além das vendas, uma das características centrais destes eventos e feiras é divulgar os produtos pela degustação, visualização dos alimentos e conversa com o público visitante. Muitas vezes as agroindústrias participam destes circuitos de comercialização mesmo estando informais, pois há acordos tácitos entre as instituições reguladoras dos alimentos com as de desenvolvimento, para viabilizar as vendas das agroindústrias. A pesquisa de campo mostrou que estes canais de vendas são importantes especialmente no início da vida das agroindústrias, para que as mesmas consigam vender seus alimentos, fortalecendo-se economicamente, para com estes recursos financeiros realizar melhorias necessárias (na qualidade dos produtos, formalizar-se, realizar novos investimentos, melhorar a planta e equipamentos agroindustriais, etc.). Esse processo descrito aconteceu com as experiências da família Gehen e Jotti.

⁴Ressalta-se que alguns dados estão subestimados, caso dos mercados institucionais e dos coletivos e em redes, pois, por ocasião da Pesquisa CAAF (PELEGRINI; GAZOLLA, 2006) que os originou, em 2006, a lei que reestruturou o PNAE ainda não estava em vigor e a RECOSOL ainda não havia sido criada. Além disso, o PAA possuía somente três anos de existência. Em função disso, atualmente, estes dois tipos de vendas possivelmente apresentem fatias maiores de comercialização dos produtos das agroindústrias do que os percentuais apresentados.

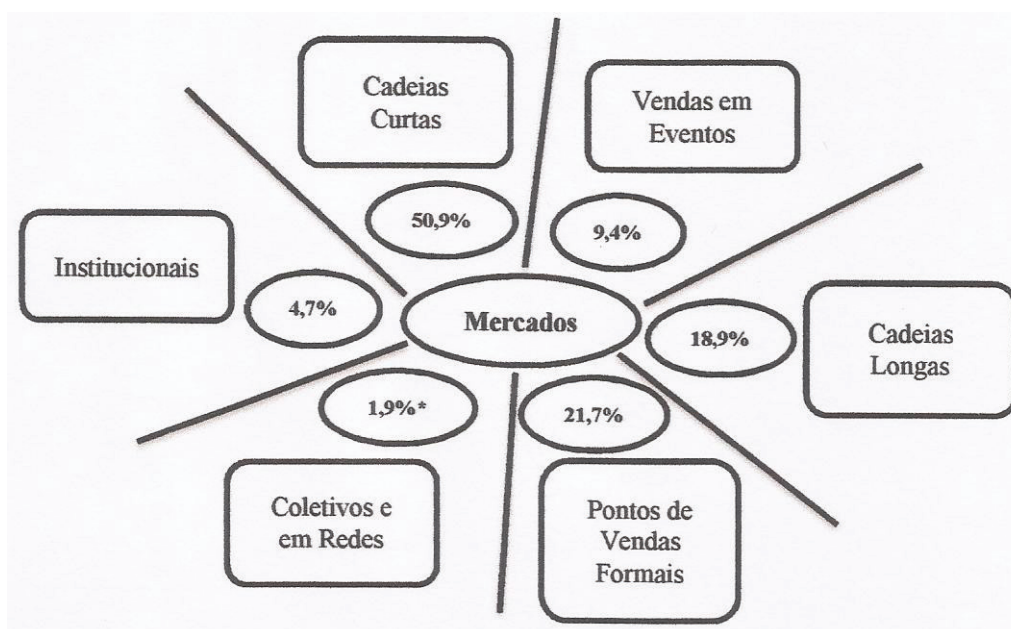


FIGURA 3 – Canais de comercialização construídos pelas agroindústrias familiares e seus percentuais de participação relativa

Fonte: Pesquisa CAAF (PELEGRINI; GAZOLLA, 2006) e Pesquisa de Campo (2011). *Os canais coletivos e em redes foram considerados dentro dos percentuais do que a Pesquisa CAAF denominou de “Outros mercados”

Outro canal de venda dos alimentos são as cadeias longas de distribuição com 18,9% do comércio realizado pelas agroindústrias, sendo o terceiro circuito mais acessado. As cadeias longas caracterizam-se pelas grandes distâncias percorridas pelos produtos comercializados, geralmente sendo os mesmos transportados da região de produção e a comercialização e o consumo acontece em outros locais. Os alimentos assim vendidos são destinados a suprir principalmente redes de supermercados, compradores intermediários, indústrias e atacadistas que redistribuem e revendem essa produção. Este é o caso de duas experiências pesquisadas, a Strack Alimentos Naturais e a Cooperativa Biorga (Quadro 4). As características essenciais destes circuitos longos é o alto custo econômico e ambiental de transporte dos alimentos, caracterizando o que autores internacionais como Pretty et al. (2005) estão denominando de *food miles*. Além disso, nestes canais de vendas, os agricultores negociam com os impérios alimentares do regime, possuindo pouca autonomia e margens de manobra para suas estratégias e ganhos (fixação de preços, cláusulas em contratos, garantia de mercados, existência de regras já pré-definidas).

Os pontos de comercialização formais são aqueles em que o local de venda dos alimentos das agroindústrias é formalizado perante os aspectos institucionais. Geralmente são pontos de comercialização ou de consumo de alimentos habituais, como supermercados locais, bares, “bodegas”, restaurantes e cantinas. Estes pontos de vendas, na grande maioria, exigem a formalização das agroindústrias para poderem colocar seus produtos à venda, sendo restritivos às informais. Estes circuitos são responsáveis por percentuais altos de comercialização das agroindústrias (21,7% das experiências os acessam), sendo o segundo canal, ficando atrás somente das cadeias curtas (Figura 3).

Estes circuitos exigem formalização das agroindústrias e observância dos padrões sanitários, higiênicos e de apresentação dos alimentos. Além disso, são pontos de comércio que exigem regularidade de entregas dos alimentos, que muitos agricultores possuem dificuldades em cumprir, em decorrência da sazonalidade da produção agrícola. Exigem, também, o transporte dos produtos, colocação e retirada das gôndolas dos supermercados pelos agricultores; muitos pontos de vendas, inclusive, cobram dos agricultores pelos espaços

cedidos para a comercialização dos alimentos, R\$ 500,00, como relatado por Kiyota (2010) no Paraná no caso de alguns supermercados.

Os circuitos denominados de coletivos e em rede são formados pela RECOSOL e suas organizações sociais como grupos de agricultores, cooperativas e associações em torno das agroindústrias familiares (Figura 4). Estes circuitos perfazem 1,9% das vendas das agroindústrias, entretanto este dado é um pouco defasado, já que a RECOSOL foi criada em 2007 e o dado é de 2006, um ano antes, em virtude da realização da pesquisa que o gerou (PELEGRINI; GAZOLLA, 2006). A RECOSOL é definida como uma rede solidária das agroindústrias que visa a fomentar o associativismo, organização social e construir e consolidar novos circuitos de comércio de forma coletiva e em rede para as agroindústrias.

Esta organização coletiva em números representa cerca de 70 agroindústrias familiares de várias cadeias produtivas. Quanto ao número de cooperativas e

associações, elas são 17, todas ligadas à agricultura e agroindústrias familiares, espalhadas num raio de 34 municípios, cobrindo a mesma espacialização das políticas territoriais do MDA, das quais muitas destas organizações e agroindústrias são signatárias. Os quiosques de comercialização são em número de 6 e uma (1) feira de agricultores, todos espalhados pelos 34 municípios de forma a cobrir a totalidade territorial do Médio Alto Uruguai, formando uma rede coletiva de vendas e organização social das agroindústrias como pode ser notado na Figura 4.

Na base de sustentação da RECOSOL, estão as agroindústrias que são as células de existência da rede. Estas agroindústrias ligam-se a cooperativas ou associações da agricultura e agroindústria familiar regional. Por sua vez, estas cooperativas e associações são os elos entre as iniciativas individuais ou coletivas e a RECOSOL. Ainda há os quiosques e a feira do produtor que integram essa estrutura regional, sendo

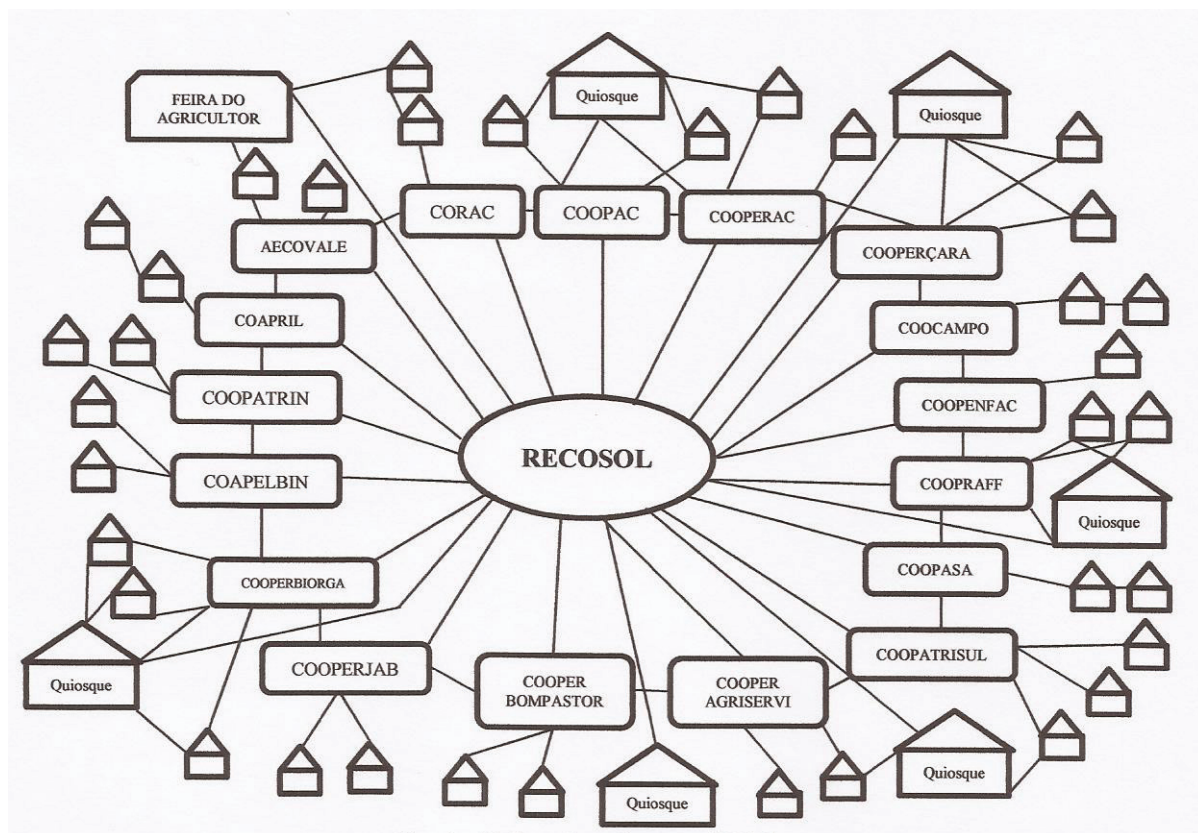


FIGURA 4 – Organização social da Rede de Comercialização Solidária das Agroindústrias Familiares (RECOSOL)
Fonte: Gazolla (2012)

pontos de comercialização que foram sendo instalados por anos pela RECOSOL, geralmente situados em locais estratégicos de vendas e com maior circulação de pessoas, como centro das cidades, próximo a estações rodoviárias, vizinhos a praças ou na beira de rodovias como são comumente encontrados (Figura 4). É, também, papel dos quiosques realizar a troca de alimentos entre diferentes localidades da Região do Médio Alto Uruguai, fortalecendo a circulação e fluxos de diferentes produtos dentro do território e viabilizando processos comerciais das agroindústrias e cooperativas, dando organicidade à estrutura em rede.

A RECOSOL é uma nova organização social coletiva e em redes que os atores geraram nos últimos anos, sendo a principal novidade encontrada em todo o trabalho de investigação. A RECOSOL é um esforço organizativo das agroindústrias locais, que tem três papéis centrais. Primeiro, ganhar escala de produção e comercialização agindo de forma coletiva, para conseguir sobreviver num cenário de adversidades, crises e globalização da economia. Segundo, angariar maiores espaços políticos e forças organizativas para barganhar recursos e tratamento diferenciados frente ao Estado, políticas públicas e instituições reguladoras dos alimentos (legislações agroalimentares), visando à formalização das agroindústrias, que é seu principal problema de desenvolvimento (72,64% das agroindústrias são informais na Região do Médio Alto Uruguai).

Outro papel desempenhado pela RECOSOL é reduzir os custos de transação das agroindústrias e cooperativas individuais, pois coletivamente esta organização viabiliza necessidades em conjunto para todas as suas organizações associadas. Por exemplo, com a ação coletiva e em redes é possível viabilizar uma única marca para os alimentos, rótulos, formalizações, perante as instituições reguladoras dos alimentos, código de barras, equipes técnicas de profissionais, entre outras demandas. Neste caso, ocorre redução dos custos de transação pelo tipo de arranjo institucional adotado, que pode ser definido como estrutura de governança híbrida. Os agentes econômicos que construíram a RECOSOL são mistos, havendo atores públicos (MDA, prefeituras, universidades), privados (cooperativas, associações), agricultores, entre outros. Com essa estratégia, a RECOSOL consegue reduzir custos de transação pelo arranjo organizacional escolhido frente ao ambiente institucional em que ela está inserida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela investigação contatou-se que as agroindústrias são experiências que conseguem produzir novos formatos técnicos produtivos nos espaços rurais. A base deste processo sociotécnico são os conhecimentos dos agricultores, que podem ser chamados de “insumos básicos” nos processos de produção das novidades. Os conhecimentos tácitos e contextuais dos agricultores de transformação dos alimentos são a base inicial da produção dos diferentes tipos de novidades. Com a evolução das agroindústrias, os agricultores começam a buscar outros conhecimentos (agronômico, da extensão rural, cursos, educação formal, de outros agricultores, nas instituições), que lhes auxiliem na melhoria dos processos agroindustriais. Entretanto, estes conhecimentos buscados de fora da unidade não são utilizados de forma “pura”, os agricultores sempre os recontextualizam, segundo as suas práticas produtivas, seu modo de vida e processos de trabalho nas agroindústrias.

Estes conhecimentos “híbridos” geram novidades, que foram classificadas em quatro tipos principais: (a) novidades produtivas – são aqueles em que os agricultores geraram novos processos e/ou produtos agroindustriais, por exemplo, os óleos virgens agroecológicos da Agroindústria Biorga; (b) novidades tecnológicas – são as invenções e/ou readequações de máquinas, equipamentos e utensílios agrícolas e agroindustriais desenvolvidos pelos agricultores; por exemplo, o sistema de produção de energia limpa com base no metano gerado pela biodigestão do esterco suíno (Agroindústria Zonta); (c) novidades mercadológicas – são os novos canais de vendas dos alimentos que os agricultores construíram, especialmente, as cadeias curtas de comercialização, circuitos em redes e coletivos e o comércio em festas e eventos; (d) novidades organizacionais – são as novas organizações sociais coletivas e em rede que surgiram a partir das agroindústrias, suas cooperativas, grupos de agricultores e associações; como exemplo, a RECOSOL.

Os resultados de pesquisa mostram que os canais de comercialização, como as cadeias curtas, mercados de eventos e coletivos e em redes da RECOSOL geram transições no regime sociotécnico alimentar. As transições geradas são em virtude destes circuitos serem alternativos aos historicamente constituídos na região, em torno da produção de grãos e *commodities* agrícolas. Ainda é importante a autonomia conquistada pelas agroindústrias e famílias em alguns circuitos, como é o caso das cadeias curtas, em que a administração de

todas as fases de fabricação, processamento e vendas dos alimentos estão sobre controle dos agricultores, diminuindo suas múltiplas dependências para com outros atores sociais e instituições. Ressalta-se, o diferencial ambiental no que diz respeito à produção de alimentos inovadores e criativos visando à sustentabilidade ambiental, como são os casos já discutidos acima das Agroindústrias Biorga, Gehen e Strack Alimentos Naturais. Alguns destes canais de vendas estão fora das regras e normas institucionais estabelecidas, como é o caso das agroindústrias informais. Essa é outra característica das novidades surgirem fora dos padrões de desenvolvimento já pré - estabelecidos, rompendo com trajetórias institucionalizadas e regramentos.

Já, as cadeias longas de distribuição de alimentos e o comércio em pontos formais agem no sentido de incrementar o regime sociotécnico alimentar hegemônico. Isto ocorre em razão da pouca autonomia e margem de manobra que os agricultores possuem negociando com impérios alimentares, alguns, inclusive, globais. Além disso, nestes circuitos há altos custos ambientais e econômicos com deslocamentos a longas distâncias dos alimentos (*food miles*) que muitas agroindústrias não estão aptas a desembolsar e nem institucionalmente formalizadas para cumprir normas e regras estabelecidas. Também, há grandes níveis de exigências sanitárias, de qualidade industrial, regularidade de entregas e outros parâmetros técnicos que as agroindústrias não conseguem dar conta para relacionarem-se com estas empresas, supermercados, atacadistas e intermediários. Nestes circuitos, os agricultores devem seguir os regramentos estabelecidos pelas instituições reguladoras de alimentos e os impérios alimentares, desenvolvendo alto grau de dependência para com estes.

A existência de cadeias longas de distribuição e de vendas em pontos formais de alimentos na dinâmica reprodutiva das agroindústrias coincide com as conclusões de Sonnino e Marsden (2006). Para os autores, as redes agroalimentares alternativas (cadeias curtas), desenvolvem interfaces com as convencionais de alimentos (circuitos longos), não ocorrendo separações estanques entre elas. O que ocorre são processos imbricados, em que as redes convencionais penetram no seio das alternativas e vice-versa, não se podendo separá-las completamente. Os casos das agroindústrias estudadas revelam diferentes dinâmicas (transições e/ou incrementalismos) em relação às normas e regras estabelecidas pelo regime alimentar vigente.

A principal novidade encontrada em todo o trabalho de investigação é a RECOSOL e sua estrutura

organizacional de cooperativas e associações membros. Primeiro, porque ela surge das práticas dos agricultores e necessidades expressas pelos atores sociais e agroindústrias, características das novidades. Segundo, a RECOSOL é a primeira organização social coletiva e em rede das agroindústrias em todo o estado do RS. Neste sentido, a RECOSOL é pioneira em construir novos canais de comercialização para as agroindústrias ganharem escala comercial, reduzirem custos e elevar o grau de autonomia dos atores sociais a ela ligados. Terceiro, as características de sua forma de organização social são similares ao que a literatura descreve como um nicho produtor de novidades: há em sua organização processos sociais de aprendizagem, formação de redes e expectativas futuras compartilhadas entre atores.

Os resultados da investigação apontam que as agroindústrias que produzem novidades fazem proliferar pequenas, mas contínuas transições em relação ao regime sociotécnico alimentar instituído, apresentando-se em quatro direções principais: (a) uma primeira transição é verificada quanto à produção de alimentos com especificidades, que se diferenciam dos altamente industrializados (artesanais, da agricultura colonial, típicos, agroecológicos, étnicos, naturais, entre outros). As transições ocorrem quando estes alimentos com valores e qualidades específicas disputam espaços com alimentos do regime sociotécnico instituído; (b) uma segunda maneira como estas transições ocorrem é com relação aos novos circuitos de vendas criados pelos agricultores, caso dos circuitos locais, cadeias curtas, vendas em eventos, coletivas e em redes. Estes canais são alternativos, quando comparados às cadeias longas e aos pontos formais de venda de alimentos, que seguem as normas e regramentos do regime sociotécnico alimentar hegemônico.

Ocorrem outras transições sentidas em nível das (c) novas organizações surgidas como a RECOSOL e suas cooperativas e associações membros. Estas novas organizações sociais servem como espaços de gestação de novas práticas, processos organizativos, novas regras e normas que aos poucos vão modificando o ambiente institucional em que se encontram inseridas; (d) como exemplo de transições relevantes podem ser citados os programas existentes nos níveis federal e estadual, criados em função do surgimento das agroindústrias, respectivamente, o PRONAF Agroindústria e PAF/RS, só para citar duas políticas relevantes, entre outras que existem pelo país. Com a criação destes programas, sinaliza-se a ocorrência de transições em nível do regime,

pois se abriu a possibilidade (*windows of the opportunity*) das agroindústrias influenciá-lo, mesmo que em graus ainda pouco previsíveis.

7 REFERÊNCIAS

BRUNORI, G. et al. **Towards a conceptual framework for agricultural and rural innovation policies**. Pisa: [s.n.], 2009. 27 p. Manuscrito.

GAZOLLA, M. **Conhecimentos, produção de novidades e ações institucionais: cadeias curtas das agroindústrias familiares**. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário**. Brasília, 2006. v. 1. 1 CD-ROM.

KIYOTA, N. **Agroindústrias de leite do Sudoeste do Paraná**. Pato Branco: UFRGS/FCE, 2010. 40 p. Relatório de pesquisa.

LONG, N. **Sociologia del desarrollo: una perspectiva centrada en el ator**. Ciudad de México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores, 2006. 504 p. (Colección Investigaciones).

NIEDERLE, P. A. et al. Os mercados e canais de comercialização para os produtos da agroindústria rural no Brasil: um comparativo macrorregional. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRO DE ECONOMIA, SOCIOLOGIA E ADMINISTRAÇÃO RURAL, 49., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: SOBER, 2011. v. 1. 1 CD-ROM.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. von. The dynamic of novelty production. In: PLOEG, J. D. van der; MARSDEN, T. (Ed.). **Unfolding webs: the dynamics of regional rural development**. Wageningen: Van Gorgum, 2008. 262 p.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social**. Frederico Westphalen: URI, 2008. 200 p.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **Caracterização e análise das agroindústrias familiares da região do**

Médio Alto Uruguai (CAAF). Frederico Westphalen: URI, 2006. 10 p. Projeto de pesquisa. Edital FAPERGS 001/2005-PROCOREDES.

PLOEG, J. D. van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 372 p. (Estudos Rurais).

PLOEG, J. D. van der et al. On regimes, novelties, niches and co-production. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.). **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004. p. 1-28.

PRETTY, J. N. et al. Farm costs and food miles: an assessment of the full cost UK weekly food basket. **Food Policy**, New York, v. 30, p. 1-19, 2005.

RENTING, H.; MARSDEN, T.; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning**, Wageningen, v. 35, p. 393-411, 2003.

ROEP, D.; WISKERKE, J. S. C. Reflecting on novelty production and niches management in agriculture. In: PLOEG, J. D. van der; WISKERKE, J. S. C. (Ed.). **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Wageningen: Royal Van Gorcum, 2004. p. 341-356.

SCHNEIDER, S. **Sementes e brotos da transição: inovação, poder e desenvolvimento em áreas rurais do Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 22 p. Projeto de pesquisa. Edital MCT/CNPq 15/2007-Universal.

SONNINO, R.; MARSDEN, T. Beyond the divide: rethinking relationships between alternative and conventional food networks in Europe. **Journal of Economic Geography**, Cardiff, v. 6, p. 181-199, 2006.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 213 p. (Estudos Rurais).

WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der (Org.). **Seeds of transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture**. Wageningen: Royal van Gorcum, 2004. 356 p.

O PAPEL DA COLABORAÇÃO NO DESEMPENHO DA GESTÃO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS: UM ESTUDO SOBRE O CAFÉ ORGÂNICO

The Role of Collaboration in the Performance of Supply Chain Management: a Study in Organic Coffee

RESUMO

Objetivou-se neste estudo verificar a influência da colaboração sobre o desempenho da gestão da cadeia de suprimentos do café orgânico baseada na opinião de seus gestores. Para tal, realizou-se uma pesquisa com 107 gestores com experiência em Gestão da Cadeia de Suprimentos (SCM) do café orgânico. Os dados coletados, tratados pela modelagem em equações estruturais, apontaram relação válida entre os constructos [SCM e Colaboração] e [SCM e Desempenho]. No entanto, evidenciou-se que a Colaboração não influenciou no Desempenho Operacional. Com base nesses resultados, pode-se concluir que, embora a Colaboração seja válida para a melhoria do Desempenho na SCM do café orgânico, não foi evidenciada sua importância por parte dos executivos da área. Por fim, esta investigação buscou contribuir para alargar o conhecimento sobre a SCM do café orgânico e encontrar subsídios, no ambiente corporativo, para que se possam compreender os possíveis impactos da colaboração no desempenho operacional da SCM do café orgânico.

Paolo Edoardo Coti-Zelati
Universidade Municipal de São Caetano do Sul
coti_zelati@outlook.com

Roberto Giro Moori
Universidade Presbiteriana Mackenzie
rgmoori@uol.com.br

Recebido em 25/01/2014. Aprovado em 07/04/2015.
Avaliado pelo sistema *double blind review*
Avaliador científico Daniel Rezende de Carvalho

ABSTRACT

The purpose of this study was to verify the effect of collaboration in the performance of supply chain management of organic coffee, based on the opinion of the managers. One hundred and seven managers with experience in subjects related to supply chain management (SCM) in organic coffee were involved in the study. Data were collected and processed by means of structural equation modeling. A valid relation between the following constructs was found: [SCM and Collaboration] and [SCM and Performance]. However, was also found that the collaboration did not affect the operational performance. Based on these results, we may conclude that, although the collaboration is valid for improving the performance of the SCM in organic coffee, its importance was not found by the managers. Therefore, this work sought to contribute to the broadening of knowledge about the SCM in organic coffee. We also sought to find support in the corporate environment to easy the understanding of possible impacts of collaboration in the operating performance of SCM of organic coffee.

Palavras-chave: Gestão da cadeia de suprimentos; Colaboração; Desempenho; Café orgânico.

Keywords: Supply chain management; Collaboration; Performance; Organic coffee.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente é possível perceber uma significativa preocupação social quanto à necessidade de buscar um equilíbrio entre agricultura, desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente (PENTEADO, 2003). A produção agrícola mundial vem sendo questionada em virtude da crescente preocupação com os efeitos prejudiciais ao solo e ao meio ambiente, resultado das tecnologias agropecuárias convencionais, que têm como base produtos químicos e sintéticos (NICOLELI; MOLLER, 2006). Para Severo e Pedrozo (2008), a agricultura convencional ou agroquímica tem sido responsável por diversos problemas ambientais como:

erosões no solo, contaminação de lençóis aquíferos, contaminação de alimentos e diminuição da biodiversidade de espécies, além da dependência dos agricultores frente à indústria química, genética e de maquinário agrícola.

Na agricultura orgânica, os recursos naturais são explorados de forma racional e sustentável, empregando métodos tradicionais e o que se tem de mais novo em tecnologia para exploração da terra (PENTEADO, 2010). De acordo com Vilkas e Nantes (2007), a agricultura orgânica é um sistema não convencional de produção, baseado em princípios ecológicos e sustentáveis de cultivo da terra. Em toda a cadeia produtiva, ou seja, na preparação do solo, compra de insumos, produção, processamento, estocagem,

transporte e distribuição, o respeito às normas estabelecidas é fundamental para que um produto seja reconhecido como orgânico (SAMBIASE; MOORI; SATO, 2004).

O café orgânico é produzido sem a utilização de fertilizantes químicos e de defensivos químicos. No lugar destes compostos químicos, utilizam-se fertilizantes orgânicos e adubo verde, aliados a um manejo do solo adequado (ORGÂNICOS DO BRASIL, 2008). Depois da água, o café é a bebida mais consumida no planeta. Beber café é um ato ligado ao convívio social e hospitalidade entre pessoas (ECCARDI; SANDALJ, 2002). Tomar café pode, ainda, ser considerado um ato de consumo consciente, que se apresenta como uma real oportunidade de mercado, onde questões ligadas à qualidade elevam os parâmetros tradicionais de consumo antes conhecidos (SOUZA, 2006). Para essa mesma autora, os cafés conhecidos como sustentáveis, dentre eles o café orgânico, são demandados pelos consumidores modernos, atentos às questões da qualidade e preocupados, não só com a saúde de seus familiares, mas com o bem estar dos trabalhadores rurais e com a preservação do meio ambiente.

O crescimento do mercado agroalimentar orgânico, não por acaso, possibilitou um crescimento também por parte dos estudos acadêmicos. Foi realizada uma revisão teórica sobre a agricultura orgânica, tanto do ponto de vista técnico quanto do ponto de vista econômico e administrativo. Ainda assim, existe a necessidade de desenvolver mais pesquisas que apresentem os aspectos positivos do sistema agrícola orgânico e, também, identifiquem os pontos que necessitam de melhorias e adaptações (GEMMA; TERESO; ABRAHÃO, 2010).

As práticas colaborativas e a avaliação do desempenho operacional se tornaram ferramentas importantes na busca por vantagem competitiva dentro de toda a cadeia de suprimentos (PIRES, 2010). Esse autor observa, ainda, que pouco a pouco as barreiras funcionais internas de cada organização estão se rompendo, ao longo de um processo operacional horizontal, diminuindo de forma gradual a distância existente entre produtores, fornecedores, distribuidores e clientes.

Esse é o contexto base que o presente estudo se desenvolveu, procurando oferecer uma contribuição à área com o objetivo de verificar se o construto colaboração influencia, de maneira positiva, o desempenho da SCM do café orgânico.

Desta forma, a questão central que esta pesquisa buscou responder foi: qual é a influência da colaboração no desempenho da gestão da cadeia de suprimentos do café orgânico? O objetivo foi o de verificar a influência

da colaboração sobre o desempenho da gestão da cadeia de suprimentos do café orgânico sob o ponto de vista dos gestores.

O presente estudo está estruturado em cinco seções. A primeira referiu-se à introdução. Em seguida desenvolveu-se a revisão da teoria sobre SCM, colaboração, desempenho e seus relacionamentos. Depois, são apresentados os procedimentos metodológicos e as análises dos resultados. Por fim, são apresentadas as conclusões e as sugestões para prosseguimento do estudo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E HIPÓTESES

Na visão de Ward e Duray (1995), as estratégias operacionais devem estar relacionadas (ou alinhadas) com o ambiente competitivo. Nessa concepção, a empresa alinha as atividades internas, que agregam valor, para produzir benefícios para seus clientes. Não obstante, a colaboração interna deve ser estimulada para que as trocas de informações sejam disseminadas, tanto para o ambiente interno como para o ambiente externo e, assim, favorecer o surgimento de oportunidades e obtenção de ganhos mútuos para as empresas membros da cadeia de suprimentos (CHRISTOPHER, 1999).

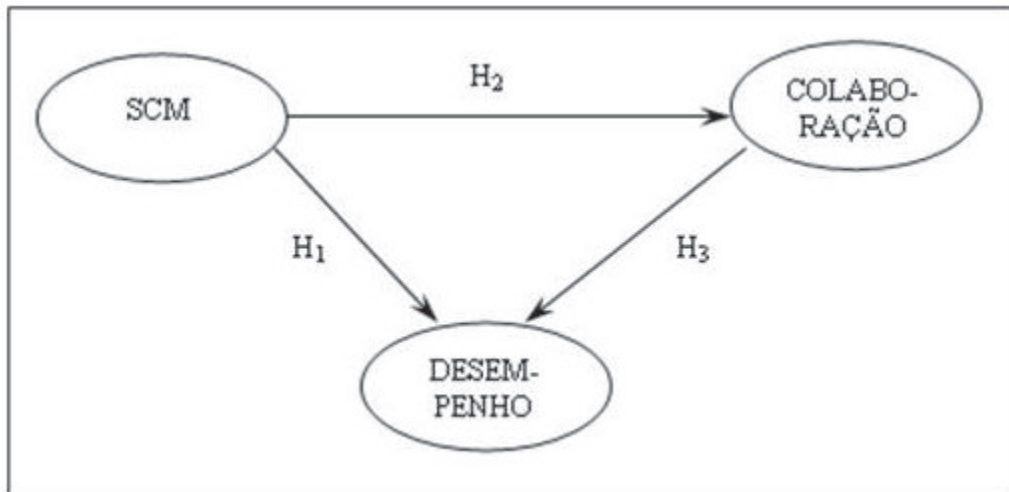
Logo, o modelo conceitual que conecta a gestão da cadeia de suprimentos, colaboração interna da empresa foco e desempenho, é mostrado na Figura 1.

O enfoque teórico e as hipóteses que sustentam o modelo mostrado na Figura 1 são apresentados a seguir.

2.1 Gestão da Cadeia de Suprimentos (SCM) e Desempenho

SCM pode ser definida como a coordenação sistêmica e estratégica das tradicionais funções empresariais e de negócios dentro de uma organização particular e ao longo da cadeia, com o propósito de melhorar o desempenho das empresas individualmente e de todos os demais elos da cadeia de suprimentos. Em geral, as empresas adotam práticas de SCM para conquistar competitividade em seu mercado, bem como para reduzir seus custos e melhorar a satisfação de seu cliente (MENTZER et al., 2001).

De acordo com Paulraj, Chen e Lado (2012), SCM é um conjunto de operações e abordagens utilizadas, para integrar eficientemente fornecedores, fabricantes, depósitos e armazéns, de forma que a mercadoria seja produzida e distribuída na quantidade certa, para a localização certa e no tempo certo, de forma a minimizar os custos globais do sistema ao mesmo tempo em que atinge o nível de serviço desejado, oferecendo a todas elas resultados positivos.

**FIGURA 1** – Modelo Estrutural

Fonte: Elaborado pelos autores

Park, Mezas e Song (2004) apontam os principais benefícios conquistados pela gestão da cadeia de suprimentos, tais como, redução de custo, compartilhamento de risco, acesso ao capital financeiro, ativos complementares, maior capacidade de aprendizagem e transferência de conhecimento. De acordo com Pires (2010), o principal benefício conquistado pela SCM está ligado à produtividade. Ao longo desta gestão, as organizações participantes da cadeia de suprimentos esperam o desenvolvimento de seus produtos que poderiam se transformar em vantagem competitiva e desempenho.

Uma das principais contribuições aos estudos da SCM vem da economia, mais especificamente da Teoria dos Custos de Transação (TCT) que deu origem à Economia dos Custos de Transação (CABRAL, 2004).

Para compreender essa abordagem, é necessário considerar que uma organização não possui somente custos de produção, mas também custos de transação que são definidos como os custos para suportar uma transação por meio da troca em mercado aberto (COASE, 1988).

Williamson (1985) define custos de transação como custos *ex-ante* de procurar, preparar, negociar e garantir um contrato e como custos *ex-post* de monitoramento, adaptações e acertos necessários, quando a execução de um contrato é prejudicada por falhas, omissões ou modificações inesperadas.

Cao e Zhang (2011) identificaram sete dimensões intercorrelacionadas dentro do conceito de SCM. São elas:

a) o compartilhamento de informação. O compartilhamento de informação se refere à variedade de informações relevantes, precisas, completas e confidenciais que uma organização compartilha com seus parceiros da cadeia de suprimentos em tempo hábil. Essa dimensão é considerada requisito fundamental para a gestão da cadeia de suprimentos (SHEU; YEN; CHAE, 2006). Para que a SCM seja eficiente, é necessário um maior contato entre as organizações envolvidas e um maior compartilhamento de informações entre elas (SAHAY, 2003);

b) a congruência nos objetivos. A congruência nos objetivos entre os parceiros da cadeia de suprimentos é atingida a partir do momento em que a empresa, que aplica a SCM, percebe que seus objetivos são atingidos quando os objetivos de toda a cadeia de suprimentos também são atingidos (SIMATUPANG; SRIDHARAN, 2002);

c) a sincronização nas decisões. A sincronização das decisões refere-se ao processo pelo qual uma organização prepara sua decisão dentro de um planejamento dentro da cadeia de suprimentos. Essa decisão deve contribuir para o benefício de todos os parceiros (SIMATUPANG; SRIDHARAN, 2005);

d) o alinhamento de incentivos. O alinhamento de incentivos, segundo Simatupang e Sridharan (2008), se referente à política de distribuição de custos, riscos e benefícios entre os parceiros dentro de uma cadeia de suprimentos. Segundo Cao e Zhang (2011), para a SCM obtenha sucesso é necessário que cada empresa participante compartilhe ganhos e perdas de forma equivalente;

e) o compartilhamento de recursos. O compartilhamento de recurso está ligado ao processo organizacional de investir e alavancar capacidades e recursos em parceria com as demais empresas de sua cadeia de suprimentos. Esse aspecto é de fundamental importância para a eficiência da SCM (CAO; ZHANG, 2011). De acordo com Harland et al. (2004), como recursos entendem-se os físicos, ou seja, equipamentos e tecnologias;

f) a comunicação. A comunicação interorganizacional é o contato e o processo de transmissão de mensagens entre as empresas de uma cadeia de suprimentos (PAULRAJ; LADO; CHEN, 2008). A comunicação deve ser aberta, frequente e equilibrada. Na maior parte dos casos, uma indicação de uma relação interorganizacional bem estruturada ocorre quando a comunicação se desenvolve em vários níveis nas empresas (GOFFIN; LEMKE; SZWEJCZEWSKI, 2006) e;

g) criação de conhecimento comum. A criação conjunta de conhecimento se refere à maneira como os parceiros em uma cadeia de suprimentos desenvolvem, de forma conjunta, uma melhor compreensão do mercado competitivo (MALHORTA; GASAIN; EL SAWY, 2005).

Assim, há de se supor que:

H1: A gestão da cadeia de suprimentos tem um efeito positivo no desempenho operacional.

2.2 Gestão da Cadeia de Suprimentos (SCM) e Colaboração

As novas tendências do mercado que demandam serviços e produtos de qualidade com baixo preço tem feito com que as organizações revejam seus antigos modelos de gestão. Para o sucesso na adoção de modernas ferramentas de gestão empresarial é necessário haver colaboração (KNIGHT, 2000). Ainda para essa autora, colaboração é um conceito ainda muito confuso que tem relação com cooperação e oposto aos conceitos de conflito e competição.

Autores como Bueno, Amato Neto e Catharino (2006) e Thompson, Perry e Miller (2009) conceituam a cooperação e a colaboração como sinônimas. Por outro lado, pesquisadores como Silva (2007) apresentam distinções entre estas duas expressões. A autora faz um alerta sobre a similaridade destes dois conceitos, por vezes dependem do contexto em que são utilizados, mesmo assim confirma, trata-se de termos distintos. Embora ambos os termos signifiquem “trabalho conjunto”, a cooperação pode ser entendida como atuação conjunta, ou seja, atuação de forma coordenada, dentro de um processo ou outras ações

conjuntas, para alcançar um objetivo ou propósito comum (BURTSEV; TURCHIN, 2006). Segundo esses autores, a cooperação ocorre horizontalmente com motivações semelhantes. Quando a cooperação ocorre como ação de apoio, ou seja, o ato cooperativo ocorre sem se esperar nada em troca, pode ser chamada de colaboração. De acordo com Polenske (2004), a colaboração é o ato que gera resultados para um parceiro. Ela pode ocorrer em um sentido vertical ou horizontal e não precisa gerar ganho para todos, pode ser interpretada como um apoio. De acordo com a autora, colaboração é um conceito de aplicação estratégica.

No entendimento de Knight (2000), a colaboração pode ser representada por três dimensões: confiança, comprometimento e trabalho em equipe. Estas dimensões são essenciais para garantir maior qualidade nos serviços prestados aos clientes e facilitar integração além das fronteiras da firma em relações diádicas com parceiros (PAULRAJ; CHEN, 2007). Assim, na perspectiva de Knight (2000):

a) a confiança no parceiro estimula e potencializa a colaboração. O estudo de confiança no ambiente organizacional tem em sua base diversos estudos provenientes de múltiplas áreas do conhecimento, o que acabou resultando em variadas definições (SINGH; SIRDESHMUKH, 2000). De acordo com esses autores, confiança para os economistas, por exemplo, é vista como um constructo calculado ou institucional; já, para os profissionais ligados à psicologia, analisam a confiança como parte em uma relação focada nas cognições que atributos pessoais geram;

b) o comprometimento colabora com a resolução dos problemas. O comprometimento é um estado psicológico que procura alinhar os valores e interesses individuais com os valores e interesses do grupo ou da empresa. Para que exista comprometimento, os valores e interesses individuais (ou de um grupo de trabalhadores) devem ter uma menor importância se comparados com os valores e interesses da organização (GRANT, 2003). Para Herzog et al. (2001), as relações de colaboração requerem comprometimento e confiança, além do compartilhamento dos problemas e divisão dos riscos e;

c) o trabalho em equipe, que fortalece a sinergia entre pessoas. Segundo Benbunam-Fich e Hiltz (1999), o trabalho em equipe deve estar comprometido com os valores da organização. O trabalho em equipe é um excelente motivador para os próprios membros do grupo, uma vez que suas atividades serão comentadas e avaliadas por colegas que fazem parte do mesmo grupo. Para Cannon

e Homburg (2001), a colaboração está relacionada ao modo como as pessoas trocam informações, realizam ações de forma conjunta e fortalecem as suas relações.

Assim, há de se supor que:

H2: A gestão da cadeia de suprimentos tem um efeito positivo na colaboração.

2.3 Colaboração e Desempenho

O desempenho de uma empresa é reconhecido como principal constructo em pesquisas estratégicas, diferenciando-se das demais áreas dos estudos sobre organizações (COMBS; CROOK; SHOOK, 2005). Para Venkatraman e Ramanujam (1986), o desempenho financeiro e o desempenho operacional são os pilares da eficiência de uma organização. Ainda, de acordo com estes autores, o desempenho financeiro envolve medidas como o crescimento das vendas, lucros e retorno de investimento. No desempenho operacional são observadas medidas como qualidade, flexibilidade, entrega, valor adicionado na produção, dentre outros. Estudos acadêmicos como o de Arino (2003) sobre desempenho operacional têm sido desenvolvidos para identificar a métrica ideal que leva estratégias ligadas à SCM ao sucesso, em termos de causas e processos que influenciam seu desempenho.

De acordo com Slack (2009), para quantificar o desempenho, é necessário compreender alguns determinantes operacionais como qualidade, confiabilidade, velocidade, flexibilidade e custo. No mesmo sentido, Dornier et al. (2000) utilizam como medida para desempenho quatro dimensões: custo inicial, qualidade de projeto, serviço, flexibilidade de novos produtos. Da mesma forma, Swink, Narasimhan e Wang (2007) trabalham com indicadores métricos operacionais que utilizam os critérios tradicionais de competitividade, ou seja, custo, qualidade, flexibilidade e entrega para mensurar o desempenho. Neste estudo, os autores sugerem que aumento da integração entre os indicadores operacionais pode influenciar positivamente o desempenho operacional.

Ward et al. (1998) buscam avaliar a validade e a confiabilidade de indicadores que possam medir de uma forma mais precisa o desempenho. Neste trabalho os autores apresentam algumas dimensões que possam medir o desempenho operacional. São elas:

a) qualidade. A qualidade reflete a melhoria contínua dentro de uma organização. A qualidade só é alcançada, quando todo o processo empresarial passa por melhorias, ou seja, desde a compra de insumos e matéria-prima até o atendimento pós-venda ao consumidor

(WARD et al., 1998). Para Bowersox e Closs (2004), a qualidade determina a eficácia da performance de toda a logística integrada, não somente sendo reflexo das atitudes individuais das organização que compõem uma cadeia de suprimentos;

b) confiabilidade na entrega. Entregar o produto no local e no prazo certo. Uma empresa pode ser competitiva, baseando na confiabilidade da entrega, mesmo não apresentando a melhor qualidade e o menor custo (WARD et al., 1998). Para Slack (2009), confiabilidade pode ser entendida como um conjunto de informações dentro do planejamento que evita despesas indiretas com atrasos;

c) flexibilidade do processo. A flexibilidade do processo é composta por sete aspectos, ou seja, produto, volume, modificação, adaptação, redirecionamento, insumos e sequenciamento (GERWIN, 1993). De acordo com Ward et al. (1998), esse item engloba a habilidade para desenvolver novos produtos e introduzi-los no mercado de forma rápida e eficiente;

d) eficiência em custo. Custo de produção, produtividade, operacional e de estoque. É importantíssimo para uma organização, que pretende se posicionar de uma forma estratégica no mercado, observar a influência do custo em seu resultado (WARD et al., 1998).

Segundo Jeong e Hong (2007), o desempenho operacional está diretamente ligado à competitividade organizacional, levando-se em consideração a efetividade operacional, incluindo qualidade, flexibilidade, tempo de entrega e eficiência em custo. Para Rungtusanatham et al. (2003), o desempenho operacional é medido pelas dimensões custo, qualidade, flexibilidade e tempo, este último ligado à questão da entrega eficiente.

Assim há de se supor que:

H3: A colaboração tem um efeito positivo no desempenho da cadeia de suprimentos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Natureza, Tipo da Pesquisa, Sujeitos, Amostra e Instrumento de Coleta

Para este artigo foi desenvolvida uma pesquisa exploratório-descritiva em duas etapas. Na primeira etapa, do tipo exploratória de natureza qualitativa, buscou-se, por meio de entrevistas em profundidade com profissionais da área de logística e cadeia de suprimentos, determinar elementos para caracterizar a SCM do café orgânico, bem como validar os indicadores de colaboração e de desempenho utilizados no estudo. Os dados coletados, por meio de entrevistas com três

gestores, foram tratados pela análise de conteúdo e contribuíram para a constituição dos elementos caracterizadores da SCM e para validar os constructos. O objetivo da primeira etapa da pesquisa foi compreender melhor a SCM no setor do café orgânico.

As entrevistas elaboradas validaram as medidas dos constructos SCM, colaboração e desempenho e, também, a interpretação das assertivas elaboradas. Nesse sentido, as contribuições e validações dos executivos entrevistados resultaram em uma versão preliminar do questionário.

Essa primeira versão foi submetida a um pré-teste com a participação de cinco gestores com experiência em SCM do café orgânico, para detectar problemas quanto à compreensão das assertivas. Na segunda etapa foi promovida uma pesquisa do tipo descritiva de natureza quantitativa com questionários enviados a gestores envolvidos na SCM do café orgânico. Foi adotada uma amostra não probabilística, seguindo o procedimento empírico proposto por Hair et al. (2005), ou seja, conseguir pelo menos cinco respondentes para cada assertiva do questionário. Foram enviadas 180 solicitações de respostas. Os dados foram coletados por meio de 107 questionários respondidos por gestores com experiência na SCM do café orgânico, tratados estatisticamente pela análise fatorial e desenvolvimento em equações estruturais para analisar as relações entre os constructos SCM, colaboração e desempenho.

Em geral, a média dos questionários respondidos é de 10% (HAIR et al., 2005). Este estudo acadêmico conseguiu uma média alta de questionários respondidos, isso pode ter ocorrido em razão do contato próximo dos pesquisadores com os negócios relacionados à agricultura orgânica, além disso, cerca de um terço dos potenciais respondentes selecionados foram contatados por telefone, antes de receber a pesquisa, com o objetivo de explicar o propósito da pesquisa e a importância da contribuição de cada um para a evolução do conhecimento do tema SCM do café orgânico.

A coleta de dados se deu, por meio de um questionário, segundo a escala do tipo Likert (HAIR et al., 2005), variando de 1 (discordo totalmente) a 6 (concordo totalmente), composto de 35 assertivas. As primeiras 15 assertivas referiram-se às dimensões identificadas na variável SCM no estudo de Cao e Zhang (2011). As 15 assertivas seguintes referentes às dimensões de colaboração, segundo o estudo de Knight (2000). Por fim, as últimas cinco assertivas foram relacionadas às dimensões de desempenho, com base no modelo proposto por Ward et al. (1998). Além dessas assertivas, fizeram

parte do questionário mais um bloco de questões para a coleta de dados relacionados aos perfis demográficos das empresas e dos respondentes.

3.2 Tratamento dos Dados, Delimitação do Estudo e Limitação do Método

Após a conclusão da pesquisa de campo, deu-se início ao processamento dos dados. Foram utilizados os *softwares* SPSS versão 15.0 e SmartPLS 2.0 M3. Para o tratamento dos dados, nesta segunda etapa da pesquisa, foram utilizadas técnicas de estatística descritiva, estatística multivariada (análise fatorial confirmatória) e modelagem em equações estruturais, procurando encontrar aderência entre a teoria e os dados coletados. A modelagem em equações estruturais permite uma avaliação simultânea em um conjunto de equações distintas, porém que se relacionem (HAIR et al., 2005).

Para validar o modelo de mensuração proposto, foram utilizados como medidas: a carga fatorial, AVE (média das cargas fatoriais), confiabilidade composta e o Alpha de Cronbach.

Para verificar o modelo de ajuste estrutural, foi utilizado o coeficiente de correlação (R^2), ou seja, a porcentagem variância da variável que é explicada pela outra variável e a significância entre as variáveis.

A coleta de dados foi de concepção transversal, ou seja, todos os questionários foram respondidos dentro de um espaço de tempo restrito onde se mantiveram as mesmas condições socioeconômicas no momento das respostas sem que isso possa ter influência significativa.

Não foi objeto deste estudo uma coleta de dados longitudinal, em que a percepção e opinião dos gestores com relação à influência da imitação no processo de inovação poderiam mudar com o tempo (VERGARA, 2010). Nas Conclusões do trabalho, foi sugerido o desenvolvimento de coleta de dados longitudinal para superação dessa delimitação e consequente continuidade do trabalho.

Em termos de limitação do método, pode-se dizer que: a) a principal delas refere-se ao tamanho e o uso de uma amostra não probabilística, cujos resultados obtidos devem ser vistos com ressalvas; b) o uso de estatística multivariada, quando se tem uma amostra pequena, pode acarretar incertezas, dificultando a interpretação dos resultados obtidos (CRESWELL, 2007) e; c) as entrevistas com os gestores podem ter sido induzidas, mesmo que indiretamente, a concordar com as medidas ou variáveis colocadas no questionário, criando, assim, um viés nas respostas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados foram coletados no período de outubro a dezembro de 2012. O envio de questionários foi feito considerando a lista de empresas que atuam com SCM do café orgânico. Foram enviados, via e-mail, 180 solicitações de respostas, do que retornaram 107 questionários respondidos e, após depuração, foi descartado apenas um.

Como não havia restrição de mais de um gestor da mesma empresa responder à pesquisa, pôde-se acompanhar a não necessária convergência integral das respostas. A análise dos dados teve suporte de softwares estatísticos. As análises fatoriais confirmatórias foram realizadas com o *software* SPSS, versão 15.0, e o desenvolvimento de equações estruturais com o *software* Smart PLS 2.0 M3.

4.1 Análise Descritiva da Amostra

A amostra foi resultado do contato, via e-mail, com 107 gestores, distribuídos em sete ramos de atividades dentro da cadeia de suprimentos do café orgânico brasileiro (Tabela 1).

TABELA 1 – Distribuição dos respondentes por ramo de atividade

SETOR	AMOSTRA	FREQ. (%)
Produtor agroindustrial	27	25,23
Empresa de torrefação e moagem	18	16,83
Comércio atacadista	18	16,83
Comércio varejista	40	37,39
Empresa certificadora	2	1,86
Grupo Usineiro	1	0,93
Associação de produtores	1	0,93
TOTAL	107	100

Fonte: Dados da pesquisa

Todos os respondentes ocupavam cargo de gerência ou diretoria dentro de suas respectivas organizações. Quanto ao tempo na função desempenhada, 18,69% dos entrevistados tinham mais de 10 anos, 40,19% tinham de 5 a 10 anos e 41,12 tinham menos de 5 anos.

A distribuição geográfica das empresas dos respondentes corresponde à realidade da produção, transformação e comercialização do café orgânico no Brasil (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO -CONAB, 2012), conforme é mostrado na Figura 2.

4.2 Validação das Medidas e Escalas

Para validar as medidas e escalas, primeiramente, realizou-se a depuração da amostra dos dados, constituídas 107 respondentes para decidir quais cargas fatoriais valeriam a pena considerar nesta pesquisa. Segundo Hair et al. (2005), para uma amostra maior do que 100 respondentes cargas fatoriais, acima de 0,45 (associação moderada), são consideradas satisfatórias. Com isso, itens com carga fatorial menor que 0,45 foram removidos e recalculados a confiabilidade interna, confiabilidade composta e a variância média extraída. Após várias rodadas de reavaliação, do total de 35 indicadores, obteve-se um modelo revisado composto por 18 itens distribuídos nos 3 construtos: SCM (7 indicadores), colaboração (7 indicadores) e desempenho operacional (4 indicadores).

Os resultados estatísticos destes 18 indicadores, ou seja, carga fatorial individual, alpha de Cronbach, AVE, AVE acumulada, *eigenvalue*, KMO/MAS e nível de significância, são apresentados na Tabela 2.

Para validar as medidas, foram realizadas as análises de Convergência, Discriminante e Confiabilidade.

a) Convergente. Para a validação convergente das medidas e escalas do modelo de mensuração, utilizou-se da confiabilidade composta. Os valores obtidos para a confiabilidade composta foram: 0,815; 0,779; e 0,783 para SCM, Colaboração e Desempenho, respectivamente. Estes valores foram considerados satisfatórios, já que o valor recomendado por Hair et al. (2005) é acima de 0,7.

b) Discriminante. Para a validade discriminante, utilizou-se das cargas cruzadas. Todas as correlações apresentaram valores da raiz quadrada da variância média superiores à correlação entre os constructos, denotando assim que os constructos, de fato, são diferentes. Na Tabela 3 são mostrados os valores da correlação entre os constructos e, na diagonal, a raiz quadrada da variância média extraída.

c) Confiabilidade. Quanto à confiabilidade ou consistência interna do constructo, utilizou-se do coeficiente Alpha de Cronbach. Os valores obtidos foram: para SCM 0,741, para colaboração 0,691 e para desempenho 0,634. Esses índices foram considerados satisfatórios, ou seja, acima de 0,6, conforme é recomendado pelo Hair et al. (2005). Diante disso, considerou-se o resultado satisfatório, dado que a gestão da cadeia de suprimentos se trata de fenômeno complexo com diversas variáveis com diferentes graus de dificuldade gerencial.

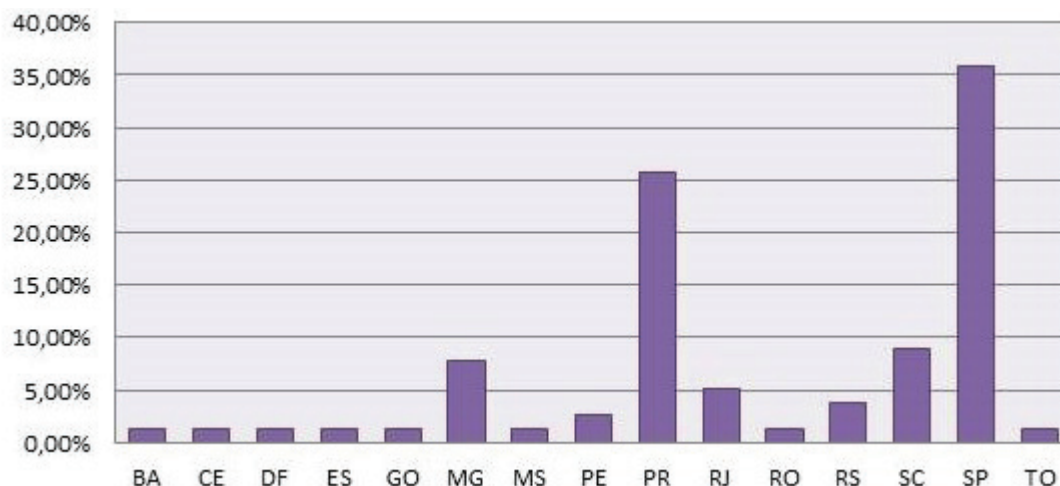


FIGURA 2 – Distribuição geográfica das empresas envolvidas na pesquisa

Fonte: Dados da pesquisa

4.3 Avaliação das Relações Estruturais do Modelo de Mensuração

Para analisar a significância estatística das relações entre os constructos ($\alpha \leq 0,05$ ou $t > 1,96$) foram realizadas modelagem em equações estruturais, utilizando para tanto, o software Smart PLS 2.0 M3. Na Figura 3 apresenta-se o resultado da modelagem em equação estrutural, relacionando os constructos imitação e inovação.

Observa-se que os coeficientes estruturais apresentam valores positivos iguais a 0,366; 0,333 e 0,252 para as relações: [SCM → Desempenho], [SCM → Colaboração] e [Colaboração → Desempenho]. Na Tabela 4 apresenta-se um resumo dos coeficientes estruturais, erro, valor t de *Student* e decisão dos testes de hipóteses.

Não obstante, os valores observados para serem considerados como relevantes necessitam ser estatisticamente significantes em nível ($\alpha \leq 0,05$). Assim, por meio da análise *Bootstrapping* do software Smart PLS 2.0 M3, para os 107 respondentes e reamostragem = 2000, obtiveram-se valores do teste t de Student, acima de 1,96, conforme é mostrado na Figura 2 (em asteriscos). Ainda, observa-se pela Figura 3, que os valores de t de Student são maiores que 1,96 (HAIR et al., 2005) para a relação [SCM → Desempenho] e na relação [SCM → Colaboração] iguais a 3,423 e 3,742, respectivamente. Esses dados suportam as hipóteses H1 e H2 definidas neste estudo. Os valores t de Student obtidos indicam que A Gestão da Cadeia de Suprimentos tem influência na Colaboração e no Desempenho.

Quanto à relação entre [Colaboração → Desempenho], o valor t de Student foi de 1,894, portanto aquém do nível de significância estatística estabelecida, que foi valor t de Student igual a 1,96 ($\leq 0,05$). Assim, a hipótese H3 não é suportada para o nível de significância de 0,05, denotando que a Colaboração não tem influência no Desempenho.

4.4 Discussão dos Resultados

Levando-se em consideração o objetivo desta pesquisa, que foi identificar a influência da Colaboração no Desempenho da SCM do Café Orgânico, os resultados evidenciaram:

a) existe relação positiva entre gestão da cadeia de suprimentos e desempenho, ou seja, a prática de ações ligadas à SCM do café orgânico tem influência sobre os desempenhos das empresas. Segundo Barrat e Oliveira (2001), empresas que trabalham em cadeia de suprimentos, ou seja, observando as principais estratégias ligadas à SCM têm conquistado maior desempenho operacional.

b) evidenciou-se, ainda, que a SCM tem relação positiva com colaboração. As práticas ligadas à SCM do café orgânico influenciam a colaboração. A colaboração dentro da SCM permite que os envolvidos potencializem sua estrutura organizacional e sua capacidade de atender às necessidades e desejos dos clientes (SIMATUPANG; SRIDHARAN, 2005).

c) a hipótese de que existe uma relação positiva entre Colaboração e Desempenho, dada por H3, não foi

confirmada. Não foi evidenciada influência da colaboração sobre o desempenho, contrapondo estudos como o de Duffy e Feane (2004) que afirmaram que as organizações

buscam melhorar suas relações colaborativas internas com o objetivo de potencializar seus resultados e desempenho operacional.

TABELA 2 – Resultados de Confiabilidade e Validação

Variáveis		Componentes Principais					Comunalidade
		1	2	3	4	5	
SCM	Comunicação aberta	-0,085	-0,078	-0,082	0,234	0,773	0,673
	Objetivos dos parceiros	0,252	0,105	0,218	0,029	0,639	0,530
	Soluções	0,222	0,040	0,073	-0,064	0,719	0,577
	Custos	0,458	-0,145	0,044	0,419	0,237	0,464
	Benefícios	0,816	0,117	0,197	0,103	0,017	0,729
	Investimentos	0,767	-0,101	0,072	0,112	0,284	0,698
	Riscos	0,722	0,067	-0,077	0,274	0,035	0,608
Colaboração	Informações sobre os parceiros	-0,141	0,075	0,748	0,187	-0,130	0,636
	Comunicação entre parceiros	0,221	0,251	0,595	-0,107	0,326	0,584
	Sacrifício pelo bom relacionamento	0,216	-0,145	0,771	0,211	-0,048	0,709
	Oportunidade de parcerias	0,038	0,177	0,613	0,084	0,292	0,501
	Equipe capacitada em socorrer colegas	0,059	0,904	0,161	-0,009	0,000	0,846
	Demanda de mercado	-0,100	0,610	-0,117	-0,177	0,201	0,467
	Equipes se ajudam mutuamente	0,057	0,822	0,168	0,113	-0,114	0,733
Desempenho	Eficiência na entrega	0,064	0,069	0,027	0,604	0,348	0,486
	Custos administrativos	-0,198	-0,067	0,095	0,734	0,063	0,596
	Custos primários	0,171	0,305	0,204	0,654	0,046	0,594
	Aumento das vendas	0,108	0,161	0,108	0,534	-0,169	0,362
EIGENVALUE		2,322	2,181	2,126	2,092	2,081	
α -Cronbach		0,756	0,732	0,668	0,642	0,640	
AVE		12,902	12,117	11,809	11,625	11,562	
AVE Acumulada		12,902	25,019	36,828	48,453	60,015	
Variável Latente		Alinhamento de incentivos	Trabalho em equipe	Confiança e comprometimento	Desempenho	Informações, objetivos e decisões	

KMO / MSA (Kaiser-Meyer-Olkin Measure of Sampling Adequacy) = 0,712; n = 107 casos

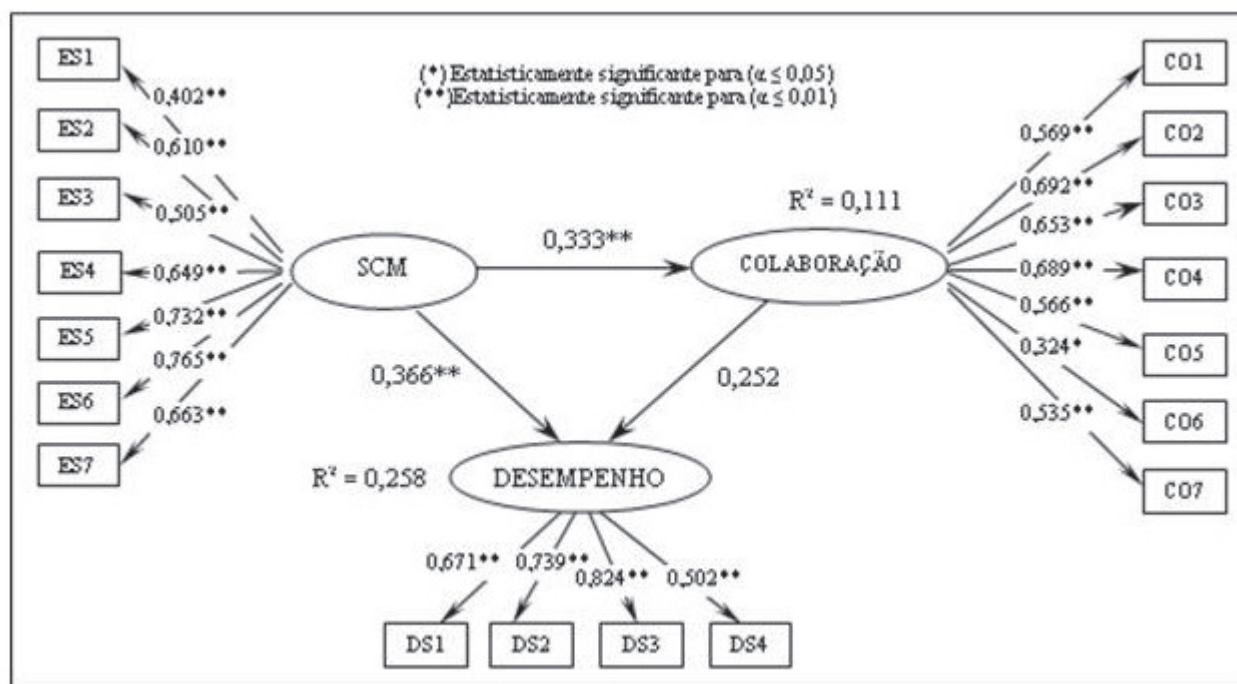
Bartlett's Test of Sphericity – Approx. Chi-Square = 560,442;df. 153; Sig. 0,00000

Fonte: Dados da pesquisa.

TABELA 3 – Correlação entre os constructos e raiz quadrada da variância média extraída (diagonal)

CONSTRUCTOS	SCM	COLABORAÇÃO	DESEMPENHO
SCM	0,629		
COLABORAÇÃO	0,333	0,587	
DESEMPENHO	0,449	0,374	0,694

Fonte: Dados da pesquisa

**FIGURA 3** – Relação entre os constructos

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 4 – Coeficientes estruturais dos modelos de mensuração

Relacionamento Estrutural	Coeficientes Estruturais	Erro Padrão	Valor t	Hipótese	Decisão ($\alpha \leq 0,05$)
SCM → Desempenho	0,366	0,028	3,423	H ₁	Suporta
SCM → Colaboração	0,333	0,030	3,742	H ₂	Suporta
Colaboração → Desempenho	0,252	0,038	1,894	H ₃	Não Suporta

Fonte: Dados da pesquisa

5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA PROSSEGUIMENTO

A agricultura orgânica vem se desenvolvendo de forma acelerada e já é praticada em mais de 120 países. O mercado agroalimentar orgânico vem sendo apontado como aquele que mais cresce no Brasil e no mundo (GEMMA; TERESO; ABRAHÃO, 2010).

Para Neves, Zylbersztajn e Neves (2005), a crescente tendência deste mercado sustentável tem atraído um número cada vez maior de produtores rurais, transformadores, processadores e distribuidores, a fim de atender da melhor maneira a demanda do consumidor por esses novos produtos, desenvolvendo novas estratégias e estrutura de abastecimento buscando satisfazer essas expectativas geradas.

O objetivo principal do presente estudo foi identificar se o construto colaboração exerce influência no desempenho da SCM do café orgânico. Na primeira etapa da pesquisa, foi promovida uma entrevista com 3 gestores ligados à SCM. Em seguida, na segunda etapa da pesquisa foram colhidos 107 questionários respondidos por gestores ligados às operações.

Com base nos resultados obtidos, pode-se entender que os desafios da agricultura orgânica são:

a) ajustar seus processos organizacionais às novas demandas de mercado e ao novo público consumidores. No caso específico do café orgânico, a competitividade depende da capacidade de cada organização em equilibrar e administrar suas competências e rotinas dentro de uma eficiente SCM;

b) ter a colaboração entre pessoas, dentro das organizações, como uma aliada da gestão da cadeia de suprimentos, visando a uma melhoria e potencialização do desempenho operacional no setor do café orgânico.

Acrescenta-se, ainda, que a Colaboração representa um desafio para os gestores no sentido de agregar valor e tal modo a impactar no desempenho.

Esta pesquisa contribui no desenvolvimento da SCM dentro da agricultura orgânica.

a) Para a área acadêmica.

O presente artigo procurou enriquecer os conhecimentos alargando as fronteiras do conhecimento sobre SCM do café orgânico, podendo entender-se para demais culturas que se baseiam na cultura orgânica de produção. Além disso, pode ampliar as discussões e debates sobre o desenvolvimento da SCM na agricultura orgânica;

b) Para os gestores da cadeia de suprimentos.

Os resultados deste estudo forneceram um modelo que pode ser utilizado para avaliar a influência da colaboração

interna para o desempenho dos negócios da empresa. Além disso, pode ajudar na compreensão dos benefícios advindos da implementação da SCM, visando a um melhor desempenho operacional para o setor do café orgânico.

Portanto, diante dos resultados obtidos, pode-se deduzir que os gestores da cadeia de suprimentos do café orgânico têm uma adequada percepção do impacto no desempenho operacional. Porém ainda é necessário um esforço maior das empresas envolvidas na SCM de café orgânico para ampliar a visão dos seus gestores, fazendo-os compreender que ações relacionadas à SCM e à Colaboração podem afetar, de maneira positiva, os resultados organizacionais. Isto ocorre, em parte, em decorrência da postura do agronegócio no Brasil, que só recentemente vem se preocupando com a agricultura orgânica, seu desempenho e com eficiência formação de gestores operacionais.

Para prosseguimento do estudo, sugere-se:

a) considerar a colaboração como um fator mediador ou moderador da relação entre gestão da cadeia de suprimentos do café orgânico e o desempenho e;

b) realizar pesquisas de concepção longitudinal, permitindo, assim, verificar se o resultado obtido é causa ou efeito de determinado fatores, de origem interna ou externa.

6 REFERÊNCIAS

ARINO, A. Measures of strategic alliance performance: an analysis of construct validity. **Journal of International Business Studies**, London, n. 34, p. 66-79, 2003.

BARRAT, M.; OLIVEIRA, A. Exploring the experiences of collaborative planning initiatives. **International Journal of Physical Distribution and Logistics Management**, Bingley, v. 31, n. 4, p. 266-289, 2001.

BENBUNAM-FICH, R.; HILTZ, S. R. Impacts of asynchronous learning networks on individual and group problem solving: a field experiment. **Group Decision and Negotiation**, London, v. 8, p. 409-426, 1999.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimentos**. São Paulo: Atlas, 2004.

BUENO, C. G.; AMATO NETO, J.; CATHARINO, M. A dynamic relationships framework for innovation: implications for the Brazilian aerospace strategy operations. **Journal of Integrated Design and Process Science**, Amsterdam, v. 10, n. 3, p. 17-31, 2006.

- BURTSEV, M.; TURCHIN, P. Evolution of cooperative strategies from first principles. **Nature**, London, v. 440, n. 7087, p. 1041-1044, 2006.
- CABRAL, S. Analisando a reconfiguração da cadeia de produção de pneus no Brasil pela Economia dos Custos de Transação. **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 11, n. 3, p. 373-384, 2004.
- CANNON, J. P.; HOMBURG, C. Buyer-supplier relationships and customer firm costs. **Journal of Marketing**, Chicago, v. 65, n. 1, p. 29-43, 2001.
- CAO, M.; ZHANG, Q. Supply chain collaboration: impact on collaborative advantage and firm performance. **Journal of Operations Management**, London, v. 29, p. 163-180, 2011.
- CHRISTOPHER, M. **O marketing da logística: otimizando processos para aproximar fornecedores e clientes**. São Paulo: Futura, 1999.
- COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. Chicago: The University of Chicago, 1988.
- COMBS, J. G.; CROOK, T. R.; SHOOK, C. L. The dimensionality of organizational performance and its implications for strategic management research. **Research Methodology in Strategy and Management**, Amsterdam, v. 2, n. 5, p. 259-286, 2005.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2012.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- DORNIER, P. P. et al. **Logística e operações globais: textos e casos**. São Paulo: Atlas, 2000.
- DUFFY, R.; FEARNE, A. The impact of supply chain partnerships on supplier performance. **International Journal of Logistics Management**, London, v. 15, n. 1, p. 57-71, 2004.
- ECCARDI, F.; SANDALJ, V. **O café: ambientes e diversidades**. Rio de Janeiro: Casa de Palavra, 2003.
- GEMMA, S. F. B.; TERESO, M. J. A.; ABRAHÃO, R. F. Ergonomia e complexidade: o trabalho do gestor na agricultura orgânica na região de Campinas, SP. **Revista Ciência Rural**, Santa Maria, v. 40, n. 2, p. 318-324, 2010.
- GERWIN, D. Manufacturing flexibility: a strategic perspective. **Management Science**, New York, v. 39, n. 4, p. 395-410, 1993.
- GOFFIN, K.; LEMKE, F.; SZWEJCZEWSKI, M. An exploratory study of close supplier-manufacturer relationships. **Journal of Operations Management**, London, v. 24, n. 2, p. 189-209, 2006.
- GRANT, A. M. **Having yourself committed: bridging between personal projects and organizational commitment**. Cambridge: Harvard University, 2003.
- HAIR, J. F. et al. **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- HARLAND, C. M. et al. A conceptual model for researching the creation and operation of supply network. **British Journal of Management**, London, v. 15, n. 1, p. 1-21, 2004.
- HERZOG, V. L. Trust building on corporate collaborative project teams. **Project Management Journal**, Philadelphia, v. 32, n. 1, p. 28-37, 2001.
- JEONG, J. S.; HONG, P. Customer orientation and performance outcomes in supply chain management. **Journal of Enterprise Information Management**, London, v. 20, n. 5, p. 578-594, 2007.
- KNIGHT, L. A. Learning to collaborate: a study of individual and organizational learning, and interorganizational relationships. United Kingdom: **Journal of Strategic Marketing**, London, v. 8, p. 121-136, 2000.
- MALHORTA, A.; GASAIN, S.; EL SAWY, O. A. Absorptive capacity configurations in supply chains: gearing for partner-enabled market knowledge creation. **MIS Quarterly**, Minneapolis, v. 29, n. 1, p. 145-187, 2005.
- MENTZER, J. T. et al. Defining supply chain management. **Journal of Business Logistics**, Hudson, v. 22, n. 2, p. 1-25, 2001.

- NEVES, M. F.; ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, E. M. **Agronegócio do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- NICOLELI, M.; MOLLER, H. D. Análise da competitividade dos custos do café orgânico sombreado irrigado. **Revista Custos e Agronegócios**, Recife, v. 2, n. 1, p. 29-44, 2006.
- ORGÂNICOS DO BRASIL. **O que é o café orgânico?** Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://organicosdobrasil.blogspot.com.br/2008/12/o-que-cafe-orgnico.html>>. Acesso em: 16 set. 2012.
- PARK, N. K.; MEZIAS, J. M.; SONG, J. A resource-based view of strategic alliances and firm value in the electronic marketplace. **Journal of Management**, New York, v. 30, n. 1, p. 7-27, 2004.
- PAULRAJ, A.; CHEN, I. J. Strategic buyer-supplier relationships, information technology and external logistics integration. **Journal of Supply Chain Management**, New York, v. 48, n. 2, p. 2-14, 2007.
- PAULRAJ, A.; CHEN, I. J.; LADO, A. A. An empirical taxonomy of supply chain management practices. **Journal of Business Logistics**, New York, v. 33, n. 3, p. 227-244, 2012.
- PAULRAJ, A.; LADO, A. A.; CHEN, I. J. Inter-organizational communication as a relational competency: antecedents and performance outcomes in collaborative buyer-supplier relationships. **Journal of Operations Management**, London, v. 26, n. 1, p. 45-64, 2008.
- PENTEADO, S. R. **Fruticultura orgânica**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2010.
- _____. **Introdução à agricultura orgânica**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2003.
- PIRES, S. R. I. **Gestão da cadeia de suprimentos: conceitos, estratégias, práticas e casos**. São Paulo: Atlas, 2010.
- POLENSKE, K. R. Competition, collaboration and cooperation: an uneasy triangle in networks of firms and regions. **Regional Studies**, London, v. 38, n. 9, p. 1029-1043, 2004.
- RUNGTUSANATHAM, M. et al. Supply chain linkages and operational performance: a resource-based-view perspective. **International Journal of Operations & Production Management**, London, v. 23, n. 9, p. 1084-1099, 2003.
- SAHAY, B. S. Supply chain collaboration: the key to value creation. **WorkStudy**, London, v. 52, n. 1, p. 76-83, 2003.
- SAMBIASE, M. F.; MOORI, R. G.; SATO, G. S. Um estudo exploratório dos fatores relevantes na decisão de compra de produtos orgânicos. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 13-34, 2004.
- SEVERO, L. S.; PEDROZO, E. A. A citricultura orgânica na região do Vale do Caí (RS): racionalidade substantiva ou instrumental. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 58-81, 2008.
- SHEU, C.; YEN, H. R.; CHAE, D. Determinants of supplier-retailer collaboration: evidence from an international study. **International Journal of Operations and Production Management**, London, v. 26, n. 1, p. 24-49, 2006.
- SILVA, D. H. Cooperação internacional em ciência e tecnologia: oportunidades e riscos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 5-28, 2007.
- SIMATUPANG, T. M.; SRIDHARAN, R. The collaborative supply chain. **International Journal of Logistics Management**, London, v. 13, n. 1, p. 15-30, 2002.
- _____. Design for supply chain collaboration. **Business Process Management Journal**, London, v. 14, n. 3, p. 401-418, 2008.
- _____. An integrative framework for supply chain collaboration. **International Journal of Logistics Management**, London, v. 16, n. 3, p. 257-274, 2005.
- SINGH, J.; SIRDESHMUKH, D. Agency and trust mechanisms in consumer satisfaction and loyalty judgments. **Journal of the Academy of Marketing Science**, London, v. 28, n. 1, p. 150-167, 2000.
- SLACK, N. **The manufacturing advantage**. London: Management Books, 2009.

- SOUZA, M. C. M. **Cafés sustentáveis e denominação de origem**: a certificação de qualidade na diferenciação de cafés orgânicos, sombreados e solidários. 2006. 177 f. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SWINK, M.; NARASIMHAN, R.; WANG, C. Managing beyond the factory walls: effects of four types of strategic integration on manufacturing plant performance. **Journal of Operations Management**, London, v. 25, n. 1, p. 148-164, 2007.
- THOMPSON, A. M.; PERRY, J. L.; MILLER, T. K. Conceptualizing and measuring collaboration. **Journal of Public Administration, Research and Theory**, Oxford, v. 19, n. 1, p. 23-56, 2009.
- VENKATRAMAN, N.; RAMANUJAM, V. Measurement of business performance in strategy research: a comparison of approaches. **Academy of Management Review**, New York, v. 11, n. 4, p. 801-814, 1986.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2010.
- VILCKAS, M.; NANTES, J. F. D. Agregação de valor: uma alternativa para a expansão do mercado de alimentos orgânicos. **Revista Organizações Rurais e Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 1, p. 26-37, 2007.
- WARD, P. T.; DURAY, R. Business environmental, operations strategy and performance. **Journal of Operations Management**, London, v. 13, p. 99-115, 1995.
- WARD, P. T. et al. Competitive priorities in operations management. **Decision Sciences**, New York, v. 29, n. 4, p. 1035-1045, 1998.
- WILLIAMSON, O. E. **The economic institutions of capitalism**: firms, markets, relational contracting. New York: The Free, 1985.

PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NA BOVINOCULTURA DE CORTE ORGÂNICA EM MATO GROSSO DO SUL: O CASO DA ABPO

Sustainable Practices in the Organic Beef Cattle Bred in Mato Grosso Do Sul: The ABPO Case

RESUMO

Neste artigo são apresentados os resultados de um estudo de caso descritivo na Associação Brasileira de Produtores Orgânicos - ABPO, com sede em Campo Grande/ MS, visando à verificação da sustentabilidade ambiental, econômica e social. Para isso foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturado, aplicado aos integrantes da ABPO (presidente, diretores e associados). Utilizou-se também de documentos atuais e/ou passados, buscando nos registros da organização o seu histórico e ações desempenhadas na sua atividade. O tratamento dos dados foi realizado através da análise de conteúdo, com dimensões e categorias pré-estabelecidas. O estudo demonstra que a ABPO tem desenvolvido uma ampla compreensão de sustentabilidade e percebe um espectro multifacetado de demandas sociais que necessita cumprir. Os entrevistados possuem conhecimento das práticas de sustentabilidade, essenciais na produção do bovino orgânico, e ainda demonstram que, como eles já atuam há algum tempo na bovinocultura, os mesmos adquiriram conhecimento sobre o ramo de atividade e também uma preocupação com o Pantanal sul mato-grossense.

Marcos José de Almeida Matias
Universidade de São Paulo – FEA/RP
marcosjmatias@gmail.com

Denise Barros de Azevedo
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
denise.azevedo@ufms.br

Rogério Cerávolio Calia
Universidade de São Paulo – FEA/RP
calia@usp.br

Guilherme Cunha Malafaia
Embrapa Gado de Corte/MS
malafaia@cnpqg.embrapa.br

Recebido em 08/03/2014. Aprovado em 10/06/2015.
Avaliado pelo sistema *double blind review*
Avaliador científico Sabrina Soares da Silva

ABSTRACT

Results of a descriptive case study performed in the Brazilian Association of Organic Cattle Ranching (ABPO), headquartered in Campo Grande - State of Mato Grosso do Sul, are presented in this article seeking to verify the environmental, economical and social sustainability. We used a semi-structured interview guide performed to the president, directors and associates of ABPO. We also used current and/or old documents of the organization records, searching for its history and actions redeemed in its activity. Data were processed by means of the content analyzing, with dimensions and pre-established categories. The study shows that the ABPO has been developing a broad understanding of sustainability and perceives a multifaceted spectrum of social demands which should be fulfilled. The interviewed have knowledge about sustainability practices, essential in the organic beef cattle production. In addition, they demonstrate that have acquired knowledge about this field of activity because they have been acting in the cattle breeding for some time, as well as they have a concern with the swampland of Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Produtos orgânicos; Bovinocultura de corte orgânica.

Keywords: Sustainability. Organic products. Organic beef cattle raising.

1 INTRODUÇÃO

Para atender às exigências do mercado, o objetivo do produtor rural, atualmente, deve ser a produção rentável, da forma mais humana e eficiente possível (melhores práticas de gestão), com um produto de alta qualidade, mantendo ou melhorando a qualidade dos recursos e a preservação do meio ambiente natural.

No entanto, as cadeias da bovinocultura (corte e leite) são criticadas pelas externalidades negativas

das atividades, como, por exemplo: a degradação dos sistemas ambientais, degradação do solo, a poluição dos recursos hídricos, as emissões de gases de efeito estufa (GEE), além de suas contribuições, para o excesso de oferta de nutrientes em áreas com alta densidade de animais e baixos padrões de bem-estar dos animais (JANSEN; VELLEMA, 2004).

Para Azevedo (2010), as mudanças climáticas, por exemplo, causam consequências que, em longo prazo,

irão afetar as cadeias produtivas do agronegócio, porém há oportunidades e soluções que podem vir a surgir para diminuir os efeitos dessas mudanças nas cadeias produtivas. Todavia, para que a cadeia da bovinocultura de corte seja sustentável, ela também precisa ser flexível e estar preparada para a mudança.

Nota-se, que a preocupação das organizações com as questões ambientais não se deve apenas a apressar a mudança cultural indispensável por parte dos indivíduos, mas, também, ao fato de que o tema interfere diretamente em sua sustentabilidade e produtividade (KRUGLIANSKAS, 1993).

Os estudos da cadeia da bovinocultura de corte se fizeram mais relevantes nas últimas décadas, da mesma forma que observamos a importância desse setor na economia brasileira. O setor é o terceiro com maior exportação, alcançando US\$ 15,64 bilhões, em 2011, representando 14,8% de expansão em relação a 2010, tendo como destino mais de 135 mercados, sendo o principal deles a Rússia (BRASIL, 2012).

Nota-se, que a bovinocultura de corte possui peso econômico expressivo, tanto na balança comercial do país, quanto na economia de Mato Grosso do Sul. O rebanho bovino desse Estado é significativo, com mais de 21,5 milhões de cabeças em 2011, sendo responsável por 10,1% do rebanho nacional, ocupando a quarta colocação no ranking (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2012).

A preocupação por um desenvolvimento sustentável é indispensável, como no caso do bioma Pantanal, que ocupa uma área de mais de 148 mil km², em território brasileiro, abrangendo parte do estado de Mato Grosso, 1/3 do estado de Mato Grosso do Sul, estendendo-se até a Bolívia e o Paraguai, somando uma área de 158.592 km². Ainda, essa área possui 122 espécies de mamíferos, 263 espécies de peixes, 93 espécies de répteis, 656 espécies de aves e 1.647 espécies de plantas (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES ORGÂNICOS - ABPO, 2013).

E essa preocupação é ressaltada, também, quando nos deparamos com um estudo coordenado pela WWF-Brasil, em 2011, o qual confirma que a região do pantanal se opõe à realidade de degradação de áreas de pastagens, uma vez que 87% das áreas de vegetação nativa do pantanal ainda permanecem intactas, totalmente preservadas (ABPO, 2013) e quando verificamos o processo de fundação da Associação Brasileira de Produtores Orgânicos (ABPO), iniciado em 2001 e concretizado em 2003, por iniciativa de pecuaristas da região do Pantanal Sul (MS), com o objetivo de sistematizar sua produção para atender

aos requisitos da Pecuária Orgânica Certificada, agregando à sua atividade os modernos conceitos de qualidade, responsabilidade social e ecológica, e desenvolvimento sustentável.

Abrange na bovinocultura orgânica um sistema de produção que pressupõe uma preocupação clara com a busca de harmonia entre o meio ambiente e a produção. Ela assume, portanto, a posição de uma produção menos impactante ao meio ambiente.

Das considerações feitas até o momento, emergiu a seguinte questão que norteou a construção da pesquisa: Como os princípios básicos da sustentabilidade (econômica, social e ambiental) estão presentes na bovinocultura de corte orgânica no Pantanal Sul?

Portanto, com base nos pontos apresentados anteriormente, este artigo tem como tema a bovinocultura de corte orgânica no pantanal sul mato-grossense (Pantanal Sul), e seu objetivo é verificar a existência dos princípios básicos da sustentabilidade aplicáveis à bovinocultura de corte orgânica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade

Souza (2000) afirma que antes da elaboração do trabalho da CMMAD, na década de 80, em que se expõem os conceitos do chamado “desenvolvimento e sustentabilidade”, predominavam, a respeito do assunto, as ideias de “ecodesenvolvimento” elaboradas em 1973, por Maurice F. Strong, para caracterizar uma concepção alternativa de política de desenvolvimento, defendida e difundida pelo cientista social Ignacy Sachs, que formulou os princípios básicos dessa nova visão de desenvolvimento.

O ecodesenvolvimento, de acordo com Sachs (1993), propõe um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais de países em desenvolvimento por meio da promoção do uso racional dos recursos, enfatizando a importância de modelos locais baseados em tecnologias apropriadas e apresentando-se como uma estratégia alternativa à ordem econômica internacional.

Considerando o fato de que não existe uma única referência que apresenta uma definição exata de desenvolvimento sustentável é considerado adequado usar a definição prevista no relatório de *Brundtland* (WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT - WCDE, 1987), sendo a referencial a mais usualmente utilizada. O relatório postula que o desenvolvimento sustentável é o tipo de desenvolvimento

que satisfaz as necessidades atuais sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

A essência da declaração de *Brundtland* é a justa distribuição dos recursos naturais, tanto entre diferentes gerações e entre a atual quanto nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, e assim encontrar um consenso positivo entre o ambiental, o econômico e o social (WCDE, 1987).

No entendimento de Sachs (2009), são oito as dimensões de desenvolvimento sustentável que vão além dos critérios ambiental, econômico e social; inclui, também, o critério cultural, ecológico, territorial e políticas nacional e internacional.

Entre as várias propostas para conceituar desenvolvimento sustentável, a mais eficaz no campo das organizações, a mais bem sucedida é aquela que considera a confluência de fatores sociais, ambientais e econômicos. Dentro desta perspectiva, entende-se que a empresa está contribuindo para o desenvolvimento sustentável quando seu desempenho gera resultados positivos em termos ambientais, econômicos e sociais, e o modelo que melhor exprime essa ideia é conhecido como *Triple Bottom Line*. Uma vez que este modelo, resumidamente, corresponde aos resultados de uma organização medidos em termos sociais, ambientais e econômicos (ELKINGTON, 2001).

Um documento produzido pela OECD em 2001 delinea o desenvolvimento a partir da abordagem desses três pilares. Segundo este documento inserido no conceito de desenvolvimento sustentável, está a apreensão com a qualidade do crescimento econômico, assim como sua quantidade e com o bem estar humano que surge com o crescimento (ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD, 2001).

O pilar da Sustentabilidade Social enfatiza a significância de altos níveis de emprego e redes de segurança capazes de adaptar grandes mudanças demográficas e estruturais de equidade e de participação democrática nos processos de decisão. Estas condições são distintas e tão importantes quanto a eficiência econômica (OECD, 2001).

A sustentabilidade social, segundo Sachs (2009), vem na frente por se destacar como a própria finalidade do desenvolvimento, pois se refere ao alcance de um patamar razoável de homogeneidade social; o desenvolvimento tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população através da universalização das questões como educação, habitação, saúde, distribuição justa de renda.

Assim, a dimensão social objetiva garantir que todas as pessoas tenham condições iguais de acesso a bens, serviços de boa qualidade necessários para uma vida digna, pautando-se no desenvolvimento como liberdade (SEN, 2000).

Já a Sustentabilidade Econômica cobre as expectativas por um crescimento econômico forte e durável, que preserve a estabilidade financeira, em um ambiente no qual a inflação seja baixa e estável e que crie condições para investir e inovar (OECD, 2001).

De acordo com Sachs (2009), a sustentabilidade econômica refere-se ao desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, por meio de uma gestão eficiente dos recursos em geral e caracterizado pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica a avaliação da eficiência por processos macrosociais.

Para Daly (2004), a insustentabilidade do crescimento atual é que traz a urgência do desenvolvimento sustentável, sendo assim a economia deverá crescer desde que não intervenha na renovação dos sistemas naturais, bem como a exploração dos recursos finitos deva ser poupada.

Para a OECD (2001), a Sustentabilidade Ambiental foca na manutenção da integridade, produtividade e plasticidade dos ambientes biológicos e físicos, bem como preserve o acesso a um ambiente saudável.

Na concepção de Daly (2004), ambiental se refere a certo equilíbrio e à manutenção dos ecossistemas, conservação e manutenção genética e à integridade climática. Este conceito aborda a natureza externa ao ser humano e a concepção de que quanto mais modificações realizadas pelo homem na natureza menor sua sustentabilidade ecológica e quanto menor a interferência humana na natureza, maior sua sustentabilidade.

A sustentabilidade ambiental vem em decorrência, e a econômica aparece como uma necessidade, mas sem hipótese alguma é condição prévia para as anteriores, uma vez que problemas econômicos trazem consigo problemas sociais que por seu lado obstrui a sustentabilidade ambiental, ou seja, refere-se à capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais, ou seja, à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas (SACHS, 2009).

Sendo assim, as informações apresentadas neste capítulo mostram a necessidade de pensar sobre a sustentabilidade de forma prática e em todas as dimensões

da intervenção humana no ambiente, sendo indispensável considerar as dimensões da sustentabilidade (ambiental, econômica e social).

2.2 Produtos Orgânicos e a Bovinocultura de Corte Orgânica

Um produto orgânico é resultado de sistema de produção diferente do convencional praticado na produção agropecuária e que seguem as normas específicas de produção. A produção orgânica foi difundida, inicialmente, na Índia, em 1905, pelo inglês Albert Howard, surgindo como uma alternativa para a agricultura tradicional (EHLERS, 1996).

No Brasil, os princípios da agricultura orgânica se disseminaram pelo país na década de 1970, quando a revolução verde, o intenso uso de químicos agressivos ao meio ambiente e os pacotes tecnológicos modernos começaram a ser questionados em diversos meios. Entretanto, foi somente após os episódios do “mal da vaca louca” e contaminações por agrotóxicos que o mercado de orgânico se consolidou, oferecendo sólidas oportunidades de lucro aos produtores. Isso porque o consumidor passou a valorizar atributos extra preços, como a segurança dos alimentos e a sustentabilidade socioambiental (CONEJERO; TAVARES; NEVES, 2011).

Já a regulamentação da produção de orgânicos no Brasil ocorreu com a aprovação da Lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003, que normatizou a produção, a certificação, o armazenamento, a rotulagem, o transporte, a comercialização e a fiscalização dos produtos.

De acordo com o Art.1º da referida Lei:

Considera-se sistema orgânico de produção agropecuária todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente (BRASIL, 2003).

Em 2007, o governo brasileiro regulamentou novos critérios para o funcionamento de todo o sistema de produção orgânica, desde a propriedade rural até o ponto de venda, através do Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007.

O decreto estabelece, também, a criação do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica, o qual é composto pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), órgãos de fiscalização dos estados e organismos de avaliação da conformidade orgânica (BRASIL, 2007).

De acordo com dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, até 2012, cerca de 15 mil produtores de orgânicos estavam registrados, e a área atual de produção e cultivo orgânico chega a 2,8 milhões de hectares, apresentando aumento a cada ano (ORGANICSNET, 2013).

No Estado de Mato Grosso do Sul, o destaque para a produção orgânica está na criação de bovinos e na extração de floresta plantada, sendo 86% da área destinada à produção orgânica ocupada com a produção de bovinos de corte (INSTITUTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO - IPD, 2013).

Na bovinocultura de corte orgânica os animais são tratados, principalmente, com medicamentos fitoterápicos e homeopáticos, vacinados e alimentados com pastos isentos de agrotóxicos. A alimentação, além da pastagem, conta com outros suprimentos, como grãos e ração isentos de organismos transgênicos, com procedência garantida ou produzidos pelos próprios pecuaristas. Além disso, há uma preocupação com o bem-estar dos animais, uma vez que as fazendas trabalham com sombreamento das pastagens e currais em formato circular para que o gado não se machuque, conforme as normas de produção orgânica de bovinos de corte (WWF-BRASIL, 2013).

Para melhor apresentar as diferenças entre o método de produção da bovinocultura orgânica e o método de produção da bovinocultura convencional, foi elaborado o Quadro 1 apresentado.

É importante ressaltar que, além do cumprimento da legislação ambiental, a certificação exige a proteção de nascentes e de corpos d'água, proíbe a utilização de fogo no manejo das pastagens e, por ser um sistema que proíbe o uso de agrotóxicos e químicos, evita a contaminação do solo e dos recursos hídricos localizados dentro da unidade produtiva.

QUADRO 1 – Diferenças entre os manejos de bovinos dos métodos convencional e orgânico

MANEJOS	BOVINOCULTURA CONVENCIONAL	BOVINOCULTURA ORGÂNICA
Pastagens	• Permitida a adubação com fertilizantes sintéticos. • Permitido o uso de fogo nas pastagens.	• Permitida somente adubação verde. • Proibido o uso de fogo nas pastagens.
Animais	• Suplementação liberada, com exceção de produtos de origem animal. • Sem restrições a alimentos de origem transgênica. • Tratamento veterinário com medicamentos convencionais. • Transferência de embriões permitida. • Animais podem ou não serem rastreados. • Não há necessariamente uma preocupação com o bem-estar animal.	• Suplementação somente com alimentos de origem vegetal e 85% deve ser pastagem. • Proibidos alimentos de origem transgênica. • Tratamento veterinário restrito a medicamentos homeopáticos e fitoterápicos (com exceção de vacinas obrigatórias por lei). • Transferência de embriões proibida. • Animais obrigatoriamente rastreados e fiscalizados por órgãos responsáveis pela produção orgânica. • Bem-estar animal: sombreamento de pastagens e currais em formato de círculo.

Fonte: elaborado pelos autores a partir de ABPO (2013) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA (2015)

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa insere-se no âmbito das abordagens qualitativas, de acordo com Creswell (2007), uma vez que o objetivo final é compreender o contexto no qual o fenômeno se insere a partir da relação que esse estabelece com o sujeito, e por ele é interpretado. A pesquisa possui caráter descritivo, pois, de acordo com Vergara (2005), a pesquisa descritiva possui como principal objetivo a descrição das características de fenômeno estudado e o estabelecimento de relações entre as variáveis. Para esta pesquisa, será analisada a relação das variáveis da bovinocultura de corte orgânica e da sustentabilidade.

O estudo de caso, de acordo com Yin (2010), responde questões do tipo “como” e “por que”, sendo essa uma estratégia adequada na busca de entendimento dos processos ligados a determinado aspecto, nesse caso, compreender a sustentabilidade na pecuária orgânica do pantanal sul-mato-grossense. Para este artigo, o estudo de caso foi desenvolvido na Associação Brasileira de Produtores Orgânicos (ABPO), localizada em Campo Grande-MS.

A escolha da ABPO deve-se ao fato de que em Mato Grosso do Sul foi implementado, em julho de 2003, o programa “Pantanal para Sempre”, desenvolvido pela WWF-Brasil. Esse programa trabalha com o fomento da pecuária bovina orgânica certificada como alternativa de produção sustentável para a região.

No estado de Mato Grosso do Sul, essas ações são desenvolvidas pela Associação Brasileira de Pecuária Orgânica (ABPO), através de seus associados, e têm por objetivo estruturar a cadeia produtiva da carne orgânica no Pantanal (WWF-BRASIL, 2013).

Nesta pesquisa, foram utilizadas as dimensões da sustentabilidade como parâmetros de análise, para assim ser realizada a verificação da sustentabilidade, sendo cada um deles subdivididos em categorias de análise, com base em Sachs (1993), conforme apresentado no Quadro 2.

A amostra da pesquisa contou com a direção e associados da ABPO, totalizando cinco entrevistas realizadas, sendo que destes, dois estão ligados com a direção da associação e três aos associados. As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro semiestruturado, e para garantir o sigilo dos mesmos, os seus nomes foram codificados, sendo representados como: E1, E2, E3, E4, E5.

A pesquisa de campo foi realizada nos meses de julho, agosto e setembro de 2013, sendo adotadas múltiplas fontes de coletas de dados: as entrevistas, a observação direta sistematizada e documentos (registros históricos, estatuto da organização, Protocolo Interno, vídeo institucional, projetos de trabalho, *home page* da própria ABPO, relatórios internos, atas e diagnóstico socioambiental da Estância Carolina-CCS).

QUADRO 2 – Dimensões da Sustentabilidade e Categorias de Análise

DIMENSÃO SUSTENTABILIDADE	CATEGORIAS DE ANÁLISE
Ambiental	Capacidade de sustentação do ecossistema; Identificação e avaliação de aspectos e impactos ambientais; Proteção do solo.
Econômica	Definição de metas e objetivos; Maximização do retorno do capital; Gestão e monitoramento de processos, produtos e serviços.
Social	Geração de emprego e renda; Programa de saúde e segurança dos envolvidos; Sistema de trabalho socialmente aceito.

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Sachs (1993)

Ainda foi realizado um estudo paralelo, estabelecendo-se contatos por e-mail e visitas *à home page* do Instituto Biodinâmico (IBD) de Botucatu/SP, com o intuito de cruzar as informações das fazendas certificadas com as informações fornecidas pela ABPO, e analisar as leis existentes para a produção e comercialização da carne orgânica. Vale ressaltar que o IBD é o responsável pelas certificações das propriedades associadas à ABPO.

Em um primeiro momento, a análise de conteúdo foi realizada separadamente, com cada documento e com cada entrevista, e depois comparativamente confrontando-se os dados das entrevistas, dos documentos e da pesquisa bibliográfica (BARDIN, 2002).

A análise dos depoimentos das entrevistadas seguiu várias etapas, baseada em alguns pressupostos da análise de conteúdo (BARDIN, 2002), e teve cada transcrição de entrevista verificada por mais de uma vez para possibilitar uma análise em profundidade, com o levantamento do tema foco deste estudo, sua sequência e o seu encadeamento, as pausas e as hesitações.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 A Associação Brasileira de Produtores Orgânicos (ABPO)

O nosso objetivo principal é disponibilizar uma carne de qualidade, mas que tenha as questões socioambientais resolvidas (E1).

O processo de fundação da Associação Brasileira de Produtores Orgânicos (ABPO) iniciou-se em 2001 e concretizou-se em 2003, por iniciativa de pecuaristas brasileiros da região do Pantanal Sul (MS), com o

objetivo de sistematizar sua produção para atender aos requisitos da bovinocultura orgânica certificada, agregando à sua atividade conceitos de qualidade, responsabilidade social e ecológica e desenvolvimento sustentável.

Desde a sua criação, a associação sofreu várias modificações, mas ainda permanece com a espinha dorsal inicial, sendo sustentada em três pilares: o social, o ambiental e o bem-estar animal e, ainda, tem o propósito de proporcionar a seus associados a agregação de valor ao produto.

A ABPO é composta por um Presidente, Vice-presidente, Diretor Financeiro, Diretor de Fundo; Conselheiro Fiscal, Secretaria, envolvendo sete associados ativos, totalizando uma área aproximada de mais de 90 mil hectares e ainda com 15 mil hectares em processo de certificação.

Em 2012, o número de animais abatidos oriundos dos associados da ABPO totalizou em torno de 4.200 cabeças, com uma média de 80 animais/semana, e esse número era menor do que a produção da ABPO, porém esse número ficou estagnado devido a um contrato de exclusividade mútua, com uma empresa processadora de carne que permaneceu até o final do ano de 2013. A empresa possuía o comprometimento de abater até 300 animais/mês, só aumentaria o número se julgasse necessário.

Esse número ainda é pequeno quando comparado ao número de animais abatidos em Mato Grosso do Sul, pois somente no primeiro trimestre de 2012 foram abatidos 940,2 mil animais (IBGE, 2014).

É importante ressaltar que o pantanal é uma região completamente diferente dos demais biomas do Brasil, uma vez que lá são campos nativos e não há produtividade

muito alta, existe uma limitação da quantidade de animal por hectare.

Atualmente, existem áreas de produção de bovinos orgânicos de corte ligadas à ABPO, em biomas diferentes do pantanal como nas regiões de Maracaju/MS, Rio Negro/MS, e Aquidauana/MS, em área que também não pertence à região do pantanal. Encontra-se em processo de associação e certificação uma propriedade no estado de Mato Grosso/MS, na região de São Francisco do Perigara/MT.

Desde o início da Associação, em 2003, a certificação é realizada pelo Instituto Biodinâmico (IBD) de Botucatu/SP. O IBD certifica a propriedade anualmente e, no momento da certificação, é registrado o número de animais na propriedade. Posteriormente, é realizada pelo produtor uma atualização de nascimentos, abates e compras de animais. Durante o ano, a propriedade recebe uma visita de um técnico do IBD para realizar uma auditoria surpresa e, assim, garantir o cumprimento de todas as normas.

Além da fiscalização e apoio na produção de bovinos orgânicos, a ABPO é a responsável pela intermediação e contatos de comercialização, competindo aos associados informar quantos animais estarão aptos para o abate no ano, e em quais épocas do ano ele deseja comercializá-los.

A ABPO, portanto, implementa e gerencia, através de seus associados, um modelo de produção que objetiva ser sustentável, sendo orientada pela nova visão dos grupos de interesses por um modo de produção sustentável.

4.2 Princípios Básicos da Sustentabilidade Aplicados à Bovinocultura de Corte Orgânica.

4.2.1 Análise dos Aspectos da Dimensão da Sustentabilidade Ambiental

A análise da dimensão ambiental foi realizada por intermédio de categorias, com base em Sachs (2009), que discorre que sustentabilidade ambiental refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.

a) Capacidade de sustentação do ecossistema

Essa categoria trata-se de como respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais, ou seja, implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas face às interferências da ação do homem e do método de produção (SACHS, 2009).

Os entrevistados, quando questionados a respeito da importância da capacidade de sustentação do ecossistema, foram unânimes em afirmar que é muito alta a sua importância para a sustentabilidade. Essa opinião dos entrevistados é percebida quando se verifica que os mesmos estão preocupados com a lotação das propriedades, uma vez que o pantanal, especificamente, é uma região com campos nativos e não possui uma produtividade alta quanto comparada a outras regiões do Estado.

De acordo com os entrevistados, até pela fragilidade do bioma que produzem, tem-se uma preocupação com número de cabeças de gado por hectare, até porque não é permitida a adubação química das pastagens, além da preocupação com a compactação do solo e a erosão. Os animais são criados em grandes extensões de pastagem nativas, convivendo em harmonia com a fauna e flora regionais, respeitando-se o seu bem-estar, como pode ser verificado pelo depoimento abaixo:

[...] um cuidado quase que incansável com a questão de lotação animal por hectare. A oferta de comida no orgânico tem que ser abundante, [...] a lotação de animal por hectare é importantíssimo para a gente (E1).

No Protocolo Interno, dentre outros pontos, estabelece-se que os associados comprometem-se em adotar práticas produtivas que respeitem a biodiversidade e a inter-relação entre espécies vegetais e animais, domésticos e silvestres, bem como seguir as recomendações de boas práticas produtivas e de bem-estar animal, fornecidas pelo Departamento Técnico da ABPO.

Percebe-se, então, um nítido juízo de que a produção deve considerar as possibilidades, potencialidades e as limitações do meio ambiente. A fala do E3 deixa transparecer essa preocupação com o ecossistema:

[...] eu estava com uma formação clássica da veterinária que eu não acreditava mais, aí fui para o IBD, onde eu fiz a formação dentro da biodinâmica, que foi um modelo que eu achei maravilhoso. Aí eu completei com a permacultura, que vê desde o *design* do ambiente, toda a inclusão das espécies, a fauna, a flora, a conservação de energia (E3).

A ABPO, portanto, propõe um meio de produzir que mantém a integridade do meio ambiente e seus recursos naturais, conforme pode ser confirmado pela pesquisa coordenada pela WWF-Brasil, em 2011, que

afirma que a região do Pantanal, por exemplo, se opõe à realidade de degradação de áreas de pastagens, uma vez que 87% de sua vegetação nativa ainda permanecem intactas, preservadas.

b) Identificação e avaliação de impactos ambientais

Quando questionados em relação à importância para a sustentabilidade da identificação e avaliação de impactos ambientais, os associados convergem ao afirmar ser uma importância muito alta, o que pode ser confirmado no depoimento abaixo:

Identificação e avaliação de impactos ambientais são fundamentais. Só que isso é dito como regra (E3).

Através de uma parceria com a organização Aliança da Terra que é uma Organização de Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, para a preservação, defesa e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil. Com a ABPO a Aliança da Terra desenvolve um diagnóstico denominado de Cadastro de Compromisso Social (CCS). Esse diagnóstico que identifica os pontos positivos e os pontos a serem melhorados nas propriedades passa a ser um compromisso de cada associado com as mudanças necessárias em relação ao meio ambiente.

[...] esse levantamento gera um documento que é o compromisso que você assina. A ABPO assumiu e pegou um instrumento criado pela Aliança da Terra para gerenciar a questão socioambiental. E a gente vem fazendo isso a partir desse levantamento. Todo mundo possui esse levantamento. A Aliança da terra cobra para isso, mais os recursos são provenientes da parceria com a organização WWF-Brasil (E1).

O levantamento das questões ambientais, ou seja, o CCS da propriedade, leva em consideração: a cobertura nativa, a área de proteção permanente, a conservação do solo, o fogo e o controle de poluição. Dessa forma, são identificados tanto os pontos positivos, quanto os pontos a serem melhorados em cada propriedade.

Para assegurar que os pontos a serem resolvidos sejam realizados pelos associados, a ABPO efetua, anualmente, um sorteio para visita e verificação daqueles pontos que foram resolvidos. Caso encontre algum ponto que não esteja resolvido, são solicitadas explicações ao associado das razões dessa não adequação, e, se a razão for econômica, pelos custos altos dessa correção, a associação buscará recursos para as mudanças.

[...] anualmente, sorteia-se uma fazenda para verificar se está resolvendo os problemas. Recuperou, não recuperou, por que não recuperou? Ah, porque não tinha dinheiro! Então, vamos buscar dinheiro para isso (E1).

Ao ter acesso ao Diagnóstico Socioambiental (CCS) realizado na Estância Carolina, de um dos associados, que está localizada no município de Rio Negro, MS, pôde-se verificar que as melhorias ambientais propostas estão acima dos níveis exigidos por legislação, e são utilizadas para direcionar com exatidão as ações preventivas e corretivas necessárias em cada propriedade.

Pontos positivos: Adoção de técnicas de controle de erosão; área em regeneração; nenhum foco de calor em 4 anos; resíduos sólidos gerados são levados para a cidade; adoção de boas práticas agropecuárias. Pontos a serem resolvidos: Aproximadamente 25 ha da APP a recuperar; controle e recuperação dos pontos de erosão; recuperação das áreas de extração de cascalho; adequação do tanque de combustível (ALIANÇA DA TERRA, 2010).

Esses dados representam a preocupação com o meio ambiente por parte dos associados da ABPO. Apresenta, também, uma diferença entre o método de produção da bovinocultura orgânica em relação ao método de produção tradicional, pois, na maioria das vezes, pelo método tradicional, são utilizadas queimadas como manejo das pastagens naturais que além dos prejuízos para a fauna e a flora, causam, quando em alta intensidade, o empobrecimento do solo.

É importante assinalar que, além do diagnóstico realizado, a preocupação com impactos ambientais é percebida também na escolha de fornecedores e de insumos utilizados nas propriedades. Os fornecedores devem ser confiáveis e possuir certificações ambientais, como evidenciados pelos trechos das entrevistas:

Sempre um produto quando ele tem uma certificação, ele terá mais peso que o que não possui, nas mesmas condições (E3).

Por exemplo, se você for me vender uma ração: não é orgânica, mas também não é convencional, mas eu vou pedir para você provar que não é transgênico, um atestado do MAPA (E2).

Em síntese, a ABPO implementa e gerencia, através de seus associados, um modelo de produção sustentável de

forma a evitar as externalidades. Modelo esse orientado pela nova visão dos grupos de interesses por um modo de produção sustentável.

c) Proteção do solo

A preocupação com o solo e com os recursos hídricos, além da fauna e da flora, sempre esteve presente nas formas e métodos de produção (bovinos de corte) dos entrevistados. Por essa forma, não ocorreram mudanças significativas em relação ao meio ambiente, nas suas propriedades, para a produção de bovinos orgânicos. E, ao serem questionados a respeito da importância da proteção do solo, esses também afirmaram que é muito alta a sua importância para a sustentabilidade.

O levantamento detalhado da situação do solo, em cada propriedade, é realizado através do diagnóstico socioambiental realizado pela Aliança da Terra, podendo ser ilustrado com diagnóstico realizado em uma das propriedades certificadas para a produção de bovinos orgânicos:

Foram diagnosticados aspectos positivos relativos ao controle de erosão, como presença de cacimbas e lombadas, totalizando 08 pontos de controle de erosão. A utilização de técnicas de conservação do solo apropriadas e a aplicação destas na quantidade adequada são necessárias para minimizar e evitar futuros problemas de erosão (DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL da ESTÂNCIA CAROLINA/ CCS).

Uma vez identificados os pontos a serem melhorados, esses são resolvidos para se adequarem às normas e leis vigentes para a produção de bovinos de corte orgânicos, preservando e conservando o meio ambiente a fim de se evitarem possíveis impactos.

[...] nós fizemos um trabalho com a Aliança da terra, para melhorias discretas: estoque do combustível, para não contaminação do solo. Mais relacionado a máquinas também (E4).

Segundo as leis e normas da produção orgânica, é proibido qualquer tipo de interferência no solo (adubos químicos, queimadas), o que aumenta a sua proteção.

[...] no solo e no meio ambiente, não se usa produtos químicos [...] no meio ambiente, a gente recuperou nascente, plantou árvores frutíferas, conservação de solo (E3).

Os depoimentos e o diagnóstico socioambiental (CCS) reforçam que há um esforço das propriedades para

serem, principalmente, sustentáveis ambientalmente. Ainda de acordo com Sachs (2009), para que aconteça a implantação plena e realmente eficaz do desenvolvimento sustentável, é necessário que exista um acordo entre todos os envolvidos nos processos organizacionais e cooperação entre as organizações.

4.2.2 Análise dos Aspectos da Dimensão da Sustentabilidade Econômica

A análise da dimensão econômica foi realizada por intermédio de categorias com base em Sachs (2009). De acordo com esse autor, a sustentabilidade econômica se torna possível através da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrosociais e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.

a) Definição de metas e objetivos

Conforme depoimento do presidente da associação e dos diretores, existe uma preocupação com a definição de metas e objetivos da ABPO. Para tanto, a associação contratou, em 2010, uma empresa para prestar uma consultoria e fornecer um diagnóstico da organização para, assim, traçarem as estratégias a curto, médio e longo prazo.

O E1 mencionou, também, que, em breve, será realizado outro diagnóstico, tendo em vista que, atualmente, foram traçados novos rumos para a organização, em relação aos contratos de comercialização e novos parceiros para tal, o que é ilustrado pelo trecho extraído da entrevista:

Nós fizemos um levantamento, há três anos. Contratamos uma empresa para fazer um diagnóstico da associação. Um planejamento estratégico para curto, médio e longo prazo. Isso deve ser feito esse ano em função dos novos rumos e novas parcerias que foram realizadas. Nós profissionalizamos isso (E1).

Foi observado, através das respostas dos associados, que essa preocupação com metas e objetivos, também estão presentes dentro das propriedades, e, ainda, esses associados afirmaram ser essa uma das categorias importantes para se alcançar a sustentabilidade econômica.

b) Maximização do retorno do capital

Percebe-se que, através da ABPO, os associados buscaram uma maximização do retorno de capital, pois muitos desses associados tiveram que mudar a proporção dos capitais investidos na propriedade como uma estratégia para obter lucros futuros.

[...] o negócio da pecuária está ruim. Nós saímos do convencional. Saímos porque estávamos com rentabilidade muito baixa, isso é uma procura natural. Quem ganha dinheiro não sai do conforto, quem busca alguma coisa fora é porque a rentabilidade está pouca e ele está procurando solução para o negócio dele (E1).

[...] O percentual de nascimento no Pantanal têm 65%, nós da ABPO temos 75%, 80%. E ainda somos orgânicos, por que entendemos que é produto moderno, um produto de futuro [...] (E1).

Os associados da ABPO conseguiram, mesmo com os custos mais elevados de produção, alcançar uma rentabilidade financeira superior na produção de bovinos orgânicos em relação à produção tradicional que praticavam anteriormente, como se pode observar nos trechos das entrevistas:

A rentabilidade financeira não chega a um ganho considerável. O frigorífico nos paga 10 % a mais do CEPEA, mais o nosso animal possui um manejo mais caro. O principal ganho é uma aposta no futuro (E2).

A resposta estratégica da ABPO para maximizar o retorno de capital dos associados foi a conquista de novas parcerias para a comercialização da produção orgânica, iniciada a partir do final de 2013 e início de 2014.

c) Gestão e monitoramento dos processos, produtos e serviços

A gestão e monitoramento dos processos, produtos e serviços são realizados na ABPO através do diagnóstico que avalia os resultados da organização, lembrando que o monitoramento do produto depende de cada produtor associado.

Percebe-se, que há um novo método de gestão e, ainda, o monitoramento dos processos na produção do bovino orgânico realizado pelos associados da ABPO, o que converge para o pensamento de Pirages (1977), pois, de acordo com o autor, o desenvolvimento sustentável pode ser entendido como o processo de desenvolvimento econômico por meio de mudanças estruturais, ajudando a ampliar as possibilidades humanas.

Os associados da ABPO fazem a gestão da sua produção com acompanhamento detalhado em planilhas do consumo de insumos, ganho de peso do animal, dentre outros custos da propriedade, o que, antes do método orgânico, não existia com precisão nos detalhes do processo de produção.

[...] todos os processos são mais controlados, eu tenho controle maior do meu rebanho, porque a espinha dorsal do orgânico é a rastreabilidade. Então, eu tendo a rastreabilidade, hoje, na hora que o animal passou no brete e vejo o número dele, abro no computador, eu tenho a vida dele (E4).

[...] Quando você adere ao sistema orgânico, a sua propriedade passa a ser auditável. Muitas vezes, o que saía pelo ralo, hoje você tem controle. Poucas pessoas, por exemplo, sabem quanto gastam de sal por mês na propriedade, eu sei, nós sabemos (E2).

Esses depoimentos convergem, também, para o conceito de ecodesenvolvimento de Sachs (1993), o qual propõe um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais de países em desenvolvimento por meio da promoção do uso racional dos recursos, enfatizando a importância de modelos locais baseados em tecnologias apropriadas, e apresentando-se como uma estratégia alternativa à ordem econômica internacional, uma vez que as propriedades associadas à ABPO, trabalham de forma apropriada ao meio ambiente ao qual está inserida.

Há nos valores da ABPO uma preocupação com o crescimento, pois há um limite que, se ultrapassado, não torna a produção sustentável e tampouco congruente com a dimensão ambiental.

[...] hoje, a pecuária, com a lucratividade cada vez menor, você tem que ter uma quantidade cada vez menor, e com a venda cada vez maior (E1).

Para a ABPO, uma condição primordial para a sustentabilidade econômica é ultrapassar as configurações das externalidades negativas resultantes do ônus de uma produção da bovinocultura extensiva tradicional e conseguir, com a bovinocultura de corte orgânica, uma eficiência econômica avaliada em termos macrosociais, e não somente através do critério de uma rentabilidade individual.

4.2.3 Análise dos Aspectos da Dimensão da Sustentabilidade Social

Na sustentabilidade social, a meta é construir uma sociedade com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres (SACHS, 2009).

A análise da dimensão da sustentabilidade social foi realizada por intermédio das seguintes categorias:

a) Geração de emprego e renda

Mesmo considerando muito alta a importância da geração de emprego e renda para a sustentabilidade social, os associados da ABPO operam com efetivo enxuto. Em determinadas propriedades, após a implementação da produção orgânica, ocorreu uma diminuição do quadro de funcionários, conforme depoimento abaixo:

A propriedade foi melhor dividida de tal forma que posso trabalhar com menos gente (E4).

Dessa forma, a bovinocultura orgânica não exerceu influência no nível de emprego e renda da população da região. No entender do E1, essa influência não ocorre porque eles são em um número reduzido, ou seja, poucos associados. Porém, ainda de acordo com o presidente, a ABPO a área destinada à produção orgânica ocupada com a produção de bovinos não tem a intenção de ser grande, mais possui o propósito de estabelecer um método de produção rentável.

[...]Não temos a preocupação de sermos grandes, nós temos a preocupação de ser bons e ser negócio rentável e verdadeiro (E1).

No entanto, os funcionários das propriedades associadas à ABPO contam com melhores condições de vida, com um percentual de salário acima do salário mínimo definido pela lei trabalhista, e até mesmo acima daquele de outras propriedades da região.

Dar condições adequadas de vida ao funcionário, como moradia digna com mínimo de conforto, pois o Pantanal é uma região inóspita [...] (E2).

[...]A gente sempre manteve um sistema de premiação para os funcionários, tipo bônus [...] (E3).

[...] planos que a partir de um ano de trabalho, ele já tem direito a financiamento, a fazenda financia para ele sem juros para ele comprar uma moto, uma casa, um carro, sei lá (E3).

A ABPO demonstra uma preocupação tanto com a educação básica das populações isoladas do Pantanal, bem como com a capacitação dos funcionários dos associados e, por conseguinte, ministra cursos anuais.

Todo ano a gente dá curso para todos os funcionários. Vai de fazenda em fazenda para ministrar cursos de aperfeiçoamento (E1).

No surgimento da associação, foi criada uma escola pantaneira, porém essa foi fechada por falta de recursos.

Atualmente, a ABPO uniu-se com outros produtores de não orgânicos para garantir a educação de seus funcionários e de seus familiares, conforme fala do E1:

A gente teve um colégio durante quatro anos, mais não conseguimos mais pagar. Agora está numa vizinhança perto, unimos com um pessoal que não era do orgânico mas era uma quantidade maior. Nossa preocupação é com acesso. Garantimos o acesso à escola para todos os funcionários e familiares (E1).

Os associados disponibilizam, também, cursos e treinamentos específicos para capacitar a mão de obra local e, dessa forma, valorizar o “Homem Pantaneiro”.

A gente sempre está conversando com eles, a gente faz pelo menos um ou dois cursos ao ano de capacitação [...] (E4).

b) Programa de saúde e segurança dos envolvidos

Os associados da ABPO possuem, de acordo com os dados coletados, uma preocupação em proporcionar condições adequadas e um ambiente de trabalho seguro para seus funcionários. Abaixo seguem alguns dos pontos citados nas entrevistas.

[...] oferece, também, melhores condições de moradia e de condições de trabalho, com todos os equipamentos de proteção individual, seguindo a legislação e mais o que eles solicitam às vezes (E4).

[...] nós fornecemos todos os alimentos, assistência médica e odontológica. Sempre tivemos isso independente de certificação (E3).

E, todos os entrevistados consideram esse um fator muito importante para atingirem a sustentabilidade social, pois acreditam que o sucesso da produção orgânica também está preocupado com o bem-estar e satisfação dos seus funcionários.

Além da preocupação com os acidentes de trabalho, há a preocupação com a integridade física, mental e intelectual dos funcionários, conforme apresentado anteriormente e ilustrado com a fala de um dos associados.

A gente sempre está conversando com eles, a gente faz pelo menos um ou dois cursos ao ano de capacitação, ligados a produção de bovinos (E4).

Com relação a essa preocupação com o bem-estar dos funcionários, as propriedades apresentam área de vivências, possuem casas, alojamento e refeitório,

verificado no diagnóstico socioambiental da Estância Carolina/CCS.

c) Sistema de trabalho socialmente aceito

As propriedades rurais associadas à ABPO atendem inteiramente a legislação trabalhista brasileira, uma vez que todos os funcionários são registrados em carteira, e os trabalhos escravo e infantil são proibidos. Sendo assim, a produção da bovinocultura de corte orgânica é um método de produção que busca a não contaminação do meio ambiente, o não desequilíbrio na utilização dos recursos naturais e considera os aspectos relacionados ao contexto social, como a eliminação do trabalho escravo e infantil.

Por princípios pessoais nossos, a gente sempre atendeu. Sempre teve funcionários com carteira registrada e direitos legais (E3).

Já tinha essa preocupação com as questões sociais em relação ao trabalhador. Sempre cumpri as questões legais. Mantive o que já era praticado (E4).

E, esse é um dos pontos fiscalizados pelo Instituto Biodinâmico (IBD) durante a auditoria anual realizada em todas as fazendas, conforme se percebe pela fala de um associado:

[...] melhores: condições de moradia e de condições de trabalho com todos os equipamentos de proteção individual, seguindo a legislação, e mais o que eles solicitam, às vezes (E3).

4.2.4 Síntese dos Princípios Básicos da Sustentabilidade Aplicados à Bovinocultura de Corte Orgânica

Através do exposto a respeito da sustentabilidade na produção orgânica da ABPO, em sintonia com entendimento de sustentabilidade dos entrevistados (diretores e associados da ABPO), pode-se inferir o espectro multifacetado de demandas socioambientais que precisam cumprir e que são firmadas nos protocolos, leis e normas impostas pelo governo, pela certificadora e pela associação.

Dentro dessa percepção, percebe-se que a ABPO, na figura de seus associados, está contribuindo para o desenvolvimento sustentável, pois o desempenho dos associados gera resultados positivos em termos ambientais, econômicos e sociais, de acordo com o modelo conhecido como *Triple BottomLine* (ELKINGTON, 2001).

Para Pirages (1977), o crescimento sustentável significa crescimento econômico apoiado pelo físico e ambiente social, o que coaduna com a forma como Sachs (2009) estrutura as premissas para o desenvolvimento sustentável e com a sustentabilidade verificada na prática da bovinocultura de corte orgânica. Os associados criaram e amadureceram uma consciência que permitiu buscar novas formas de produção, com a utilização mais racional dos recursos, visando à preservação e conservação dos mesmos, e ainda uma busca por formas de inclusão social que sejam, ao mesmo tempo, economicamente viáveis.

A sustentabilidade econômica e social verificada nas práticas dos associados da ABPO vem ao encontro do conceito de desenvolvimento sustentável proposto por Pearce, Markandya e Barbier (1989), de que um desenvolvimento sustentável inclui a criação de um sistema social e econômico que garante o suporte para os seguintes objetivos: aumentar a renda, melhorar o nível educacional, melhorar a saúde da população, ou seja, melhorar a qualidade de vida em geral.

O Quadro 3 apresenta uma síntese dos princípios da sustentabilidade aplicados na produção de bovinos de corte orgânicos, discutidos anteriormente:

Sendo assim, os resultados aqui apresentados, Quadro 3, apontam que a sustentabilidade da ABPO envolve os aspectos econômicos e sociais englobados pelos aspectos ambientais. E, de acordo com Sachs (2009), a implantação plena e realmente eficaz do desenvolvimento sustentável se faz através de um acordo entre todos os envolvidos nos processos organizacionais e uma cooperação entre as organizações.

QUADRO 3 – Síntese das análises da sustentabilidade da ABPO

Dimensões da Sustentabilidade	Categorias de análise	Resultados - ABPO
Ambiental	Capacidade de sustentação do ecossistema	Considera as possibilidades, potencialidades e as limitações do meio ambiente no estado de MS.
	Identificação e avaliação de aspectos e impactos ambientais	Identifica os pontos positivos e os pontos a serem melhorados nas propriedades (CCS).
	Proteção do solo	Preocupa com o solo e com os recursos hídricos, além da fauna e flora, mesmo antes da produção orgânica.
Econômica	Definição de metas e objetivos	Elabora estratégias a curto, médio e longo prazo para ABPO, através de uma consultoria contratada.
	Maximização do retorno do capital	Mudou a proporção dos capitais investidos na propriedade como uma estratégia para obter lucros futuros.
	Gestão e monitoramento de processos, produtos e serviços.	Monitora seus resultados e os produtores monitoram intensamente os meios de produção.
Social	Geração de emprego e renda	Opera com efetivo enxuto, sem influências na geração de emprego e renda da região.
	Programa de saúde e segurança dos envolvidos	Preocupa com a segurança no trabalho e saúde dos envolvidos, proporcionando acesso a hospitais e fornecimento de equipamentos de proteção.
	Sistema de trabalho socialmente aceito	Atende inteiramente a legislação trabalhista brasileira, com todos os funcionários registrados em carteira, e os trabalhos escravo e infantil são proibidos.

Fonte: elaborado pelo pesquisador com base nos dados coletados na associação

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as configurações da sustentabilidade na bovinocultura de corte orgânica no Pantanal Sul (Mato Grosso do Sul). Especificamente, buscou-se: caracterizar a estrutura da bovinocultura de corte orgânica no contexto em que está inserida e verificar a existência dos princípios básicos da sustentabilidade aplicáveis à bovinocultura de corte orgânica do Pantanal Sul.

A bovinocultura orgânica segue as leis destinadas aos produtos orgânicos impostas pelo Governo Federal, as normas específicas oriundas do órgão de certificação

(IBD – Botucatu/SP) e o protocolo determinado pela ABPO, o qual leva em consideração as peculiaridades de um bioma frágil como o do Pantanal.

No estado de Mato Grosso do Sul, o destaque é a criação de bovinos, sendo 86% da área total orgânica destinada à criação de bovinos de corte, que teve início há cerca de 10 anos, com a criação da ABPO, a qual buscou uma estruturação da produção, viabilizando, dessa forma, um sistema produtivo ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável para os produtores.

E, com base nos estudos realizados nesta pesquisa, foi possível verificar a existência dos princípios básicos

da sustentabilidade aplicáveis à bovinocultura de corte orgânica, uma vez que os associados da ABPO optam por ações que geram resultados sustentáveis ambientais, econômicos e sociais, e isso acarreta uma imagem positiva para a produção da bovinocultura de corte orgânica, contribuindo também para garantir sua continuidade.

O modo de produção orgânica adotado possibilita a avaliação e acompanhamentos de resultados, buscando sempre maiores resultados por meio do alinhamento das iniciativas com a história e a experiência de seus associados na região do Pantanal Sul.

Em síntese, a ABPO é uma associação que estabeleceu políticas e diretrizes no agronegócio com o intuito de melhor gerenciar a visão negativa de parte da sociedade em relação à produção da bovinocultura extensiva. Para isso, a ABPO identifica e avalia os aspectos e impactos ambientais, tanto da atividade de produção de bovinos orgânicos, quanto daqueles gerados por fornecedores de insumos, para, assim, desenvolver planos de ação que possam contribuir para a solução de pontos a melhorar.

A ABPO identifica, também, o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis a suas atividades, em relação à legislação ambiental e trabalhista. Percebe-se, que a organização estabelece metas e objetivos em relação a um desenvolvimento sustentável, dentre eles, o estabelecimento de responsabilidade com os funcionários das propriedades associadas, bem como a promoção de treinamento e competência para todas as pessoas envolvidas com as atividades de produção orgânica (diretores, associados e funcionários das fazendas).

Pode-se afirmar que a ABPO tem como imperativo na produção de bovinos orgânicos o conceito de desenvolvimento sustentável da declaração de *Brundtland*, a qual afirma que, para atender às necessidades do presente, não se pode comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras (WCDE, 1987).

Os associados da ABPO buscam a conciliação entre o desenvolvimento e a proteção ambiental, pois possuem consciência da existência de um contexto cada vez mais complexo, que alia conscientização dos consumidores, globalização e uniformização dos padrões de qualidade ambiental. Para oferecer um produto em conformidade com esses novos padrões competitivos, eles se adaptaram às demandas de mercado, principalmente, àquelas relacionadas com a qualidade e com as questões socioambientais.

Dessa forma, espera-se que esses resultados contribuam para a promoção do conhecimento para a gestão do agronegócio, para os diretores e associados da ABPO e para a sociedade, ao apresentar discussões dessa iniciativa sustentável da cadeia da bovinocultura de corte no Estado de Mato Grosso do Sul.

Propõe-se, também, com esta pesquisa, instigar um pensamento que valorize a conservação do lugar da expansão, a cooperação em substituição à competição, que prefira a parceria ao invés da dominação e privilegie a qualidade no lugar da quantidade.

Em relação às limitações da pesquisa, tem-se que, por se tratar de um estudo de caso único, não é possível generalizar o caso em foco para todo o setor.

Partindo das próprias limitações apresentadas, uma sugestão para novas pesquisas é expandir a base de coleta de dados e informações envolvendo organizações que se posicionem em diferentes elos da cadeia produtiva da bovinocultura de corte orgânica, pois dessa forma, seria possível mapear a presença e atuação dos princípios básicos da sustentabilidade.

6 REFERÊNCIAS

ALIANÇA DA TERRA. **Diagnóstico socioambiental:** estância Carolina/CCS. Campo Grande, 2010. 17 p. Relatório.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PRODUTORES ORGÂNICOS. **Pantanal**. Disponível em: <<http://abpopantanalorganico.com.br/pt/>>. Acesso em: 4 jan. 2013.

AZEVEDO, D.B. **Diálogos entre stakeholders em redes de organizações de agronegócios na busca da mitigação dos efeitos da mudança climática:** o caso do Instituto do Agronegócio Responsável - Ares. 2010. 280 f. Tese (Doutorado em Agronegócios) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 6.323**, de 27 de dezembro de 2007. Regulamenta a Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília, 2007. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6323.htm>. Acesso em: 28 mar. 2013.

_____. **Lei nº 10.831**, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.831.htm>. Acesso em: 28 mar.2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Notícias**. Disponível em: <<http://agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2012/01/exportacoes-do-agronegocio-registram-melhor-ano-desde-1997>>. Acesso em: 22 maio 2012.

CIEGIS, R.C. The economy and the environment: sustainable management development. **InzinerineEkonomika-EngineeringEconomics**, Kaunas, v. 4, p. 31-35, 2004.

CONEJERO, M. A.; TAVARES, L. S.; NEVES, M.F. Produtos orgânicos: o que é, dimensões e como se habilitar. In: NEVES, M.F. (Coord.). **Agronegócios e desenvolvimento sustentável: uma agenda para a liderança mundial na produção de alimentos e bioenergia**. São Paulo: Atlas, 2011.p. 122-131.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DALY, H. E. Crescimento sustentável? não, obrigado. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 197-201, jul./dez. 2004.

DZEMYDIENE, D. Preface to sustainable development problems in the issue: technological and economic development of economy. **BalticJournalonSustainability**, Vilnius, v. 4, p. 8-10, 2008.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livro da Terra, 1996.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Bibliotecas**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/seb/periodicos-da-embrapa>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contagem populacional:estatísticas**.

Disponível em:<<http://ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

_____. **Estatísticas**. Disponível em:<<http://ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm>>. Acesso em: 24 abr. 2014.

INSTITUTO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO. **Perfil do mercado orgânico brasileiro como processo de inclusão social**. Disponível em: <http://ipd.org.br/upload/tiny_mce/arquivos/Perfil_do_mercado_organico_brasileiro_como_processo_de_inclusao_social.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2013.

JANSEN, K.; VELLEMA, S. **Agribusiness and society: corporate responses to environmentalism, market opportunities and public regulation**. London: Zed Books, 2004.

KRUGLIANSKAS, I. Ensino da gestão ambiental em escolas de administração de empresas: a experiência da FEA/ USP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GESTÃO EMPRESARIAL E MEIO AMBIENTE, 2., 1993, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 1993.1 CD-ROM.

ORGANICSNET. **Notícias: BRICS orgânicos: desafios e oportunidades**. Disponível em: <<http://www.organicsnet.com.br/2013/02/brics-organicos-desafios-e-oportunidades/>>. Acesso em: 18 abr. 2013.

ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Sustainable development: critical issues**. Paris, 2001.

PEARCE, D.; MARKANDYA, A.; BARBIER, E. **Blueprint for a green economy**. London: The White Horse, 1989.

PIRAGES, D. C. A social design for sustainable growth. In: _____. **The Sustainable society: implications for limited growth**. New York: Praeger, 1977.p. 1-13.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SOUZA, M. P. **Instrumentos de gestão ambiental: fundamentos e práticas**. São Carlos: R. Costa, 2000.
- VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.
- WORLD COMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Report our common future**. Genebra, 1987. Disponível em: <[http:// documents.net/wced-ocf.htm](http://documents.net/wced-ocf.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- WWF-BRASIL. **O que fazemos?**: área de atuação. Disponível em: <http://wwf.org.br/natureza_brasileira/areas_prioritarias/pantanal/nossas_solucoes_no_pantanal/desenvolvimento_sustentavel_no_pantanal/pecuaria_sustentavel_no_pantanal/pecuaria_organica_no_pantanal/>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ASSOCIATIVISMO NA AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DO DESENVOLVIMENTO NO ASSENTAMENTO RURAL LAGOA GRANDE, EM DOURADOS (MS), BRASIL

Knowledge, Production Of Newness And The Socio-Technical Transition In Family Agroindustries

RESUMO

O associativismo rural consiste num sistema integrado de produtores e, juntamente com a cooperação, desempenha importante participação nos processos de criação e fortalecimento de estratégias de subsistência voltadas à permanência dos agricultores familiares nos lotes de assentamentos rurais. Continuar a residir nesses locais tornou-se um grande desafio para essas famílias em todo o país, especificamente no Estado do Mato Grosso do Sul. Neste sentido, este estudo foi realizado como objetivo de investigar os mecanismos relativos ao associativismo e sua manifestação no assentamento rural Lagoa Grande, localizado em Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. A metodologia utilizada caracterizou-se como uma pesquisa de campo, com a realização de coleta de dados por meio da aplicação de questionários a todos os moradores do assentamento. Os resultados indicam que várias deficiências no assentamento poderiam ser amenizadas ou sanadas com uma maior atuação da Associação de Moradores. A eficiência produtiva dos lotes e a consequente fixação das famílias depende, além de políticas públicas, de uma reestruturação da associação de moradores do assentamento, buscando, além do restabelecimento da confiança na mesma, com a participação dos assentados, a colaboração e a exigência do cumprimento do papel da diretoria.

Adriana Rita Sangalli
Universidade Federal da Grande Dourados
adrianarita@hotmail.com

Heloiza Cristina Holgado da Silva
Universidade Federal da Grande Dourados
heloizaholgado@hotmail.com

Ivânia Freire da Silva
Universidade Federal de Mato Grosso – ICHS/CUR
ivifreire_@hotmail.com

Madalena Maria Schlindwein
Universidade Federal da Grande Dourados
madalenaschlindwein@ufgd.edu.br

Recebido em 15/04/2014. Aprovado em 07/04/2015.
Avaliado pelo sistema *double blind review*
Avaliador científico Sabrina Silva

ABSTRACT

The rural associativism consists of an integrated system of farmers and, along with cooperation, plays an important role of participation in the creation processes and strengthening of subsistence strategies focused in the permanence of family farmers in rural settlements. To keep living in these plots, however, has become a major challenge for families across Brazil, particularly in the State of Mato Grosso do Sul. This study was performed aiming to research about mechanisms related to associativism and their display in rural settlement Lagoa Grande located in the city of Dourados, Mato Grosso do Sul, Brazil. The methodology was field research. The data collection was conducted through semi-structured interviews, and with visits to the farm of each family. According to results, various deficiencies in the settlement could be mitigated or remedied with higher performance of an Association of Inhabitants. The productive efficiency of plots and, the resulting settling of families, besides public policies, depends on restructuration of the Association of Inhabitants, seeking to restore confidence, with the participation of the community, collaboration, and exigency for fulfillment of the role of board of directors.

Palavras-Chave: Agricultura familiar; Assentamentos rurais; Associativismo.

Keywords: Family farming; Rural settlement; Associativism.

1 INTRODUÇÃO

A Food and Agriculture Organization of the United Nations- FAO (2012) considera a agricultura familiar como um poderoso segmento da sociedade que pode garantir a segurança alimentar da população mundial na atualidade e, principalmente, para as futuras gerações. Para

esta organização, o fortalecimento da agricultura familiar é a chave para reduzir a fome e a pobreza, desde que o pequeno produtor tenha acesso à terra, água, mercados, tecnologias e crédito.

Guilhoto (2005) observa que, assim como no Brasil, nos Estados Unidos os agricultores familiares

são dependentes de apoio governamental, com políticas de crédito e pesquisas agropecuárias, direcionadas aos sistemas de menor escala, assistência técnica, acesso a terra, apoio ao cooperativismo e à educação, para que possam sair da pobreza e alcançar a classe média.

De acordo com Manzanal e Schneider (2011, p.51): “Foi na primeira metade da década de 1990 que a noção de agricultura familiar se firmou no Brasil como uma categoria política, sendo rapidamente assimilada por estudiosos e responsáveis pelos projetos políticos”. Os autores apontam três principais fatores que legitimaram a agricultura familiar no país: a recuperação da força política do movimento sindical e dos trabalhadores rurais, durante a década de 1990, a criação em 2006 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e da Lei da Agricultura Familiar.

A agricultura familiar é responsável por mais de 80,0% da ocupação no setor rural do Brasil, gerando sete de cada dez empregos no campo e, em torno de 40,0% da produção agrícola nacional. A maior parte dos alimentos que abastecem a mesa dos brasileiros, na atualidade, é oriunda dos pequenos lotes. Essa modalidade de agricultura favorece a utilização de práticas produtivas ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO -CONAB, 2014).

Apesar de sua importância, a agricultura familiar encontra obstáculos que limitam o seu desenvolvimento, principalmente a escassez de terra, a falta de assistência técnica e a insuficiência de recursos financeiros. Esses fatores restringem o alcance do padrão tecnológico necessário para tornar esse segmento competitivo (SOUZA et al., 2011).

Esses obstáculos são ainda mais evidentes nos assentamentos rurais de reforma agrária, interferindo diretamente no desenvolvimento das famílias assentadas, por meio de vários fatores, como: fertilidade dos solos, relevo, localização, água, dimensão territorial, armazéns, máquinas e equipamentos, instalações, agroindústrias, sistema de produção adotado, crédito, assistência técnica e o acesso aos serviços básicos compreendidos pela educação, saúde e moradia. A interação entre estes fatores é determinante para o desenvolvimento socioeconômico dos assentamentos (BITTENCOURT et al., 1998).

Depois da conquista da terra, os assentados defrontam-se com novas incertezas, expectativas e desafios quanto à organização econômica e social nos assentamentos equanto à sociedade como um todo. Muitas

famílias nem sequer possuem os meios básicos para os trabalhos mais simples das lidas do campo, algumas ferramentas essenciais como a enxada, o facão e demais instrumentos elementares são precários. Convivem ainda com a falta de crédito adequado, disponibilidade de sementes e orientação técnica, fatores que tornam impossível a sobrevivência das famílias de forma isolada (VALADARES et al., 2011).

Corroborando com os autores, Pires (2002) destaca que os assentamentos rurais encontram dificuldades em se tornarem produtivos e autônomos, fato que decorre de atitudes inadequadas que atrapalham o seu desenvolvimento, tais como as formas de gerir as associações em assentamentos que acabaram por as desvirtuarem de seus propósitos. Somam-se, também, as dificuldades de articulação entre os assentados, as quais são provenientes de suas variadas origens e culturas, atrapalhando a formação do espírito de comunidade e coletivismo.

Diante dos desafios e potencialidades da agricultura familiar, os pequenos produtores, por meio da associação, tendem a melhorar a atuação no mercado e, portanto, o desempenho econômico, o que faz com que o associativismo passe a ser um mecanismo relevante para a construção de um ambiente favorável à permanência dos habitantes dos assentamentos rurais.

Neste sentido, este estudo objetivou investigar mecanismos relativos ao associativismo e sua manifestação no assentamento rural Lagoa Grande, localizado em Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. Especificamente, pretendeu-se avaliar a caracterização do associativismo no assentamento Lagoa Grande e seu papel no desenvolvimento do assentamento.

Este artigo constitui-se de cinco seções além desta introdução. Na segunda seção apresenta-se uma revisão bibliográfica abrangendo dois tópicos: agricultura familiar e assentamentos rurais e, cooperação e associativismo rural. Na terceira seção, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados. Na quarta seção, são apresentados os resultados e as discussões e, por fim, na quinta seção, apresentam-se as considerações finais.

2 AGRICULTURA FAMILIAR E ASSENTAMENTOS RURAIS

A agricultura familiar se articula sob diferentes formas e intensidades entre seus elementos: família, terra e trabalho, adaptando-se a diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. Conforme Guilhoto et al. (2006, p. 2): “[...] o setor agropecuário familiar faz parte da história

do Brasil e da própria humanidade. Sua influência foi reduzida ao longo dos séculos devido ao desenvolvimento tecnológico do próprio setor agropecuário e dos outros setores produtivos da economia". Para os autores, o mundo contemporâneo situou o sistema de produção familiar em um contexto socioeconômico próprio e delicado, considerando que sua importância está relacionada com o futuro das pessoas que dependem do campo, com a problemática do êxodo rural e com a desigualdade social no campo e nas cidades.

Carmo e Comitre (2011) destacam a necessidade de políticas diferenciadas para os agricultores familiares, que devem ser criadas de forma interativa com os agricultores. Para Bambil e Vilpoux (2011), as propriedades familiares sujeitam-se às leis de mercado e à demanda de consumidores, onde se incluem a concorrência, o capital, a utilização intensiva do solo e a inovação tecnológica. Os autores ressaltam que, sem a demanda de mercado, a utilização de tecnologias apropriadas torna-se inútil.

Na abordagem de Guilhot et al. (2005), uma parte dos agricultores familiares está mais inserida na lógica de inovação tecnológica do que outros. Os mais inseridos possivelmente ampliarão a sua estrutura produtiva, comprando ativos daqueles que se retiram da atividade. Uma grande parte desses agricultores só conseguirá progredir, por meio da pluriatividade, diversificando as suas atividades para que a renda familiar não dependa exclusivamente da produção agropecuária. Neste contexto, figuram os assentamentos de reforma agrária. Pensados com base na agricultura familiar, resultantes de um processo social e econômico, com possibilidades de desenvolvimento rural, porém com alto grau de dependência de políticas públicas para sobreviverem e progredirem.

O estado de Mato Grosso do Sul possui 203 projetos de assentados rurais federais, onde reside um total de 43.174 famílias, em uma área total de 697.688 hectares. Estes assentamentos estão presentes em 54 dos 78 municípios que integram o estado (INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA- INCRA, 2012). De acordo com o INCRA (2011), no município de Dourados, em Mato Grosso do Sul, foram criados, no ano de 1997, dois assentamentos rurais, denominados: Lagoa Grande, com 151 lotes distribuídos em uma área de 4.070,7679 hectares; e, Amparo, com 67 lotes distribuídos em uma área de 1.126,8933 hectares.

Conforme Andrade (1998), o projeto de assentamento demarca o fim de um ciclo e o início de outro. Trata-se de um processo de transformação pelo qual

famílias de trabalhadores rurais têm a oportunidade de desenvolver seus projetos de vida, mudando seus destinos e resolvendo o problema da própria sobrevivência. Ademais, verifica-se que os assentamentos rurais possuem um papel importante no espaço rural no Brasil, pois são capazes de gerar emprego, diminuir o êxodo rural, incrementar a oferta de alimentos e a renda dos trabalhadores rurais e, conseqüentemente, melhorar a sua qualidade de vida (TARSITANO, 2011).

De acordo com Bergamasco (1997), o acesso a terra promove uma reorganização social nas famílias de trabalhadores rurais, por dois fatores: o espaço para a construção habitacional e o aumento na disponibilidade de alimentos para a família para o autoconsumo. Dessa forma, os programas de assentamentos precisam ser planejados e estruturados em áreas localizadas em solos férteis, com apoio financeiro na implantação, para a compra de equipamentos e, principalmente, com orientação técnica que forneça o suporte necessário para as atividades produtivas, de agregação de valor e comercialização.

O desenvolvimento do capitalismo, no campo, impôs aos trabalhadores rurais brasileiro suma lógica na qual a simples posse da terra não garante a reprodução das unidades produtivas familiares. Para tanto, é necessária a articulação com a economia de mercado, a fim de elaborar alternativas de sobrevivência, para que os trabalhadores rurais com pequenos lotes de terra e produção em escala reduzida possam ter níveis de produtividade agrícola competitivos (LAZZARETTI, 2003).

Santos (2011) destaca que, atualmente, os assentamentos rurais do Brasil enfrentam o dilema de conquistarem a terra e converterem os sistemas de produção, pois a replicação das tecnologias convencionais torna-os reféns dos mecanismos estruturais do país.

A modernização da economia e as exigências dos mercados consumidores obrigam famílias assentadas a tornarem-se mais eficientes nos processos produtivos, reduzindo custos e melhorando a qualidade. No entanto, o porte reduzido das unidades de produção familiares limita a produção em maior escala, tornando ainda mais importante o agrupamento das famílias agricultoras em cooperativas, associações ou em outras formas de interação (VILPOUX; OLIVEIRA, 2011).

A adoção dessas alternativas nos assentamentos rurais requer a transferência de conhecimento por profissionais capacitados e o acompanhamento durante a sua implantação. Nesse sentido, Tarsitano et al. (2011) observam que é papel dos técnicos a socialização de tecnologias apropriadas, especialmente em associações,

cooperativas ou grupos informais, que são mediadores na busca de melhorias tecnológicas, gerenciais ou de outra natureza.

2.1 Cooperação e Associativismo Rural

Tanto o cooperativismo quanto o associativismo podem ser entendidos como mecanismos de minimização de empecilhos ao crescimento das atividades agrícolas. Ao possibilitarem crescimento da renda e, por conseguinte, uma série de efeitos de encadeamento diretos e indiretos, em diversas atividades, ambos podem contribuir com a dinamização do sistema econômico, fenômeno essencial ao desenvolvimento.

Dessa forma, com relação ao cooperativismo, a cerne reside na melhoria das condições econômicas dos produtores, principalmente aqueles em que o nível de produção se caracteriza por escala reduzida. Neste contexto, Bialoskorski Neto (2006, p. 236) salienta que a missão fundamental da cooperativa “[...] é servir como intermediária entre o mercado e as economias dos cooperados, para promover o seu incremento, podendo promover a integração do produtor à cadeia produtiva”.

Ainda, Bialoskorski Neto (2006) explica que, em determinadas situações de imperfeição do mercado, a cooperação tende a resultar numa forma eficiente de coordenação, podendo propiciar o bem estar dos seus diversos agentes (ou grupos). Entre as funções da cooperativa, Cook e Chaddad (2004) destacam a melhoria do retorno do agricultor, a diminuição dos custos de transação e a redução dos riscos de renda.

O associativismo tem por essência proporcionar benefícios técnicos, profissionais, econômicos e sociais a determinados grupos de indivíduos que expressam interesses homogêneos. Ele representa uma maneira de sobrevivência no ambiente concorrencial, como destaca Maraschin (2004). A finalidade de uma associação, portanto, consiste em relacionar, de maneira democrática, os agentes com objetivos em comum.

O associativismo cria um ambiente flexível, caracterizado pelo fato de que distintos atores interagem, o que resulta num produto harmônico no estabelecimento de uma comunidade de interesses. Em complemento, Canterle (2004) observa que o associativismo produz uma estrutura que deve ser ajustada para refletir os padrões de comunicações, de interrelações e de cooperação, o que reforça a identidade dos associados e, portanto, a dimensão humana.

No contexto rural, a ideia do associativismo aparece relacionada ao processo de formação de uma classe

trabalhadora. Para Dalfovo et al. (2010), o associativismo rural surgiu para integrar pessoas, com a finalidade de melhorar as condições de vida e os direitos dos cidadãos, propondo soluções para fortalecimento dos projetos a fim de que os associados se vejam como sujeitos coletivos ativos. Desta forma, as estratégias associativas estarão coligadas com os pressupostos de uma ordenação social de mercado, pois apresentam-se aos produtores como instrumento estratégico importante para o fortalecimento econômico e político. Assim, pode favorecer a superação do isolamento e, também, mediar relações de interesse (comerciais, políticas e outras) com os outros agentes econômicos e institucionais (LISBOA; BONASSI, 2003).

As associações, bem como as cooperativas, contribuem com a organização da produção familiar. Nos assentamentos rurais, estas formas associativas têm se estabelecido de forma expressiva, o que reflete uma melhora do nível de produção dos agricultores familiares. Essa contribuição pode ocorrer de forma econômica, política, social e cultural (OLIVEIRA, 2010).

É importante frisar a existência de fatores que interferem no desenvolvimento de assentamentos e, portanto, exercem influência nas práticas associativas. Em assentamentos rurais com maior nível de desenvolvimento, as associações locais (e/ou os movimentos sociais) encaminham as reivindicações dos moradores, o que caracteriza representatividade e atuação (FAO, 1998).

Não se pode deixar de destacar que, nos assentamentos rurais, o associativismo e a cooperação enfrentam barreiras centradas em questões individuais, além de prejuízos marcados por tendências pessoais à autonomia. Em indivíduos com histórico de dependência, tanto paterna, quanto de ligação patronal (ou em relação a outros agentes), o ato da conquista de um lote tende a ser visualizado como o rompimento dessa relação rumo à autonomia (TERRA, 2009). Acrescentam-se, ainda, as aspirações do assentado, baseadas no espírito individualista que marca sua trajetória em torno da propriedade, do patrimônio familiar e do trabalho personalizado (WANDERLEY, 1996). Ademais, caso o assentado tenha sido um trabalhador urbano (ex - assalariado urbano), existe a tendência na reprodução da forma de propriedade individual, marcada pela posse caracterizada pelos padrões tradicionais de exploração produtiva (SABOURIN; OLIVEIRA; XAVIER, 2007).

Por outro lado, as associações em assentamentos de reforma agrária são quase compulsórias, o que significa que não contribuem relevantemente com a vontade dos assentados em cooperar, bem como com o desejo dos

mesmos atuarem de forma coletiva (BANDEIRA, 2007). Nesta perspectiva, Moraes e Curado (2004) constataram que, nas áreas de reforma agrária do estado de Mato Grosso do Sul, assim como em outras organizações associativas de assentamentos rurais brasileiros, ocorre a imposição de um modelo de associativismo diretamente ligado ao crédito rural ou às políticas públicas de desenvolvimento rural, sem haver a caracterização de um espaço de construção organizacional solidário e participativo.

O associativismo, mesmo com a presença de entraves, consiste num iminente caminho a ser percorrido pelos agricultores, em especial aqueles de prática familiar inseridos em assentamentos rurais, tendo em vista que, além de nortear para melhores condições econômicas e sociais, tende a materializar os mecanismos que concretizam as demandas sociais e, portanto, aproxima-os da autossuficiência produtiva.

Schneider (2003) observa que é no âmbito familiar que ocorrem discussões e, consequentemente, a organização da inserção produtiva, laboral, social e moral de seus integrantes. Além disso, estabelecem-se as estratégias, individuais e coletivas, que objetivam garantir a reprodução e a sobrevivência do grupo. O autor destaca a necessidade de se repensar o modelo de desenvolvimento rural brasileiro considerando a intervenção do Estado, por meio das políticas públicas, que têm ganhado espaço de discussão e de legitimidade.

Lima Filho (2011), também, comenta que o atual modelo de desenvolvimento econômico tem base fundamentada em variáveis pouco eficazes para a missão de se proporcionar crescimento social justo e de distribuição territorial equitativa. Neste sentido, torna-se necessário um desenvolvimento que proporcione a expansão das liberdades humanas, conforme preconiza Sen (2000). O desenvolvimento ocorre à medida que o indivíduo aumenta a sua capacidade de fazer escolhas, ampliando o seu direito à liberdade. Essas capacidades estão ancoradas na formação de valores individuais e podem ser ampliadas em decorrência de políticas públicas, sustentadas pelas instituições sociais.

Em adição, Arbix, Zilbovicius e Abramovay (2001, p. 21) observam que: “O desenvolvimento, gerado endogenamente, requer criatividade no plano político, e este se manifesta quando na percepção dos obstáculos a superar adiciona-se um forte ingrediente de vontade coletiva”. Nessa perspectiva, o associativismo e o cooperativismo são ferramentas essenciais para o fortalecimento da coletividade, que promovem a inserção econômica dos pequenos produtores no mercado e, assim,

permitem que a agricultura familiar possa se desenvolver e principalmente satisfazer as necessidades econômicas, sociais e humanas de forma coletiva, visto que a fixação dos agricultores no campo tende a ser o maior dos benefícios do mundo rural.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho procurou-se analisar as informações sobre as condições de vida dos agricultores residentes no assentamento rural Lagoa Grande, caracterizando o associativismo por eles praticado e sua interferência no desenvolvimento do assentamento, por meio de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório.

Simultaneamente à análise qualitativa, com intuito descritivo, realizou-se uma análise quantitativa dos aspectos econômicos, sociais e ambientais da configuração do assentamento. Dessa forma, para a pesquisa de campo, utilizou-se um questionário contendo perguntas relativas às características socioeconômicas dos produtores e suas unidades produtivas, acesso às políticas públicas, participação em associações e cooperativas. O questionário também contemplou questões de maior abrangência em relação ao associativismo e ao cooperativismo, a fim de observar a percepção dos assentados quanto à importância destas formas de organização para a melhoria das condições de vida no assentamento.

A área geográfica do estudo refere-se ao assentamento rural Lagoa Grande, um projeto de assentamento federal (PA), criado pela Portaria INCRA nº 52 de 06/11/1997, por meio da desapropriação (via Decreto presidencial) do imóvel rural denominado Quinhão nº 2, desmembrado da Fazenda Nova Lagoa Grande e conhecido por Fazenda Recreio (INCRA, 2011).

O assentamento localiza-se às margens da Rodovia Dourados-Itahum, a cinco quilômetros do Distrito de Itahum, no município de Dourados, MS e conta com 151 lotes distribuídos em uma área de 4.070,7679 ha. De acordo com Daniel et al. (2013), o assentamento apresenta área de relevo plano e suave ondulado, banhado pelo Córrego Capão Alto. O clima tem precipitações irregulares, variando de 1000 a 1500 mm/ano, com chuvas no verão e seca no inverno. Na região predomina a vegetação de Cerrado e Campo Cerrado e parte dela está sob Tensão Ecológica com contato Savana - Floresta Estacional.

A coleta de dados necessários à sua execução contempla uma ampla revisão bibliográfica, realizada em livros, periódicos, revistas especializadas, trabalhos científicos, entre outros, por meio das formas de pesquisa, conforme seguem:

- Pesquisa Documental: realizada em órgãos oficiais específicos, como o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (Escritório Regional em Dourados e pelo endereço eletrônico nacional), a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul – AGRAER (Escritório Regional do Município de Dourados) e endereço eletrônico oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

- Pesquisa de Campo: realizou-se um Censo, com a aplicação de questionários a todas as famílias assentadas, por meio de visitas aos lotes. De acordo com Gil (2010), para a realização de um experimento, é fundamental selecionar sujeitos. As características relevantes para a definição da população devem ser consideradas.

Conforme Vieira (2009, p. 16): “Denomina-se censo o conjunto de dados obtidos por meio de recenseamento. Os censos demográficos descrevem as características da população”. Para a realização do censo no assentamento, foram feitas 11 (onze) visitas de março a dezembro de 2012, sendo a primeira em 13/03, quando foi aplicado o pré-teste e as demais foram realizadas nas seguintes datas: 30/06, 11/07, 17/07, 04/09, 14/09, 08/10, 30/10, 07/11, 15/11 e 06/12.

Foram visitados os 151 lotes que fazem parte do assentamento, no entanto, foi possível entrevistar apenas os responsáveis pelas famílias residentes em 89 lotes (58,9%). Nos outros 62 lotes (41,1%), não foi possível aplicar questionários, tendo em vista os seguintes motivos, conforme informações coletadas com os vizinhos: em 25 lotes não havia pessoas ou o (a) responsável pela família na residência; em 22 lotes os proprietários residiam em Dourados ou em outras cidades do entorno, como: Fátima do Sul, Itaporã e Douradina; em 4 lotes os proprietários residiam na vila próxima ao assentamento (Itahum); 6 lotes estavam abandonados e sem moradores; em 4 lotes estavam os empregados (caseiros) que não sabiam dar informações e 1 lote estava arrendado para um assentado proprietário de outro lote no mesmo assentamento. Ressalta-se que nos lotes onde não foi possível aplicar os questionários, ocorreram no mínimo duas visitas, em diferentes datas, na tentativa de obter êxito.

Depois da coleta de dados, as informações foram tabuladas e processadas, utilizando-se o software *Statistical Package for the Social Sciences* - SPSS. Posteriormente, efetuou-se a análise dos dados obtidos. O tratamento dos dados se deu, por meio de análises descritivas, confrontando os resultados encontrados com a teoria, objetivando evidenciar a importância do associativismo

e do cooperativismo para o desenvolvimento rural da agricultura familiar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção está dividida em duas partes. Na primeira apresentam-se os resultados do perfil demográfico e as características (lotes, produção, renda) do assentamento Lagoa Grande. Na segunda parte, apresenta-se e discute-se a caracterização do associativismo constante no assentamento Lagoa Grande.

4.1 Perfil Demográfico e Caracterização do Assentamento Lagoa Grande

Foram entrevistados 89 chefes de família ou responsáveis pelos domicílios, residentes nos lotes do assentamento Lagoa Grande, sendo 55,1% do sexo masculino e 44,9% do sexo feminino. A idade dos entrevistados variou de 14 a 85 anos e 30,3% encontravam-se na faixa etária entre 41 a 50 anos. A média de idade dos demais membros familiares, que totalizaram um grupo de 213 assentados, foi de 20,3 anos, fato que caracteriza a necessidade de políticas públicas direcionadas aos jovens e a conscientização da importância deste grupo no desenvolvimento do assentamento, conforme observam Bittencourt (1998) e Sangalli (2013).

Entre os entrevistados, 67,4% responderam que seus lotes originavam-se do INCRA e 32,6% foram adquiridos de terceiros. Quanto ao ano de aquisição dos lotes, 50,6% declararam ser os primeiros proprietários, desde 1997. Verificou-se que nenhum assentado entrevistado possuía documento de titularidade do lote, eles tinham apenas um documento denominado Carta de Anuência, a qual designava o lote em nome do assentado.

A área de cada lote do assentamento variava de 17 a 90 hectares, os quais possuíam, em média, 25,9 hectares e a maioria (21,3%) possuía 20 hectares. A área média plantada correspondia a 9,9 hectares, variando entre 0,5 e 27 hectares entre os lotes. A área preservada variava de 0,5 e 15 hectares, sendo, em média, 4,6 hectares por lote. Em 34,8% dos lotes havia a presença de nascente ou córrego. A área de preservação permanente (APP) estava presente em 44,2% dos lotes. Quanto à reserva legal, estava presente em 55,2% dos lotes e 44,8% não apresentavam reserva legal.

As atividades produtivas, para a geração de renda no assentamento, apresentavam-se pouco diversificadas, destacando-se, conforme Figura 1, a criação de gado leiteiro (66%), gado de corte (14,5%), lavoura de soja/milho (5,6%), lavoura de mandioca (4,5%) e o cultivo de eucalipto (4,5%), uma atividade recente e em expansão.

As demais rendas (4,9%) estavam compostas pela venda de novilhos (1,2%), frangos (1,1%), porcos (1,1%) e ovos, queijo, doces, mel, pães e artesanato (1,5%), que eram vendidos conforme a necessidade. O predomínio da pecuária leiteira no assentamento Lagoa Grande também foi identificado no estudo de Castro et al. (2010). A necessidade de maior diversificação produtiva foi apontada no estudo de Santos (2011), que destacou a eficiência produtiva para elevar a renda média e reduzir o êxodo rural.

Vale salientar que alguns assentados declararam não possuir nenhuma atividade geradora de renda, como no caso de famílias de aposentados e de pessoas que apenas residiam no assentamento e trabalham no Distrito de Itahum, nas fazendas do entorno ou na cidade de Dourados.

Muitos cultivos ou criações eram apenas para o consumo familiar, como no caso da criação de frangos e porcos, o cultivo de horta e pomar, a produção de ovos e o plantio de mandioca e cana-de-açúcar (esta última especificamente para alimentação do gado). Nesta perspectiva, Bittencourt (2008) e Silva (2012) observam o dilema enfrentado nos assentamentos, a fim de converter seus sistemas de produção e torná-los viáveis para o autoconsumo e a geração de renda.

A maioria dos assentados relatou que o solo do assentamento é “fraco” e que, para torná-lo adequadamente produtivo seriam necessários investimentos para correção do solo, maquinário (principalmente trator) e novas variedades de pastagens. A baixa qualidade do solo nos assentamentos do estado de Mato Grosso do Sul é destacada nos estudos de Lamas et al. (2000) e Menegat (2009).

No que se refere às políticas públicas para a agricultura familiar, a maioria dos assentados (52,9%) disseram conhecer apenas o PRONAF, do qual já participaram ou ainda estão vinculados. Grande parte estaria inadimplente, nem

mesmo sabendo dizer o valor atual da dívida. A maioria dos entrevistados já ouviu falar do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e do Programa Aquisição de Alimentos – PAA, mas apenas 8,2% já participaram destes programas no período entre 2008 a 2010 e 50,0% participaram do PNAE com a venda de leite, doces, queijos e mandioca e 50% do PAA, com a venda de leite.

Os motivos pelos quais eles não participavam destes programas foram, principalmente, pela falta de conhecimento (30,2%) ou porque as informações não chegam até eles. Dos entrevistados que já participaram, 68,2% responderam que não há acompanhamento dos órgãos governamentais após o ingresso nos programas ou, em alguns casos, ocorre apenas na fase inicial realizada pela Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (AGRAER) ou pelo Banco do Brasil. Diante destes fatos, observa-se a importância da inserção produtiva para o desenvolvimento do assentamento, por meio das políticas públicas, com mais oportunidades, as quais aumentam a capacidade dos indivíduos fazerem escolhas, conforme contextualizaram Sen (2000) e Schneider (2003).

Neste sentido, Veronezzi (2012), objetivando apresentar uma discussão acerca da questão que envolve a dinâmica de produção e do associativismo praticado pelos assentados, anteriormente trabalhadores rurais assalariados, do Assentamento de Córrego Rico, localizado no município de Jaboticabal – SP constatou que as atividades coletivas realizadas pelos associados, além de potencializarem a produção agrícola, facilitam a inserção dos associados em projetos governamentais e na aquisição de financiamentos de equipamentos agrícolas. O autor ressalta que as frequentes reuniões da associação, realizadas para os mais diversos fins, reforçam os laços da coletividade entre os associados.

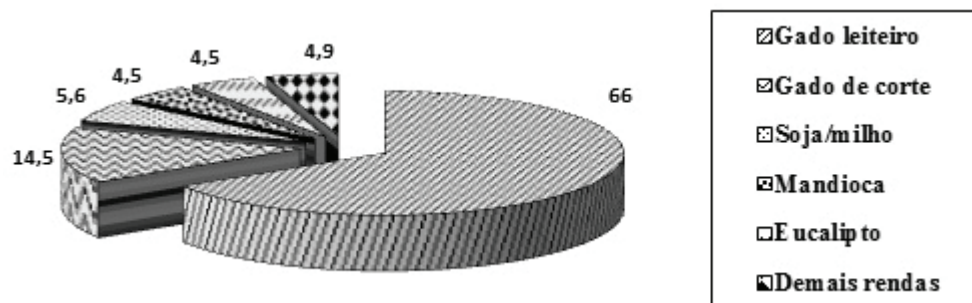


FIGURA 1 – Representatividade das principais atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias no assentamento Lagoa Grande

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa

As fontes de renda da população do assentamento Lagoa Grande estavam compostas da renda do lote e da renda complementar. A maioria dos entrevistados, (41,6%) tinham renda oriunda do lote inferior a um salário mínimo, que na época da entrevista (ano de 2012), estava em R\$ 622,00. Apenas 6,7% tinham renda proveniente do lote superior a três salários mínimos.

A renda complementar fazia parte de 75,3% das famílias do assentamento que, em 34,3% dos casos, girava em torno de um salário mínimo, sendo a aposentadoria a principal fonte em 38,8% das famílias. Em relação à renda total, verificou-se que 48,3% dos entrevistados obtinham renda familiar de um a dois salários mínimos, 22,5% entre dois e três salários mínimos e 13,5% mais de três salários mínimos por mês. Apenas 7,9% dos entrevistados tinham uma renda familiar de um salário mínimo, assim como outros 7,9% tinham renda inferior a um salário mínimo.

Por desempenhar um papel relevante na busca por alternativas de desenvolvimento e, conseqüentemente, da resolução de problemas relacionados à produção e geração de renda, Pires (2002) destaca a importância das associações em assentamentos rurais. Em adição, Fabrini (2000) observa que as associações, os grupos coletivos e as cooperativas exercem função de promover a articulação dos assentados na tentativa de obter créditos e melhorar a infraestrutura dos lotes.

4.2 Caracterização do Associativismo no Assentamento Lagoa Grande

No ano de 2012, o assentamento Lagoa Grande tinha duas associações, sendo a associação de moradores do assentamento, da qual participavam 66,3% dos entrevistados e a associação sabores do cerrado, criada em 2012, da qual participavam 5,6% dos entrevistados, os quais também participam da associação de moradores. A maioria dos associados (30,3%) da associação de moradores do assentamento participava desde o início da sua fundação (15 anos) e, dos entrevistados, 11,9% tinham cargo na diretoria ou no conselho fiscal da associação.

Os participantes das associações foram questionados sobre o conhecimento dos direitos e deveres dos associados, assim 60,0% afirmaram conhecê-los e 40,0% não. Quanto ao atendimento das expectativas, 41,4% disseram que a associação de moradores atendia e 58,6% que não atendia as suas expectativas e os principais motivos e o que seria necessário para fortalecê-la estão elencados na Tabela 1. Entre as respostas, destacou-se a

falta de ação do presidente, como sendo o principal motivo da falta de atendimento às expectativas dos assentados e a necessidade de união e participação dos associados para fortalecer a associação.

Os resultados apresentados na Tabela 1 corroboram com os estudos realizados no Assentamento Amparo, localizado, também, na cidade de Dourados, sendo destacado que os entrevistados tinham a percepção da importância da Associação do Assentamento; no entanto o seu fortalecimento era algo ainda incipiente e que precisava ser estimulado pela união de todos os assentados. Iniciativas institucionais necessitam estar mais presentes como incentivo a práticas cooperativas e que estas contemplem a comercialização dos produtos, pois o sucesso delas pode incentivar a reprodução de práticas associativas (SILVA, 2013).

Alguns assentados relataram que o presidente da associação, apesar de estar residindo com sua família no assentamento, na sede da associação, quase não permanecia no local, bem como não circulava pelos lotes, a fim de acompanhar o dia a dia do assentamento. Relataram, ainda, que a associação de moradores do assentamento estaria irregular junto à Receita Federal, por falta de declaração de imposto de renda por alguns anos, fato que dificultava a participação dos assentados em programas de venda pública, como o PAA e PNAE.

Os moradores do Assentamento Lagoa Grande, que já participaram desses programas, conseguiram por meio da Associação de Produtores da Agrovila Formosa (AGROFORM). Essa associação localiza-se na Agrovila Formosa, assentamento criado, por meio da parceria do município de Dourados com o governo do estado de Mato Grosso do Sul nos anos de 1990, ficando distante em torno de 120 km do assentamento Lagoa Grande, o que prejudica a participação efetiva dos assentados nos programas citados. Neste contexto, Silva (2012) e Vilpoux e Oliveira (2011) enfatizam a importância das formas de interação entre os pequenos produtores em associações ou cooperativas, a fim de fortalecê-los.

No que diz respeito ao cooperativismo, conforme respostas dos assentados, não havia cooperativa no assentamento e apenas um entrevistado declarou participar de cooperativa, há dois anos, sendo esta localizada no Distrito de Itahum. Este respondeu não conhecer os direitos e deveres dos cooperados e que a cooperativa não atende as suas expectativas, já que o compromisso com ela estava sendo renovado a cada safra e, para fortalecê-la, ele deveria participar mais, no entanto, alegou não ter disponibilidade de tempo.

TABELA 1 – Motivos que levam à falta de atendimento das expectativas dos assentados pela associação e o que seria necessário para fortalecer a associação de moradores do assentamento Lagoa Grande (valores em percentuais)

Motivos que levam à falta de atendimento das expectativas dos assentados:		O que seria necessário para fortalecer a associação?	
Respostas	(%)	Respostas	(%)
Falta de participação dos associados	11,1	União e participação dos associados	26,5
Falta de iniciativa e ação dos associados	11,1	Ação por parte do presidente e associados	23,0
Falta de ação do presidente da associação	50,0	Empenho do presidente para resolver problemas	24,6
Falta de recursos na associação	11,1	Associados pagarem a mensalidade em dia	9,7
O Presidente não convive no assentamento	5,6	Trocar o presidente	6,5
Falta de incentivos governamentais	11,1	Estão satisfeitos	9,7

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa

Scopinho (2007) afirma que, entre os assentados, é observada uma tendência a não aceitação da ‘cooperativa como um modelo de organização’. No entanto, verifica-se a propensão a valorizar a cooperação como uma forma de organizar a vida em sociedade, bem como a vida econômica. Observa que tal fato demonstra o receio da institucionalização, manifestado sob o argumento da burocratização e da perda de autonomia. Por outro lado, ressalta que o associativismo formal é uma condição imprescindível à legalização de assentamentos de reforma agrária. Em contraponto, conforme a autora, nota-se que há um retorno às formas mais tradicionais de organizar o trabalho, que estão fundamentadas na cooperação espontânea, tendo em vista a percepção da relevância de se cooperar, sendo esse um fator essencial à sobrevivência dos assentados.

Em relação às dificuldades enfrentadas nos lotes do assentamento Lagoa Grande, 88,1% dos entrevistados responderam que não existia apoio para diminuir essas dificuldades no assentamento. Os outros 11,9% disseram que o apoio existe pela comunidade e, principalmente, por instituições como a AGRAER, Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Prefeitura Municipal de Dourados. Neste ponto, destaca-se a importância das organizações de apoio e Governos na organização e capacitação dos agricultores, conforme apontam Vilpoux e Oliveira (2011).

A Tabela 2 demonstra algumas das principais dificuldades enfrentadas pelos assentados, em sua maioria, apontadas por 20,2% dos respondentes, englobando as péssimas condições das estradas do assentamento, a falta de maquinário para as atividades agrícolas (principalmente

trator e colheitadeira) e a quase inexistência de assistência técnica. A baixa qualidade da pastagem foi a segunda maior dificuldade apresentada pelos assentados, com 13,5%, fato que prejudicava a produtividade e qualidade do leite e a engorda do gado de corte. Observou-se que apenas 7,9% dos entrevistados responderam que não havia dificuldades nas suas atividades diárias no assentamento.

Na Tabela 2, também, estão relacionadas as principais ações que os assentados poderiam fazer para ajudar a minimizar as dificuldades, conforme as respostas dos entrevistados. Entre as ações que ajudariam a diminuir estas dificuldades, destacou-se, com 63,0%, a união e participação dos moradores na associação e o empenho para resolução dos problemas. As demais respostas referiam-se a: pagamento da mensalidade em dia (poucos assentados pagavam a mensalidade no valor equivalente a R\$ 15,00 para que a associação tivesse recursos para manutenção do trator utilizado entre os associados nos seus respectivos lotes) e a busca por auxílio junto ao INCRA, com 14,8%; ter uma liderança atuante na associação com 7,4%; montar uma cooperativa no assentamento com 7,4%; a associação ter maquinário disponível para empréstimo entre os assentados com 3,7% e a busca por incentivo e auxílio do governo com 3,7%.

Estes resultados inserem-se nas abordagens de Souza et al. (2011) que apontam os obstáculos que limitam o desenvolvimento dos assentamentos e de Valadares et al. (2011), que destacam a necessidade de elaboração de políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento rural, por meio do acompanhamento e suporte do Estado, a fim de proporcionar perspectiva futura e qualidade de vida nos assentamentos.

TABELA 2 – Principais dificuldades enfrentadas nos lotes do assentamento Lagoa Grande e ações que podem ser realizadas pelas pessoas da comunidade para diminuí-las (valores em percentuais)

Dificuldades enfrentadas nos lotes		O que as pessoas da comunidade poderiam fazer para ajudar a diminuir as dificuldades	
Respostas	(%)	Respostas	(%)
Estradas ruins, falta de maquinário e de assistência técnica	20,2	Moradores se unirem, participarem da associação e terem atitude para resolver os problemas	63,0
Pastagem de baixa qualidade	13,5	Associados pagarem a mensalidade em dia e buscar ajuda no INCRA	14,8
Estradas ruins e falta de transporte municipal para universitários (noturno)	10,1	Ter uma liderança atuante na associação	7,4
Estradas e ponte em péssimas condições	7,9	Montar uma cooperativa	7,4

Fonte: Elaborada pelos autores com base em dados da pesquisa

Entre os fatores limitantes ao desenvolvimento do assentamento, destacou-se o papel da associação de moradores, cuja falta de atuação foi uma das grandes reclamações apontadas pelos assentados. É importante destacar que a associação deveria ser um elo entre os assentados e as instituições públicas, concretizando parcerias, informando e motivando os assentados a participarem de projetos e programas de geração de renda, bem como contribuir para minimizar ou extinguir os demais fatores limitantes. Por outro lado, alguns assentados se declararam pouco participativos e conscientes de que deveriam ser mais unidos e atuantes na associação.

Diante dos dados apresentados, inserem-se as abordagens de Lamas et al. (2000), que em pesquisa realizada em outros onze assentamentos do estado de Mato Grosso do Sul, constataram a necessidade da conscientização por parte dos assentados para uma maior organização e atuação em suas associações. Neste sentido, destaca-se a necessidade de vontade coletiva, para o fortalecimento do associativismo, conforme observam Arbix, Zilbovicius e Abramovay (2001).

Em complemento, Candil, Arruda e Arakaki (2007) indicam que é essencial o fortalecimento da associação em assentamentos rurais e o estabelecimento de estratégias com a finalidade de incentivar as relações interpessoais e interinstitucionais, com vistas a estimular o desenvolvimento de assentamentos rurais.

O fortalecimento da associação e o resgate de sua credibilidade junto aos assentados podem proporcionar perspectivas futuras para o desenvolvimento das atividades em seus lotes e para o assentamento

como um todo, contribuindo para uma trajetória de desenvolvimento econômico e social do assentamento Lagoa Grande.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou investigar mecanismos relativos ao associativismo e sua manifestação no assentamento rural Lagoa Grande, localizado em Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. Analisando as características do associativismo, praticado pelos associados, observou-se uma grande deficiência quanto à Associação de Moradores do Assentamento Lagoa Grande, a qual, nos relatos dos assentados, não cumpre seu papel no processo de apoio ao desenvolvimento do assentamento.

Os resultados da pesquisa apontaram diversos fatores limitantes às condições de vida das famílias em seus lotes e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do assentamento. Acredita-se que seja preciso romper a barreira do individualismo e da dependência do Estado. Os assentados não se deram conta de que unidos em associações ou cooperativas teriam mais força para sanar as dificuldades vivenciadas (solo fraco, pastagens de baixa qualidade, falta de assistência técnica, estradas e ponte em estado precário, dificuldades de transporte, de maquinários, de acesso ao mercado consumidor e a serviços de saúde e financiamentos).

O potencial do assentamento Lagoa Grande está na sua população que, em grande parte é jovem, está na escola e necessita de incentivo (principalmente de infraestrutura), para continuar seus estudos, além

de políticas públicas que os motivem a continuar colaborando com suas famílias. Neste sentido, os cursos de extensão rural que envolvam ou contemplem o uso de tecnologias no campo, com enfoque nas atividades produtivas do assentamento, poderiam despertar o interesse dos jovens e serem de grande valia para as famílias e, consequentemente, para o desenvolvimento das atividades nos lotes.

Observou-se, também, a existência de muita carência de informações, principalmente, de programas sociais e de alternativas geradoras de renda, como a piscicultura, a produção orgânica, os sistemas agroflorestais e a agroecologia (muito importantes para a preservação das áreas de cerrado ainda presentes em alguns lotes do assentamento). Políticas que devem ser direcionadas ao atendimento de diferentes realidades nas famílias de assentados.

A eficiência produtiva dos lotes e consequente fixação das famílias dependem, principalmente, de uma reestruturação da associação de moradores do assentamento, do restabelecimento da confiança na mesma com a participação dos assentados, colaborando e exigindo o cumprimento do papel da diretoria.

A associação atuante pode trazer capacitações, informações e auxílio no acesso aos programas sociais, organização por meio de cooperação na produção e comercialização dos produtos do assentamento e ainda cobrar mais rigor do poder público em relação às questões de saúde, transporte, infraestrutura, assistência técnica e regularização dos lotes pelo INCRA. Salienta-se, também, a necessidade de estratégias educativas voltadas à conscientização acerca dos benefícios da cooperação. No entanto, estas estratégias não devem ser meros mecanismos de repasse de informações e valores, mas que permitam construir/reconstruir novas maneiras de organizar a produção.

Ademais, a participação do Estado é fundamental para o desenvolvimento da cooperação em assentamentos rurais, por meio da implementação de políticas públicas capazes de viabilizar as novas formas de produção agrícola, contemplando a capacitação dos assentados, a disponibilidade de assistência técnica, a pesquisa e a comercialização. Dessa forma, acredita-se que haveria uma melhora na eficiência produtiva das propriedades e na qualidade de vida no assentamento, essenciais para a fixação das famílias e o desenvolvimento do assentamento.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, T. **Construindo o futuro:** política de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados. São Paulo: Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, 1998. (Cadernos ITESP, 10).

ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Org.). **Razões e ficções do desenvolvimento.** São Paulo: UNESP; EDUSP, 2001. 374 p.

BAMBIL, A. L.; VILPOUX, O. F. Influence of modern technology on small family-owned farms in the Brazilian savannah region: a case study of a settlement in Mato Grosso do Sul State. **Journal of Development and Agricultural Economics**, New York, v. 3, p. 498-503, 2011.

BANDEIRA, P. S. Diferenças regionais quanto ao capital social e crescimento econômico no Rio Grande do Sul. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 1, p. 93-124, 2007. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/98/55>>. Acesso em: 24 fev. 2013.

BERGAMASCO, S. M. P. A realidade dos assentamentos por detrás dos números: dossiê questão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 37-49, 1997.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Aspectos econômicos das cooperativas.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BITTENCOURT, A. G. et al. Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil. In: GUANZIROLI, C. (Coord.). **Projeto de cooperação técnica INCRA/FAO.** Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=67>. Acesso em: 7 jan. 2013.

CANDIL, R. F. M.; ARRUDA, E. J. D.; ARAKAKI, A. H. O Cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.), o desenvolvimento local e a sustentabilidade biológica no assentamento Andalúcia, Nioaque/MS. **Interações**, Campo Grande, v. 8, n. 1, p. 75-80, mar. 2007.

CANTERLE, N. M. G. O associativismo e o desenvolvimento local. In: SIMPÓSIO ESTADUAL DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 8., 2004, Francisco Beltrão. **Anais...** Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004. p. 1-8.

- CARMO, M. S.; COMITRE, V. A visão sistêmica na avaliação sócio-ambiental de assentamentos rurais. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. S. (Ed.). **Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes**. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011. p. 435-452.
- CASTRO, K. N. C. et al. **Características da pecuária leiteira no assentamento Fazenda Nova Lagoa Grande, em Dourados, MS**. Dourados: EMBRAPA Agropecuária Oeste, 2010. 44 p. (Documentos, 106).
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura familiar**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2>>. Acesso em: 15 mar. 2014.
- COOK, M. L.; CHADDAD, F. R. Redesigning cooperative boundaries: the emergence of new models. **American Journal of Agricultural Economics**, Lexington, v. 86, n. 5, p. 1249-1253, 2004.
- DALFOVO, W. T. et al. A constituição de um modelo associativista familiar como alternativa de desenvolvimento local e regional sustentável: o caso do borboletário do SESC Pantanal em Poconé-MT. In: SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2010, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: SOBER, 2010. 1 CD-ROM.
- DANIEL, O. et al. **Identificação de pontos de uso indevido das áreas de preservação permanente às margens do rio Dourados, MS**. Disponível em: <http://www.do.ufgd.edu.br/omardaniel/arquivos/docs/a_artigos/UsoTerraSig/PontosMargemRDdos.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2013.
- FABRINI, J. E. A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 67-78, jan./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10177>>. Acesso em: 18 out. 2012.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **FAO debate produção e demanda mundial por alimentos no Fórum Sebrae de Conhecimento**. Brasília, 2012. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/apdsa.asp>>. Acesso em: 1 fev. 2013.
- FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília: INCRA/FAO, 1998. 68 p.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.
- GUILHOTO, J. J. et al. **Agricultura familiar na economia: Brasil e Rio Grande do Sul**. Brasília: MDA, 2005. 44 p. (Estudos NEAD 9). Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca>>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- _____. A importância do agronegócio familiar no Brasil. **RER**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 355-382, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v44n3/a02v44n3.pdf>>. Acesso em: 17 jun. 2011.
- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Portaria nº 52, de 6 de novembro de 1997. Dispõe sobre a criação e divisão do assentamento Lagoa Grande. Cópia do Documento disponibilizada pela Agência Regional do INCRA, em Dourados, MS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, n. 46, 7 nov. 1997. Seção 1.
- _____. Diretoria de obtenção de terras e implantação de projetos de assentamento. Coordenação Geral de Implantação. **Projetos de reforma agrária conforme fases de implantação**: rel. 0227 de 23/03/2012. Brasília, 2012. 315 p. Disponível em: <<http://www.INCRA.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/31-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 12 abr. 2012.
- LAMAS, F. M. et al. **Diagnóstico dos assentamentos rurais de Mato Grosso do Sul**. Dourados: EMBRAPA Agropecuária Oeste, 2000. 32 p. (Documentos, 18).
- LAZZARETTI, M. A. **Ação coletiva em assentamentos de reforma agrária: processos de organização dos trabalhadores rurais**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003. 150 p.
- LIMA FILHO, S. C. de. Capital social e desenvolvimento sustentável: a experiência de Campo Brito (SE). **Revista Econômica do Nordeste**, Natal, v. 42, n.1, p. 139-163, 2011.

- LISBOA, T. C.; BONASSI, S. A. O associativismo como estratégia competitiva no varejo: um estudo de caso na AREMAC - AM - Associação Regional de Material de Construção da Alta Mogiana. **Revista Eletrônica da Administração**, Franca, v. 2, n. 2, p. 1-25, 2003.
- MANZANAL, M.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural em Argentina y Brasil:análisis comparativo, 1990-2010. **Revista Interdisciplinaria de EstudiosAgrarios**, Buenos Aires, n. 34, p. 35-71, 2011.
- MARASCHIN, A. F. **As relações entre produtores de leite e cooperativas**: um estudo de caso na bacia leiteira de Santa Rosa, RS, 2004. 145 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- MENEGAT, A. S. **No coração do Pantanal**: assentados na lama e na areia:as contradições entre os projetos do estado e dos assentados no assentamento Taquaral, MS. Dourados: UEMS/UFGD, 2009.196 p.
- MORAES, E. G.; CURADO, F. F.Os limites do associativismo na agricultura familiar de assentamentos rurais em Corumbá, MS. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIOECONÔMICOS DO PANTANAL, 4., 2004, Corumbá. **Anais...** Corumbá: SIMPAN, 2004. 1 CD-ROM.
- OLIVEIRA, A. R. **O associativismo na região do Pontal do Paranapanema-SP**: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural. 2010. 209 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2010.
- PIRES, M. A. P. **Diagnóstico sócio-econômico de assentamentos rurais na região de Ponta Porã e as perspectivas de desenvolvimento local**. 2002.103 f. Dissertação(Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2002.
- SABOURIN, E.; OLIVEIRA, M. N. D.; XAVIER, J. H. V. Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unaí, MG. **Estudos Sociedade de Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 5-44, 2007.
- SANGALLI, A. R. **Assentamento Lagoa Grande, em Dourados, MS**: aspectos socioeconômicos, limitações e potencialidades para o seu desenvolvimento. 2013. 107 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.
- SANTOS, J. D. Ocupar, resistir e produzir: velhos e novos paradigmas na configuração de assentamentos rurais como alternativa de sustentabilidade. **Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 8, n.4,p. 28-32, dez. 2011.
- SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18,n. 51, fev. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2011.
- SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 19, p. 84-94, 2007. Edição especial.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. 409 p.
- SILVA, H.C.H. **Cooperação e compartilhamento de informação entre os atores sociais do Assentamento Amparo no município de Dourados, MS**. 2013. 83 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.
- SILVA, R. P. **Modo de produção**: assentamentos rurais:reforma agrária em debate. Disponível em: <<http://reformaagrariaemdebate.blogspot.com.br/2011/01/modo-de-producao-assentamentos-rurais.html>>. Acesso em: 13 out. 2012.
- SOUZA, P. M. et al. Agricultura familiar *versus* agricultura não-familiar: uma análise das diferenças nos financiamentos concedidos no período de 1999 a 2009. **Revista Econômica do Nordeste**, Natal, v. 42, n. 1, p. 105-124, 2011.
- TARSITANO, M. A. A. et al. Caracterização das ações de assistência técnica e extensão rural no assentamento Timboré, SP. In: BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A.; ESQUERDO, V. F. S. (Org.). **Assentamentos rurais no século XXI**: temas recorrentes. Campinas: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011. p. 167-186.

- TERRA, A. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão?**: assentamento Itamarati em Ponta Porã, MS: “o pivô da questão”. 2009. 325f. Tese (Doutorado em Geografia) -Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2009.
- VALADARES, A. A. et al. O rural na PNAD 2008. In: CASTRO, J. A.; VAZ, F. M. (Org.). **Situação social brasileira**: monitoramento das condições de vida. Brasília: IPEA, 2011. p. 113-137.
- VERONEZZI, F. O associativismo e a diversidade de produção agrícola no assentamento rural de Córrego Rico, Jaboticabal (SP) quatorze anos após a conquista. In: ENCONTRO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA “TERRITÓRIOS EM DISPUTA: OS DESAFIOS DA GEOGRAFIA AGRÁRIA NAS CONTRADIÇÕES DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO”, 21., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2012. 1 CD-ROM.
- VIEIRA, S. **Elementos de estatística**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 162 p.
- VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, M. A. C. de. Governanças na agricultura familiar: mercados, contratos, redes e cooperativismo. In: VILPOUX, O. F. (Org.). **Sustentabilidade na agricultura familiar**. Curitiba: CRV, 2011. p. 191-226.
- WANDERLEY, M. D. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 20., 1996, Caxambu. **Anais Eletrônicos...** Brasília: MDA, 1996. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/o/899445>>. Acesso em: 20 out. 2012.

VARIÁVEIS QUE MAIS INFLUENCIAM NA PLURIATIVIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

Variables that influence the most on the family farmers pluriactivity in Itapejara d'Oeste, State of Paraná

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar quais as variáveis que mais influenciam na pluriatividade dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste nos anos de 2005 e 2010. Para isso, foram estabelecidas quatro tipologias de análise da pluriatividade e a posteriori foi realizado a descrição da média das variáveis e a análise de regressão. Assim, além da óbvia associação da renda não agrícola e das outras rendas do trabalho com o fenômeno da pluriatividade e uma natural associação negativa com a renda agrícola, descobriu-se que a disponibilidade de força de trabalho exerce uma influência positiva e as transferências sociais exercem uma influência negativa na pluriatividade da renda familiar rural do município de Itapejara d'Oeste.

Ana Paula Schervinski Villwock
Universidade Federal de Santa Maria
ana.agronomia@gmail.com

Gilson Ditzel Santos
Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
ditzel@urfpr.edu.br

Miguel Angelo Perondi
Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
miguelangeloperondi@gmail.com

Recebido em 26/08/2014. Aceito em 30/03/2015.
Avaliado pelo sistema *double blind review*
Avaliador científico: Daniel Carvalho de Rezende

ABSTRACT

The purpose of this study was to assess variables which influenced the most on the productivity of family farmers of Itapejara d'Oeste in the years of 2005 and 2010. Four typologies of analyzing the pluriactivity were established and, then, a description of the average of variables and regression analysis were carried out. Besides the obvious association of non-farm income and of other labor incomes with the phenomenon of pluriactivity, and the natural negative association with agricultural income, we found out that the workforce availability exerts a positive influence. In addition, we found out that the social transfers exert a negative influence in the pluriactivity of rural family income in the municipality of Itapejara d'Oeste.

Palavras-chave: Pluriatividade; Agricultura familiar; Tipologia de renda.

Keywords: Pluriactivity; Family farming; Income typology.

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a agricultura sempre combinou o cultivo e a criação dos animais com outras atividades, como: a confecção de roupas e utensílios de trabalho, bem como, a transformação artesanal. Com o desenvolvimento do capitalismo, essas atividades de transformação e serviços foram apropriadas e substituídas, saindo da esfera da agricultura e passando a ser um produto comandado pelo processo capitalista de produção e acumulação da sociedade moderna (GOODMAN; SORJ; WILKINSON, 1990).

Assim, além da transferência das funções e papéis, segundo Polanyi (2000) a sociedade se transformou, dando um novo sentido para as relações sociais no capitalismo, ou seja, ao invés das relações sociais

definirem as econômicas, foram as econômicas que passaram a definir as relações sociais.

Com o processo de modernização, o agricultor se tornou profissional da produção agrícola, ou, um “agricultor puro” conforme uma expressão utilizada por Schneider (1999), o que fez revelar novas fragilidades. Alguns estudiosos, pesquisadores da área, corroboram com a discussão desse processo dizendo que a modernização constituía para o agricultor um procedimento de perda de suas condições de trabalho, e ocorreria o êxodo das famílias do setor agrícola ou até mesmo do meio rural. Mas, segundo Long (1986), o processo de modernização alavancou a mercantilização, que é a crescente orientação da produção para o mercado e para uma forma social cada vez mais subordinada e dependente do modo de produção

capitalista, entretanto, segundo Abramovay (1992), essa agricultura familiar ainda possui um papel próprio e útil para a sociedade capitalista.

Nos países com agricultura moderna, percebe-se que o êxodo rural não foi o único caminho seguido, segundo Schneider (1999), a pluriatividade nas famílias agrícolas se tornou prova da capacidade de adaptação aos novos contextos sociais e um mecanismo pelo qual eles puderam assegurar sua permanência na agricultura e no meio rural.

Segundo Schneider (1999), as práticas pluriativas são formas de interação entre o meio rural e urbano, pois, a pluriatividade pode evitar situação de desestruturação da família que migra para a cidade (frequentemente para periferias urbanas) e, ao mesmo tempo, pode permitir vencer o isolamento e a precariedade que ainda hoje permanecem como marcas históricas da vida social no meio rural.

Os estudos sobre a pluriatividade no Brasil são recentes, mas nas últimas décadas apresentaram uma rápida evolução, sendo que os primeiros estudos começaram tratando sobre a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas no Brasil como formas complementares de trabalho e renda.

A pluriatividade reúne conceitos de diversificação produtiva e de agricultura em tempo parcial, sendo que todas as atividades exercidas são feitas por membros moradores da unidade de produção, até mesmo as ocupações por conta própria, o trabalho assalariado e não assalariado, realizado dentro e/ou fora das explorações agropecuárias da unidade de produção.

Mesmo que a pluriatividade seja dependente da possibilidade de combinação das atividades agrícolas com as não agrícolas num determinado contexto social e econômico, sustenta-se que a manutenção das múltiplas inserções ocupacionais depende de um conjunto de variáveis e fatores relacionados à dinâmica das famílias e dos indivíduos que as compõem.

Assim, o presente artigo realiza um movimento reflexivo acerca da pluriatividade na agricultura familiar com ênfase nas variáveis econômicas e sociais. Dessa forma, objetivamos analisar quais as variáveis que mais influenciam na pluriatividade dos agricultores familiares de Itapejara d'Oeste, na comparação dos anos agrícolas 2005 e 2010. Para isso, as variáveis usadas no trabalho foram mensuradas através da metodologia de Lima et al. (1995), sendo que os dados foram divididos em quatro tipologias de pluriatividade, e a posteriori foi feita a análise de regressão multivariada. Assim, o texto se estrutura em:

uma breve reflexão sobre a pluriatividade, o local onde a pesquisa foi realizada, a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, os resultados e discussões e por fim as considerações finais.

2 PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

Podemos definir a pluriatividade como um fenômeno através do qual, membros da família de agricultores que habitam o meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de atividades não agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural (SCHNEIDER, 2003, p. 91).

Ao analisarmos as condições de reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, percebe-se que o mundo rural se tornou mais do que agrícola, não sendo limitado somente a atividades agropecuárias da propriedade. Com isso, as pesquisas sobre pluriatividade no Brasil apresentam uma rápida evolução, e a noção de pluriatividade tem sido usada pelos pesquisadores para analisar e explicar o processo de diversificação do trabalho que ocorre no âmbito das unidades familiares de produção.

O aparecimento de novas atividades introduz ao espaço rural um conjunto de novas funções, sendo que o ator social privilegiado dessa nova característica do mundo rural são as famílias pluriativas, que combinam várias ocupações numa mesma unidade familiar. Esse novo rural é composto, basicamente, por três grupos de atividades: uma agropecuária moderna (agronegócio) baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; um segundo conjunto de atividades não agrícolas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços e, por último, um conjunto de novas atividades agropecuárias, impulsionadas por nichos de mercado (SCHNEIDER, 2006).

A Figura 1, a seguir, proposta por Silva e Del Grossi (2000) representa um espaço rural penetrado pelo mundo urbano com velhos e novos personagens, como os “neorurais” (profissionais liberais e outros ex-habitantes da cidade que passaram, a residir no campo) ao lado dos assentados (ex-sem terra) e daqueles que denominam de “sem-sem” (sem terra e sem emprego e quase sempre também sem casa, sem saúde, sem educação, e principalmente sem organização, coisa que os sem-terra indiscutivelmente já conseguiram).

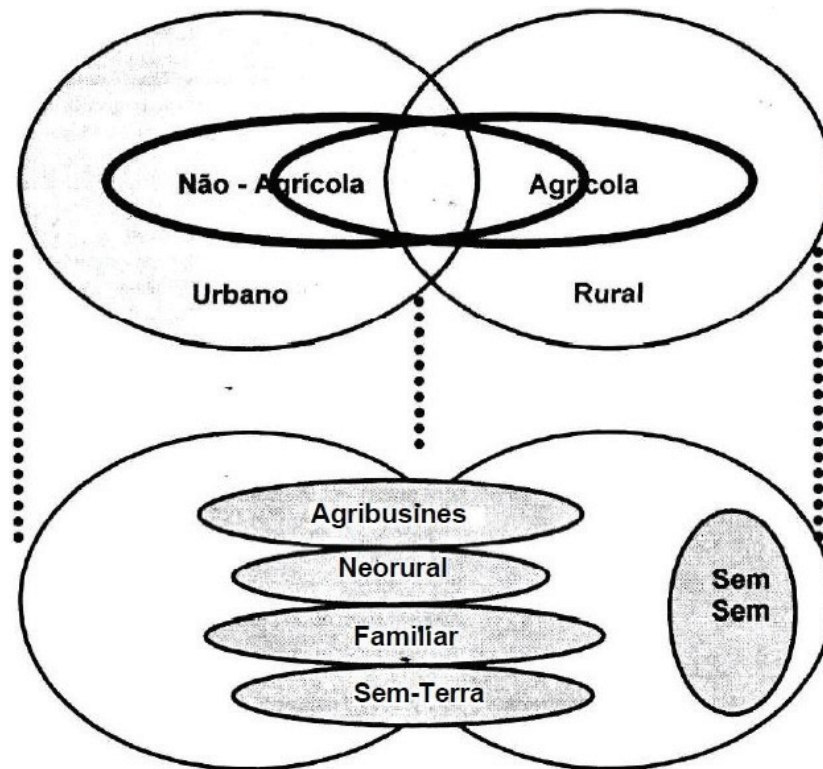


FIGURA 1 – Novas relações e atividades no mundo rural

Fonte: Silva e Del Grossi (2000)

Para esses autores a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias, sobrando tempo para as famílias exercerem outras atividades que não sejam na agricultura, tornando-se famílias pluriativas.

O termo pluriatividade surge na literatura internacional no início de 1970, mas no Brasil, as pesquisas ganharam foco somente na década de 90, sendo apontado por alguns estudiosos como “o novo rural brasileiro” (SILVA, 1997).

Os trabalhos sobre pluriatividade no Brasil passaram por três fases. A primeira fase é sobre a dupla atividade dos agricultores, sendo que foi escrita na década de 1980, tendo como principal referência os escritos de Seyferth (1984, 1987). A segunda fase os principais autores foram Carneiro (1996), Sacco dos Anjos (1995) e Schneider (1994, 1999), sendo que essas pesquisas da década de 1990 incorporaram as noções de *part-time*

farming, que já haviam sido utilizadas na Europa e em outros países desenvolvidos, para descrever as situações em que parcela dos agricultores destina apenas uma parte de sua jornada de trabalho às atividades agrícolas. A terceira etapa se caracteriza do fim da década de 1990 até a atualidade, mantendo como principais autores e pesquisadores os mesmos da segunda etapa, mas com o incremento importante de Fuller (1990) entende a pluriatividade como um elemento de diversificação que se pode produzir no interior da família ou a partir do exterior da mesma, pois ela funciona de acordo com a dinâmica das famílias e suas relações.

Juntamente com a terceira fase, as pesquisas sobre a pluriatividade vieram seguidas pelo debate sobre (nova) ruralidade, que discutiu temas como: a relação rural versus urbano, e identidade social e as representações simbólicas sobre o rural. Mas o que impulsionou a emergência das pesquisas sobre a pluriatividade foram os estudos conduzidos pelo Projeto Rurbano, que inicialmente eram pesquisas sobre as mudanças no mercado de trabalho rural

no Brasil, e que se tornaram referência nas análises das mudanças ocupacionais e espaciais no meio rural brasileiro (SILVA, 1999).

Uma das principais contribuições dos trabalhos do Rurbano foi mostrar que nas últimas duas décadas houve um crescimento continuado das atividades não agrícolas no meio rural do Brasil e uma redução do número de ativos (PEA) ocupados em atividades agrícolas, o que leva a repensar os aspectos analíticos e conceituais como as formas de intervenção do Estado e a própria ação política. Assim, a partir desse projeto houve a sedimentação da ideia de que o espaço rural deveria ser pensado não somente para a produção agrícola, mas para além dela.

Ainda, dentro dos fatores que contribuíram com a emergência da pluriatividade, Silva (1999), pontuou três causas principais: (1) urbanização do campo; (2) crise do setor agrícola provocada pela modernização e (3) limites de crescimento do próprio emprego agrícola.

Para Schneider (2003), a pluriatividade ocorre no meio rural num fenômeno que pressupõem a combinação de pelo menos duas atividades, sendo que uma delas é a agricultura. Estas atividades são exercidas por sujeitos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade entre si, podendo a ele pertencer outros membros não consanguíneos, que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho e se identificam como uma família. Schneider (2006) ainda reflete que a emergência da pluriatividade ocorre quando os membros da família combinam atividades agrícolas com outra forma de ocupação em atividades não agrícolas, ou seja, pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura.

É importante deixar claro a diferença entre pluriatividade e atividades não agrícolas, sendo a primeira uma combinação de atividades agrícolas com não agrícolas, já a segunda são aquelas atividades não relacionadas diretamente com as atividades agrícolas, mas que ainda assim poderiam ser exercidas no campo.

Schneider (2003) alerta para a necessidade de esclarecer as diferenças entre as dinâmicas de ocupações não agrícolas e pluriatividade das famílias, pois, mesmo que a pluriatividade seja dependente da possibilidade de combinação das atividades agrícolas com as não agrícolas em um contexto social e econômico, sustenta-se que a manutenção das múltiplas inserções ocupacionais depende de um conjunto de fatores relacionados à dinâmica dos indivíduos que as compõem. Dessa forma, Souza e Souza (2008) afirmam que a pluriatividade implicaria na

existência de atividades não agrícolas, mas as atividades não agrícolas não implicariam na pluriatividade.

Uma crítica à pluriatividade estaria relacionada ao seu caráter de “novidade” como aponta Carneiro (2006), dizendo que a pluriatividade não pode ser vista como fruto de um processo de modernização da sociedade, sendo que essa crítica baseia-se no fato de que a presença de atividades não agrícolas combinadas com atividades agrícolas no campo está presente desde sempre, como era o caso dos antigos moinhos. Por outro lado, Abramovay (2009) e Kageyama (2008) apontam que o crescimento das ocupações e rendas não agrícolas (ORNAS) não se deu como uma estratégia tradicional e já utilizada de combate às formas de precarização da unidade produtiva familiar, mas, como uma forma de diversificar as opções de renda através da combinação de atividades agrícolas com as não agrícolas.

De acordo com os estudos de Lima e Piacenti (2013) e Schneider (2003), se as famílias agrícolas fossem pluriativas poderiam elevar seus rendimentos, o que contribuiria para a redução dos índices de pobreza, principalmente, no caso da pobreza severa. Nesse contexto, Schneider (2010) diz que o rural deixa de ser “sinônimo de atraso” e se desconecta da agricultura, que passa a ser apenas uma de suas atividades. A dinâmica da agricultura no espaço rural tem sido determinada por outras atividades, e o exemplo emblemático dessa mudança estrutural baseada na capacidade dos atores sociais é a emergência e a expansão das unidades familiares pluriativas, pois uma parte dos membros da família que mora no meio rural passa a praticar atividades não agrícolas, dentro ou fora do estabelecimento.

A pluriatividade pode ser considerada como um meio de fortalecimento da agricultura familiar, em que a atividade extra-agrícola surge a partir de práticas tradicionais da família, habitualmente voltada para o consumo familiar e que visam manter as atividades agrícolas, mesmo que reduzidas pela redistribuição do trabalho interno (CORONA, 1999, p. 153).

Os trabalhos sobre pluriatividade têm demonstrado que o crescimento das atividades não agrícolas está relacionado às alterações no mercado de trabalho, mas esse fenômeno não explica por si só o aumento na pluriatividade, pois os sujeitos que formam uma família podem optar em combinar duas ocupações (pluriativas) ou deixar as atividades agrícolas, passando a se ocupar somente em atividades não agrícolas, sem deixar de residir no meio rural.

Segundo Schneider (1999), as práticas pluriativas ainda podem ser uma forma de interação entre o meio rural e urbano, evitando a desestruturação da família que migra para a cidade, e ao mesmo tempo pode permitir vencer o isolamento e a precariedade social no meio rural. As possibilidades de obtenção de maiores rendimentos (na maioria monetarizadas) das atividades não agrícolas têm amenizado as migrações e levado à maior fixação da população no campo em vários países (SILVA, 1997).

Assim, pode-se dizer que existem diferentes ‘tipos’ de pluriatividade: algumas mais tradicionais, típicas das situações em que a combinação de atividades visava à produção de bens de consumo para uso próprio, e outras mais modernas, características das situações em que o exercício das múltiplas ocupações visa a uma relação mercantil. Mesmo que a oposição entre o tradicional e o moderno sejam termos didáticos que ajudam a evidenciar diferenças, não deveriam ser utilizados para além desta finalidade precípua; porque, além de remeterem a um dualismo analítico anacrônico não permitem entender a pluriatividade como uma manifestação do processo social de mudança nas relações e nas formas de trabalho que ocorrem no meio rural contemporâneo (SCHNEIDER, 2006).

A caracterização a seguir refere-se às diferentes formas em que a pluriatividade pode assumir no meio rural contemporâneo, ou seja, consiste em mostrar as variações que o fenômeno pode assumir e mostrar que sua variabilidade decorre tanto de condicionantes internos à dinâmica das famílias rurais como do contexto social e econômico em que estiverem inseridos (SCHNEIDER, 2006).

(a) Pluriatividade intersetorial (ou “no-farm” na literatura internacional): encadeamento e articulação da agricultura com os demais setores da economia. Um agricultor que trabalha em tempo parcial na sua propriedade e exerce uma segunda ocupação não agrícola em jornada complementar.

(b) Pluriatividade de base agrária (ou “off-farm” na literatura internacional): pluriatividade que ocorre dentro do setor agropecuário. Embora caracterizada pela combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, ela é feita de duas formas: 1- indivíduos que residem no meio rural e trabalham na atividade agrícola, mas, uma parcela relevante de sua jornada de trabalho é dedicada à prestação de serviços (colher nas propriedades dos vizinhos em troca de dinheiro) e 2- pluriatividade de base agrária refere-se à contratação de pessoas que moram no meio rural e integram famílias de agricultores para atuar

em atividades como o processamento, o beneficiamento, o transporte, a comercialização, entre outras, da produção agrícola (tratorista).

(c) Pluriatividade sazonal: atividades não agrícolas esporádicas, intermitentes, que não têm jornada formal de trabalho pré-estabelecida, que são exercidas no artesanato, no comércio informal (vendedores ambulantes, de porta em porta, etc.), nos serviços estacionais ligados às colheitas, à demanda do turismo, aos serviços como diaristas e empreiteiros.

(d) Pluriatividade para-agrícola: atividades que formam um conjunto de operações, tarefas e procedimentos que implicam na transformação, beneficiamento e/ou processamento de produção agrícola (*in natura* ou de derivados) obtida dentro de um estabelecimento ou adquirida em parte ou na totalidade de fora deste destinada à comercialização. Evolução da produção para autoconsumo que era produzida para a subsistência da família que passa a ser destinada à venda.

(e) Pluriatividade tradicional ou camponesa: produção fundamentalmente para o autoconsumo, uma débil relação com os mercados com os quais se relacionam por meio da troca de excedentes e compra de poucos produtos de uso próprio e realização de múltiplas ocupações no interior da unidade produtiva. Não visa à mercantilização e sua existência é determinada por um modo de viver e organizar a produção que visa, fundamentalmente, à reprodução da família.

De acordo com Schneider (2006), os fatores que determinam a pluriatividade podem ser de natureza estrutural ou estão relacionadas às respostas conjunturais dos agricultores em face ao contexto adverso em que estão situados, sendo que o primeiro ocorre por causa dos processos macrosociedadeis e econômicos de transformação das formas de trabalho e produção, e o segundo em decorrência de suas condições intrafamiliares no contexto socioeconômico.

O mesmo autor descreve que a pluriatividade se trata de um fenômeno estrutural, conjuntural, multidimensional e multicausal, uma vez que são várias as causas que podem afetar o aparecimento dela no meio rural. Pode-se estabelecer a hipótese de que não existe um único tipo de pluriatividade.

O fenômeno da pluriatividade é complexo e não há consenso sobre seu conceito nem sobre a natureza de sua inserção. Schneider (2003) aponta que as divergências em torno do que vem significar a pluriatividade derivam da pouca clareza ou consenso que se tem no Brasil em relação ao fenômeno que se pretende referenciar.

[...] dada a complexidade do fenômeno, a questão que permanece em debate na literatura específica é o modo peculiar de expressão da pluriatividade e a natureza de sua inserção. Trata-se de uma diversidade que se apresenta singular, à medida que cada família tem um modo específico de inserção pluriativa, que depende de si mesma e do entorno socioeconômico de influência direta (CORTEZ; ANJOS; CALDAS, 1994, p. 138).

Nesse contexto, estudos regionais e locais sobre a pluriatividade têm sido feito no Brasil, neste caso, os estudos de Schneider (2006) no Sul do país apontam que a pluriatividade pode ser uma alavanca importante no processo de desenvolvimento das áreas rurais, pois permite gerar formas de trabalho e renda. Nesse contexto, afirma-se que a pluriatividade busca o desenvolvimento da agricultura familiar, pois é a diversificação das atividades rentáveis e do trabalho. Segundo o mesmo autor, a pluriatividade é heterogênea e diversificada. Ela está ligada as estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família, mas também, sua variabilidade dependerá das características do contexto ou do território em que estiver inserida.

Uma referência à segurança de renda advinda da pluriatividade decorre de as atividades não agrícolas não dependerem de fatores climáticos, não tendo a mesma vulnerabilidade das atividades agrícolas e podendo se tornar mais seguro o sustento da família em caso de crise no setor primário.

Segundo Schneider (2003), a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde como também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica.

Estudos recentes sobre a pluriatividade revelam que além das variáveis exógenas à unidade familiar, como o mercado de trabalho e a infraestrutura disponível, Schneider (2006) e Schneider e Conterato (2006) indicam ainda outras variáveis que contribuem para a diferenciação da pluriatividade, tais como o grau de escolaridade dos membros da família, a superfície de terra disponível para a produção, o número de membros na família, a diferenciação etária e o acesso à renda. Sendo assim, esse estudo tem como objetivo analisar quais as variáveis mais influencia a pluriatividade dos agricultores familiares de Itapejara

d'Oeste, com dados que permitem comparar os anos agrícolas de 2005 e 2010.

3 LOCAL DE PESQUISA

A pesquisa foi realizada no município de Itapejara d'Oeste (Figura 2), situada no Sudoeste do Paraná. O município contém 10.738 habitantes em um território de 254.014 Km², sendo responsável por 0,03% da área do estado e se localiza perto da fronteira do Brasil com Argentina, limitada pelo Rio Iguaçu de um lado e pelo Estado de Santa Catarina do outro.

Segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES (2004) a mesorregião do Sudoeste Paranaense é uma das menos urbanizadas do Paraná, e a que possui grande predominância da agricultura familiar com menos taxa de desemprego do estado. Itapejara d'Oeste foi povoada desde 1937 por famílias vindas do Rio Grande do Sul e mais tarde de Santa Catarina, mas só foi desmembrado de Pato Branco e Francisco Beltrão em 1964 (IBGE, 2014).

Itapejara d'Oeste e a região se caracterizam por apresentarem os principais traços do processo de colonização da região Sul do Brasil, sendo eles: acesso à terra via título de propriedade, padrão de trabalho no meio rural baseado na família e clima temperado.

Segundo Perondi (2007), ao analisar a economia do conjunto dos núcleos familiares da região, verifica-se que uma parcela menor deles concentra a maior parte dos recursos produtivos e é responsável pelo maior consumo de insumos agrícolas e de crédito. Em Itapejara d'Oeste, 86% dos estabelecimentos têm menos de 50 hectares, abrangem 52% da área do município e ocupam 92% do pessoal que trabalha no campo. Segundo o mesmo estudo, apesar da grande movimentação financeira, a agricultura não atinge uma renda agrícola elevada.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Essa pesquisa representa a realidade da agricultura familiar do município de Itapejara d'Oeste situado na região Sudoeste do Paraná. Para coleta dos dados utilizou-se o roteiro de entrevistas estruturado e validado de Perondi (2007). Segundo Bêrni (2002), os questionários estruturados são caracterizados pelas mesmas perguntas e procedimentos a cada entrevista. Assim, "na pesquisa estruturada, o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido, com perguntas predeterminadas" (BEUREN, 2004, p. 131).

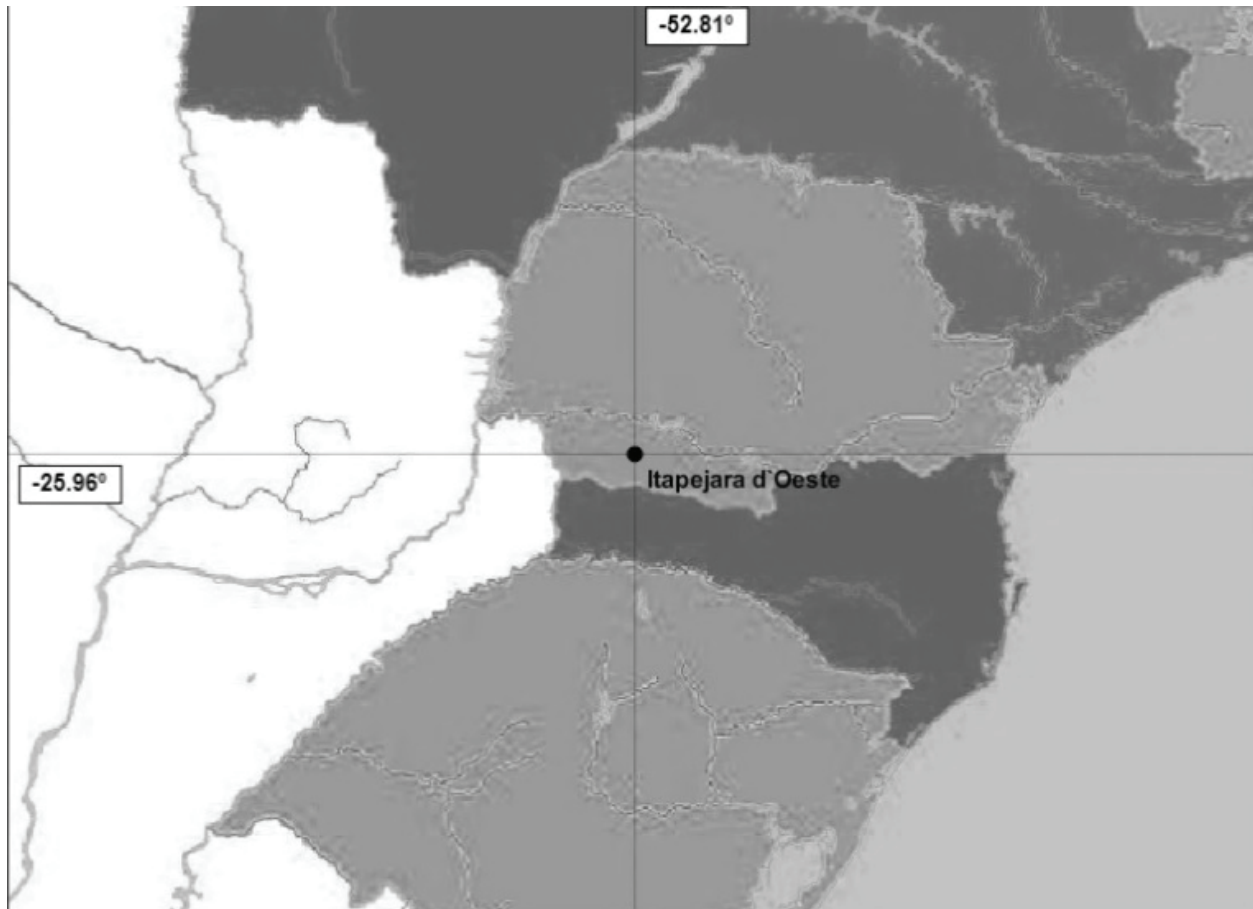


FIGURA 2 – Localização geográfica do município de Itapejara D'Oeste, no estado do Paraná

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2013)

Os entrevistados foram escolhidos seguindo os critérios da Amostragem Sistemática por Comunidade que dividiu o município de acordo com suas comunidades rurais, contendo assim, um número de amostras proporcional ao seu número de unidades de produção familiar. O critério utilizado para definir a amostra das famílias foi feito a partir de uma população de 968 famílias rurais contidas no município de Itapejara d'Oeste, com uma distribuição fundiária de desvio padrão de 16,09% e margem de erro de 3%. A amostra foi de 100 unidades de produção familiares, representando 10,3% da população de agricultores familiares do município.

A pesquisa foi realizada por meio de um banco de dados feito por Perondi (2007) e pela pesquisa recente de Perondi (2011) para a obtenção de dados nos anos

agrícolas 2004/2005 e 2009/2010 respectivamente. O banco de dados constituído em 2005 contém os dados socioeconômico e ambiental do ano agrícola 2004/2005, mas foi complementado no final de 2010 e início de 2011, quando se realizou a pesquisa sobre o ano agrícola 2009/2010 das mesmas famílias entrevistadas anteriormente. Destas 100 famílias entrevistadas em 2005, cinco não foram mais localizadas em suas unidades de produção. Assim, para níveis comparativos, adota-se 95 unidades de produção familiar como número de casos a serem comparados, e não mais os 100 entrevistados inicialmente.

Os valores monetários referentes ao ano agrícola de 2004/2005 foram corrigidos a partir do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), disponível no site do Banco Central para

o período de 2009/2010, sendo que o índice encontrado foi de 1,2713708 e corrigido para todas as variáveis monetárias do banco de dados.

A Renda Agrícola (RA) é resultado da subtração do Consumo Intermediário, Depreciação, Divisor do Valor Agregado do Produto Bruto, ou seja, é a parte do Produto Bruto que fica com o agricultor para remunerar o trabalho familiar e ampliar o patrimônio. Essa explicação e as dos demais indicadores seguiram a literatura de Lima et al. (1995), sendo eles:

(1) Produto Bruto (PB): valor de toda produção vendida, estocada e consumida pela família no período analisado, dentro da UPF.

(2) Consumo Intermediário (CI): valor dos insumos e serviços adquiridos fora da Unidade de Produção Familiar (UPF) e utilizados na transformação da produção. Estes insumos são totalmente consumidos no processo produtivo.

(3) Depreciação (D): é o valor que corresponde ao desgaste dos meios de produção que existem no estabelecimento, mas que não são consumidos totalmente no processo produtivo (máquinas, implementos e benfeitorias).

(4) Divisor do Valor Agregado (DVA): despesas para manter a propriedade e que não podem ser descontados de um único sistema produtivo, tais como o arrendamento de terceiros, os impostos relacionados à produção e à propriedade, juros de empréstimos financeiros e salários da mão de obra contratada.

(5) Renda total (R): é o que sobra do PB descontadas todas as despesas da propriedade, ou seja, é a parte do PB que fica com o agricultor para remunerar o trabalho familiar e ampliar o patrimônio. A renda total também é soma das outras rendas, como exemplificado na fórmula: $R = RA + RTS + ORT + ROF + RNA$.

(6) Renda agrícola (RA): quando envolvem a participação direta na produção animal e vegetal.

Para melhor entendimento do que é a Renda Não Agrícola deve-se diferenciar as rendas externas à unidade de produção familiar, sendo que elas podem ser classificadas como:

(7) Renda de Transferências Sociais (RTS): aposentadorias, pensões, auxílios do governo.

(8) Outras Rendas do Trabalho (ORT): atividades agrícolas fora da UPF.

(9) Renda de Outras Fontes (ROF): relativo às cobranças de arrendamentos de terras, aluguéis, rendas com poupança, doações e aplicações. São rendas não oriundas do trabalho.

(10) Renda Não Agrícola (RNA): renda do trabalho de atividades não agrícolas.

Além das variáveis econômicas citadas acima, analisou-se dentro das tipologias as variáveis sociais. Essas variáveis são: Unidade de trabalho homem, escolaridade, superfície agrícola útil e capital imobilizado.

(11) Para mensurar as variáveis de força de trabalho, também foi utilizado o critério segundo Lima et al. (1995) em que a força de trabalho é representada por Unidade de Trabalho Homem (UTH), que representa 300 dias de trabalho de oito horas diárias de uma pessoa adulta, ou seja, entre 18 e 59 anos. Como no meio rural ocorrem pessoas ativas fora desta faixa etária, consideramos: crianças de 7 a 13 anos = 0,5 UTH; jovens de 14 a 17 = 0,65 UTH; adultos de 18 a 59 = 1 UTH; e idosos com mais de 60 anos = 0,75 UTH.

(12) Escolaridade é representada através dos anos em que o indivíduo estudou, sendo que nessa pesquisa utilizou-se a média da escolaridade da UPF.

(13) Superfície Agrícola Útil (SAU): é a quantidade de terra (hectare) que a UPF utiliza para sua produção agropecuária. É constituída pelas culturas temporárias e permanentes, por pastagens permanentes e pela horta familiar.

(14) Capital imobilizado: conjunto de bens e direitos necessários à manutenção das atividades da UPF. É o ativo permanente imobilizado, ou seja, são os bens de uso que têm valor relevante e ainda possuem vida útil.

Também foram estabelecidas tipologias de análise nos tipos 1, 2, 3 e 4 que significam (1) UPFs que nunca foram pluriativas; (2) UPFs que eram pluriativas em 2005 e não mais em 2010; (3) UPFs que não eram pluriativas em 2005 e passaram a ser em 2010 e (4) UPFs que sempre foram pluriativas. É válido ressaltar que neste estudo uma família foi considerada pluriativa somente quando obtinha mais de 50% da renda total advinda de atividades não agrícolas, sendo que esse critério percentual foi inspirado em Ellis (2000) quando retratou um estudo de caso realizado na Tanzânia.

A análise dos dados foi feita com o uso de dois *softwares*: IBM@ SPSS@Statistics Versão 20 e Excel@ 2007. A pesquisa ainda tem característica exploratória ao desenvolver e esclarecer conceitos e ideias.

Os resultados obtidos foram feitos por meio da análise de regressão múltipla. “A regressão multivariada é uma técnica de análise multivariada que pode ser usada para analisar a relação entre uma única variável dependente e várias variáveis independentes” (HAIR et al., 2009, p. 154). Para o estudo, a variável dependente

foi a pluriatividade e as variáveis independentes foram: RA, ROF, ORT, RNA, RTS, UTH, escolaridade, SAU, e capital imobilizado.

A partir disso, foram gerados modelos de regressão nos quais se observam quais as variáveis que explicam significativamente a existência da pluriatividade.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para iniciar a discussão dos resultados, dividiremos as análises em duas partes: (1) descrição da média das variáveis escolhidas para a contextualização dos resultados, separando as variáveis econômicas das sociais e (2) análise de regressão múltipla das variáveis escolhidas.

Para contextualização dos resultados, na Tabela 1, apresenta-se a média de cada uma das rendas em 2005 e em 2010 de acordo com a tipologia estabelecida.

Ao analisar a Tabela 1, percebe-se que houve um acréscimo na renda total em todas as tipologias, ressaltando que o tipo 1 e 2 foram os que tiveram maior incremento, 165% e 258% respectivamente. Pode-se dizer que o aumento de renda nesses dois primeiros tipos é resultado do aumento na renda agrícola que foi respectivamente de 312% no tipo 1, 310% no tipo 2, 48% no tipo 3 e 53% no tipo 4.

As rendas de outras fontes tiveram um aumento diminuto nas famílias de tipo 1 e 2, em torno de 45%, e no tipo 3 um aumento de 205%, o que já era esperado, pois

são famílias que não eram pluriativas e passaram a ser. Nas famílias que já tinham a pluriatividade consolidada (tipo 4), nota-se uma diminuição nas rendas vinda de outras fontes, mas o aumento de quase 100% da renda de outras fontes do trabalho. Assim, pode-se inferir numericamente que as famílias pluriativas consolidadas preferem a estratégia de apostar em outras rendas do trabalho, do que em rendas de outras fontes.

Ainda observando outras rendas do trabalho, percebe-se um incremento grande (671%) no tipo 3, que são as famílias que não eram pluriativas e passaram a ser. Mas deve-se ressaltar neste trabalho, que apenas uma família do tipo 3 compôs esse índice, não sendo relevante a discussão do mesmo ao nível de contexto das 95 famílias. Já era esperado um decréscimo da porcentagem das outras rendas do trabalho para o tipo 1 e 2, pois, as famílias que sempre foram monoativas ou aquelas que se tornaram monoativas reduzem o seu portfólio de renda, especializando-se em rendas agrícolas.

Para a tipologia 2, agricultores pluriativos que passaram a ser monoativos, as rendas não agrícolas diminuíram 41% de 2005 para 2010, e isso se deve ao fato das UPFs deixarem de ser pluriativas, diminuindo então a renda vindo dessas atividades. Nos tipos 3 e 4, a RNA aumentou 165% e 46% respectivamente, assim, nota-se um grande incremento da renda nas UPFs que saíram da monoatividade e passaram a ser pluriativas.

TABELA 1 – Média das rendas das unidades familiares nos anos 2005 e 2010 e acumulo percentual de 2005 para 2010, de acordo com a tipologia das famílias de Itapejara d'Oeste – PR

Tipologia		R	RA	ROF	ORT	RNA	RTS
1	2005	R\$19.884,53	R\$ 9.922,94	R\$ 357,96	R\$ 2.653,87	R\$ 1.313,18	R\$ 5.636,58
	2010	R\$52.736,27	R\$ 40.858,13	R\$ 536,19	R\$ 1.319,91	R\$ 2.229,26	R\$ 7.792,78
	%	165	312	50	-50	70	38
2	2005	R\$11.289,86	-R\$ 5.960,53	R\$ 1.553,19	R\$ 1.942,37	R\$ 8.542,20	R\$ 5.212,62
	2010	R\$39.811,94	R\$ 26.075,27	R\$ 2.099,44	R\$ 444,44	R\$ 5.299,44	R\$ 5.893,33
	%	258	310	41	-77	-41	7
3	2005	R\$ 29.469,61	R\$ 17.538,42	R\$ 808,16	R\$ 181,62	R\$ 5.601,66	R\$ 5.339,76
	2010	R\$ 31.146,61	R\$ 9.136,61	R\$ 2.464,29	R\$ 1.400,00	R\$ 14.357,14	R\$ 3.788,57
	%	6	-48	205	671	165	-29
4	2005	R\$ 35.793,83	R\$ 8.030,48	R\$ 6.433,14	R\$ 7.324,79	R\$ 11.074,49	R\$ 2.930,93
	2010	R\$ 50.849,47	R\$ 12.301,54	R\$ 4.760,33	R\$ 14.542,87	R\$ 16.206,73	R\$ 3.038,00
	%	42	53	-26	99	46	4

Fonte: elaborado pelo autor

Quando se analisa as UPFs que sempre foram monoativas, também se percebe um incremento da renda vinda de atividades não agrícolas. Isso se deve ao fato das famílias serem altamente especializadas em atividades agrícolas, e assim conforme diz Polany (2000), sobra-se tempos de não trabalho, que podem ser aproveitados com outras atividades, e nesse caso, é aproveitado com atividades não agrícolas.

Existe um acréscimo da renda vinda das transferências sociais para os tipos 1, 2, e 4, e isso pode ser explicado pelo fato das famílias envelhecerem com o passar dos anos de análise, fazendo com que pessoas que não eram aposentadas, passem a tê-la como mais uma fonte de renda. Na tipologia 3, a diminuição em 29% da renda das transferências sociais pode sinalizar que esse grupo procurou a pluriatividade devido à diminuição das rendas advindas das transferências sociais.

Na análise das variáveis sociais conforme a tipologia estabelecida, Tabela 2, percebe-se que a variável UTH das UPFs diminuíram com o passar dos anos, indicando assim, uma evasão da mão de obra do meio rural. É válido ressaltar que a menor diminuição na mão de obra foi nas UPFs que sempre foram pluriativas, isto é, a pluriatividade consolidada faz com que os membros que compõem as famílias tenham menor evasão do meio rural se comparada com os outros tipos.

No aspecto escolaridade, houve um pequeno acréscimo em todos os tipos, exceto no tipo 3. Assim, pode-se inferir que a escolaridade tem pouca interferência nas famílias serem ou não pluriativas, como também ocorre com as variáveis SAU e KPT disponível, pois em todas as tipologias houve um decréscimo percentual maior que 25% da SAU, e maior que 22% no KPT disponível das UPFs.

Para verificar o nível de influência das variáveis na pluriatividade, foi necessário realizar a análise de regressão linear multivariada para gerar um modelo através do Software SPSS®. Segundo Hair et al. (2009), para atender as premissas da técnica, é necessário que a análise de correlação seja feita para que se descubra quais as variáveis independentes têm correlação significativa com a dependente.

Nesse estudo, a variável dependente é a tipologia da pluriatividade, e as variáveis independentes são: RA, ROF, ORT, RNA, RTS, UTH total, escolaridade, SAU, e KPT disponível. É válido ressaltar que para nível de comparação, utilizamos a diferença entre os anos 2005 e 2010 para cada variável independente.

A correlação entre as variáveis indicou, conforme exposto na Tabela 3, a existência de correlação ao nível de significância de 5% para as variáveis ORT, RNA, UTH total, e RA, já para as variáveis ROF, RTS, escolaridade, SAU e KPT disponível, os testes não verificaram correlação ao nível de significância de 5%.

TABELA 2 – Média das variáveis sociais das unidades familiares nos anos 2005 e 2010 e acúmulo percentual de 2005 para 2010, de acordo com a tipologia das famílias de Itapejara d'Oeste – PR

Tipologia	UTH total	ESCOLARIDADE	SAU	KPT disponível
1	2005	5,58	31,84	R\$ 136.182,43
	2010	6,12	23,74	R\$ 76.645,94
	%	10	-25	-44
2	2005	6,53	16,75	R\$ 65.759,22
	2010	6,71	13,18	R\$ 48.575,71
	%	1	-27	-22
3	2005	6,35	9,65	R\$ 67.903,33
	2010	6,09	4,95	R\$ 25.411,08
	%	-4	-49	-63
4	2005	6,70	21,96	R\$ 138.865,29
	2010	7,21	13,35	R\$ 74.324,49
	%	8	-39	-46

Fonte: elaborado pelo autor

TABELA 3 – Correlação entre a variável dependente (pluriatividade) e as variáveis independentes dos anos 2005 e 2010

	Correlação de Pearson	Sig. (2 extremidades)	Número de casos
RA	-0,222*	0,031	95
ROF	0,097	0,348	95
ORT	0,242*	0,018	95
RNA	0,212*	0,039	95
RTS	-0,156	0,130	95
UTH total	0,204*	0,048	95
ESCOLARIDADE	-0,037	0,724	95
SAL	0,012	0,909	95
KPT disponível	0,010	0,922	95

** A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

* A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: elaborado pelo autor

À análise de regressão linear multivariada gerada através do *software* SPSS®, incluiu-se como variável independente da variável dependente as: ORT, RNA, RA e RTS. As demais variáveis foram excluídas do modelo pelo *software*, por não apresentarem significância mínima ao nível de 5%. O modelo de regressão ficou caracterizado da seguinte maneira:

Pluriatividade = $1,963 + 0,229 \cdot \text{ORT} + 0,277 \cdot \text{RNA} + (-0,272) \cdot \text{RA} + (-0,229) \cdot \text{RTS}$

As variáveis ROF, UTH total, escolaridade, SAU, KPT disponível, foram excluídas pelo *software* por não apresentarem explicação, ao nível de significância estatística de 5%, em relação à pluriatividade. Os resultados do teste de regressão para o modelo expresso na equação acima podem ser verificados na Tabela 4.

O coeficiente de determinação R^2 e de correlação R, apresentados na Tabela 4, ajudam a entender o quanto as variáveis independentes explicam da variância da variável dependente em torno de sua média. O coeficiente de determinação ajustado que é 0,049 indica que a variável ORT atinge um percentual de 5,9 % na explicação da variância da pluriatividade. Com a inserção da variável RNA, a explicação da variável endógena se eleva para 10%, e com a inserção da RA, a explicação fica em torno de 16%. Assim quando chega ao último modelo, com a inserção de todas as variáveis com correlação significativa (ORT, RNA, RA e RTS), o percentual de explicação atinge de 21,1%.

Na análise através do modelo gerado, verificou-se que as variáveis ORT e RNA têm influência positiva

na pluriatividade, ou seja, quando se aumenta uma unidade da pluriatividade eleva-se a renda ORT em 0,229 e 0,277 da renda não agrícola. Isso é explicado pelo fato de que as UPFs têm alguma alternativa de renda que não seja a RA, e que se essas rendas sejam significativas para a composição da renda total, logo, essas famílias serão pluriativas.

Além de se discutir somente a renda, é importante salientar, que segundo Schneider (2006), além da pluriatividade propiciar um aumento na renda total, tem também papel fundamental na redução da vulnerabilidade das UPFs, pois as famílias pluriativas possuem um maior portfólio de rendas que as monoativas, reduzindo o risco de redução da renda total da família.

Quando falamos em segurança de renda, as UPFs pluriativas visam a uma maior garantia de ganho no final do trabalho, pois, ao contrário das atividades agrícolas que não dependem somente da força de trabalho humana e tecnológica, mas também de fatores climáticos, as rendas vindas da pluriatividade não tem esta vulnerabilidade e podem se tornar o sustento da família em caso de crise no setor primário.

Quando se trata de RA, essa influência se inverte, sendo que quanto maior a RA, menor a pluriatividade. Isso é explicado, pois as UPFs que possuem renda agrícola, geralmente são especializadas nas atividades agrícolas, fazendo com que se diminua a pluriatividade, pois a RA ocupa toda a mão de obra disponível na propriedade, não sobrando tempo nem UTH para a realização das outras atividades.

TABELA 4 – R e R² das variáveis independentes em relação à variável dependente (pluriatividade)

Resumo do modelo				
Modelo	R	R ²	R ² ajustado	Significância
1	,242 ^b	,059	,049	,018 ^b
2	,316 ^c	,100	,080	,008 ^c
3	,400 ^d	,160	,132	,001 ^d
4	,459 ^e	,211	,176	,000 ^e

a. Variável dependente: pluriatividade

b. Previsores: (Constante), ORT

c. Previsores: (Constante), ORT, RNA

d. Previsores: (Constante), ORT, RNA, RA

e. Previsores: (Constante), ORT, RNA, RA, RTS

Fonte: elaborado pelo autor

Ao analisar as RTS, percebe-se que essa influência também é negativa na pluriatividade, ou seja, quanto maior a RTS menor é a pluriatividade. A explicação é que as UPFs que possuem aposentados estão deixando de exercer outras atividades dentro e fora de sua propriedade. Isso acontece, pois geralmente permanece apenas o casal idoso na propriedade com seu aposento, e isso faz com que se diminua a força de trabalho da propriedade, e a UPF passa a ter somente a renda da aposentadoria e algumas coisas vinda da propriedade para seu autoconsumo.

Estudos realizados por Schneider (2006) no Sul do país propõem que a pluriatividade pode ser uma alavanca importante no processo de desenvolvimento das áreas rurais, pois permite gerar formas de trabalho e renda. Nesse contexto, afirma-se que a pluriatividade busca o desenvolvimento da agricultura familiar, pois é a diversificação das atividades rentáveis e do trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A apresentação de uma revisão da literatura, seguida da discussão dos fatores que influencia a pluriatividade, não deve ser uma receita infalível, pois segundo Schneider (2006), a pluriatividade varia de acordo com o as condições sociais e econômicas locais, do ambiente ou do contexto em que ocorrem.

Neste estudo, foi encontrada uma relação significativa entre a pluriatividade e as variáveis econômicas, o que não foi observado com as variáveis sociais. Dessa maneira, conclui-se que para os

agricultores familiares de Itapejara d'Oeste, a pluriatividade das unidades de produção familiares é influenciada positivamente pelas outras rendas do trabalho e pela renda não agrícola e, negativamente, pela renda agrícola e pela renda de transferência social. Assim, quanto maior for a renda vinda das outras rendas do trabalho e das rendas não agrícolas, maior a influência positiva na pluriatividade, ou seja, quando se aumenta uma unidade da pluriatividade eleva-se em 0,229 a renda de outras rendas do trabalho e em 0,277 a renda não agrícola; e quanto maior a influência da renda agrícola e das renda das transferências sociais, maior a influência negativa na pluriatividade, ou seja, quando aumenta uma unidade da pluriatividade diminui-se 0,272 a renda agrícola e 0,229 a renda das transferências sociais.

Quando se analisa a mão de obra, percebe-se que as famílias pluriativas tiveram uma menor diminuição da força de trabalho. Por fim, percebe-se que a diversificação de renda é estratégica para diminuir a vulnerabilidade das famílias, ou seja, quanto mais pluriativas, maior a diversidade da renda e menor a vulnerabilidade das famílias rurais de Itapejara d'Oeste.

7 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HICITEC, 1992.

- BÊRNI, D. de Á. (Coord.). **Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2004.
- CARNEIRO, M. J. Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica. In: SCHNEIDER, S. (Ed.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 167-188.
- CORONA, H. M. P. **A resistência inovadora: a pluriatividade no sudoeste paranaense**, PR. 1999. 181 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.
- CORTEZ, F. P.; ANJOS, F. S. dos; CALDAS, N. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Brasília: FAO/INCRA, 1994. Versão resumida do relatório final do projeto UTF/BRA/036.
- ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. London: Oxford Press, 2000.
- FULLER, A. M. From part time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, London, v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990.
- GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura as biotecnologias**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- HAIR, J. et al. **Análise multivariada de dados**. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados do censo demográfico de 2010: histórico da cidade**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411120&search=parana%7Citapejara-d%60oeste%7Cinfograficos:-historicoo>> HYPERLINK “<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411120&search=parana%7Citapejara-d%60oeste%7Cinfograficos:-historicoo>”& HYPERLINK “<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411120&search=parana%7Citapejara-d%60oeste%7Cinfograficos:-historicoo>”codmun=411120 HYPERLINK “<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411120&search=parana%7Citapejara-d%60oeste%7Cinfograficos:-historicoo>”&
- HYPERLINK “<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411120&search=parana%7Citapejara-d%60oeste%7Cinfograficos:-historicoo>”search=parana|itapejara-d'oeste|infograficos:-historicoo. Acesso em: 28 nov. 2014.
- _____. **IBGE cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 10 dez. 2013.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras regionais: mesorregião geográfica sudoeste paranaense**. Curitiba, 2004.
- KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- LIMA, A. P. de et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: UNIJUÍ, 1995.
- LIMA, J. R. F.; PIACENTI, C. A. O papel das rendas não agrícolas para redução da pobreza e concentração na região sul. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 27, n. 52, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/5099>>. Acesso em: 25 nov. 2013.
- LONG, N. Commoditization: thesis and antithesis. In: LONG, N. et al. (Ed.). **The commoditization debate: labour process, strategy and social network**. Wageningen: Agricultural University of Wageningen, 1986. p. 1-25.
- PERONDI, M. A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. 239 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- _____. **Trajetória da diversificação dos meios de vida dos agricultores de Itapejara d'Oeste (PR) entre 2005 e 2010: projeto de pesquisa científica e tecnológica do CNPq, edital universal MCT/CNPq 482758/2011-2**. Pato Branco: UTFPR, 2011.
- POLANY, K. **A grande transformação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar em transformação: os colonos-operários de Massaranduba**, SC. Pelotas: UFPEL, 1995.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

_____. O desenvolvimento agrícola e as transformações da estrutura agrária nos países do capitalismo avançado: a pluriatividade. **Revista Reforma Agrária**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 106-132, set./dez. 1994.

_____. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511-531, jul./set. 2010.

SCHNEIDER, S.; CONTERATO, M. A. Transformações agrárias, tipos de pluriatividade e desenvolvimento rural. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (Org.). **Entre el campo y la ciudad**. Buenos Aires: CICCUS, 2006. p. 307-348.

SEYFERTH, G. Aspectos da proletarianização do campesinato no Vale do Itajaí (SC): os colonosoperários. In: LOPES, J. S. L. (Org.). **Cultura e identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora**. São Paulo: Marco Zero, 1987. p. 32-58.

SEYFERTH, G. Camponeses ou operários?: o significado da categoria colono numa situação de mudança. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. 29, p. 72-96, 1984.

SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

_____. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 43-81, 1997.

SILVA, J. G. da; DEL GROSSI, M. E. O novo rural brasileiro. **Debates Sócio Ambientais**, São Paulo, v. 6, n. 14, p. 16-18, 2000.

SOUZA, R. P.; SOUZA, M. S. O debate brasileiro sobre pluriatividade: implicações sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 46., 2008, Rio Branco. **Anais...** Rio Branco: SOBER, 2008. 1 CD-ROM.

RANKING DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS: UM ESTUDO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO E A RELAÇÃO COM ATRIBUTOS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Ranking of Agricultural Cooperatives: A Study of Performance Indicators and Relations Corporate Governance Attributes

RESUMO

Os indicadores de desempenho econômico-financeiro podem ser utilizados para elaboração de jogos contra a natureza aplicável pela teoria dos jogos. Alguns atributos de governança corporativa podem exercer influência sobre o desempenho das organizações. Neste sentido, o resultado do *ranking* gerado com base nos indicadores pode ser utilizado para se relacionar com alguns atributos de governança. Diante desta perspectiva, o objetivo deste estudo consiste em estabelecer um *ranking* das cooperativas agropecuárias com base nos indicadores econômico-financeiros e a relação com atributos de governança corporativa. A metodologia usada é caracterizada como descritiva e a análise documental como abordagem quantitativa. A amostra é composta de 25 cooperativas agropecuárias. A coleta dos dados foi realizada por meio dos relatórios de gestão e das demonstrações contábeis divulgadas no ano de 2013. Os resultados indicaram o rol de cooperativas que apresentaram melhores posicionamentos com base nos indicadores de desempenho econômico-financeiro. Concluiu-se que a separação de propriedade e controle está relacionada com o desempenho econômico-financeiro mais satisfatório e que não existe uma relação entre o tamanho do conselho de administração e o número de cooperados com o *ranking* dos indicadores de desempenho econômico-financeiro.

Cristian Baú Dal Magro
Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB
cristianbaumagro@gmail.com

Marcello Christiano Gorla
Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB
gorlacontabil@yahoo.com.br

Adriana Kroenke
Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB
didlen@terra.com.br

Nelson Hein
Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB
hein@furb.br

Recebido em 14/11/2014. Aprovado em 20/05/2015.
Avaliado pelo sistema *double blind review*
Avaliador científico: Daniel Carvalho de Rezende

ABSTRACT

Financial-economic performance indicators can be used for drafting games against the applicable nature of game theory. Some corporate governance attributes can influence organization performance. In this sense, the result of the ranking generated based on the indicators can be used to correlate with a few governance attributes. Facing this perspective, the objective of this study consists of establishing a ranking of the agricultural cooperatives based on financial-economic indicators and the relation with corporate governance attributes. The used methodology is characterized as descriptive and document analysis with a quantitative approach. The sample is comprised of 25 agricultural cooperatives. The data collection was conducted by means of management reports and financial statements released in 2013. The results indicated the list of cooperatives that presented better positions based on the financial-economic performance indicators. We concluded that the separation of ownership and control is related to more satisfactory financial-economic performance and that there is no relation between the size of the administration board and the number of cooperative members with the ranking of the financial-economic performance indicators.

Palavras-chave: Ranking, Performance, Governança corporativa, Cooperativas agropecuárias

Keywords: Ranking; Performance; Corporate Governance; Agricultural Cooperatives.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Fiani (2004) a teoria dos jogos consiste em um método utilizado para o processo de tomada de decisão por meio da interação de agentes. Conforme Lewontin (1961), as ideias foram inspiradas

na abstração do xadrez, bridge, dominó, estratégias das guerras mundiais e de trabalhos de economia, principalmente de Adam Smith.

A teoria dos jogos nasceu na metade do século XX, em que o matemático John Von Neumann, introduziu

a ideia de que os conflitos de interesse poderiam ser abordados com a aplicação de modelos matemáticos (SOUZA, 2003). Além disso, foi impulsionada a partir de 1944, com a publicação do livro “Theory of Games and Economic Behavior” pelos autores John Von Neumann e Oskar Morgenstern (KREUZBERG, 2013).

Na atualidade, torna-se pertinente utilizar-se da Teoria dos Jogos aplicada em estudos sobre sociedades cooperativas. Este fato tem se concretizado, pois estas sociedades começam a tratar com maior cuidado, das questões que há algum tempo preocupam as sociedades anônimas, quais sejam: o conflito derivado da separação entre propriedade e gestão, o que, por sua vez, cria um problema de monitoramento das relações entre os associados e os administradores (TRETER; KELM, 2004).

Neste sentido, observa-se que muitas organizações cooperativas, foram surpreendidas por um significativo crescimento de suas operações, que nem sempre é acompanhado pela modernização de sua estrutura organizacional. Algumas operam com recursos bastante elevados, os quais são geridos por dirigentes muito mais capacitados nas áreas de produção individual do que na articulação de recursos em uma dinâmica de negócios complexa e ágil, e que tem levado a florescer conflitos nas relações entre associados, diretores, conselheiros e auditores e *stakeholders* (TRETER; KELM, 2004).

A competição e a ênfase por resultados satisfatórios e eficientes têm feito com que os diretores de cooperativas questionem a adequação da estrutura de governança corporativa (BIJMAN; HENDRIKSE; OIJEN, 2013). Assim, a governança corporativa tem dado ênfase no debate sobre a alocação da decisão do conselho de administração e da gestão profissional (direção executiva) de cooperativas (CORNFORTH, 2004).

Além disso, o modelo de gestão das cooperativas vem recebendo críticas, pelas deficiências que comprometem a competitividade, principalmente, devida à ineficiência da administração que coloca em risco a sobrevivência e a eficiência organizacional. Dentre os problemas apontados, tem-se a falta de competência dos dirigentes do conselho de administração, ou seja, falta de profissionalização (ANTONIALI; FISCHMANN, 2011).

Os fatos fazem emergir a utilidade da teoria dos jogos para definição de um *ranking* das cooperativas que apresentam melhor desempenho com base em seus indicadores econômico-financeiros. Com isso, é preciso observar se as cooperativas que apresentam melhor posicionamento no *ranking* estabelecido possuem similaridades na adoção de boas práticas de governança corporativa.

Diante do exposto, emergiu a seguinte questão de pesquisa: qual o *ranking* das cooperativas agropecuárias com base nos indicadores econômico-financeiros e sua relação com os atributos de governança corporativa? Para responder a questão previamente apresentada, este estudo tem como objetivo estabelecer um *ranking* das cooperativas agropecuárias com base nos indicadores econômico-financeiros e a relação com os atributos de governança corporativa.

O estudo justifica-se pela contribuição sobre governança corporativa em cooperativas agropecuárias que, até o momento é relativamente pouco desenvolvida em comparação com as demais organizações (CORNFORTH, 2004). Além disso, por muito tempo a literatura de governança corporativa priorizou apenas a análise de empresas de capital aberto (BLAIR, 1995). Contudo, uma forma de organização que está recebendo atenção é a organização cooperativa, que, para melhorar sua eficiência na gestão, também pode fazer uso dos atributos da governança corporativa (HANSMANN, 1999).

As cooperativas agropecuárias são o foco da presente pesquisa pela representatividade na participação da geração de riqueza e no cenário econômico e social brasileiro e mundial, assim como, promovem incentivos à permanência das pessoas e das famílias no setor primário, por meio do oferecimento de maior concorrência em relação às demais modalidades societárias (ORO; FROZZA; EIDT, 2008).

A lacuna a ser preenchida pela presente pesquisa é oriunda da literatura de governança corporativa aplicável em sociedades cooperativas, em que esboça sobre a adoção de práticas que são úteis para minimizar os conflitos de interesse entre conselho de administração e cooperados. Portanto, o objetivo deste estudo é estabelecer empiricamente que as práticas de governança corporativa auxiliam no alcance de um melhor desempenho econômico-financeiro por parte das cooperativas agropecuárias.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Teoria dos Jogos

A teoria dos jogos busca equalizar conflitos de interesse, verificando as tendências entre os jogadores que buscam maximizar o ganho (SOUZA, 2003). Neumann e Morgenstern (1944) consideram que um jogo é caracterizado por um conjunto de regras que descrevem a realidade, com jogadores definidos que possuem estratégias orientadas para decisões racionais, visando à maximização do resultado.

Para a existência de um jogo, é necessário que haja no mínimo dois jogadores que possuam o mesmo objetivo (ganhar). Além disso, outra condição para um jogo é a necessidade de regras, que devem ser conhecidas previamente pelos jogadores (FIANI, 2004). Um jogo é considerado quando há situações em que os jogadores tomam decisões estratégicas que são utilizadas para definir os *payoffs* dos jogadores. Os *payoffs* são os valores associados à possibilidade dos resultados, ou seja, uma empresa estabelece preço e como consequência os *payoffs* serão os lucros (PINDYCK; RUBINFELD, 1991).

Considerando os elementos e as regras para a realização de um jogo, a teoria presume que um jogo seja jogado uma única vez. Contudo, Simonsen (1994) define que isso não elimina a possibilidade de repetição do jogo por um número finito ou infinito de vezes. Surge a importância de definir o conceito de jogos cooperativos e não cooperativos. Nos jogos cooperativos, a diferença de um mesmo jogo ser repetido n vezes e que haja jogos com n repetições independentes do mesmo jogo não é relevante, mas é essencial nos jogos não cooperativos. Nos jogos não cooperativos de soma variável, os jogadores possuem a possibilidade de sinalização de um desejo, e os demais jogadores devem fazer o mesmo (SIMONSEN, 1994).

Para Sauaia e Kallás (2007), a busca pela maximização conjunta dos resultados pelos jogadores é caracterizada de jogo cooperado. Para Junqueira (2005), nos jogos cooperativos, os benefícios são repartidos para incentivar a cooperação entre os jogadores. Por outro lado, no jogo não cooperativo cada jogador busca maximizar seu próprio resultado, não havendo cooperação (SAUAIA; KALLÁS, 2007).

Simonsen (1994) comenta que nos jogos de soma zero, o ganho de um jogador implica na perda do outro jogador. Nos jogos de duas pessoas e soma zero, admite-se que o resultado positivo para um jogador implica em um resultado negativo para o seu adversário (LINS; CALÔBA, 2006).

Por fim, tem-se que os jogos são estabelecidos de estratégias adotadas pelos jogadores, denominada também de plano completo do jogo. No plano constam as estratégias de cada jogador que serão utilizadas no decorrer dos seus lances (SIMONSEN, 1994). Desse modo, as estratégias adotadas pelos jogadores podem ser puras ou mistas (KREUZBERG, 2013).

Para cada jogo, os jogadores possuem um conjunto de opções que são denominadas de estratégias puras (LINS; CALÔBA, 2006). Por outro lado, quando o ponto de sela não é encontrado, adotam-se estratégias mistas, nas quais “o jogador, ao invés de escolher sua estratégia, transfere

essa decisão a um dispositivo lotérico, com probabilidade associada a cada estratégia pura” (SIMONSEN, 1994, p. 143). Por fim, a teoria dos jogos pode ser utilizada para o estabelecimento de *rankings* com base em indicadores econômico-financeiros das organizações.

2.2 Desempenho Econômico-financeiro

O contexto organizacional tem exigido das empresas a mensuração de seu desempenho. Segundo Fernandes (2006), o desempenho organizacional é medido pelos resultados obtidos em função dos esforços empregados. A análise financeira é uma análise minuciosa dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa (SILVA et al., 2008).

Abe e Fama (1999) consideram a utilização de índices como um aspecto importante para a análise de desempenho financeiro. A análise de índices envolve métodos, cálculos e interpretações que auxiliam na compreensão, análise e monitoramento do desempenho da organização. A demonstração do resultado do exercício e o balanço patrimonial são as demonstrações fundamentais para a elaboração dos indicadores (GITMAN, 2010). Neste estudo, será mensurado o desempenho das sociedades cooperativas agropecuárias em relação a três grupos de indicadores: estrutura de capital, liquidez e rentabilidade.

A estrutura de capital expõe as grandes linhas de decisões financeiras, em termos de obtenção e aplicação dos recursos. Este grupo é formado pelos seguintes indicadores: participação de capital de terceiros; composição do endividamento; imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não correntes (MATARAZZO, 2003).

Quanto aos indicadores de liquidez, Marion (2007) cita a capacidade de serem utilizados na avaliação da capacidade de pagamento que pode ser analisada levando em conta o longo prazo, curto prazo ou prazo imediato. Por fim, Reis (2009) comenta que os indicadores de rentabilidade são utilizados para mensuração da capacidade das empresas em produzir lucro e do capital investido, sendo capital de terceiros o capital próprio.

2.3 Atributos de Governança Corporativa em Sociedades Cooperativas

A governança corporativa tem sua ênfase no equilíbrio e na força que regula o poder entre os grupos de interesse, proprietários, gerentes, empregados, governo e público em geral (MACMILLAN; TAMPOE, 2000). O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) desenvolveu o Código das Melhores Práticas de Governança, contendo recomendações sobre propriedade, composição e funcionamento do conselho de administração, gestão da organização, auditoria

independente, atuação do conselho fiscal, ética e conflito de interesses (INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA - IBGC, 2009).

Cabe à governança corporativa assegurar o equilíbrio entre os interesses econômicos e sociais e os interesses individuais e comunitários. Portanto, a estrutura da governança deve promover o uso eficiente dos recursos e, igualmente, exigir responsabilidade na sua gestão. O objetivo é alinhar, de forma igualitária, os interesses de indivíduos, corporações e sociedade (CADBURY, 2003). Nesta premissa, o conselho de administração e a estrutura de propriedade são mecanismos internos utilizados para melhorar o alinhamento de interesses e minimizar os conflitos organizacionais (DENIS; MCCONNELL, 2003).

Silva, Souza e Leite (2011) comentam que a adoção das práticas de governança corporativa pode ajudar as cooperativas a reduzirem ou prevenirem conflitos de interesse, principalmente entre o conselho administrativo e os cooperados. Deste modo, a governança é composta por um conjunto de mecanismos institucionais e de mercado que induzem administradores a maximizar o valor do fluxo de caixa de acordo com o interesse dos proprietários (DENIS, 2001). Andrade e Rossetti (2004, p. 184) explicam que “embora submetida a decisões dos provedores de capital (cooperados), reunidos em assembleia geral, a governança é efetivamente exercida pelo conselho de administração e pela diretoria executiva”.

Desta forma, a governança corporativa tem ganhado destaque nas cooperativas à medida que aumenta a exigência dos associados, fazendo com que os gestores eleitos em assembleia garantam os seus interesses (TRETER; KELM, 2004). Nos países da Europa e em economias desenvolvidas como Estados Unidos e Holanda, as práticas de governança corporativa de cooperativas promovem a desvinculação dos cooperados da gestão, em que, na maioria dos casos, existe um conselho profissional de gestão, ou seja, a profissionalização das cooperativas é uma realidade (BIJMAN; HENDRIKSEN; OIJEN, 2013; COOK, 1994).

No Brasil, a maioria das cooperativas concentram a propriedade e a decisão da gestão, ou seja, não promovem a separação entre propriedade, controle e decisão (COSTA; CHADDAD; AZEVEDO, 2012), portanto, ainda é incipiente a profissionalização da gestão em cooperativas (ANTONIALI; FISCHMANN, 2011). A configuração que estabelece a separação de propriedade e controle nas cooperativas é a existência de um conselho de administração eleito pelos associados para executar as decisões de controle, e a diretoria executiva é contratada para exercer a gestão (HENDRIKSE, 2005).

Os cooperados delegam o direito de controle formal ao conselho de administração, no entanto, na medida em que a cooperativa fica complexa, a participação do cooperado eleito em assembleia para exercer a gestão é empobrecida (HELMBERGER, 1966). Assim, se o cooperado enquanto membro eleito para o conselho de administração exercer as decisões de controle e gestão simultaneamente, sem que haja uma Diretoria Executiva contratada, pode prejudicar o desempenho da cooperativa (COSTA; CHADDAD; AZEVEDO, 2012). Ricketts (1987) complementa que os incentivos ao esforço dos executivos serão maiores se forem contratados pela cooperativa, pois os incentivos do ambiente interno da cooperativa aos executivos cooperados são baixos.

Silva, Souza e Leite (2011) afirmam que a Lei nº 5.764 de 16/12/1971 (BRASIL, 1971) faculta às cooperativas, na medida da necessidade, criarem outros órgãos para melhoria na gestão (gerência comercial, financeira, administrativa, técnica ou industrial) e, também contratarem gestores que não sejam do quadro de associados. A flexibilidade imposta pela lei, permite a otimização das estruturas administrativas e a profissionalização da gestão, buscando maior competitividade.

Além disso, tem-se que o conselho de administração com maior número de membros poderá melhorar o monitoramento e controle (TRETER; KELM, 2004). Para Fronzaglia (2004), o conselho de administração exerce importante influência sobre o desempenho da cooperativa, por meio do monitoramento das ações das diretorias de administração e executiva. Assim, um conselho de administração distribuído de forma abrangente e com número de membros que seja condizente ao tamanho da cooperativa, pode ser um importante atributo de governança corporativa (BIJMAN; HENDRIKSEN; OIJEN, 2013).

Silveira (2002) indica que as organizações com pessoas distintas ocupando cargos de diretor executivo e de presidente do conselho apresentam maior valor de mercado. Além disso, as variáveis de valor e de desempenho tiveram relação com a estrutura de governança corporativa (distinção do gestor da direção executiva e do presidente do conselho de administração e o tamanho do conselho de administração).

Spear (2004) comenta que os membros detentores do capital das cooperativas tendem a estar sob enfoque nas pesquisas sobre governança. Deste modo, a participação de um maior número de associados pode influenciar os membros da diretoria a exercerem as atividades de gestão e controle de forma mais eficiente.

O número maior de associados proporciona poder nas assembleias gerais e maior comprometimento dos membros eleitos com a apresentação de melhores resultados (PINHO, 2003; SINGER; SOUZA, 2000). Gorton e Schmid (1999) utilizam o número de cooperados como *proxy* para representar a separação entre propriedade e controle em cooperativas. Por fim, é importante destacar que a fiscalização exercida pelo conselho fiscal sobre a administração é importante para aumentar a credibilidade e contribuir para tornar as cooperativas mais transparentes e competitivas.

2.4 Estudos Correlatos

É possível encontrar diversos trabalhos que abordaram em diferentes dimensões a governança corporativa e o desempenho de sociedades cooperativas. Oro, Frozza e Eidt (2008) abordaram as práticas de governança corporativa em uma cooperativa catarinense. Os resultados indicam que a transparência da gestão administrativa é compartilhada em assembleia geral anual. Os achados mostram que de 50 aspectos investigados intrínsecos em cinco temas (profissionalização, associados, conselho de administração, gestão e conselho fiscal) a Cooper Alfa cumpre com 34 ações relacionadas com governança corporativa, destacando as práticas de governança relacionadas aos associados e ao conselho fiscal.

Davis e Bialoskorski Neto (2010) vislumbram que a empresa cooperativista pode apresentar vantagem competitiva quando a gestão é combinada com melhores práticas de gestão do capital social, do corpo de associados e colaboradores. Os resultados indicam que as cooperativas precisam de uma governança corporativa e de abordagens que desenvolvam e incorporem as estratégias da gestão.

Chaddad (2011) discutiu aspectos relacionados à estrutura interna e comportamento estratégico das cooperativas de lácteos em resposta ao processo de globalização. Os resultados sugeriram que a consolidação mediante fusões e incorporações, formação de alianças estratégicas, adoção de sistema profissional e governança corporativa são condições necessárias para o fortalecimento do sistema cooperativista no mercado de leite e derivados.

O estudo de Silva, Souza e Leite (2011) buscou discutir os potenciais conflitos de agência provocados pela estrutura organizacional das cooperativas, assim como os principais pontos críticos desses arranjos organizacionais que favorecem a emergência de conflitos. Também foi discutida a importância das boas práticas de governança corporativa para prevenir os conflitos de interesses. Os resultados consideram que dentre os atores internos de uma cooperativa, os principais focos de conflitos de agência ocorrem entre cooperados e o conselho administrativo e,

menos intensamente, entre cooperados, conselho fiscal e gerentes. A adoção de boas práticas de governança corporativa pelas cooperativas auxilia na redução e prevenção de conflitos, principalmente entre o conselho administrativo e os cooperados.

Costa, Chaddad e Azevedo (2012) identificaram a necessidade de mensuração da separação entre propriedade e decisão de gestão em cooperativas agropecuárias brasileiras. Os resultados demonstraram que apesar de uma grande parcela das cooperativas terem governança concentrada, há um grupo que adota modelos com separação parcial entre propriedade e decisão de gestão. Por fim, o estudo de Bialoskorski Neto (2007) buscou analisar dois modelos de regressão com informações do Sistema de Autogestão e Monitoramento da OCEPAR. Os resultados indicaram que há uma correlação negativa entre o desempenho econômico e a participação em assembleias gerais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo é caracterizado como descritivo, com a utilização de análise documental dos relatórios de gestão do ano de 2013, para identificar os atributos de governança corporativa e das demonstrações contábeis para o cálculo dos indicadores econômico-financeiros. A abordagem do problema é quantitativa pelo uso de modelos matemáticos para a análise e interpretação dos dados.

A população da pesquisa é composta de 90 cooperativas agropecuárias da região Sul, registradas nas Organizações das Cooperativas (OCESC, OCEPAR e OCERGS). A população da pesquisa foi delimitada considerando as cooperativas que dispuseram no *website* os relatórios de gestão do ano de 2013 para *download*. Foram consideradas apenas as cooperativas singulares, e as cooperativas centrais foram excluídas por apresentarem em suas demonstrações contábeis a consolidação dos resultados das próprias singulares. A amostra ficou composta pelas cooperativas que dispunham de todas as informações para operacionalização das variáveis estudadas. Há seis cooperativas registradas na OCESC, 14 na OCEPAR e cinco na OCERGS, totalizando 25 cooperativas.

Para a coleta dos dados, primeiramente foi buscado no *website* das cooperativas os relatórios de gestão do ano de 2013, no entanto, algumas não dispunham no *website* o relatório de gestão para *download*. Assim, foi entrado em contato por telefone com o setor de contabilidade das respectivas cooperativas para que dispusessem dos relatórios de gestão. Para a análise dos dados e elaboração do *ranking*, foi utilizado um conjunto de indicadores econômico-financeiros, conforme demonstrado no Quadro 1.

QUADRO 1 – Indicadores econômico-financeiros

Indicadores econômico-financeiros	
Indicador	Fórmula
Estrutura de Capital	
Participação de Capital de Terceiros (PARTCTERC)	$= \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não - Circulante}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Imobilização do Patrimônio Líquido (IMOBPL)	$= \frac{\text{Imobilizado} + \text{Diferido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Liquidez	
Liquidez Geral (LIQGER)	$= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Não - Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não - Circulante}}$
Liquidez Corrente (LIQCOR)	$= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez Seca (LIQSEC)	$= \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$
Rentabilidade	
Margem Bruta (MRGBRU)	$= \frac{\text{Lucro Bruto}}{\text{Vendas Líquidas}}$
Rentabilidade do Ativo (ROA)	$= \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
Rentabilidade do Patrimônio líquido (ROE)	$= \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$

Fonte: Assaf Neto (2002) e Perez Junior e Begalli (2009)

Este conjunto de indicadores foi utilizado para a instrumentalização da pesquisa e construção de *ranking* evidenciando o desempenho econômico-financeiro das cooperativas. Kreuzberg (2013) organizou o ranqueamento de um conjunto de empresas, em que as estratégias mistas foram utilizadas para posicionamento contábil. Esta versão lidou com jogos escalares. Assim, uma estratégia mista para um jogador é uma distribuição de probabilidade no conjunto de suas estratégias puras. Tipicamente um jogador possui n estratégias puras. Uma estratégia mista para ele é uma n -upla $x = (x_1, x_2, \dots, x_n)$ tal que $\sum_{i=1}^n x_i = 1, 0 \leq x_i \leq 1$, onde x_i indica a probabilidade com que o jogador selecionará sua i -ésima estratégia pura.

O conjunto de estratégias mistas inclui as estratégias puras, porque estas podem ser consideradas como um caso especial de estratégia mista em que a correspondente

estratégia pura joga com probabilidade um e todas as demais com probabilidade zero. Seja $A = (a_{ij})$, $1 \leq i \leq n$; $1 \leq j \leq m$ a matriz de pagamentos do jogo. Sejam X e Y os conjuntos de estratégias mistas dos jogadores I e II, respectivamente:

$$X = \{x \in \mathbb{R}^n / \sum_{i=1}^n x_i = 1; x_i \geq 0, i = 1, 2, \dots, n\}$$

$$Y = \{y \in \mathbb{R}^m / \sum_{j=1}^m y_j = 1; y_j \geq 0, j = 1, 2, \dots, m\}$$

Na análise do resultado de um jogo em que um (ou ambos) jogador (es) utilizam estratégias mistas, é possível a utilização do conceito de valor esperado, neste caso a função de pagamentos do jogo é:

$$v(x, y) = \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^m x_i a_{ij} y_j, x \in X, y \in Y$$

Em que, $v(x, y)$ é o valor esperado em conseguir os pagamentos do jogo com a combinação das estratégias mistas $x \in X$ e $y \in Y$. Para cada estratégia mista $x \in X$, o nível de segurança do jogador I é o valor esperado que possa ser assegurado com essa estratégia, independente das ações do jogador II.

$$v_I(x) = \min_{y \in Y} v(x, y)$$

De similar modo, para cada estratégia mista $y \in Y$, o nível de segurança do jogador II é o valor esperado que possa assegurar essa estratégia, independente das ações do jogador I.

$$v_{II}(y) = \max_{x \in X} v(x, y)$$

O valor maximin dado pelas estratégias mistas do jogador I é:

$$v_I^M = \max_{x \in X} \min_{y \in Y} v(x, y)$$

Uma estratégia de segurança ou estratégia maximin é a que proporciona ao jogador seu valor maximin. O valor minimax dado pelas estratégias mistas jogador II é:

$$v_{II}^M = \min_{y \in Y} \max_{x \in X} v(x, y)$$

Para tanto, uma estratégia de segurança ou estratégia minimax é a que proporciona ao jogador seu valor minimax. Assim, em um jogo matricial de soma-zero se verifica:

- (i) Os valores v_I^M e v_{II}^M são únicos;
- (ii) Existe ao menos uma estratégia mista de segurança para cada jogador;
- (iii) Os níveis de segurança dados em estratégias puras e mistas verificam: $v_I \leq v_I^M$ e $v_{II} \leq v_{II}^M$.

As estratégias mistas $x^* \in X$ e $y^* \in Y$ são ótimas para os jogadores I e II respectivamente, se:

$$v_I^M = \min_{y \in Y} v(x^*, y) = \min_{y \in Y} x^{*t} A y$$

$$v_{II}^M = \max_{x \in X} v(x, y^*) = \max_{x \in X} x^t A y^*$$

O nível de segurança para uma estratégia mista $\hat{x} \in X$ vem dado por $v_I(\hat{x}) = \min_{y \in Y} \hat{x}^t A y$, cuja valoração pode ser obtida por meio do problema dual anterior:

$$\text{Max } \lambda(\hat{x})$$

$$\text{Sujeito a: } e\lambda(\hat{x}) \leq \hat{x}^t A$$

$$\hat{x} \in X, \lambda(\hat{x}) \in \mathbb{R}$$

Sendo $e = (1, \dots, 1)^t$. As estratégias que proporcionam os melhores níveis de segurança são as que verificam $v_I^M = \max_{x \in X} v_I(x)$. Estas estratégias, assim como o valor do jogo, podem ser obtidas por meio do problema de programação linear:

$$\text{Max } v_I$$

$$\text{Sujeito a: } e v_I \leq x^t A \\ x \in X$$

Pode-se assumir o mesmo raciocínio para o jogador II. Ao minimizar seu nível de segurança de forma que limite o outro jogador, chega-se a outro problema de programação linear:

$$\text{Min } v_{II}$$

$$\text{Sujeito a: } e v_{II} \leq x^t A \\ y \in Y$$

Comparando-se as duas formulações, verifica-se que são duais com soluções ótimas x^* e y^* . Então $v_I^* = v_{II}^*$, ou seja, as estratégias se autolimitam. Isso é conhecido pela denominação de Teorema Minimax. Este teorema é enunciado: em todo jogo bipessoal finito de soma-zero, existem estratégias ótimas $x^* \in X, y^* \in Y$, para cada jogador e verifica-se $v_I^M = v_{II}^M = v^*$, sendo v^* , o valor do jogo.

Por vezes as estratégias de um ou mais jogadores estão submetidas a restrições adicionais, dando lugares aos denominados jogos restringidos. Estes jogos permitem uma formulação mais realista e prática de certos problemas de decisão sob incerteza. Para tanto, foi estabelecida a equivalência entre alguns problemas lineares e os jogos matriciais nos quais as estratégias mistas estão submetidas a restrições lineares (CHARNES, 1963). Em certos casos, o conjunto de restrições pode ser representado em função de seus pontos extremos, que permite o tratamento do problema

em termos de um jogo transformado (FERNÁNDEZ; MONROY; PUERTO, 1998).

Uma das propriedades das estratégias ótimas dos jogos matriciais ocorre quando ambos os jogadores as utilizam, nenhum deles se beneficia se trocar para outra estratégia, enquanto que, se a mantiver, se mantém ótima. Quando os jogadores I e II se mantiverem em suas estratégias ótimas, caso o jogador II siga jogando y^* e o jogador I troque para outra estratégia x , este irá piorar sua situação, ou seja, se o problema for de lucros, este baixará, já se for de custos, estes aumentarão. O mesmo vale para o jogador II, caso este deixe a estratégia y^* e o jogador I se mantenha na estratégia ótima.

As estratégias x^* e y^* formam um ponto de equilíbrio. Um par de estratégias $x^* \in X$, $y^* \in Y$ é um ponto de equilíbrio para um jogo matricial A se:

$$v(x, y^*) \leq v(x^*, y^*) \leq v(x^*, y), \forall x \in X, \forall y \in Y$$

Ou ainda:

$$x^t A y \leq x^{*t} A y \leq x^{*t} A y^* \quad \forall x \in X, \forall y \in Y$$

A primeira desigualdade estabelece que x^* é melhor resposta ao jogador I, para a estratégia y^* do jogador II. A segunda estabelece que y^* é a melhor resposta ao jogador II, para a estratégia x^* do jogador I. É possível a ocorrência de que um jogo matricial tenha mais de um ponto de equilíbrio, porém neste caso são equivalentes e podem ser combinados entre si para formar um novo ponto de equilíbrio.

Em jogos de soma-zero, os conceitos de solução, estratégias ótimas e pontos de equilíbrio são equivalentes. Sejam $x^* \in X$ e $y^* \in Y$ um par de estratégias de um jogo matricial, (x^*, y^*) , é um ponto de equilíbrio do jogo se, e somente se, (x^*, y^*, v^*) for uma solução do jogo. O resultado esboça que as estratégias ótimas formam pares de estratégias em equilíbrio e são os únicos pontos de equilíbrio. Este teorema pode ser interpretado em termos de solução de um jogo. Assim, Hein, Kroenke e Faria (2009) afirmam que se um jogo possui mais de uma solução, todas proporcionam o mesmo valor do jogo.

Quando estes resultados são generalizados para jogos de n pessoas, com $n > 2$, ou ainda para jogos de soma não nula, as propriedades das estratégias de

equilíbrio em serem equivalentes se perdem. Assim, um par de estratégias maximin não é necessariamente um par de estratégias em equilíbrio que não proporcionam necessariamente o mesmo pagamento.

Além disso, outro problema que surge é ligado ao conceito de estratégia mista e sua relevância quando o jogo é jogado uma só vez. Isto deriva do fato de que a noção de pagamento esperado parece aplicável em um jogo repetido várias vezes. Contudo, em um jogo que se joga uma só vez, pode não ter sentido escolher uma estratégia de acordo com a distribuição de probabilidade associada. A probabilidade associada a cada estratégia é uma indicação a ser seguida em cenários futuros, e mesmo não existindo sequência pode ser interpretada como sendo um esquema de preferências para a formação de um *ranking*.

Neste artigo, as cooperativas compõem as opções do jogador I e seus indicadores as opções do jogador II. O ranqueamento de empresas (primal) e de seus indicadores por meio de jogos escalares foi desenvolvido por Kreuzberg (2013). A análise desenvolvida está inserida naquilo que é denominado jogos matriciais escalares, nos quais os pagamentos que os jogadores recebem vêm representados por números reais. O modelo apresenta-se na forma:

$$\text{Max} Z = v$$

Sujeito a:

$$\begin{aligned} a_{11}x_1 + a_{12}x_2 + a_{13}x_3 + \dots + a_{1n}x_n &\geq v \\ a_{21}x_1 + a_{22}x_2 + a_{23}x_3 + \dots + a_{2n}x_n &\geq v \\ \vdots &\quad \quad \quad \vdots \quad \quad \quad \ddots \quad \quad \quad \vdots \quad \quad \quad \vdots \\ a_{m1}x_1 + a_{m2}x_2 + a_{m3}x_3 + \dots + a_{mn}x_n &\geq v \\ x_1 + x_2 + x_3 + \dots + x_n &= 1 \\ x_1, x_2, x_3, \dots, x_n &\geq 0 \end{aligned}$$

Apresenta-se na Tabela 1, o cenário do jogo com os indicadores econômico-financeiro do ano de 2013 e as empresas correspondentes, a fim de compreender o modelo utilizado no cenário para a realização do *ranking* das cooperativas.

Considerando os dados acima, apresenta-se o modelo aplicado para a formação dos *rankings*.

$$\text{Max} Z = v$$

Sujeito a:

$$\begin{aligned}
 2,28x_1 + 3,78x_2 + 1,01x_3 + 1,18x_4 + 1,63x_5 + 2,99x_6 + \dots + 2,12x_{25} &\geq v \\
 1,29x_1 + 1,09x_2 + 0,58x_3 + 0,74x_4 + 0,76x_5 + 1,57x_6 + \dots + 0,53x_{25} &\geq v \\
 1,44x_1 + 1,26x_2 + 1,99x_3 + 1,85x_4 + 1,61x_5 + 1,33x_6 + \dots + 1,47x_{25} &\geq v \\
 1,01x_1 + 1,10x_2 + 2,11x_3 + 1,70x_4 + 1,36x_5 + 1,01x_6 + \dots + 1,33x_{25} &\geq v \\
 0,66x_1 + 0,70x_2 + 1,52x_3 + 1,35x_4 + 0,84x_5 + 0,65x_6 + \dots + 0,96x_{25} &\geq v \\
 0,15x_1 + 0,09x_2 + 0,08x_3 + 0,11x_4 + 0,16x_5 + 0,17x_6 + \dots + 0,12x_{25} &\geq v \\
 0,04x_1 + 0,08x_2 + 0,09x_3 + 0,06x_4 + 0,04x_5 + 0,04x_6 + \dots + 0,05x_{25} &\geq v \\
 0,12x_1 + 0,39x_2 + 0,17x_3 + 0,14x_4 + 0,11x_5 + 0,16x_6 + \dots + 0,15x_{25} &\geq v \\
 x_1 + x_2 + x_3 + x_4 + x_5 + x_6 + \dots + x_{25} &= 1 \\
 x_1, x_2, x_3, x_4, x_5, x_6, \dots, x_{25} &\geq 0
 \end{aligned}$$

TABELA 1 – Cenário do jogo para a formação do *ranking* das cooperativas do ano de 2013

N	Cooperativa	UF	Indicadores de Desempenho Econômico-financeiros							
			Partcte	Imobl	Liqger	Liqcor	Liqsec	Mrgbru	Roa	Roe
1	Copagril	PR	2,284	1,291	1,438	1,008	0,655	0,146	0,036	0,119
2	Primato	PR	3,779	1,094	1,265	1,102	0,703	0,085	0,081	0,387
3	Capal	PR	1,011	0,584	1,989	2,113	1,522	0,082	0,087	0,174
4	Castrolanda	PR	1,175	0,744	1,851	1,698	1,352	0,113	0,063	0,138
5	Cocamar	PR	1,627	0,756	1,615	1,364	0,838	0,158	0,041	0,108
6	Coasul	PR	2,992	1,573	1,334	1,007	0,655	0,165	0,039	0,157
7	Copacol	PR	1,595	0,903	1,627	1,289	0,947	0,239	0,035	0,091
8	Cotripal	RS	0,699	0,666	2,430	1,764	1,055	0,171	0,053	0,091
9	Cotrijuc	RS	16,521	1,276	1,061	0,857	0,750	0,133	0,001	0,016
10	CooperCampos	SC	1,523	1,029	1,657	1,178	0,897	0,148	0,039	0,097
11	Cooperalfa	SC	1,103	0,680	1,907	1,650	1,217	0,156	0,068	0,143
12	Integrada	PR	2,148	1,071	1,466	1,215	0,793	0,130	0,034	0,107
13	Frimesa	PR	1,559	1,169	1,641	1,202	0,884	0,255	0,068	0,174
14	Cotrisel	RS	1,792	0,792	1,558	1,358	0,840	0,194	0,048	0,134
15	Batavo	PR	1,468	0,559	1,681	1,869	1,573	0,106	0,066	0,162
16	C.Vale	PR	1,841	0,862	1,543	1,233	0,861	0,173	0,031	0,087
17	Coamo	PR	1,075	0,457	1,931	1,809	1,295	0,198	0,092	0,190
18	Cooperplan	SC	1,263	0,647	1,792	1,983	1,430	0,123	0,080	0,181
19	Coagrijal	RS	-2,766	-0,670	0,420	0,779	0,581	0,104	0,018	-0,034
20	Coopavel	PR	3,105	1,795	1,322	1,016	0,632	0,158	0,038	0,156
21	Coopervil	SC	1,327	0,582	1,753	1,421	1,050	0,157	0,118	0,276
22	Cooperitaipu	SC	1,088	0,790	1,919	1,204	0,816	0,114	0,034	0,072
23	Camisc	PR	1,391	0,738	1,719	1,392	0,858	0,145	0,032	0,077
24	Copagro	SC	1,926	1,622	1,519	0,805	0,685	0,144	0,025	0,074
25	Cotriel	RS	2,118	0,535	1,472	1,333	0,956	0,116	0,047	0,147

Fonte: dados da pesquisa

Os resultados do modelo aplicado na forma de problemas de programação linear (PPLs) são apresentados na seção descrição e análise dos dados. Ao final, o *ranking* gerado é comparado com os atributos de governança corporativa observados nas cooperativas investigadas. O Quadro 2 mostra a categorização dos atributos de governança corporativa para sociedades cooperativas utilizados no presente estudo.

Observa-se no Quadro 2 que, para tabular os dados, foi preciso categorizar as variáveis. Para as cooperativas que apresentaram separação de propriedade e controle foi atribuído o número 1, e 2 para as que não apresentaram. O tamanho do conselho foi categorizado pelo número de conselheiros efetivos e o número de cooperados pelo número de cooperados que fazem parte da cooperativa até o final de 2013. A Figura 1 mostra o desenho da pesquisa.

Verifica-se na Figura 1 que primeiramente foi elaborado um *ranking* pela teoria dos jogos utilizando os indicadores econômico-financeiros das cooperativas. Posteriormente, o *ranking* foi utilizado para determinar se as empresas com melhor ou pior desempenho estão relacionados com os atributos de governança corporativa.

4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Nesta seção apresentam-se os resultados e a análise do *ranking* das cooperativas agropecuárias da região

Sul com base nos indicadores econômico-financeiros, bem como a análise da relação dos resultados com os atributos de governança corporativa. A Tabela 2 apresenta o *ranking* de posicionamento contábil gerado com base nos indicadores econômico-financeiros mediante a aplicação do modelo na forma de problemas de programação linear (PPLs).

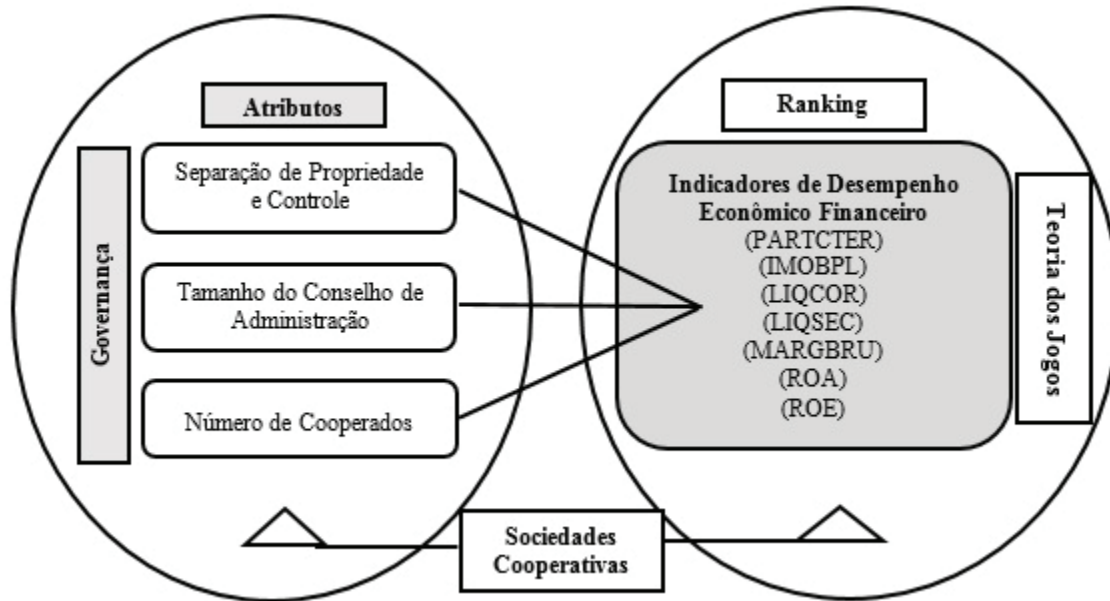
Observa-se na Tabela 2 que a Cooperativa COOPERVIL obteve a primeira posição no *ranking* com base nos indicadores econômico-financeiros, utilizando-se da estratégia pura. A Cooperativa CAPAL obteve a segunda posição no *ranking* com base nos indicadores econômico-financeiros, utilizando-se da estratégia mista. A Cooperativa COAMO obteve a terceira posição no *ranking* com base nos indicadores econômico-financeiros, utilizando-se da estratégia pura. Portanto, verifica-se que a COOPERVIL, CAPAL e COAMO apresentam os melhores indicadores econômico-financeiros em relação às demais cooperativas agropecuárias.

As Cooperativas CAMISC, COPAGRO, COTRIJUC e COAGRIJAL obtiveram as últimas posições do *ranking*, respectivamente em 22^a, 23^a, 24^a e 25^a. Assim, é possível inferir que estas cooperativas foram as que apresentaram os piores indicadores de desempenho econômico-financeiros em relação às demais cooperativas investigadas.

QUADRO 2 – Categorização dos atributos de governança corporativa em sociedades cooperativas

Atributos Governança Corporativa	Variáveis	Categoria	Base teórica
Separação de propriedade e controle	Não existe separação de propriedade e controle (Presidente da diretoria de administração eleito em assembleia exerce as atividades de gestão).	2	Bijman, Hendriksen e Oijen (2013), Costa, Chaddad e Azevedo (2012), Fronzaglia (2004), Ricketts (1987) e Treter e Kelm (2004).
	Existe separação de propriedade e controle (Uma diretoria executiva é contratada para exercer a atividade de gestão).	1	
Tamanho do conselho de administração	Composição dos membros efetivos do conselho de administração, incluindo os membros da direção de administração.	Número de membros	Bijman, Hendriksen e Oijen (2013) e Silveira (2002).
Número de Cooperados	Composição do quadro de cooperados que fazem parte da cooperativa.	Número de cooperados	Pinho (2003), Silveira (2002), Singer e Souza (2000) e Spear (2004).

Fonte: Dados da pesquisa

**FIGURA 1** – Desenho da pesquisa

Fonte: Elaborado pelos autores

Por fim, é importante destacar que entre as cooperativas que adotaram a estratégia mista, apenas, a CAPAL ficou entre as primeiras posições do *ranking*. As demais cooperativas COTRIJUC e COAGRIJAL ficaram nas últimas posições do *ranking*. Os resultados indicam que as cooperativas com estratégia pura obtiveram os melhores posicionamentos no *ranking* com base nos indicadores econômico-financeiros.

Na sequência é verificado se as cooperativas com melhor desempenho e as com pior desempenho no *ranking* possuem características similares em relação aos atributos de governança corporativa. A Tabela 3 mostra os atributos de governança observados.

De acordo com o *ranking* foi distribuído os respectivos atributos de governança corporativa observados nos relatórios de gestão do ano de 2013. Os resultados mostram que em relação ao atributo de separação de propriedade e controle foi atribuído o número 1 para as cooperativas que possuem separação de propriedade e controle, e o número 2 para as cooperativas que não possuem separação de propriedade e controle. Deste modo, os resultados indicam que dentre as 10 cooperativas (COOPERVIL, CAPAL, COAMO, COOPERLAN, PRIMATO, BATAVO, FRIMESA, COOPERLFA, CASTROLANDA, COTRIPAL) com melhor desempenho

econômico-financeiros apenas duas (COOPERVIL, CAPAL) não possuem separação de propriedade e controle, portanto, é possível afirmar que 80% das cooperativas que apresentam melhores indicadores de desempenho possuem o atributo de governança relacionado à separação entre propriedade e controle, em que uma diretoria executiva é contratada para exercer a função de gestão.

Além disso, os resultados apontam que dentre as 10 cooperativas (COOPAVEL, COASUL, COPAGRIL, COOPERITAIPU, INTEGRADA, C. VALE, CAMISC, COPAGRO, COTRIJUC, COAGRIJAL) com as piores colocações no *ranking*, apenas duas (COASUL, COOPERITAIPU) possuem separação de propriedade e controle, portanto, é possível afirmar que 80% das cooperativas com piores indicadores de desempenho possuem o atributo de governança em que não há separação de propriedade e controle, a diretoria de administração exerce a função de controle e gestão.

Os resultados mostram que o desempenho econômico-financeiro possui relação com o atributo de governança separação de propriedade e controle. As cooperativas com diretoria executiva contratada para exercer a função de controle e diretoria eleita em assembleia para exercer a função de gestão tendem a apresentar melhor desempenho. O resultado corrobora

com Treter e Kelm (2004) de que a gestão e controle de uma cooperativa quando exercida apenas pelos membros eleitos em assembleia geral pode prejudicar o interesse da coletividade por meio de um desempenho econômico insatisfatório. Além disso, a inferência de Costa, Chaddad e Azevedo (2012) e Helmberger (1996) de que a gestão e controle de uma cooperativa exercida apenas pela diretoria de administração eleita em assembleia fica empobrecida e pode prejudicar o desempenho é confirmada com os resultados apontados.

Os resultados demonstram que 52% das cooperativas possuem separação de propriedade e controle confirmando os resultados de (BIJMAN; HENDRIKSEN; OIJEN, 2013) que inferem que a maioria das cooperativas possui separação de propriedade e controle por meio de um conselho profissional de gestão, mas contraria os resultados de Costa, Chaddad e Azevedo (2012) que apontam para a maioria das cooperativas do Brasil a concentração de propriedade para a gestão e o controle.

TABELA 2 – Resultados da aplicação do modelo

Posição	Cooperativa	Variável	Z*	Estratégia
1 ^a	Coopervil	$x_{21} = 1$	0,12	Pura
2 ^a	Capal	$x_3 = 0,9167$	0,09	Mista
3 ^a	Coamo	$x_{17} = 1$	0,09	Pura
4 ^a	Cooperplan	$x_{18} = 1$	0,08	Pura
5 ^a	Primato	$x_2 = 1$	0,08	Pura
6 ^a	Batavo	$x_{15} = 1$	0,07	Pura
7 ^a	Frimesa	$x_{13} = 1$	0,07	Pura
8 ^a	Cooperalfa	$x_{11} = 1$	0,07	Pura
9 ^a	Castrolanda	$x_4 = 1$	0,06	Pura
10 ^a	Cotripal	$x_8 = 1$	0,05	Pura
11 ^a	Cotriel	$x_{25} = 1$	0,05	Pura
12 ^a	Cotrisel	$x_{14} = 1$	0,05	Pura
13 ^a	CooperCampos	$x_{10} = 1$	0,04	Pura
14 ^a	Copacol	$x_7 = 1$	0,04	Pura
15 ^a	Cocamar	$x_5 = 1$	0,04	Pura
16 ^a	Coopavel	$x_{20} = 1$	0,04	Pura
17 ^a	Coasul	$x_6 = 1$	0,04	Pura
18 ^a	Copagril	$x_1 = 1$	0,04	Pura
19 ^a	Cooperitaipu	$x_{22} = 1$	0,03	Pura
20 ^a	Integrada	$x_{12} = 1$	0,03	Pura
21 ^a	C.Vale	$x_{16} = 1$	0,03	Pura
22 ^a	Camisc	$x_{23} = 1$	0,03	Pura
23 ^a	Copagro	$x_{24} = 1$	0,03	Pura
24 ^a	Cotrijuc	$x_9 = 0,7143$	0,006	Mista
25 ^a	Coagrijal	$x_{19} = 0,2857$	0,006	Mista

Fonte: Dados da pesquisa

TABELA 3 – Atributos de governança corporativa das cooperativas investigadas

Posição	Cooperativa	Atributos de Governança Corporativa em Cooperativas		
		Separação propriedade e controle	Tamanho do Conselho de Administração	Número de Cooperados
1 ^a	Coopervil	2	5	1.300
2 ^a	Capal	2	7	1.566
3 ^a	Coamo	1	9	26.276
4 ^a	Cooperplan	1	8	266
5 ^a	Primato	1	9	2.123
6 ^a	Batavo	1	7	757
7 ^a	Frimesa	1	7	9.567
8 ^a	Cooperalfa	1	10	16.368
9 ^a	Castrolanda	1	7	782
10 ^a	Cotripal	1	11	3.468
11 ^a	Cotriel	1	10	6.111
12 ^a	Cotrisel	2	11	4.478
13 ^a	CooperCampos	1	8	1.189
14 ^a	Copacol	2	15	5.015
15 ^a	Cocamar	1	17	12.000
16 ^a	Coopavel	2	10	3.400
17 ^a	Coasul	1	10	6.464
18 ^a	Copagril	2	8	4.514
19 ^a	Cooperitaipu	1	7	2.475
20 ^a	Integrada	2	6	7.429
21 ^a	C.Vale	2	9	14.614
22 ^a	Camisc	2	7	870
23 ^a	Copagro	2	8	211
24 ^a	Cotrijuc	2	11	3.459
25 ^a	Coagrijal	2	8	1.400

Fonte: Dados da pesquisa

Por fim, não é possível concluir que o tamanho do conselho de administração e o número de cooperados possuem relação com o desempenho econômico-financeiros das cooperativas, visto que as cooperativas com maior número de conselheiros de administração e com maior número de cooperados ficaram bastante dispersas no *ranking*. Os resultados não corroboram com Bijaman, Hendriksen e Oijen

(2013), Pinho (2003), Silveira (2002), Singer e Souza (2000) e Spear (2004).

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O objetivo do presente estudo foi estabelecer um *ranking* das cooperativas agropecuárias com base nos indicadores econômico-financeiros e a relação com os atributos de governança corporativa.

Os resultados do estudo demonstram que a COOPERVIL, CAPAL e COAMO obtiveram os melhores posicionamentos no *ranking*, respectivamente em 1ª, 2ª e 3ª. Assim, é possível concluir que estas cooperativas apresentaram os melhores indicadores econômico-financeiros dentre as cooperativas investigadas. Por outro lado, a CAMISC, CAPAGRO, CAPAGRO, COTRIJUC e COAGRIJAL obtiveram as últimas posições do *ranking*, respectivamente em 22ª, 23ª, 24ª e 25ª. Desta forma, conclui-se que essas cooperativas apresentaram respectivamente os piores indicadores de desempenho econômico-financeiros dentre as demais.

Além disso, foi verificada a relação das cooperativas com melhores e piores colocações no *ranking* e sua relação com os atributos de governança corporativa. Os resultados apontam que dentre as 10 cooperativas com melhor desempenho econômico-financeiros, 80% possuem o atributo de separação entre propriedade e controle. Assim, conclui-se a existência de uma relação entre o melhor desempenho e a separação de propriedade e controle. Do mesmo modo, para confirmar os resultados tem-se que dentre as 10 cooperativas que apresentaram as piores colocações no *ranking*, 80% possuem o atributo de que não há separação de propriedade e controle. Portanto, conclui-se que as cooperativas com piores indicadores de desempenho econômico-financeiros tendem a não separar a propriedade do controle.

Por fim, conclui-se que não existe uma relação dos atributos (tamanho do conselho de administração e o número de cooperados) com o *ranking* dos indicadores econômico-financeiros. Este resultado é comprovado pela dispersão de empresas no ranking com diferentes características relacionadas ao tamanho do conselho de administração e ao número de cooperados.

Recomenda-se para estudos futuros que seja verificado e comprovado estatisticamente a relação dos atributos de governança corporativa com o desempenho para corroborar com os resultados desta pesquisa. Além disso, as cooperativas, como qualquer outro tipo de empresa (familiares, multinacionais e governamentais) apresentam características administrativas e de negócios que demandam estudos individuais. Para tanto, recomenda-se que sejam desenvolvidos estudos de caso individuais e com maior amplitude a fim de conhecer as especificidades de desempenho e governança corporativa das cooperativas. Além disso, é preciso ampliar os atributos de governança em cooperativas para verificar com maior profundidade outras possíveis características que podem ser determinantes do desempenho organizacional em cooperativas.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABE, E. R.; FAMA, R. A utilização da duration como instrumento de análise financeira: um estudo exploratório do setor de eletrodoméstico. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. 10, p. 1-12, 1999.

ANDRADE, A.; ROSSETI, J. P. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências**. São Paulo: Atlas, 2004.

ANTONIALI, L. M.; FISCHMANN, A. A. Sucessão de dirigentes e continuidade das estratégias administrativas em uma cooperativa agropecuária. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 4, n. 2, p. 39-51, 2011.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BIALOSKORSKI NETO, S. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 1, p. 119-138, 2007.

BIJMAN, J.; HENDRIKSE, G.; OIJEN, A. Accommodating two worlds in one organization: changing board models in agricultural cooperatives. **Managerial and Decision Economics**, Chichester, v. 34, n. 3/5, p. 204-217, 2013.

BLAIR, M. M. Ownership and control: rethinking corporate governance for the twenty-first century. **Long Range Planning**, London, v. 3, n. 29, p. 432, 1996.

BRASIL. Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a política nacional de cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 16 dez. 1971. Seção 1, p. 10354.

CADBURY, A. Promoting corporate governance for sustainable development. In: GLOBAL CORPORATE GOVERNANCE FORUM, 2., 2003, Paris. **Proceedings...** Washington: World Bank, 2003. p. 1-29.

CHADDAD, F. R. Cooperativas no agronegócio do leite: mudanças organizacionais e estratégicas em resposta à globalização. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n. 1, p. 69-78, 2011.

- CHARNES, A. Constrained games and linear programming. **Proceeding of the National Academy of Science**, Washington, v. 39, p. 639-641, 1963.
- COOK, M. L. The evolution of U.S. agricultural cooperative financial strategies. In: UNIVERSITY OF SÃO PAULO'S INTERNACIONAL AGRIBUSINESS SEMINAR, 1., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro: PENSA/USP, 1994. p. 1-58.
- CORNFORTH, C. The governance of cooperatives and mutual associations: a paradox perspective. **Annals of Public and Cooperative Economics**, Lisboa, v. 75, n. 1, p. 11-32, 2004.
- COSTA, D. R. de M.; CHADDAD, F. R.; AZEVEDO, P. F. de. Separação entre propriedade e decisão de gestão nas cooperativas agropecuárias brasileiras. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 50, n. 2, p. 285-300, 2012.
- DAVIS, P.; BIALOSKORSKI NETO, S. Governança e gestão de capital social em cooperativas: uma abordagem baseada em valores. **Economia Solidária e Ação Cooperativa**, São Leopoldo, v. 5, p. 1-24, 2010.
- DENIS, D. K. Twenty-five years of corporate governance research... and counting. **Review of Financial Economics**, Lausanne, v. 10, n. 3, p. 191-212, 2001.
- DENIS, D. K.; MCCONNELL, J. J. **International corporate governance**. New York: ECGI, 2003. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=320121>>. Acesso em: 11 nov. 2014.
- FERNANDES, B. H. R. **Competência e desempenho organizacional: o que há além do balanced score card**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FERNÁNDEZ, F. R.; MONROY, L.; PUERTO, J. Multicriteriogoal games. **Journal of Optimization Theory and Applications**, Oxford, v. 99, n. 2, p. 403-421, 1998.
- FIANI, R. **Teoria dos jogos: para cursos de administração e economia**. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 1184 p.
- FRONZAGLIA, T. **Análise de fatores que determinam a não separação entre propriedade e controle em uma cooperativa agroindustrial**. 2004. 234 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.
- GORTON, G.; SCHMID, F. Corporate governance, ownership dispersion and efficiency: empirical evidence from Austrian cooperative banking. **Journal of Corporate Finance**, Chicago, v. 5, n. 2, p. 119-140, 1999.
- HANSMANN, H. Cooperative firms in theory and practice. **Finnish Journal of Business Economics**, Boston, n. 4, p. 387-403, 1999.
- HEIN, N.; KROENKE, A.; FARIA, T. M. B. Teoria dos jogos em sistemas de informações interdependentes. In: ESCUELA DE PERFECCIONAMIENTO EM INVESTIGACIÓN OPERATIVA, 20., 2009, Buenos Aires. **Anales...** Buenos Aires: EPIO, 2009. 1 CD-ROM.
- HELMBERGER, P. G. Future roles for agricultural cooperatives. **Journal of Farm Economics**, New York, v. 48, n. 5, p. 1427-1435, 1966.
- HENDRIKSE, G. W. J. Contingent control rights in agricultural cooperatives. In: THEURL, T.; MEIJER, E. C. (Ed.). **Strategies for cooperation**. Aachen: Shaker Verlag, 2005. p. 385-394.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 4. ed. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br/userfiles/files/Codigo_Final_4a_Edicao.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2014.
- JUNQUEIRA, M. R. **Aplicação da teoria dos jogos cooperativos para a alocação de custos de transmissão em mercados elétricos**. 2005. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências em Planejamento Energético) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- KREUZBERG, F. **Indicadores econômicos versus indicadores sociais: uma análise de empresas listadas na BM&F Bovespa por meio da Teoria dos Jogos**. 2013. 182 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Regional de Blumenau, Santa Catarina, 2013.

- LEWONTIN, R. C. Evolution and the theory of games. **Journal of Theoretical Biology**, London, v. 1, p. 382-403, 1961.
- LINS, M. P. E.; CALÔBA, G. M. **Programação linear: com aplicações em teoria dos jogos e avaliação de desempenho: data envelopment analysis**. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.
- MACMILLAN, H.; TAMPOE, M. **Strategic Management: process, content and implementation**. Oxford: Oxford University, 2000.
- MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- NEUMANN, J. von; MORGENSTERN, O. **Theory of games and economic behavior**. Princeton: Princeton University, 1944.
- ORO, I. M.; FROZZA, J.; EIDT, J. Práticas de governança corporativa em cooperativa agropecuária: o caso da Cooperalfa. In: CONGRESSO UFSC DE CONTROLADORIA E FINANÇAS, 2., 2008, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2008. 1 CD-ROM.
- PEREZ JUNIOR, J. H.; BEGALLI, G. A. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- PINDYCK, R. S.; RUBINFELD. **Econometric models & economic forecast**. 3rd ed. Boston: McGraw-Hill, 1991.
- PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003. 357 p.
- REIS, A. C. de R. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. São Paulo: Saraiva, 2009.
- RICKETTS, M. **The economics of business enterprise: new approaches to the firm**. New York: Harvester Wheatsheaf, 1987.
- SAUAIA, A. C. A.; KALLÁS, D. O dilema cooperação-competição em mercados concorrenciais: o conflito do oligopólio tratado em um jogo de empresas. **RAC - Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 77-101, 2007.
- SILVA, S. R. A. et al. As decisões de investimento na Fundação Hospitalar de Minas Gerais e seus reflexos nos indicadores de qualidade. **RAHIS - Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 46-57, jul./dez. 2008.
- SILVA, S. S. da; SOUSA, A. R. de; LEITE, E. T. Conflito de agência em organizações cooperativas: um ensaio teórico. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 13, n. 1, p. 63-76, 2011.
- SILVEIRA, A. M. **Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil**. 2002. 165 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- SIMONSEN, M. H. **Ensaaios analíticos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SOUZA, A. A. D. **A teoria dos jogos e as ciências sociais**. 2003. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Marília, 2003.
- SPEAR, P. G. Herpes simplex virus: receptor and ligands for cell entry. **Cellular Microbiology**, Oxford, v. 6, n. 5, p. 401-410, 2004.
- TRETER, J.; KELM, M. L. A questão da governança corporativa nas organizações cooperativas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 24., 2004, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2004. p. 3270-3277.

NORMAS E ORIENTAÇÕES PARA PUBLICAÇÃO

A revista “Organizações Rurais & Agroindustriais”, é um periódico trimestral editado pelo Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras, com o apoio da Editora UFLA. Enfatizando o conhecimento sobre a Administração de setores específicos, seu objetivo é publicar artigos científicos e ensaios elaborados pela comunidade acadêmica e interessados nas áreas de “gestão de cadeias agroindustriais”, “gestão social, ambiente e desenvolvimento”, “organizações/associativismo”, “mudança e gestão estratégica”, “economia, extensão e sociologia rural”.

Os textos devem ser redigidos em linguagem clara, direta e objetiva, seguindo as normas da ABNT, em respeito aos leitores, a maioria composta de pesquisadores e praticantes de administração de organizações públicas e privadas ligadas, direta e indiretamente, aos setores rural e agroindustrial.

As contribuições podem ser escritas em Português, Espanhol e Inglês. O artigo deve ser inédito, não tendo sido enviado a outro veículo de publicação. A critério do Conselho Editorial, trabalhos originalmente publicados em língua estrangeira podem ser aceitos em caráter excepcional.

Normas de apresentação:

1. O artigo deve ser formatado em papel A4; margens superior (3 cm), inferior (2 cm), esquerda (3 cm), direita (2 cm); espaçamento de 1,5 linha e alinhamento justificado, empregando editor de texto MS Word, versão 6 ou superior, fonte *Times New Roman* tamanho 12 e limite máximo de 25 páginas, incluindo quadros, tabelas, notas, gráficos, ilustrações e referências bibliográficas. Colocar o título no início do trabalho, omitindo a identificação do(s) autor(es).

2. Após o título, incluir um resumo em Português com cerca de 15 linhas ou até 250 palavras, sem parágrafos, contendo objetivo, método, resultados e conclusão do trabalho, assim como um mínimo de três e o máximo de cinco palavras-chave. Todos os resumos deverão ter a versão em Inglês (*abstract*, incluindo o título do artigo e as *key words*). Os artigos submetidos em Espanhol deverão ter resumo e palavras-chave no idioma original, em Português e em Inglês.

3. Aconselha-se o número máximo de três autores por artigo. Havendo mais de três, os demais deverão ser apresentados como colaboradores.

4. As Referências Bibliográficas deverão atender às normas da ABNT – NBR-6023. Ao pé das tabelas apresentadas deverá constar a fonte de origem dos dados.

5. Caso o artigo contenha figuras, fotografias, gráficos, símbolos e fórmulas, essas deverão obedecer as seguintes normas:

5.1. **Figuras** e/ou **fotografias** deverão ser apresentadas, nítidas e com contraste, inseridas no texto após a citação das mesmas e também em um arquivo a parte, **salvas em extensão “TIFF” ou “JPEG” com resolução de 300 dpi**. As figuras deverão ser elaboradas com fonte **Times New Roman, tamanho 10, sem negrito, sem caixa de textos e agrupadas**;

5.2. **Gráficos** deverão ser inseridos após citação dos mesmos, dentro do próprio texto, elaborado preferencialmente em Excel, com fonte Times New Roman, tamanho 10, **sem negrito**;

5.3. **Símbolos e fórmulas matemáticas** deverão ser feitas em processador que possibilite a formatação para o programa **Page Maker** (ex: **MathType, Equation**), sem perda de suas formas originais.

6. O autor principal será notificado sobre o recebimento do original e, posteriormente, será informado sobre sua publicação. Os artigos que necessitarem de modificações serão devolvidos ao autor para a devida revisão.

7. Todos os artigos serão avaliados por consultores *Ad Hoc* pelo sistema “*BLIND REVIEW*”.

8. O trabalho dos autores e consultores não será remunerado.

Os trabalhos deverão ser submetidos pelo site <http://revista.dae.ufla.br>

NORMAS Y ORIENTACIÓN PARA PUBLICACIÓN

La revista “Organizaciones Rurales y Agroindustriales” es un periódico trimestral editado por el Departamento de Administración y Economía de la Universidad Federal de Lavras, con el apoyo de la editora UFLA.

Enfatizando el conocimiento sobre la administración de sectores específicos, su objetivo es publicar artículos científicos y ensayos elaborados por la comunidad académica e interesados en las áreas de “gestión de cadenas agroindustriales”, “economía, extensión y sociología rural”, “organizaciones/asociaciones rurales”, y “el cambio y la gestión estratégica”.

Los textos deben ser escritos en lenguaje claro, directo y objetivo, siguiendo las normas de la ABNT, en respeto a los editores, la mayoría compuesta de investigadores y practicantes de administración de organizaciones públicas y privadas, ligadas directa e indirectamente, a los sectores rural y agroindustrial.

Las contribuciones pueden ser escritas en Portugués, Español e Inglés. El artículo debe ser inédito y puede ser enviado a otras publicaciones. Por criterio del Consejo editorial, trabajos originalmente publicados en lengua extranjera pueden ser aceptados con carácter excepcional.

Normas de Presentación

1. El artículo debe en formato de papel A4; márgenes superior (3cm), inferior(2cm), izquierda(3cm), derecha(2cm); espacio entre líneas de 1,5 y alineamiento justificado, empleando editor de texto MS Word, versión 6, o superior, fuente Times New Roman, tamaño 12 y límite de máximo 25 páginas, incluyendo cuadros, tablas, notas, gráficos, ilustraciones y referencias bibliográficas. Colocar el título al inicio del trabajo, omitiendo la identificación de los autores.

2. Después del título, incluir un resumen en Portugués con cerca de 15 líneas o hasta 250 palabras, sin párrafos, debe contener objetivo, método, resultados y conclusión del trabajo, así como un mínimo de tres y máximo de cinco palabras clave. Todos los resúmenes deben tener versión en inglés (*abstract*, incluyendo el título del artículo y las *Key words*). Los artículos sometidos en español, deberán tener resumen y palabras clave en el idioma original, en Portugués y en Inglés.

3. Se aconseja un número de máximo tres autores por artículo. Habiendo más de tres, los demás deberán ser presentados como colaboradores.

4. Las referencias bibliográficas deberán atender a las normas de la ABNT-NRB-6023. Igualmente al final de las tablas, deberán constar la fuente de origen de los datos.

5. Caso el artículo contenga fotografías, gráficos, figuras, símbolos e formulas, esas deberán obedecer a las siguientes normas.

Figuras/Fotografías deberán ser presentadas, nítidas y con contraste, colocadas en el texto después de la citación de las mismas y también en un archivo aparte, **guardadas en extensión “TIFF” o “JPEG” con resolución de 300 dpi**. Las figuras deberán ser elaboradas con fuente **Times New Roman, tamaño 10, sin negrita, sin cajas de texto y agrupadas**.

Gráficos, deberán ser insertados después de la citación de los mismos, dentro del propio texto, elaborados **preferencialmente en Excel** (ej: **Mathtype, Equation**), sin pérdida de sus informaciones originales.

6. El autor principal será notificado sobre el recibimiento del original y posteriormente, será informado sobre su publicación. Los artículos que necesiten modificaciones serán devueltos al autor para la debida revisión.

7. Todos los artículos serán evaluados por consultores *Ad Hoc* por el sistema “*Blind Review*”.

8. El trabajo de los autores y consultores no será remunerado.

Los trabajos deben enviarse a través de la página web <http://revista.dae.ufla.br>

GUIDELINES AND ORIENTATION FOR SUBMISSION

The Journal “Organizações Rurais e Agroindustriais” has been edited three-monthly by the Department of Business Administration and Economy of Federal University of Lavras, with support from UFLA Publishing.

Emphasizing the development of knowledge in Business Administration of specific sectors, the goal of this Journal is to publish scientific articles as well as working papers developed by the academic community and collaborators in the areas of “management of agribusiness chain,” “social management, environment and development,” “organization/association forms”, “strategic management and changing”, “economy, rural sociology and extension.”

The manuscripts must be written in clear, straight and objective form, under the norms of ABNT, in order to reach our readers, most of whom researchers, as well as people related to the management of organizations in public or private sectors, direct or indirectly associated to rural and agri-industrial fields.

The manuscripts can be submitted in Portuguese, Spanish and English, and must be original and not been previously sent elsewhere for publishing. Works originally published in foreign languages can exceptionally be accepted under evaluation by the Editorial Board.

Rules of presentation

1. The article must be configured for A4 paper; with 3cm of superior margin, 2cm of inferior, 3cm of right, and 2cm of left, using 1,5 lines of line spacing and justified alignment. The word processor utilized is the Microsoft Word, version 6 or later, Times New Roman font size 12. Manuscripts must not exceed the maximum of 25 pages including charts, tables, figures, illustrations and references. Manuscripts must contain a title in the heading line of the work without the authors' identification.

2. The manuscript must include an abstract in Portuguese following its title, of approximately 15 lines or 250 words, without paragraphs, containing the article's objective, methodology, results and conclusion, as well as a minimum of three and a maximum of five key-words. Abstracts in Portuguese must contain a respective version in English, including title and key-words. Manuscripts submitted in Spanish must contain an abstract and key-words in the original language, as well as in Portuguese, and English.

3. This Journal will consider a maximum of three authors per article. In case of more than three, the exceeding one(s) will be referred to as collaborator(s).

4. Bibliography references must follow the rules of ABNT – NBR-6023. Tables presented in the manuscript must contain the data source of origin.

5. Figures, photographs, graphs, symbols and formula must be configured as follows:

5.1. **Figures and photos** must be presented, clear and with contrast, and inserted in the text after their citation. They also must be saved in a separate file (on the same diskette as the article) **in extension “TIFF” or “JPEG”**, with format **in 300 dpi resolution**. The figures must be elaborated using **Times New Roman font, size 10, without bold and text box**; they also must be **arranged**;

5.2. **Graphs** must be inserted in the text after their citation, elaborated preferentially in Excel, using Times New Roman font, size 10, **without bold**;

5.3. **Symbols and mathematic formula** must be presented using a processor that they can be handled by the **Page Maker** program (ex: **Math Type, Equation**), without loss of their original form.

6. The first author will be notified upon the receiving of the manuscript and informed afterwards of its acceptance for publication. Manuscripts needing reviewing will be sent back to the authors for proceedings in that sense.

7. All submissions will be evaluated by the Ad Hoc reviewers under the BLIND REVIEW system.

8. Authors and reviewers will not be paid for the work.

The papers must be submitted on the website <http://revista.dae.ufla.br>

